



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – GEA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

**TEORIA E MÉTODO NAS ABORDAGENS SOBRE A CIDADE E O URBANO.
TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

PEDRO THOMÉ QUINTÃO QUEIROZ

BRASÍLIA, DF
2025

PEDRO THOMÉ QUINTÃO QUEIROZ

**TEORIA E MÉTODO NAS ABORDAGENS SOBRE A CIDADE E O URBANO.
TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Orientador: Dr. Everaldo Batista da Costa

Coorientadora: Dra. Olga Castreghini Freitas

BRASÍLIA, DF
2025

Ficha catalográfica

QUEIROZ, Pedro Thomé Quintão

Teoria e método nas abordagens sobre a cidade e o urbano. Trajetória do pensamento geográfico brasileiro. / Pedro Thomé Quintão Queiroz. – 2025. 255 p.

Tese (doutorado) – Universidade de Brasília.

Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Geografia. Programa de Pós- Graduação em Geografia. 2025.

Orientação: Everaldo Batista da Costa.

Co-orientação: Olga Castreghini Freitas.

Inclui Bibliografia.

1. Geografia urbana 2. teoria e método 3. Cidade 4. Urbano 5. Pensamento geográfico

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Brasília, 18 de agosto de 2025.

Pedro Thomé Quintão Queiroz

PEDRO THOMÉ QUINTÃO QUEIROZ

**TEORIA E MÉTODO NAS ABORDAGENS SOBRE A CIDADE E O URBANO.
TRAJETÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Doutor em Geografia. Área de Concentração: Gestão Ambiental e Territorial Linha de Pesquisa: Produção do Espaço Urbano, Rural e Regional.

Orientador: Dr. Everaldo Batista da Costa

Coorientadora: Dra. Olga Castreghini Freitas

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa
Universidade de Brasília
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Olga Lucia Castreghini de Freitas
Universidade Federal do Paraná
Coorientadora

Prof^ª. Dr^ª. Maria Adélia de Souza
Universidade de São Paulo
Avaliadora

Prof. Dr. Jhon Williams Montoya Garay
Universidade Nacional da Colômbia
Avaliador

Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Universidade de Brasília
Avaliador

Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva
Universidade Federal do Ceará
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, ao Grande Espírito, pelos aprendizados dos últimos anos e por me guiar no caminho do bem.

Agradeço aos meus pais, Sebastião e Sílvia, por cultivarem as oportunidades e as condições para realização deste feito, e às minhas queridas e amadas irmãs, Letícia e Silvinha, pela nossa amizade, pelo apoio e estímulo cotidianos em favor do alcance de nossos objetivos e metas pessoais e familiares.

Agradeço ao professor Everaldo Costa por todos esses anos de orientação, da monografia ao doutorado, e aos amigos do GECIPA, especialmente ao João, pela cumplicidade e pelos diálogos. Também sou grato à coorientadora Olga Freitas, pela atenção, pelo comprometimento e pela presença durante a elaboração desta pesquisa.

Agradeço imensamente aos professores e às professoras que gentilmente me receberam em suas casas e salas de departamento, presencial e virtualmente, compartilhando e dividindo suas experiências e vivências em Geografia, em um diálogo franco e honesto. Seguramente, nossa disciplina é grata por suas contribuições.

Agradeço aos meus amigos e às minhas amigas da Geografia pela companhia e pelas trocas durante esta longa etapa. Agradeço aos meus alunos e orientandos da Universidade de Brasília, pela confiança e pelo interesse no trabalho que realizo.

Agradeço à CAPES e à FAPDF pelas bolsas concedidas para realização desta tese em regime de dedicação exclusiva, o que foi de fundamental importância.

Tenho muito a agradecer ao Jiu Jitsu, arte marcial que pratico há 16 anos, pela disciplina e disposição que me permitiram concluir esta tese, dando-me força e equilíbrio para seguir em frente.

Por fim, agradeço à Geografia e à Universidade de Brasília por tudo e por tanto nesses quase 10 anos.

Reforço meu compromisso com a Geografia e com a defesa do ensino superior público e de qualidade. E, mais do que nunca, sigo firme com minhas convicções em favor de um mundo mais justo e feliz.

RESUMO

A presente tese considera as diferentes orientações em teoria e método operadas em estudos sobre a cidade e o urbano no Brasil. Partimos do objetivo geral de analisar como as teorias e os métodos nos estudos sobre a cidade e o urbano expressam a dinâmica do pensamento geográfico brasileiro, considerando a emergência do período técnico-científico-informacional. Metodologicamente, a pesquisa se embasa em levantamentos e revisões bibliográficas de obras concernentes ao tema em questão, e na realização de trabalhos de campo para a efetivação de entrevistas semiestruturadas, presenciais e virtuais, com geógrafos (as) que se dedicam aos estudos sobre a cidade e o urbano no país. Como resultado, a tese aponta para uma práxis geográfica mais diversificada do ponto de vista metodológico, amparada, especialmente, em orientações de método ligadas a uma geografia humanista, de caráter fenomenológico e existencialista, e a uma geografia crítica, de caráter marxista mais amplo, métodos que sustentam a pauta temática de estudos contemporâneos em geografia urbana, em que o sujeito e as escalas do cotidiano têm ganhado destaque, assim como elementos regionais/locais, que orientam posturas e agendas de pesquisa em geografia, ora alinhadas com a categoria totalidade, ora desconectadas.

Palavras-chave: Geografia urbana; teoria e método; cidade; urbano; pensamento geográfico.

RESUMEN

Esta tesis examina las diferentes orientaciones teóricas y metodológicas empleadas en los estudios sobre la ciudad y lo urbano en Brasil. Se parte del objetivo general de analizar cómo las teorías y los métodos en dichos estudios expresan la dinámica del pensamiento geográfico brasileño, considerando el surgimiento del período técnico-científico-informacional. Metodológicamente, la investigación se sustenta en recopilaciones y revisiones bibliográficas de obras relacionadas con la temática, así como en la realización de trabajo de campo para llevar a cabo entrevistas semiestructuradas, tanto presenciales como virtuales, con geógrafas y geógrafos dedicados al estudio de la ciudad y lo urbano en el país. Como resultado, la tesis señala una praxis geográfica más diversificada metodológicamente, sustentada especialmente en orientaciones metodológicas vinculadas a una geografía humanista, de carácter fenomenológico y existencialista, y a una geografía crítica, de carácter marxista más amplio. Estos métodos fundamentan la agenda temática de los estudios contemporáneos en geografía urbana, donde el sujeto y las escalas de lo cotidiano han ganado prominencia, junto con elementos regionales/locales, los cuales orientan posturas y agendas de investigación en geografía, a veces alineadas con la categoría de totalidad, y otras veces desconectadas de ella.

Palabras clave: Geografía urbana; teoría y método; ciudad; urbano; pensamiento geográfico.

ABSTRACT

This thesis examines the different theoretical and methodological orientations employed in studies on the city and the urban in Brazil. Its general objective is to analyze how theories and methods in urban studies express the dynamics of Brazilian geographic thought, considering the emergence of the technical-scientific-informational period. Methodologically, the research is based on bibliographic surveys and reviews of works concerning the topic in question, and on conducting fieldwork to carry out semi-structured interviews, both in-person and virtual, with geographers dedicated to urban studies in the country. As a result, the thesis points to a more diversified geographical *praxis* from a methodological standpoint, supported especially by methodological orientations linked to a humanistic geography of a phenomenological and existentialist character, and a critical geography of a broader Marxist character. These methods underpin the thematic agenda of contemporary studies in urban geography, in which the subject and the scales of everyday life have gained prominence, as have regional/local elements, which guide stances and research agendas in geography — sometimes aligned with the category of totality, at other times disconnected from it.

Keywords: Urban geography; theory and method; city; urban; geographic thought.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Docentes participantes da proposta de pesquisa.....	27
Figura 2 – Universidades selecionadas para entrevistas.....	30
Figura 3 – Escola de formação acadêmica.....	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Apreensões dos/as entrevistados/as sobre a cidade e o urbano – Região Sudeste.....	117
Quadro 2 – Apreensões dos/as entrevistados/as sobre a cidade e o urbano – Região Centro-oeste.....	125
Quadro 3 – Apreensões dos/as entrevistados/as sobre a cidade e o urbano – Região Nordeste.....	133
Quadro 4 – Apreensões dos/as entrevistados/as sobre a cidade e o urbano – Região Norte.....	141
Quadro 5 – Apreensões dos/as entrevistados/as sobre a cidade e o urbano – Região Sul.....	146
Quadro 6 – Apreensões dos/as entrevistados/as em teoria e método e orientações geográficas – Região Sudeste.....	157
Quadro 7 – Apreensões dos/as entrevistados/as em teoria e método e orientações geográficas – Região Centro-Oeste.....	166
Quadro 8 – Apreensões dos/as entrevistados/as em teoria e método e orientações geográficas – Região Nordeste.....	176
Quadro 9 – Apreensões dos/as entrevistados/as em teoria e método e orientações geográficas – Região Norte.....	182
Quadro 10 – Apreensões dos/as entrevistados/as em teoria e método e orientações geográficas – Região Sul.....	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGB – Associação de Geógrafos Brasileiros

ENG – Encontro Nacional de Geógrafos

ANPEGE – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

RBG – Revista Brasileira de Geografia

UFAM - Universidade Federal do Amazonas

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFG - Universidade Federal de Goiás

UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul

UFRJ - Universidade Federal do Rio De Janeiro

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande Do Norte

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UGI – União Geográfica Internacional

UnB - Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	14
INTRODUÇÃO.....	17
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	21
1. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL: CONTEXTOS E PRECURSORES.....	32
1.1 O contexto histórico e geográfico do período: apreensões iniciais sobre a cidade e o urbano no Brasil.....	33
1.2 A institucionalização da Geografia no Brasil: antecedentes que marcaram o estudo das cidades e do urbano.....	41
2. DISCUSSÕES EM TEORIA E MÉTODO: A CIDADE E O URBANO NA MODERNA GEOGRAFIA BRASILEIRA (1934 - 1955).....	46
2.1 A cidade e o urbano no temário geográfico moderno: apontamentos iniciais de uma fundamentação teórico-metódica.....	47
2.2 Questões de método e os elementos da influência francesa nas análises sobre a cidade e o urbano no Brasil.....	51
3. MOVIMENTOS DA GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA: A TEORIA E O MÉTODO NA AFIRMAÇÃO E CRISE DA PRÁXIS GEOGRÁFICA (1956 - 1980).....	62
3.1 O contexto histórico e geográfico do período (1956 - 1980): apontamentos a respeito da cidade e do urbano no Brasil.....	63
3.2 A cidade e o urbano na Nova Geografia: neopositivismo e quantificação como teoria e método.....	73
3.3 Crítica ao (neo)positivismo: apreensões dialético-materialistas sobre a cidade e o urbano.....	84
3.4 Geografia humanista e as cidades: leitura fenomenológica da realidade urbana e cidadina brasileira.....	95
4. A CIDADE E O URBANO NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: INTERPRETAÇÕES E LEITURAS CONTEMPORÂNEAS.....	106
4.1 Globalização e tendências da geografia brasileira em finais do século XX.....	106
4.2 Compreensões e entendimentos sobre a cidade e o urbano no Brasil.....	109

4.2.1 Diálogos em geografia urbana: produção, contradições e escalas no debate sobre a cidade e o urbano desde o Sudeste do Brasil.....	110
4.2.2 A cidade e o urbano no Centro Oeste do Brasil: escalas, categorias e dimensões analíticas da geografia urbana.....	119
4.2.3 Capitalismo e desigualdades: gênese, formação geográfica-histórica e interpretação das cidades e do urbano no Nordeste brasileiro.....	127
4.2.4 A cidade e o urbano na Amazônia brasileira: tensões e revisões práticas e conceituais desde a floresta.....	135
4.2.5 As múltiplas dimensões da cidade e do urbano: funcionalidades, abordagens e dinâmicas regionais no Sul do Brasil.....	143
5. A TEORIA E O MÉTODO NAS ABORDAGENS SOBRE A CIDADE E O URBANO EM GEOGRAFIA.....	148
5.1 Teoria, método e realidade regional: os caminhos da Geografia no Sudeste brasileiro.....	148
5.2 Teoria e método em Geografia, desde o Centro-Oeste do Brasil: crítica e pluralismo reconhecido nos estudos sobre a cidade e o urbano.....	159
5.3 Geografia nordestina: teoria crítica, tensões e aberturas teórico-metódicas nos estudos sobre a cidade e o urbano.....	168
5.4 Teoria e método na Geografia da Amazônia: entre a crítica, a diferença e o diálogo com o objeto.....	178
5.5 Teoria, método e desafios da Geografia na região Sul do Brasil: crítica e diálogos metodológicos.....	183
6. REFLEXÕES E POSICIONAMENTOS DA TESE: ORIENTAÇÕES DE MÉTODO NA GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA.....	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	206
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	212
ANEXOS.....	251

APRESENTAÇÃO

Esta tese encerra um ciclo pessoal, acadêmico e profissional em geografia, junto à Universidade de Brasília (UnB). Minha entrada no curso ocorreu há cerca de 10 anos e representou um momento fundamental em minha vida, ao me fornecer os instrumentos e as condições de ler o mundo em que vivo, de maneira diferenciada. Dentre as disciplinas que cursei durante a graduação, aquelas dedicadas à cidade e ao urbano sempre me chamaram a atenção e foram as que mais me instigaram. Entre 2017 e 2018, criava-se no Departamento de Geografia a disciplina “Urbanização na América Latina e Caribe” (UAL), ministrada pelo professor Everaldo Costa, quando fui apresentado a uma geografia latino-americana.

Esta disciplina de enfoque continental decorreu do projeto inaugurado pelo professor em 2015, junto ao GECIPA (Grupo de Pesquisas CNPq sobre Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe). Este é um projeto guarda-chuva, que abarca inúmeros outros individuais e coletivos, e é denominado “*Utopismos patrimoniais pela América Latina, resistências à colonialidade do poder*”. É importante dizer que até então não havia no Departamento de Geografia da UnB nenhuma disciplina voltada à América Latina (e esta segue sendo a única) e nenhum grupo de pesquisas que sistematize estudos voltados ao continente.

Foi por meio desta disciplina (UAL) que iniciei minha aproximação ao GECIPA, fundado em 2011 e coordenado pelo professor Everaldo Costa. A América Latina sempre foi uma preocupação, desde minha juventude e, com o grupo e a orientação do professor Everaldo, tive a oportunidade de aprender, complexificar e verticalizar esta preocupação, mediada pela geografia e em diálogo com os e as colegas de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado vinculados à equipe. Foram e são muitas atividades nas que colaboramos, desde a organização de colóquios temáticos, seminários nacionais e internacionais, organização ou participação em livros e, especialmente, colaboração na edição de PatryTer – Revista Latinoamericana e Caribenha de Geografia e Humanidades, fundada em 2017 pelo prof. Everaldo Costa e que nasceu junto ao projeto mencionado, com o apoio ainda de docentes de diferentes países, especialmente do México e de Cuba.

No âmbito deste amplo projeto, em 2019, defendi meu trabalho de conclusão de curso, pelo qual eu associava a lógica do mercado imobiliário de Brasília às questões indígenas retratadas na América Latina e, em 2021, defendi minha dissertação de mestrado, intitulada “Patrimônio-territorial indígena na urbanização de Brasília e no Santuário Sagrado dos Pajés. Contexto latino-americano”. As pesquisas foram

agraciadas, respectivamente, pelos prêmios: VI Prêmio Codeplan de Trabalhos Técnico-Científicos (Companhia de Planejamento do GDF – CODEPLAN), no ano de 2021, e pelo Prêmio Maurício de Almeida Abreu de Dissertação em Geografia Humana do XV ENANPEGE (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE), no ano de 2023, quando eu já cursava o doutorado. Estas premiações perpassam e confirmam o comprometimento dos trabalhos que são realizados junto ao GECIPA, e são sínteses dos esforços de caráter individual-coletivo, sob cuidadosa e rigorosa orientação do prof. Everaldo Costa.

Em 2021, eu me preparava para ingressar no doutorado, ao qual entrei com um projeto sobre patrimônio-territorial indígena na América Latina, diversificando estudos de caso de caráter internacional continental. No entanto, por orientação do professor Everaldo Costa, demos uma guinada na proposta. O professor me apresentou o livro *Os caminhos da reflexão sobre Cidade e Urbano*, uma importante coletânea da EDUSP, que traz fundamentais estudos apresentados no 1º Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), realizado em 1989, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Autores como Maria Adélia de Souza, Roberto Lobato Corrêa, José Borzacchiello, Jan Bitoun, Milton Santos, Amália Inés Lemos, Beatriz Ribeiro Soares e outros integrantes do livro.

A partir deste livro, o professor Everaldo Costa me sugeriu desenvolver uma tese vinculada à teoria e a métodos nos estudos em Geografia Urbana no Brasil, como uma análise aprofundada nas obras geográficas vinculadas às cidades nacionais. O professor enfatizou que eu deveria analisar, cautelosamente, o longo capítulo de Maurício de Almeida Abreu, *O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro*. Esse capítulo, no livro, tem cerca de 130 páginas, com grande rigor metodológico explicativo da evolução e avaliação do longo período de produção da geografia urbana brasileira. Assim, o rigor científico do professor Maurício de Abreu e o seu capítulo no referido livro foram grande fonte de inspiração para a elaboração desta pesquisa agora apresentada, e que resultou em um giro frente ao que eu propunha como tese de doutorado.

Para tanto, a orientação e o acompanhamento recebidos pelo professor Everaldo Costa junto ao GECIPA/UnB foram fundamentais e me permitiram contato e aproximação com as discussões em teoria e método em geografia, abrindo meus horizontes e minhas perspectivas de atuação profissional e acadêmica, ao me permitir entender os fundamentos desta ciência. Vale destacar que a indicação do professor

Everaldo Costa para que a professora Olga Castreghini Freitas fosse coorientadora dessa pesquisa foi também muito importante para seu desenvolvimento.

Foram 10 anos de formação continuada em geografia, acompanhada por igual tempo trabalhando em sala de aula. Atuei principalmente em nível básico, mas também contabilizando experiências em nível superior, como professor voluntário no Departamento de Geografia da Universidade de Brasília/UnB, quando de uma licença do prof. Everaldo Costa, para desenvolver pesquisas fora do país, no ano de 2024. Nestes 10 anos de formação e 6 anos junto ao GECIPA, tive oportunidade de acompanhar a orientação de alunos de PIBIC e TCC, realizar saídas e trabalhos de campo em cidades brasileiras e latino-americanas (nos eventos organizados pelo GECIPA fora do país, caso dos Colóquios Latinoamericanos sobre Urbanização e Patrimonialização), me deparando com realidades, lugares e pesquisadores que sequer imaginava conhecer, caso do México (Cidade do México e Guadalajara) e da Argentina (Buenos Aires, Bahía Blanca e Comodoro Rivadavia, na Patagônia), oportunizadas pelos eventos e pela rede colaborativa de estudos estabelecida em acordos de cooperação desenvolvidos pelo prof. Everaldo Costa junto à UnB, na qual participam seus alunos de graduação e pós-graduação, tendo a oportunidade de dialogar e aprender com pesquisadores também de diferentes países.

Com ciclo que se encerra, inicia-se outro, de forma que me sinto preparado e em condições de contribuir com esta tão poderosa ciência, reafirmando meu compromisso com o GECIPA/UnB e com a geografia e seu potencial de transformação da realidade espacial vivida. Ser geógrafo e ter realizado toda a formação na Universidade de Brasília, junto ao GECIPA, para mim, é motivo de orgulho e satisfação. Esta tese resulta desta oportunidade e a consolidação do grupo nos seus 15 anos de existência.

INTRODUÇÃO

A institucionalização da Geografia data do século 19, meados de 1870, época que corresponde ao triunfo da burguesia na fase do imperialismo, quando para se criar as condições de expansão do comércio, era necessário adaptar as estruturas espaciais e econômicas dos países empobrecidos às novas tarefas que deveriam assegurar, dada a divisão internacional do trabalho e suas novas dimensões (Santos, 2012). A Geografia, atuando mais como uma ideologia do que uma filosofia, foi utilizada como instrumento de conquista colonial, e possuía como grande meta conceitual “esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço” (Santos, 2012, p. 31).

Para Santos (1982), os progressos na Geografia parecem coincidir com as grandes crises, e durante sua institucionalização, a crise foi contemporânea das transformações do conceito de espaço pela revolução da distância associada às novas variáveis históricas, como as de transporte e comunicação, já como inovações de natureza geográfica. Neste momento, ainda segundo o autor, duas tendências se opunham, os que desejavam a Geografia como uma ciência da sociedade e os que a desejavam como uma ciência dos lugares; “isso equivalia a opor um pensamento voltado para a sociedade como um todo, a uma preocupação com aspectos isolados” (Santos, 1982, p. 210).

Esse percurso coincide, ainda, com a tendência a uma pseudo-objetividade nas ciências, a luta contra o formalismo na teoria do conhecimento com apologia à intuição e a retomada das questões ideológicas, correspondem às necessidades dessa fase da evolução histórica e social, representando a manutenção do idealismo subjetivo e de suas concepções na filosofia, acompanhadas de um embate com o materialismo no que tange a operacionalização de suas categorias para o entendimento da realidade, como as relações de primado entre consciência e existência, e fenômeno e essência (Lukács, 1967; Kosík, 1969).

Na Geografia, a teoria do espaço e tempo insere-se em um contexto de luta entre o idealismo, o qual, segundo adeptos da Geografia Crítica Radical, nega a realidade objetiva do espaço e do tempo como forma de existência da matéria, e o materialismo, cuja concepção de espaço e tempo supõe a concepção dialética da matéria em movimento como realidade objetiva (Oliveira, 1982). Entram em questão discussões teóricas sobre a objetividade e essência do espaço-tempo, sua finitude ou não, assim como sua continuidade ou descontinuidade, de forma que o que se impôs à Geografia foi uma

herança idealista e positivista, que resultou, em última instância, em uma geografia empiricista, intuicionista e mística (Oliveira, 1982; Santos, 2012).

Entretanto, considerados os contextos históricos e as diferentes condições técnicas e materiais da realidade, o idealismo e o materialismo estão presentes como fundamentos filosóficos nas propostas teórico-metodológicas em geografia. Para Sposito (2004), são exemplos dessas propostas o método hipotético dedutivo, dialético e fenomenológico, “porque eles contêm as características de um método científico, como leis e categorias, e estão, historicamente, relacionados a procedimentos específicos e teorias disseminados pela comunidade científica” (Sposito, 2004, p. 29).

De acordo com Monteiro (1980), o método reflete as diferentes concepções sobre a própria ciência como um veículo do conhecimento, não sendo, portanto, um mero “acidente caracterizador”, mas um fundamento de definição através do qual a ciência se unifica, estando indissociável da teoria. Ademais, ressalta a improbabilidade - e inconveniência - de ações para forçar o pensamento geográfico dentro de limites fixos de uma teoria e seu método, haja vista a pluralidade de caminhos que envolve a ideia de progresso do conhecimento científico e a complexidade e mutabilidade do mundo (Monteiro, 1980).

No que diz respeito aos estudos sobre a cidade e o urbano na história do pensamento geográfico, das teorias e dos métodos (objeto desta tese), é possível apontar contribuições específicas de cada vertente de método que fora operacionalizada para a análise de uma dada realidade. Santos (2012, p. 46) ressalta diferentes posturas da Geografia frente às questões filosóficas, como: “buscar imitar e às tontas aplicar as ideias aprendidas aqui e ali sem preocupação de indagar se são adequadas ou não”, e, organizar mecanicamente um postulado sem disciplina da lógica de conjunto nem de compatibilidade de conceitos, estando a nível da lógica formal e exterior à realidade; ambas inadequadas. Para o autor, o caminho correto, desde que consideremos a realidade das coisas reais, é “partir de uma disciplina de pensamento adquirida por meio da leitura de vários filósofos e em função do campo particular de cada área científica, à luz das realidades do presente, isto é, das coisas que estão (que são) aqui e agora, elaborar lições válidas e gerais” (Santos, 2012, p. 47).

Considera-se o período técnico atual como um momento de inflexão acerca dos estudos e análises referentes à realidade urbana e citadina, tendo em vista o paulatino processo de aceleração do tempo e as revoluções nas telecomunicações e nos transportes, associadas à relevância da informação na organização de um território cada vez mais

integrado e inserido no contexto de expansão da economia internacional (Santos, 2001). O meio técnico-científico-informacional é acompanhado de orientações teórico-metódicas orientadas à compreensão das transformações sociais da época, associadas à emergência de movimentos sociais urbanos em finais dos anos 60 e ao paulatino esgotamento do sistema político do regime militar no país (Abreu, 1994a).

Segundo Costa, Zomighani Jr & Boscariol (2022), foi entre os anos de 1964 e 1978 que Milton Santos, durante seu exílio forçado, produziu as bases epistêmicas geográficas de influências para outros autores e autoras que se dedicaram aos estudos sobre a urbanização e o espaço no então chamado Terceiro Mundo, considerando o processo de globalização que se anunciava, a aceleração dos fluxos de capital e as reorganizações de interesses político-econômicos cada vez mais estranhos aos territórios nacionais, o que se expressava pelo crescimento desordenado das metrópoles nos países subdesenvolvidos. O que se identifica é a promoção de um salto qualitativo e quantitativo desses estudos, a partir do movimento de crítica e superação do empirismo na Geografia e de um avanço na elaboração de uma teoria espacial revisada desde a realidade do Sul e em diálogo com pesquisadores estrangeiros, como sustentam Costa et al (2022).

Costa & Scarlato (2019) reforçam que a dinâmica do empírico, em suas concreticidade e representações, é apenas ponto de partida para entender ou como assumir posturas de método, a fim de alcançar a complexa realidade urbana e cidadina, inseridas em distintas escalas. Nesse sentido, há uma importante contribuição no diálogo de métodos, pelo que se ressalta a contribuição entre o existencialismo fenomenológico (a partir da construção de um discurso sobre o espaço indissociável da percepção, essência e existência) e o marxismo, que explica o ato do trabalho humano como produtor da consciência do e no mundo (Scarlato; Costa, 2017; Costa; Scarlato, 2019).

Assim, o **tema central** desta tese relaciona-se às concepções de método e respectivas proposições teóricas adotadas no entendimento da cidade e do urbano no Brasil, os elementos utilizados pela geografia urbana na interpretação da realidade objetiva do território nacional, sem deixar de considerar as especificidades regionais e as particularidades locais inerentes ao *fato* cidade e ao *fenômeno* urbano. Assim, será possível situar as contribuições acerca do método no âmbito atual da disciplina, desvendando tendências e bases filosóficas que orientam as análises sobre a cidade e o urbano na atualidade, bem como produzir cenários e proposições que apontem para a elaboração de uma teoria geográfica que, pensada no Brasil, seja universal e representativa da disciplina.

No que diz respeito à geografia urbana brasileira, o debate, a construção e a operação do método são desafios contemporâneos e indispensáveis para a superação das dicotomias e das contradições espaciais vivenciadas e denunciadas (Costa; Scarlato, 2019). Para os autores, “huir del abordaje metódico desorienta lo que es la Geografía y a su función en el mundo del presente; admite las más polémicas dicotomías disciplinares: espacio/tiempo, espacio/ sociedad, sociedad/naturaleza, geografía física/geografía humana” (Costa; Scarlato, 2019, p. 643).

Partindo destas reflexões, a tese apresenta como **problema central** o seguinte questionamento: como se manifestam, no atual período técnico-científico-informacional¹, os fundamentos em teoria e método sobre a cidade e o urbano no pensamento geográfico brasileiro?

O estudo apresenta como **hipótese central** a assertiva de que os fundamentos da teoria e do método se manifestam em uma perspectiva menos ortodoxa, amparados em metodologias pluralistas e representativos de uma Geografia Urbana brasileira mais diversa e marcadamente interdisciplinar, dadas as condições do período técnico vigente.

Em complemento à hipótese central, defende-se que a geografia urbana brasileira reduz, gradualmente, sua dependência teórico-metodológica externa e diversifica seus centros de influências, enquanto promove a valorização de temáticas prioritárias às comunidades de geógrafos locais, para além do eixo “Rio-São Paulo”, resultando na valorização e diversificação da produção geográfica nacional e na maior conscientização das problemáticas e questões urbanas internas ao país.

Por sua vez, os **objetivos** da pesquisa são: **objetivo geral: analisar** como as teorias e os métodos nos estudos sobre a cidade e o urbano expressam a dinâmica do pensamento geográfico brasileiro. Os **objetivos específicos** desenvolvem-se ao: **i) discutir** o processo de institucionalização da Geografia no Brasil e o contexto anterior dos estudos sobre a cidade e o urbano; **ii) compreender** as orientações em teoria e método da geografia tradicional brasileira e influências materialistas e idealistas nos estudos sobre

¹ Para Santos (2014), a história do meio geográfico pode ser dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico e o meio técnico-científico-informacional. Este, que se inicia após a segunda guerra mundial e que se afirmar, inclusive nos então países de Terceiro Mundo, nos anos 1970, é marcado pela profunda interação entre técnica e ciência, unidas sob a égide do mercado (Santos, 2014). De acordo com o autor, no período técnico-científico-informacional, “os objetos técnicos tendem a ser ao mesmo tempo técnicos e informacionais, já que, graças à extrema intencionalidade de sua produção e de sua localização, eles já surgem como informação; e, na verdade, a energia principal de seu funcionamento é também a informação. Já hoje, quando nos referimos às manifestações geográficas decorrentes dos novos progressos, não é mais de meio técnico que se trata” (Santos, 2014, p. 159).

a cidade e o urbano; **iii) analisar** as principais propostas de método e concepções teórico-metodológicas concernentes ao período de afirmação (anos 1960) e crise (1980) da geografia urbana brasileira; **iv) apreender** as mais destacadas tendências em teoria e método na geografia urbana brasileira no contexto de expressão do período técnico-científico-informacional.

A tese em questão está estruturada da seguinte forma: o **primeiro capítulo** “A institucionalização da geografia no Brasil: contextos e precursores”, busca discutir o processo de institucionalização da geografia no Brasil, ressaltando contribuições dos precursores e fatos que antecederam este processo. O **segundo capítulo**, “Discussões em teoria e método: a cidade e o urbano na moderna geografia brasileira (1934 - 1955)”, almeja alcançar os princípios da fundamentação teórico-metódica da geografia moderna (hoje tradicional) e as bases de influência francesa nas análises sobre a cidade e o urbano no país. O **terceiro capítulo**, “Movimentos da geografia urbana brasileira: a teoria e o método na afirmação e crise da *práxis* geográfica (1956 - 1980)”, tem por objetivo apreender as alterações no temário geográfico da cidade e do urbano, considerando a emergência do neopositivismo e dos movimentos de crítica e de tentativas de superação. O **quarto capítulo**, “A cidade e o urbano no período técnico-científico-informacional: interpretações e leituras contemporâneas”, busca apresentar elementos de discussão empírica, a partir das entrevistas semiestruturadas, que apontem aos entendimentos dos docentes sobre a cidade e o urbano no país. O **quinto capítulo**, “A teoria e o método nas abordagens sobre a cidade e o urbano em geografia”, também se embasa nas considerações empíricas resultantes das entrevistas, de forma a almejar captar entendimentos e leituras contemporâneas sobre a teoria e o método operados nos estudos sobre a cidade e o urbano no país. Por fim, o **sexto capítulo**, “Reflexões e posicionamentos da tese: orientações de método na geografia urbana brasileira”, emerge como proposição em favor do diálogo entre posturas e orientações de método, a partir da identificação das tendências atuais em teoria e método na geografia.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista a amplitude da pesquisa proposta, algumas orientações e dimensões metodológicas foram priorizadas, almejando sua exequibilidade e seu correto delineamento. Neste sentido, assume-se uma periodização com fins didáticos e organizacionais, elencando elementos, fatos e/ou acontecimentos de relevância histórica para o entendimento de questões referentes a teoria e ao método no pensamento

geográfico brasileiro, sem o intento de compartimentar o debate ou promover perspectivas dicotômicas, e tampouco propor o encerramento da discussão em períodos estáticos. Compreende-se e busca-se, desde a elaboração da temática em estudo, apreender o caráter de movimento que perpassa a operacionalização teórico-metódica na geografia. A proposta de periodização é a seguinte: **1934 – 1955; 1956 – 1970; 1971 – 1980; 1981 – 2001; 2002 – 2025.**

Entende-se, a partir de Costa (2022) e Costa & Maluly (2021), a periodização como um movimento do pensamento, tornado e reiterado como vivo, sem o intuito de expressar uma linearidade evolutiva do tempo, mas antes reconhecendo a simultaneidade e a duração de paradigmas teórico-metódicos na geografia, o que se aplica aos estudos sobre a cidade e o urbano. Reconhece-se, também, que essa periodização ressalta a predominância de determinadas tendências de método; predominância, pois, outras abordagens coexistiram. Neste sentido, expressam-se os limites desta proposta de periodização, quais sejam o de não considerar ou não abarcar outras abordagens, que porventura não foram hegemônicas ou mesmo não tiveram uma grande influência, embora elas existam.

O **primeiro período**, situado entre **1934 e 1955**, é marcado pela chegada de Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines ao Brasil, dando impulso ao movimento de implantação e modernização da ciência geográfica no país, seguido pela criação de universidades e instituições de pesquisas. Ressalta-se no período em questão: a ocorrência de uma disputa teórico-metodológica envolvendo a proposição das monografias urbanas (P. Monbeig) e da ecologia humana (Donald Pierson), em meados dos anos 1930; e a realização do IX Congresso Brasileiro de Geografia (Florianópolis - 1940) (Abreu, 1994b).

Destacam-se as publicações de P. Monbeig, “O estudo geográfico das cidades” (1941), obra de grande repercussão e considerada um momento de transição para com a geografia enciclopédica e de emergência da Geografia moderna brasileira, na qual o naturalismo francês e o método das monografias urbanas se destacaram; e de “Subúrbios orientais de São Paulo” (1945), de Aroldo de Azevedo, no qual a metodologia das monografias urbanas vai sendo extrapolada, de forma que a cidade é entendida não apenas por suas características peculiares ou idiográficas, tendo em vista o crescimento acelerado da capital paulista apontado pelo autor, que se antecipou aos debates sobre áreas metropolitanas que viriam a ocorrer nos anos 50 (Abreu, 1994a).

O **segundo período**, entre **1956 e 1970**, é tido como um marco divisório na história do pensamento geográfico brasileiro por refletir uma fase de consolidação e de

afirmação gradual do conhecimento geográfico. Dentre eventos importantes do período cita-se a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional (UGI) em 1956, e da XIV Assembleia Geral da AGB, em Viçosa, Minas Gerais (1959): estes eventos promoveram modificações na metodologia das monografias urbanas com a inserção de novas temáticas, como grau de centralidade e área de influência, além de um redirecionamento da pauta de pesquisa urbana no país, através de discussões envolvendo áreas metropolitanas, método e procedimentos metodológicos (Bret; Correia, 1985; Abreu, 1994a). Em meados dos anos 1960, sob influência de Brian Berry, John P. Cole e John Friedman, a “revolução” quantitativa chega ao país, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e, posteriormente, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP de Rio Claro, São Paulo. Em fins dos anos 1970 a Comissão de Técnicas Quantitativas da UGI fomentou o impulso adicional em favor da “*New Geography*” no Brasil (Lamego, 2010).

Segundo Abreu (1994b) e Lamego (2014), nas produções da geografia quantitativa no Brasil, destacam-se trabalhos como o de Pedro Geiger, “Evolução da Rede Urbana Brasileira” (1963), que traz ao debate a utilização de métodos estatísticos e de nova escala de análise ao abordar o nível nacional; os de Speridião Faissol: “Urbanização e regionalização” (1975), em uma coletânea de textos realizada pelo IBGE, e “Tendências atuais na geografia urbano/regional: teorização e quantificação” (1978), que visa difundir questões metodológicas voltadas às análises fatoriais e sob forte influência de literaturas inglesas; por sua vez, Sylvio Silva (1975) publica “Urbanização e desenvolvimento regional no estado da Bahia: uma visão sistêmica”, em um esforço para entender o processo de urbanização a partir da teoria de sistemas, localização de atividades econômicas e desenvolvimento regional.

O **terceiro período**, entre **1971 e 1980**, é considerado como uma etapa de crise das estruturas teóricas referentes às cidades, que já não respondiam às transformações sociais da época, associadas à emergência de movimentos sociais em finais dos anos 60 e ao paulatino esgotamento do sistema político do regime militar no país. A partir da década de 1970, a geografia brasileira viveu um momento de abertura a novas correntes de pensamento com o surgimento de proposições teóricas críticas: uma crítica interna da teoria econômica clássica, representada pela proposição explicativa neoliberal, e uma crítica amparada no pensamento marxista e no materialismo histórico-dialético (Bret; Correia, 1985). Ganham destaque a ideia da “relevância social” proposta por David Harvey, a obra “A questão urbana” de Manuel Castells (1972) e o 3º Encontro Nacional

de Geógrafos da AGB, em Fortaleza, em que Milton Santos apresenta sua proposta do espaço geográfico como uma instância social e inaugura a chamada geografia crítica no país (Vasconcelos, 1994).

Este evento representou o retorno definitivo de Milton Santos ao Brasil, após ter passado por universidades na França, Estados Unidos da América, Canadá, Peru, Venezuela e Tanzânia, durante os 14 anos de exílio forçado (Costa *et al*, 2022). Para os autores: “El exilio forzoso es una experiencia de la violencia estatal agravada para los perseguidos y expulsados por la naturaleza y fuerza de sus ideas. Los exiliados deben lidiar con todas las dificultades generadas por tal violencia, relacionadas con la supervivencia y, en el caso de Santos, con la búsqueda de oportunidades y condiciones de trabajo adecuadas para poder continuar con su vigor intelectual, siendo negro y sudamericano en países del Norte (Estados cómplices de las dictaduras, con grupos reconocidamente racistas)” (Costa *et al*, 2022, p. 73).

O **quarto período**, compreendido entre 1981 e 2001, é marcado pela transição e amadurecimento da geografia crítica, que a partir da primeira metade dos anos 80 passa a contribuir com as produções e reflexões acerca da cidade e do urbano, após uma época de grande produção intelectual direcionada às questões internas da ciência geográfica e à concentração de esforços em favor de embasamentos teórico-metodológicos consistentes. Na década de 1980, Milton Santos promove uma revolução epistemológica nos estudos territoriais considerando o contexto de manutenção das desigualdades na América Latina associadas ao período técnico-científico, estimulando a busca por um conhecimento totalizante a ser alcançado desde as particularidades; exemplo do fundamento marxista de suas reflexões sempre preocupadas com os países empobrecidos (Costa *et al*, 2022).

Neste período, ressalta-se também o papel exercido pelo mercado editorial brasileiro. Para Reimão (2018), nos anos 1980, o índice nacional de tiragem de total de livros em relação ao número de habitantes torna-se significativo, embora considere, para esta afirmação, a porcentagem de analfabetos e a parcela da população excluída do acesso ao consumo, inclusive o cultural, além de outros complicadores, como a má comercialização e distribuição de livros, e a pequena rede nacional de livrarias. Entretanto, apesar deste contexto, a autora aponta a grande potencialidade deste mercado no Brasil, associado ao fato de que sua população é numericamente grande.

Um esforço no sentido de ampliação do acesso ao livro e de expansão do mercado editorial brasileiro, pode ser exemplificado pela Editora Contexto, fundada em 1987 e “amparada na missão de diminuir a distância existente entre o saber produzido na

Universidade e seus possíveis consumidores, estabelecidos em diferentes pontos da sociedade brasileira”². Ao final dos anos 1980, a Editora expande suas obras e produções à área da Geografia, na qual a coleção “Repensando a Geografia” busca trazer ao debate geográfico a perspectiva de diversos autores (as) brasileiros (as), discutindo questões que permeiam o debate sobre a cidade e o urbano, mas também de outros âmbitos, como a linguística, o Estado e políticas territoriais, questões do campo e outras.

O **quinto período**, entre 2002 e 2025, remete às produções contemporâneas em geografia urbana, marcado por maiores condições de diálogo entre propostas metódicas e de interdisciplinaridade, além de condições técnicas e científicas para o entendimento totalizante das relações e interações que envolvem a cidade e o urbano no Brasil, articulando escalas favoráveis a apreensão do fluxo contínuo entre a universalidade, particularidade e a singularidade interpretadas na ótica pelo espaço geográfico ou objeto disciplinar (Moraes, 2014; Costa; Scarlato, 2019).

Aqui, seguimos o entendimento de Santos & Silveira (2008), quando afirmam que a periodização é necessária haja vista os diferentes usos do território nos sucessivos momentos históricos, estando também marcada por manifestações particulares interligadas que evoluem juntas, obedecendo a princípios gerais. Neste sentido, as técnicas, “na medida em que são representativas das épocas históricas, [...], funcionando solidariamente em sistemas, apresentam-se assim como base para uma proposta de método” e de um entendimento da realidade cambiante em sua materialidade como resultado e condição, ao mesmo tempo, de processos econômicos e sociais em curso (Santos; Silveira, 2008, p. 20).

Considerar as sucessivas transformações técnicas do território brasileiro permite apreender a cidade enquanto materialidade em movimento, representada por uma variedade de objetos geográficos e fenômenos, assumindo diferentes formas-conteúdos de acordo com as funções que lhe são demandadas em diferentes contextos históricos e a natureza do urbano (Oliveira, 1982; Santos; Silveira, 2008; Scarlato; Costa 2017). Assim, elenca-se o meio técnico-científico-informacional como um momento de inflexão para os estudos referentes à cidade e ao urbano, que se depararam com uma realidade objetiva na qual a modernização desigual do território amplia-se, onde a especialização dos lugares responde cada vez mais a interesses externos e o entendimento sobre a região se complexifica, tendo em vista a internacionalização da economia e a maior fluidez do

² <https://www.editoracontexto.com.br/institucional/970/3450>.

capital, além da manutenção das desigualdades nos países antes tratados como de Terceiro Mundo (Santos, 2001; Santos; Silveira, 2008; Costa *et al*, 2022). Este contexto carece de atenção quanto ao método e à teoria em operacionalização para entender essa nova realidade urbana.

Assim, como um primeiro momento da investigação, foi realizado um extenso e meticuloso **levantamento bibliográfico**, almejando alcançar trabalhos e análises geográficas que versem sobre as cidades e o urbano nos diversos períodos históricos do pensamento geográfico, em busca de empreender a uma avaliação em termos “coletivos”, que reflitam a comunidade geográfica no país e os entendimentos que pautam a teoria e método em Geografia. É reconhecida a dificuldade em abarcar todas as produções que discutem a temática de estudo. Portanto, em favor da exequibilidade da pesquisa, a etapa de levantamento bibliográfico incluirá produções como: artigos, livros, capítulos de livros e teses de doutorado que se dediquem a discussões que abordem a cidade o urbano e a urbanização, teoria e método em Geografia, e história da geografia urbana brasileira.

Dentre os periódicos consultados destacam-se, entre outros, a Revista Brasileira de Geografia (RGB – IBGE) e o Boletim Geográfico, que dispõem virtualmente artigos, comunicações, relatos de experiência e outras formas e padrões de publicação, respectivamente, desde o ano de 1939 e 1943, englobando um longo período da história do pensamento geográfico e, seguramente, refletindo as características dos períodos elencados na tese, podendo apontar alguns caminhos para análise da dinâmica que envolve a teoria e o método sobre a cidade e o urbano.

A proposta de levantamento e análise destes materiais partiu do título do artigo, sendo selecionados aqueles que abordavam, de forma explícita ou implícita, das seguintes temáticas ou questões referentes a geografia urbana brasileira: urbano-regional, região, urbanização, sistema urbano, metrópole (metropolização), planejamento urbano, cidade, teoria e método. Como complemento a esta etapa, visando ampliar o alcance de trabalhos de interesse da pesquisa, foram consideradas, para busca no texto, as seguintes palavras-chaves: geografia urbana, urbanização, urbano, cidade, urbano-regional, teoria, método, metodologia, história da geografia. À medida em que se realizou o levantamento bibliográfico e a operacionalização da proposta metodológica, a pesquisa procedeu ao fichamento e à análise das produções elencadas, visando o melhor delineamento do estudo e a organização das informações obtidas.

De forma concomitante a esta etapa, foram realizados trabalhos de campo e pesquisas em universidades federais e estaduais no Brasil, amparados também na rede

consolidada de pesquisadores do GECIPA (Grupo de Pesquisa CNPq sobre Cidades e Patrimonialização na América Latina e Caribe, coordenado pelo prof. Everaldo Costa, desde a Universidade de Brasília). Esta etapa metodológica possuiu dois objetivos principais: i) participar de seminários/debates, eventos em geografia, cursos concentrados ou de extensão, disciplinas, visitas técnicas e demais atividades voltadas à prática acadêmica e institucional que envolvam as temáticas que serão desenvolvidas na tese; ii) e a realização de entrevistas semiestruturadas com geógrafos (as) que se dedicam a estudos sobre a cidade e o urbano no país das cinco regiões do país (Figura 1).

Figura 1 - Docentes participantes da proposta de pesquisa



José Borzacchiello da Silva



Angelo S. Perret Serpa



Amalia Inês Lemos



Breno Viotto Pedrosa



Tatiana Schor



Daniel de Mello Sanfelici



Danilo Volochko



Amélia Luisa Damiani



Eguimar Felício Chaveiro



Eliseu Savério Sposito



Doralice Sátyro Maia



Ester Limonad



Everaldo Batista da Costa



Fabio Tozi



Eugênia Maria Dantas



Fernando Araújo Sobrinho



Heloísa S. de Moura Costa



Geraldo Magela Costa



Gloria Anunciação Alves



João de Deus



Francisco C. Scarlato



Tadeu P. Alencar Arrais



Saint-Clair C. da T. Júnior



Tânia M. Strohaecker



Neio L. de O. Campos



Maria Adélia de Souza



Nilo A. R. Lima de Almeida



José Q. de Miranda Neto



Pedro de A. Vasconcelos



Rafael Sanzio dos Anjos



Paulo R. Teixeira Godoy



Paulo César da C. Gomes

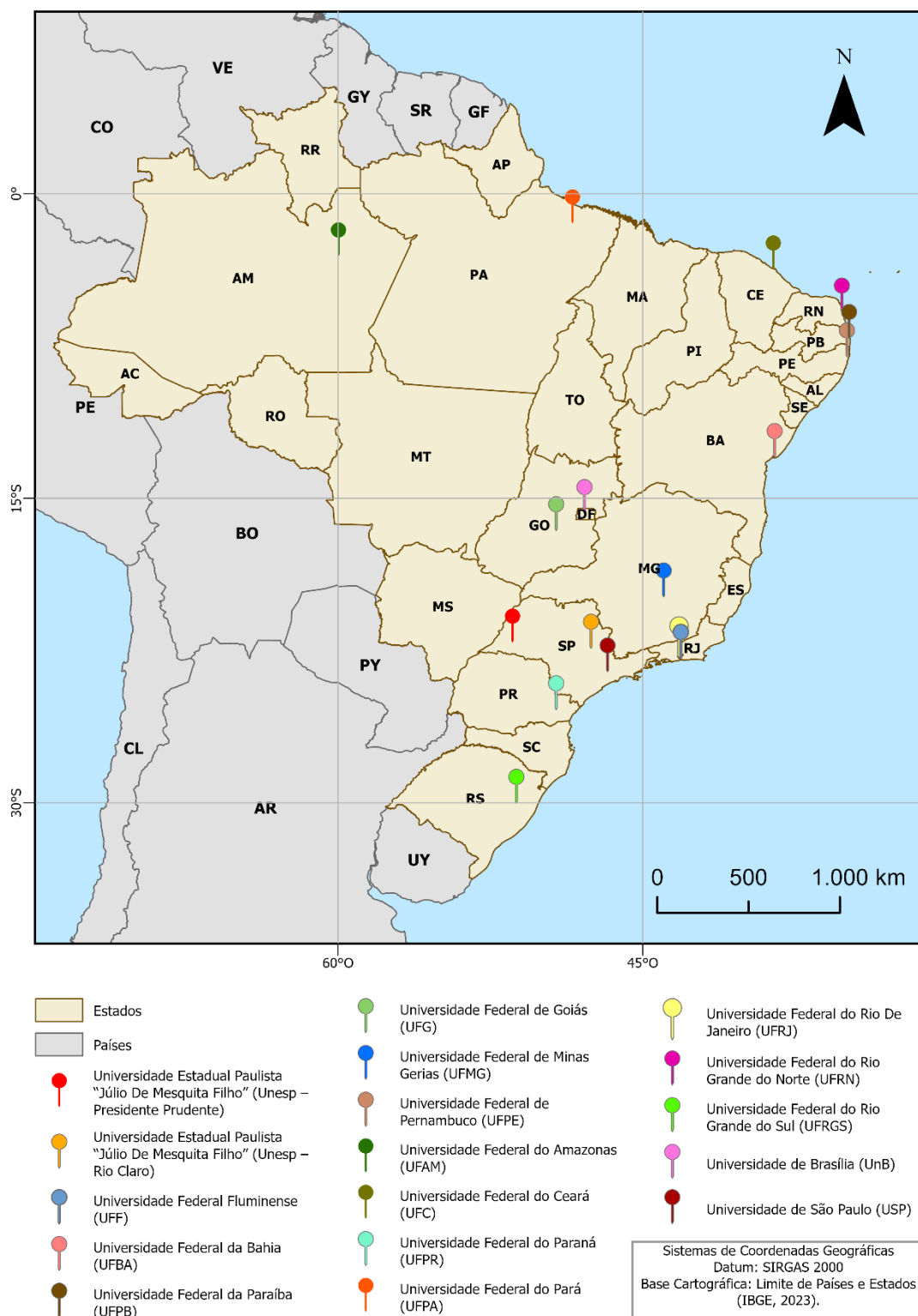
Fonte: elaboração própria (2025).

O levantamento das universidades e dos (as) professores (as) para a realização das entrevistas foi organizado de acordo com a seguinte proposta metodológica: i) levantamento dos cursos de pós-graduação em Geografia (Avaliação Quadrienal 2017 – 2020 [CAPES]); ii) seleção dos cursos de pós-graduação com Mestrado e Doutorado (VER ANEXO I); iii) seleção dos (as) professores (as) através de análise do Currículo Lattes Cnpq, elencando artigos, livros, capítulos de livros e orientações de teses que, de forma explícita ou implícita, versem ou tangenciem a temática da proposta de pesquisa e suas respectivas preocupações com a teoria e o método (VER ANEXO II).

Consideradas de fundamental importância para o desenvolvimento da tese, as entrevistas semiestruturadas tiveram início nas cinco regiões do país, de forma presencial e virtual, abordando questões que envolvem a “história da Geografia Urbana brasileira”, “a cidade na Geografia Urbana brasileira” e “teoria e método nos estudos sobre a cidade e o urbano” (VER ANEXO III). Partindo destes pontos centrais, esta etapa teve como objetivo: i) apreender elementos voltados à história da Geografia Urbana e do pensamento geográfico brasileiro; ii) compreender questões de ordem teórico-metodológicas presentes nos estudos que versam sobre as cidades e o urbano; iii) resgatar contribuições em teoria e método, apreender mudanças e continuidades em seus fundamentos, assim como tendências atuais; e iv) resguardar elementos que permeiam a memória (individual e coletiva) dos entrevistados (as), assim como suas experiências e vivências na Geografia.

Foram realizadas **32 entrevistas semiestruturadas**, de forma presencial e virtual, totalizando aproximadamente 40 horas de gravação, nas respectivas regiões: 14 da região Sudeste, 6 da região Centro-Oeste, 6 da região Nordeste, 3 da região Norte e 3 da região Sul (Figura 2).

Figura 2 – Universidades selecionadas para entrevistas



Fonte: elaboração própria (2025).

Justifica-se o desigual número de entrevistas pelos seguintes motivos: i) a diferente estrutura departamental das universidades brasileiras, que possuem quadros mais ou menos extensos de docentes (há que se considerar o aspecto objetivo de seleção

dos docentes); ii) o fato de que as entrevistas semiestruturadas nas universidades da região Sudeste foram realizadas de forma presencial, o que otimizou o contato e facilitou o encontro e a aproximação com os docentes – e além do mais, estes trabalhos de campo contaram com apoio financeiros das agências Capes e FAP-DF, o que oportunizou, para além das entrevistas semiestruturadas, a realização de outras atividades acadêmicas nestes espaços; iii) a longevidade da contribuição dos primeiros centros universitários no Sudeste e sua repercussão na formação de docentes de outros centros pelo país e, por fim iv) nem todos os docentes convidados aceitaram participar da proposta de pesquisa ou não responderam à carta convite, sendo 9 na região Sudeste, 4 na região Centro-Oeste, 4 na região Norte, 6 na região Nordeste e 4 na região Sul.

Reconhece-se que toda pesquisa possui limitações metodológicas, e ante uma área consolidada como a geografia e o subcampo da geografia urbana, envolver todas as universidades e todos os docentes seria uma tarefa árdua e que não se encaixaria nesta proposta de investigação, que metodologicamente não busca alcançar uma representação quantitativa, mas sim, qualitativa, com vias a apreensão de uma geografia urbana em termos coletivos, gerais. Neste sentido, esta proposta metodológica fora operada até o momento em que se julgou haver condições para apresentação e defesa da tese. Da mesma forma, portanto, se reconhecem os limites das discussões, afirmações e interpretações que constam nestas páginas, que não são taxativas ou conclusivas e que tampouco apresentam um quadro fechado do panorama da teoria e do método nos estudos sobre a cidade e o urbano em geografia. Esta tese é, em si, um suspiro, ante as contribuições de outros (as) pensadores (as) e em favor da geografia brasileira.

CAPÍTULO I

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA GEOGRAFIA NO BRASIL: CONTEXTOS E PRECURSORES

O processo de institucionalização da Geografia no século XIX, em um contexto europeu, está diretamente associado às mudanças de ordem política e econômica mundiais relacionadas à emergência da Revolução Industrial e aos avanços técnicos, como nas áreas de transportes, comunicações e informações. Alterações e avanços dessa mesma ordem materializam-se no território brasileiro, tendo como períodos marcantes o século XIX e as primeiras décadas do século XX, que culminaram na instauração da Geografia moderna no Brasil (1934), especialmente influenciada pela escola francesa, em um movimento marcado pela expansão das cidades e urbanização, que resultaram em uma ampliação do poder decisório desde esses centros pela concentração de técnicas, capitais e trabalho.

1.1 O contexto histórico e geográfico do período: apreensões iniciais sobre a cidade e o urbano no Brasil

Segundo Santos (2018), de modo geral e a despeito do caráter agrícola e da predominância de uma classe aristocrática e colonial relacionada à promoção deste tipo de atividade econômica, em suas mais diversas facetas, é possível afirmar que a urbanização no Brasil se desenvolve no século XVIII e alcança sua maturidade no século XIX, embora se tratasse mais de criação de cidades do que de um processo de urbanização³, e que adquire, paulatinamente, as características com as quais a conhecemos no século XX. O fim do século XVIII e, especialmente, o século XIX, são representativos da emergência do período técnico, cujos objetos possuem um caráter cultural e técnico ao mesmo tempo, testemunhando o movimento de mecanização do espaço, em que seu componente material se vê crescentemente formado do “natural” e do “artificial”⁴ (Santos, 2014, 2018).

O Brasil do século XIX foi marcado por uma série de transformações que influenciaram em seu desenvolvimento urbano e citadino e em sua estrutura urbana, associadas à substituição do sistema econômico colonial por um sistema de economia nacional e por medidas como: a Abertura dos Portos (que significou a entrada do país na área de influência das potências industriais europeias, especialmente da Inglaterra); a proibição do tráfico de escravos (associada a uma pressão inglesa no fim da década de 1840); a Abolição da Escravatura (que ao contrário dos temores da época, não afetou de forma significativa a empresa agromercantil); e a instauração da “República Velha” (em

³ A respeito das funções exercidas pelas cidades e vilas do período colonial “correspondentes à civilização agrária, eram, essencialmente, centros de dominação colonial criados, muitas vezes, por ato expresso da Coroa para defesa da costa, como Salvador, Rio de Janeiro, São Luís, Belém, Florianópolis e outras. Exerciam, como função principal, o comércio, através de importação e contrabando, e a prestação de serviços aos setores produtivos, na qualidade de agências reais de cobrança de impostos e taxas, de concessão de terras, de legitimação de transmissões de bens por herança ou por venda e de julgamento nos casos de conflito. Além dessas funções, prestavam assistência religiosa, associada quase sempre com atividades escolares de nível primário e propedêuticas do sacerdócio. Provinham, também, assistência médica para os casos desesperados, resistentes às mezinhas domésticas tradicionais. Sua vida girava em torno dessas atividades e da segunda função básica, que era a de empórios de importação de escravos e manufaturas e de exportação do açúcar, mais tarde do ouro, pedras preciosas e poucas outras mercadorias” (Ribeiro, 2015, p. 147).

⁴ No entendimento de Milton Santos, os objetos técnicos e o espaço maquinizado são *locus* de ações superiores, amparadas na crença de que atribuem novos poderes ao homem, como “a prerrogativa de enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamentos do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses” (Santos, 2014, p. 37). As lógicas e o tempo humano tendem a se sobrepor e contrapor às da natureza, de forma que o componente da divisão internacional do trabalho tende a aumentar ao ponto das motivações de uso dos sistemas técnicos se tornarem cada vez mais estranhas as lógicas locais e nacionais, permitindo o entendimento do movimento da sociedade e das transformações dos conteúdos e funções dos lugares (Santos, 2014).

um movimento de paulatina expansão do mercado interno e de crescimento da população urbana)⁵ (Geiger, 1963; Furtado, 1972; Gomes, 2007; Prado Jr., 1981; Fausto, 2014).

No que diz respeito ao processo de independência associado ao movimento de implantação de um Estado nacional no Brasil, Fernandes (2006) ressalta que as potencialidades econômicas da estrutura colonial se robusteceram e externaram-se na época da sociedade nacional, como se expressou pelas lavouras de café. De acordo com o autor, “o paradoxo está no fato de que a ‘revolução nacional’ não resultou de uma ‘revolução econômica’ nem concorreu para forjar ideais de autonomia econômica que implicassem ruptura imediata, irreversível e total com o passado recente” (Fernandes, 2006, p. 95).

A primeira metade do século XIX no Brasil, para Caio Prado Jr. (1981), consistiu em um período de transição, marcado pela consolidação da integridade territorial e de afirmação da independência política, enquanto, do ponto de vista de sua estrutura econômica, que pouco diferia da situação nos três séculos anteriores, encontrou dificuldades tendo em vista os privilégios concedidos à Inglaterra, que reduziam a capacidade de ação do poder central e estimulavam focos de desagregação territorial. O Brasil conformava-se, concretamente, como um “grande arquipélago”, em que determinados subespaços, por sua inserção em uma produção mecanizada, evoluíram segundo lógicas próprias, majoritariamente ditadas do exterior, tornando-se polos dinâmicos internos, embora com escassa integração e interdependência no âmbito nacional (Santos; Silveira, 2008).

Para Furtado (1983, p. 23), o panorama da economia mundial particularmente na segunda metade do século XIX, está associado às transformações que se ordenaram em torno de dois processos: “o primeiro diz respeito a uma considerável aceleração na acumulação de capital nos sistemas de produção, e o segundo a uma não menos

⁵ Geiger (1963) aponta que há uma relação entre os fatos da história urbana e os fatos da história econômica, de forma que cada ciclo econômico corresponde o aparecimento de uma quantidade de núcleos urbanos. Assim, ao se analisar brevemente o panorama econômico brasileiro no contexto da colonização, apreende-se que a economia açucareira, além de promover o desenvolvimento de portos marítimos, deu origem a cidades “tanto no Norte como no Sul, de preferência à margem dos cursos de água que fluem pelas planícies litorâneas [...] nas quais o açúcar era reunido para descer por embarcações, rumo ao porto marítimo” (Geiger, 1963, p. 73). A mesma situação se apreende da mineração, que “ativando a circulação, influiu indiretamente sobre outras atividades econômicas e no surgimento de cidades de comércio, em outras regiões”, e da pecuária, responsável pela abertura de caminhos pelo interior do país e pelo surgimento de inúmeras localidades interioranas (Geiger, 1963, p. 75). Assim, as cidades surgidas no período colonial, apesar de vinculadas a um determinado ciclo econômico, muitas vezes eram aproveitadas pelo ciclo seguinte, especialmente as grandes cidades que conseguiam sintetizar as diferentes fases de evolução econômica da colônia e integrassem um território vasto e regiões econômicas diversas (Geiger, 1963).

considerável intensificação do comércio internacional”. Em um país que necessitava superar a etapa de estagnação, sem dispor de técnicas próprias e praticamente sem capital para ser deslocado para novas atividades, a saída para o desenvolvimento era o comércio internacional, no qual a produção cafeeira desempenhou um papel importante na modificação das bases do sistema econômico⁶, especialmente desde o estado de São Paulo (com rebatimento imediato na Região Sudeste) (Prado Jr., 1981; Furtado, 2003; Santos, 2018).

O que se manifesta a partir de 1850 é, portanto, uma alteração do panorama que envolve a integração e modernização do território brasileiro, tanto pelas mudanças materiais quanto pelas mudanças no sistema social (Santos, 2018). Com o desenvolvimento paulatino dos transportes internos no Brasil, pela implantação de estradas de ferro e melhoria de portos, e das novas condições de comunicação, delineou-se uma limitada integração territorial da qual participava apenas a parcela do país (comandada pelo estado de São Paulo) em que operava uma divisão do trabalho favorável ao crescimento dos locais envolvidos no processo e a sua crescente diferenciação em relação ao restante do território brasileiro (Santos; Silveira, 2008; Santos, 2018). Esta é a dinâmica na qual o processo de industrialização se desenvolve e o início de uma situação de polarização que perduraria ao longo do tempo (Santos, 2018).

Para Holanda (1995), neste sistema que vinha se concretizando, o declínio do domínio dos centros de produção agrária fora acompanhado por uma hipertrofia dos centros urbanos e pela conformação de uma nova interação entre esses subespaços, na qual as condições técnicas do período iriam acentuar e facilitar a relação de dependência entre as áreas rurais e as cidades. Neste sentido, a Abolição da Escravatura (1888) representou um marco divisório entre épocas, em que “o desaparecimento do velho engenho, engolido pela usina moderna, a queda de prestígio do antigo sistema agrário e a

⁶ No período em questão, Furtado (2003, p. 113) divide a economia brasileira em três setores principais: “o primeiro, constituído pela economia do açúcar e do algodão e pela vasta zona de economia de subsistência a ela ligada, se bem que por vínculos cada vez mais débeis. O segundo, formado pela economia principalmente de subsistência do sul do país. O terceiro, tendo como centro a economia cafeeira”. Segundo o autor, na primeira metade do século XIX o café já despontava entre os principais produtos da pauta exportadora brasileira, com o açúcar e o algodão, se concentrando, inicialmente, nas regiões litorâneas de São Sebastião, Vila Bela e Ubatuba, perpassando a Serra do Mar e ocupando o Vale do Paraíba, aproveitando vantagens locais, como a proximidade de portos, e a disponibilidade de mão-de-obra escrava, resultante da desagregação da economia mineira (Prado Jr, 1981; Furtado, 2003). A partir do segundo e terceiro quartel do século, representativos da fase de gestação da economia cafeeira, a constituição de uma classe dirigente com influência na política financeira e econômica nacional promoveu a subordinação do instrumento político aos seus interesses enquanto grupo econômico, que alcançará sua plenitude com a Proclamação da República (Furtado, 2003).

ascensão de um novo tipo de senhores de empresas concebidas à maneira de estabelecimentos industriais urbanos indicam bem claramente em que rumo se faz essa evolução”; no caso das lavouras de café, que já se preparavam para um regime de trabalho assalariado⁷, o predomínio do urbano se fez de forma rápida (Holanda, 1995, p. 177).

Lima (2012) afirma que a tendência econômica no Brasil dos anos 1900 era em favor da concentração industrial desde os estados da região Sudeste do país, na qual os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santos possuíam uma ocupação populacional considerável em comparação as outras regiões, estimulada pela dinamicidade do cultivo do café que consolidou a migração estrangeira. Para o autor,

le processus d’industrialisation du Sudeste brésilien a eu deux types de stimulus : la production de biens d’exportation et la distribution d’une partie du capital du secteur d’exportation sous la forme d’investissement et de salaires. Ce fait va améliorer le profil de la demande effective de biens et de services. Le progrès du Sudeste, dans l’organisation spatiale de la production et dans la formation d’un marché interne, a permis qu’elle arrive en première position en matière de croissance économique de la population du Brésil au XXe siècle (Lima, 2012, p. 39).

As primeiras indústrias brasileiras, por sua vez, não eram necessariamente urbanas, haja vista a necessidade de matérias primas e de fontes de energia localizadas fora das cidades, e o fato de que o território nacional ainda não se encontrava em plena integração (Santos; Silveira, 2008). Tais aspectos, juntamente com a falta da siderurgia (fundamental na indústria moderna), a deficiência do mercado consumidor interno e o próprio acesso às técnicas, eram considerados como dificultadores do estabelecimento industrial, enquanto a mão-de-obra (disponível e a baixo preço), o cultivo do algodão como matéria-prima, a elevação de tarifas alfandegárias e o encarecimento da importação de produtos manufaturados, coincidem como circunstâncias favoráveis ao processo industrial (Prado Jr., 1981).

A despeito das condições mais ou menos favoráveis, fato é que na passagem para o século XX o país conheceu um surto apreciável no progresso industrial, que se prolongou na República sob as iniciativas do novo regime e que, frente ao declínio do câmbio, ao rompimento do equilíbrio conservador do Império, a elevação de taxas

⁷ Sobre a abolição da escravidão, Souchaud (2009) afirma que determinou a natureza, o volume e a orientação do fluxo migratório europeu. Para a autora: “les propriétaires des exploitations caféières, anticipant le tarissement de la main-d’œuvre esclave que la loi d’abolition allait parachever, font pression sur le gouvernement impérial pour qu’il revoie sa politique migratoire, au seul bénéfice de l’immigration des colons se destinant à travailler dans les plantations de café. Ainsi, les lois et les contrats migratoires se succèdent, améliorant peu à peu les conditions d’installation et le statut du migrant qui se destine à travailler dans les fazendas de café” (Souchaud, 2009, p. 31).

alfandegárias visando o protecionismo industrial, tem-se um contexto favorável à produção do país (Prado Jr., 1981). Para o autor, em 1907, a distribuição das atividades industriais era semelhante a estrutura anterior:

A indústria têxtil e a de alimentação compreendem a parte substancial do conjunto. Outro caráter a assinalar é sua extrema dispersão. Somente as indústrias de fiação e tecelagem de algodão, lã e juta apresentam certa concentração. Nas demais, encontra-se excepcionalmente algum grande estabelecimento; o resto são pequenas unidades que não passam realmente de modestas oficinas com reduzido número de operários e inversão insignificante de capital (Prado Jr., 1981, p. 198).

Com a primeira guerra mundial (1914-1918) a indústria brasileira ganha impulso, associado ao declínio das importações de manufaturas dos países em guerra e à redução considerável da concorrência estrangeira pela queda do câmbio, entretanto, no que tange ao caráter desta indústria nos anos 1920, conservava-se quase idêntica a 1907 nos aspectos de dispersão territorial e distribuição percentual da produção (Prado Jr., 1981). Para Prado Jr. (1981, p. 202) “o período que vai de 1924 a 1930 será uma fase sombria para as indústrias brasileiras; muitas fracassam e perecem, e todas ou quase todas se manterão muito próximas do nível mínimo de subsistência”.

Geiger (1963) afirma que um século após a independência, a estrutura urbana brasileira apresentava diferenças sensíveis em relação à estrutura colonial, de forma que se constituía, desde as cidades, uma tendência de concentração de população e atividades, e um melhor escalonamento na hierarquização das cidades, cuja diferenciação era estabelecida pelas funções acumuladas. As comodidades urbanas e a elevação do conforto já se faziam sentir em algumas cidades, que passaram a ser procuradas como lugar de residência dos ricos fazendeiros, não sem se acentuar uma diferenciação interna, “com a constituição do centro comercial, das áreas industriais, de bairros residenciais diversos, segundo os grupos sociais”, mantendo-se fortes vestígios coloniais (Geiger, 1963, p. 97).

Com o desenvolvimento da estrutura industrial brasileira no decorrer do século XX, o fato industrial se tornou o elemento dinâmico da economia brasileira, acelerando o crescimento urbano de grandes e médias cidades e suscitando movimentos migratórios campo-cidade. Para Geiger (1963), o desenvolvimento do processo industrial brasileiro, que surge do acúmulo de dinheiro da agricultura de exportação, fomentada pelo Governo e suas medidas cambiais, afirmou o domínio das cidades na direção do país, guardando

estrita relação com a chamada “Revolução de 30”, caracterizada por embate entre grupos industriais-urbanos e grupos cafeeiros⁸.

De acordo com Santos (2018), a partir de 1930, novas condições políticas e organizacionais permitiram que a industrialização brasileira conhecesse uma nova impulsão, associada a estímulos do poder público e a preponderância que o mercado interno começava a assumir, fundamental na elaboração de uma nova lógica econômica e territorial. Nas cidades, após um período em que o planejamento urbano se voltava ao embelezamento e melhoramentos em infraestrutura e higienização localizados em partes das cidades, os anos 30 do século XX inauguraram um período de elaboração de planos urbanos voltados ao conjunto da área urbana, com uma visão de totalidade que propõem a articulação entre bairros, o centro e a extensão das cidades através das vias de transporte; passa-se da cidade bela a cidade eficiente (Leme, 1999; Villaça, 1999).

Nas décadas subsequentes, as classes urbanas ganharam mais relevância na sociedade brasileira em um contexto de estabelecimento de uma rede brasileira de cidades favorecidas pelos avanços da indústria e da urbanização, que estruturaram as bases para uma integração do mercado e do território, fomentando o deslocamento de pessoas, serviços e capitais aos grandes centros urbano-industriais (Geiger, 1963; Santos; Silveira, 2008; Villaça, 1999).

Assim, a lógica da industrialização que vai se delinear no país a partir da metade do século XX, faz com que esta não possa mais ser entendida em seu sentido estrito, “mas em sua mais ampla significação, como processo social complexo, que tanto inclui a formação de um mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações e ativa o próprio processo de urbanização” (Santos, 2018, p. 30). Para

⁸ Para análise da Revolução de 30, movimento político-militar (tenentismo) que culminou na ascensão de Getúlio Vargas ao poder e marcou o fim da República Velha, Boris Fausto (1983) parte de duas linhas principais: uma sintetiza o episódio revolucionário em termos de ascensão da burguesia industrial; a outra define-o como revolução das classes médias. Para o autor, “ao se caracterizar a Revolução de 1930, é preciso considerar que as suas linhas mais significativas são dadas pelo fato de não importar em alteração das relações de produção na instância econômica, nem na substituição imediata de uma classe ou fração de classe na instância política. As relações de produção, com base na grande propriedade agrária, não são tocadas; o colapso da hegemonia da burguesia do café não conduz ao poder político outra classe ou fração de classe com exclusividade” (Fausto, 1983, p. 86). Para o autor, o evento em questão expressou a necessidade de reajuste da estrutura econômica do país, voltada essencialmente para um único gênero de exportação, e, a respeito do fim da hegemonia da burguesia do café, afirma que a oposição a seu predomínio não provinha do setor industrial interessado na expansão do mercado interno, haja vista a relação de complementaridade entre os setores agrários e industriais, dadas as condições da formação social do país.

o autor, é neste momento que a base econômica alcança a escala do país, ultrapassando o nível regional, de forma que se tem uma urbanização mais envolvente e presente no território.

Deste apartado percebe-se que, embora a indústria seja um elemento vigoroso em favor da urbanização, as atividades industriais não coincidiram exatamente com o habitat urbano⁹. Entretanto, como o fenômeno da urbanização nos países industrializados acompanhou a revolução industrial, há a tendência de estabelecer essa correlação tanto para os países subdesenvolvidos quanto para os desenvolvidos (Santos, 2012). Este equívoco resulta em uma interpretação de que as mesmas causas constituem a origem dos mesmos fenômenos, independente da época e do país; a esse respeito, diz Santos (2012, p. 30): “muitos são levados a transpor os resultados obtidos em uma escala histórica e comparar o que se passou nos países industrializados no início ou durante sua revolução industrial ao que se passa nos países subdesenvolvidos no momento em que esses começam seu processo de industrialização”¹⁰.

Nesta linha de discussão, para Almeida (1994),

d'une manière générale, donc, le processus d'urbanisation au Brésil ne fut pas le résultat exclusif de l'industrialisation, tout comme il n'a pas reproduit le modèle traditionnel d'urbanisation caractéristique de l'industrialisation 'classique', que se traduit par une rapide absorption du travail industriel. L'industrie brésilienne, au contraire, n'a pas créé des emplois en nombre suffisant et elle n'a pas non plus éliminé la disparité de coûts salariaux entre les secteurs agricole et industriel, due à une surprotection de l'activité secondaire (Almeida, 1994, p. 11).

Este esforço inicial, com o intuito de abordar aspectos geográficos e históricos concernentes à cidade e ao urbano no Brasil, será mais bem tratado no decorrer dos outros capítulos da tese, considerando a evolução dos períodos técnicos e as atividades e ciclos econômicos que compreendem o território nacional. O embasamento da proposta parte das reflexões de Milton Santos (2008), quando o autor afirma que há história do urbano

⁹ “Ainda agora se observa o isolamento de certas indústrias, afastadas dos grandes centros urbanos, em busca de áreas menos congestionadas, por vezes em pleno quadro rural. No passado, além das indústrias que sempre se instalam na zona rural, como a do açúcar, muitas outras aí se fixavam. Veja-se o caso da antiga tecelagem de algodão, localizada nas fazendas [...]” (Geiger, 1963, p. 80).

¹⁰ Neste sentido, cabe entender que há pontos de contato e diferenças entre as cidades dos países industrializados, por ocasião do início de sua industrialização, e as cidades dos países subdesenvolvidos, no momento de implantação de sua urbanização industrial (Santos, 2012). Dentre alguns pontos de diferença levantados pelo autor estão aqueles associados ao desenvolvimento das atividades urbanas e modernas, a estrutura das empresas e fábricas, ao peso da população ativa, a estrutura do emprego (não apenas no que concerne ao emprego industrial), e a estrutura do serviço público e do setor terciário. Por fim, o autor aponta a única característica entre os dois tipos de cidades em discussão: o subemprego, reinante no momento da industrialização nos países industrializados no século XIX e nos industrializados no século XX (Santos, 2012).

e história da cidade, das quais fariam parte, respectivamente: a história das atividades que se realizam na cidade e a história da socialização na/pela cidade; e a história dos transportes, da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo e da centralidade. Para o autor, “o conjunto das duas histórias nos daria a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas, a história das teorias” (Santos, 2008, p. 67).

Neste sentido, a busca é por apreender aspectos referentes às condições materiais objetivas e cambiantes da realidade urbana que pautaram e forneceram as condições empíricas e históricas para o desenvolvimento teórico e a operacionalização metódica nos estudos e análises sobre a cidade e o urbano no âmbito do pensamento geográfico brasileiro.

1.2 A institucionalização da Geografia no Brasil: antecedentes que marcaram o estudo das cidades e do urbano

Ao se abordar o processo de institucionalização da ciência Geografia que ocorreu no século XIX na Europa, período de triunfo da burguesia, de propagação de ideologias engendradas pelo capitalismo e de ascensão dos Estados nacionais europeus, apreende-se a centralidade do discurso geográfico em um momento de reordenamento das esferas de dominação estatal, atuando na afirmação das identidades nacionais (Moraes, 1991). Para A. C. R. Moraes, na segunda metade do século XIX o Brasil apresentava todas as condições para uma rápida disseminação do discurso geográfico e institucionalização da Geografia, período de transição no qual a questão da identidade nacional pelo espaço ganha representação simbólica.

A hipótese de Moraes (1991, p. 170) é a de que a disseminação ocorreu, mas a segunda não, “isto é, as teses da geografia conheceram certo destaque sem que a disciplina conhecesse uma objetivação institucional”, de forma que “tem-se, assim, um debate marcadamente geográfico (com muitas alusões a autores e a teorias da geografia) sem que se tenham de fato geógrafos ou cursos de geografia no país”. A institucionalização viria na década de 1930, dando impulso ao processo de modernização da Geografia que data de 1913, com as publicações de Carlos Delgado de Carvalho Neto: “Brasil Meridional” (1910); “Geografia do Brasil” (1913); “Metodologia do Ensino da Geografia” (1925); e “Geografia Elementar e Physiografia do Brasil” (1926), que marcam o início do pensamento do geográfico científico brasileiro: contrário ao ensino descritivo e enciclopédico propagado nas escolas de nível elementar e médio do país e a falta de rigor metodológico e empírico na “ciência”¹¹ (Abreu, 1994a; Barros, 2023).

¹¹ Segundo Azevedo (1954, p. 59) “o método seguido era sempre um só: quando não se iniciavam por ‘Elementos de Geometria’ ou por um ‘Resumo da História de São Paulo’, preocupavam-se, desde logo, com as coordenadas geográficas e com a linha de fronteiras, descrita está sempre com um cuidado e ênfase nem mesmo compreensíveis se se tratasse das lides com países estrangeiros. Vinha, depois, a geografia física, como se a compreendia no século XVIII: a orografia, a potamografia, a limnografia, a nesografia, acrografia e uma infinidade de outras ‘grafias’, dentro das quais se alinhavam, compactos, os nomes de acidentes geográficos; e, para terminar, um estudo superficial e geralmente bastante otimista do clima (que, por toda parte, era muito saudável...), uma referência às riquezas naturais, em que a flora, a fauna e os minerais apareciam honestamente referidos através de seus mais conspícuos representantes (intermináveis relações de espécies botânicas, pitorescas listas de animais, desde a onça até o tico-tico... e impressionante relação de minerais, a começar pelo ouro e a terminar pelas argilas). Seguiu-se a geografia política, parte que oferecia ao leitor, de mistura, referências à população (os índios aparecendo sempre mencionados em primeiro lugar entre os tipos étnicos, dentro do velho critério histórico), às divisões administrativas e judiciárias, às cidades e vilas, quando não ao orçamento, às fortalezas, aos faróis, à força pública. Quase nunca a geografia econômica aparecia em caráter autônomo: ora era incluída no capítulo dedicado às riquezas naturais (caso mais comum), ora servia de complemento à ‘geografia política’”.

No que diz respeito à participação de Delgado de Carvalho Neto, Machado (1999, p. 20) afirma que, dadas suas relações com a Geografia que vinha sendo promovida na França, o geógrafo sofreu “grande influência, não apenas de um historicismo naturalizante, mediado por uma visão positivista e pela metáfora organicista, como também de um historicismo que buscava o entendimento da realidade social a partir da identificação da individualidade das áreas, o que pressupunha uma visão histórica interativa dos diferentes fenômenos físicos e humanos presentes em uma dada porção da superfície terrestre”. Em “Le Brésil Méridional”, uma clássica monografia regional aos moldes franceses, o autor fornece em detalhes os diferentes elementos naturais e humanos, enfocando os aspectos econômicos e, amparado no conceito de região natural, estabelece um novo recorte espacial, agrupando os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul conforme seus aspectos fisiográficos, especialmente hidrografia e relevo (Machado, 1999).

Carvalho (1925) afirma que a região natural como base de estudos das relações e interações dos elementos, surgiu apenas quando a geografia deixou de ser exclusivamente descritiva para ser também explicativa. Para o autor, a região natural “é uma área geográfica, mais ou menos precisa, que a observação permite criar com a superposição de mapas, figurando influências fisiográficas diferentes: relevo, hidrografia, clima, vegetação; forma-se, assim, uma imagem composta, uma síntese esboçada que vai servir de cenário à ação do homem” (Carvalho, 1925, p. 224).

Apesar de se tratar de uma teoria nova, ressalta Carvalho (1925, p. 225) que sua operacionalização resultaria em uma proposta de regiões naturais¹² para o estudo do Brasil, “como um plano de trabalho, uma tímida protestação contra os métodos de geografia administrativa erigidos em princípios absolutos, desnaturando a fisionomia da geografia pátria, falseando o espírito geográfico das gerações escolar e afastando dos estudos geográficos os que neles só encontram descrições áridas, nomenclaturas sobrecarregadas, ausência total de vida e de interesse”. Delgado de Carvalho (1925)

¹² De vertente francesa, o estudo das regiões naturais constitui-se como o objeto de estudo da geografia humana, contribuindo e orientando discussões voltadas à região para além dos estudos em geografia urbana. Discussões propostas desde a geografia humana que vinha se desenvolvendo no Brasil e que operacionalizavam este conceito de região natural, a título de exemplo, pode-se encontrar em: Abreu (1939), Deffontaine (1939, 1944), Carvalho (1944a, 1944b), La Blache (1944), Valverde (1944), Domingues (1947).

conclui afirmando que a teoria da região natural resguarda o futuro da metodologia geográfica e favorece a interpretação dos fenômenos geográficos.

A este esforço insurgente empreendido por Carlos Delgado de Carvalho Neto, podemos também citar as contribuições de Therezinha de Castro, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Josué de Castro, Sérgio Buarque de Holanda e tantos outros que aceitaram o desafio de transformar os fundamentos da geografia no Brasil. Entretanto, a despeito das proposições de novos ensinamentos e orientações em favor da superação dos métodos correntes na geografia, os estudos continuaram a ser desenvolvidos como antes (Azevedo, 1954; Barros, 2023).

Com a complexificação da estrutura social do país ao longo das primeiras décadas do século XX, acompanhada do incremento da urbanização, processou-se uma superação das formas de representação política tradicionais, expressas na instabilidade dos anos 20 e 30, culminando na chamada Revolução de 30 (Moraes, 1991). O evento em questão ocasionou, para além das alterações estruturais nas relações entre o Estado e a sociedade, um estímulo ao desenvolvimento e inovação das ciências sociais, com criação de cursos superiores e instituições; “as mudanças ocorridas no país, pós 1930, geravam novas necessidades, que, por sua vez, exigiam um novo arranjo territorial da estrutura do poder político e econômico, centrado numa administração pública estruturada, com uma concentração de poder num espaço novo, o urbano-industrial” (Barros, 2023).

Neste contexto, marcado pelo nacionalismo enquanto fisionomia do Estado e face de restauração da sociedade capitalista, e pela legitimação desse discurso ideológico através das ciências humanas, que a Geografia se institucionaliza (Barros, 2023). Para a autora “à disciplina de geografia coube o papel de divulgar a imagem do Brasil ‘perfeito’, pátria a ser amada e idolatrada. Coube-lhe também o papel de formadora da consciência patriótica no estudante, pois através dos conhecimentos desenvolvidos por esta disciplina o cidadão estaria apto a trabalhar na construção de um país melhor”¹³ (Barros, 2023, p. 29).

¹³ O trecho a seguir, de Carvalho (1925, p. 227) é representativo da presença dessas ideias na Geografia: “O ensino da geografia pátria é, entretanto, um dever de inteligência e de patriotismo. Aos nossos jovens patrióticos não devemos apresentar a geografia do Brasil como uma disciplina austera e ingrata ao estudo. Por meio de bons mapas, de gráficos, de perfis, de diagramas, de fotografias, se fôr possível, torná-la fácil e cativante. É pelo conhecimento do país, pela consciência de suas forças vivas que podemos chegar a apreciá-lo no seu justo valor. O histórico dos acontecimentos econômicos e sociais nos permite compreender sua formação e explicá-la. Em semelhantes estudos será colhido um patriotismo verdadeiro, esclarecido e inteligente, sem frases retumbantes, não um patriotismo incondicional e cego, mas sim justificado e nobre. Afastando assim a ideia dos Estados, teoricamente iguais e equivalentes, tais como estão na Constituição, passaremos a salientar os fatores de diferenciação, de diversificação, que fazem se

A institucionalização da Geografia e a instauração da geografia científica, hoje chamada de clássica ou tradicional, ocorreram no curso dos acontecimentos da Revolução de 30 e da necessidade de conhecimento e mapeamento do território brasileiro (Andrade, 1999). A década de 1930 marcou o desenvolvimento do conhecimento geográfico com a criação de curso para formação de geógrafos em nível superior e da inserção da geografia nos currículos de universidades, como se apreende pela criação da Universidade de São Paulo - USP (1934); da Universidade do Distrito Federal - UDF (1935); da Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB (1935); do Conselho Nacional de Geografia – CNG (1937); e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (1937) (Andrade, 1977; Andrade, 1999).

Nas palavras de Abreu (1994a), este movimento na Geografia é representativo

da primeira incursão da nova geografia acadêmica, da geografia das faculdades de filosofia, na seara dos congressos científicos. E essa era uma incursão aguardada com expectativa pelos que trabalhavam na Academia. Para eles era fundamental impor definitivamente no país a geografia ‘moderna’ e cortar os laços, de uma vez por todas, com a geografia enciclopédica que ainda teimava em se manter por aqui (Abreu, 1994a, p. 207).

Dentre os principais nomes que influenciaram e participaram em favor da institucionalização da geografia estão os franceses Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines e Francis Ruellan, especialmente no que diz respeito a criação da USP, da UDF e da AGB. A AGB foi durante anos uma instituição paulista¹⁴, tendo em vista que suas reuniões e encontros envolviam seus sócios em São Paulo, discutindo e publicando artigos sobretudo a respeito de população, agrária e urbana, sendo um meio de difusão da orientação metodológica de Vidal de la Blache, voltada ao ambientalismo e à geografia regional (Andrade, 1991).

completar entre si as zonas nacionais. Mais eloqüente e mais necessária aparecerá a idéia sacrossanta da união que fez a honra de nossa história e que faz nosso prestígio e nossa força”.

¹⁴ “Só em 1944 é que a AGB tornou-se verdadeiramente nacional, depois que os geógrafos de São Paulo se reuniram com os do Rio de Janeiro e iniciaram um trabalho de cooperação, a partir da Assembléia Geral reunida em Lorena. Em sua organização, a associação foi profundamente aristocrática, para não dizer oligárquica, de vez que estabeleceu duas categorias de sócios, os efetivos, com direito pleno, e os cooperadores, formados por todas as pessoas interessadas pelo estudo da Geografia, mas que não tinham uma obra específica na área. Em geral, o sócio se iniciava como cooperador e só passava a efetivo se os efetivos resolvessem elegê-lo para o “clube fechado”. Este sistema tinha dois fins: 1º evitar que intelectuais não geógrafos chegassem a posições de controle e direção da sociedade, a nível nacional; 2º fazer uma espécie de patrulhamento científico, a fim de que a sociedade mantivesse, até certo ponto, uma linha uniforme de pensamento. Evitava-se, assim, de uma só vez, os aventureiros, os incompetentes e os que tinham divergências epistemológicas e metodológicas” (Andrade, 1991, p. 146).

A fundação da AGB é intrínseca ao curso de Geografia e História da USP (em 1955 a subseção conjunta foi desmembrada e os cursos separados), apesar das raízes autoritárias, o corpo docente era composto por intelectuais de extração liberal esquerdizante, responsáveis pela promoção de discussões democráticas na Universidade, acompanhadas por ameaças de fechamentos a partir de 1937 (Mamigonian, 1991). Ambas as instituições foram importantes para a Geografia, contribuindo e difundindo a proposta metodológica dos estudos monográficos e relevância do trabalho de campo, considerado uma atividade fundamental de pesquisa que pautou a formação e atuação da primeira geração de geógrafos¹⁵ (Azevedo, 1954; Abreu, 1994a).

Influência na formação desses geógrafos também exerceu o IBGE, criado durante o Estado Novo, que adere à UGI (União Geográfica Internacional) de forma que se fez sentir na orientação metodológica do órgão a influência de autores anglo-saxônicos, como Hartshorne e Preston James (Monteiro, 1980). Schaffer (1986) aponta a relação entre a AGB e o IBGE pelos nomes em comum que aturam em sua elaboração, como o caso de Emanuel de Martonne, e ressalta a importância do IBGE no que diz respeito ao setor profissional, reunindo em seus quadros um grupo significativo de geógrafos, e ao setor de publicações, divulgando trabalhos e materiais elaborados por nomes estrangeiros, como P. Deffontaines, P. Monbeig e Leo Weibel.

As análises e os estudos sobre a cidade e o urbano no Brasil encontrarão nessas instituições e órgãos, tanto seus meios de difusão quanto seus embasamentos em teoria e método, especialmente os que dizem respeito à influência da escola francesa, que marcou fortemente as produções acadêmicas pelo positivismo e pelas monografias urbanas, valorizando o empírico e a observação direta, além da escala intraurbana e o naturalismo. As questões de método e as teorias operacionalizadas durante a vigência da então Geografia Moderna (hoje tradicional [1934-1955]) serão discutidas no próximo capítulo, através de publicações e nomes relevantes do período.

¹⁵ Embora conte com nomes que não necessariamente possuíam formação em Geografia, Scarim (2008, p. 42) elenca uma primeira geração de geógrafos no Brasil formada por: “Deffontaines, DeMartonne e Pierre Monbeig, Aroldo de Azevedo, Maria da Conceição Vicente Carvalho (a primeira pessoa que se doutorou em Geografia no Brasil), João Dias da Silveira, Ary França, Antonio Rocha Penteado, José Ribeiro de Araújo Filho, Pasquale Petrone, Léa Goldenstein, Nice Lecocq Müller, Aziz Ab’Sáber, em São Paulo; Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, Orlando Valverde, Maria Therezinha de Segadas Soares, Nilo Bernardes e Lysia Maria Cavalcanti Bernardes, no Rio de Janeiro; Manuel Correia de Andrade (Pernambuco), Milton Almeida dos Santos (Bahia), Caio Prado Júnior (São Paulo), Victor A. Peluso Júnior (Santa Catarina), Mário Lacerda de Melo (Pernambuco), Odilon Nogueira de Matos (São Paulo), Dirceu Lino de Matos (São Paulo), Pedro Pinchas Geiger (Rio de Janeiro), Gilberto Freire (Pernambuco), Josué de Castro (Pernambuco), Anna Dias S. Carvalho (Bahia), Everaldo Backheuser (Rio de Janeiro), entre outros”.

CAPÍTULO II

DISCUSSÕES EM TEORIA E MÉTODO: A CIDADE E O URBANO NA MODERNA GEOGRAFIA BRASILEIRA (1934 - 1955)

A cidade entra no temário geográfico moderno a partir de noções que remetem aos seus fundadores, como Friedrich Ratzel, Vidal de La Blache e outros, que contribuíram com suas análises às pautas de estudos urbanos nos países depositários de suas influências. É preciso considerar o fato de que é difícil definir com clareza os limites de cada influência, tendo em vista a inerência do contexto histórico nessa definição, cujos elementos atuam em favor de algumas propostas e em detrimento de outras, como ocorreu no Brasil durante os primeiros anos de vigência da geografia moderna (hoje tradicional).

Entretanto, há condições para se apontar caminhos que indiquem, se não um quadro dado e encerrado das heranças do método e da teoria, ao menos as tendências de análise e sua difusão pelos espaços universitários e centros de pesquisa. Assim, torna-se possível vislumbrar um panorama e as condições, gerais e materiais, da geografia urbana brasileira assim como pressupostos e perspectivas mais difundidas e duradouras.

2.1 A cidade e o urbano no temário geográfico moderno: apontamentos iniciais de uma fundamentação teórico-metódica

Como apresentado no capítulo anterior, o movimento que culmina na institucionalização da geografia brasileira está associado ao processo de formação territorial do país e à complexificação de suas relações políticas, econômicas e sociais, passando pela necessidade de maior conhecimento do território e de seus limites, e de (re)afirmação da identidade nacional. Nesse contexto, a modernização da ciência no Brasil encontrou na geografia francesa o impulso necessário para sua consolidação, sendo marcante sua influência nos estudos sobre a cidade e o urbano, especialmente no que diz respeito à adesão ao projeto naturalista na geografia urbana brasileira, através de embasamento na teoria e no método com vias à análise da realidade nacional.

Entretanto, antes de adentrar na perspectiva da teoria e do método em geografia, acredita-se que seja relevante uma breve fundamentação, a título de entendimento e referenciação do que será discutido e apresentado no tópico seguinte. O que se propõe aqui é apresentar as origens a respeito da inclusão da cidade no temário geográfico moderno que, para Abreu (1994a), está relacionada ao conceito de *posição/situação*, remetendo a influência de Friedrich Ratzel.

Para Backheuser (1944, p. 400) a localização é o conceito fundamental da Geografia¹⁶, o qual, por sua vez, se subdivide imediatamente em duas outras, *posição* e *espaço*, “sem as quais seria impossível sequer imaginar a existência de qualquer lugar na superfície da Terra”. Para o autor, Friedrich Ratzel foi quem compreendeu a necessidade de conferir relevância às noções de *espaço* e de *posição* (ou *situação*) desde a geografia, denominando este “segundo setor” da localização como *Lage*, “palavra que, em português corresponde ao mesmo tempo à de *posição* (isto é, de localização segundo as coordenadas geográficas) e à de *situação*, ou seja, de localização, por exemplo, em altitude, ou segundo a distância ao mar, ou em relação a outro país” (Backheuser, 1944, p. 401).

Com a morte F. Ratzel, Abreu (1994a) ressalta que novos elementos balizadores passaram a permear os estudos sobre as cidades, especialmente a partir das contribuições

¹⁶ “Considerar a localização como o fundamento mesmo da geografia é assunto que já não comporta mais discussão. Os adeptos de todas as escolas, os veteranos e os neófitos, os partidários dessa ou daquela doutrina, os técnicos da ciência, e os que a olham de fora, todos, unânimes, acertam sem debate que a localização é a essência da geografia [...]. Repare-se que o princípio da localização é evidentemente aplicável tanto à geografia física quanto à geografia humana, e em qualquer dos múltiplos setores de ambos, o que mostra sua generalidade. Por isso mesmo, é o mais próprio a lhe servir de alicerce quando se considera a geografia como ciência dedutiva e unitária, na qual os parcelamentos sucessivos são antes de ordem didática que de natureza filosófica. A localização é, pois, mais do que um princípio basilar da geografia porque é a sua mesma essência” (Backheuser, 1944, p. 399).

da geografia francesa com a noção de *sítio*, apropriada também ao contexto do debate franco-alemão do período em questão. Para Bernardes (1963, p. 86) o *sítio* se refere ao conjunto de aspectos intrínsecos ao local no qual se estabeleceu e se expandiu uma cidade, de forma que “logo que ganha importância, a cidade extravasa dos limites de acidente topográfico onde se fixara. E só cresce com a condição de anexar sítios vizinhos ao inicial”.

Abreu (1994a) ainda afirma que os estudos sobre a noção de *sítio* em trabalhos franceses de geografia urbana proclamavam, invariavelmente, as vitórias humanas sobre o meio natural, isto é, uma “naturalização” do discurso geográfico sobre a cidade. Para o autor “o projeto naturalista foi vitorioso na França, e, embora La Blache tenha deixado apenas algumas poucas páginas escritas sobre as cidades, sua orientação foi decisiva para o delineamento do tipo de estudo urbano que iria predominar naquele país e, mais tarde, nos países que receberiam a influência da ‘escola francesa’, dentre eles o Brasil” (Abreu, 1994a, p. 203).

A proposta do naturalismo francês chega ao Brasil com P. Deffontaines, discípulo de Jean Brunhes, a quem, de acordo com Santos (2012), interessava uma interpretação positiva dos fatos geográficos. Deffontaines no capítulo 1 de “Geografia Humana do Brasil”: “os elementos da natureza e a luta dos homens” (1939), como expressão do teor naturalista de sua proposta, além de analisar a extensão e os aspectos físicos do território nacional (como solo, relevo, clima, vegetação, hidrografia), entrelaça-os a questões humanas, em que ressalta a luta entre o homem e o meio: a respeito da interação homem e solo afirma que este “deixou aos homens muitos recursos preciosos, mas também muitas dificuldades” (Deffontaines, 1939, p. 31).

O autor ainda se questiona sobre “que altitudes vão tomar os homens em face do relevo” e “que vantagens, que obstáculos vão encontrar”, terminando por afirmar a relação entre as antigas civilizações andinas e a domesticação de animais como exemplo de ocupação em planaltos que “atingiu toda sua plenitude” (Deffontaines, 1939, p. 32); ao abordar a questão climática, por sua vez, afirma que “o Brasil representa um dos mais grandiosos exemplos de batalha entre o homem e o clima”, e ao fazer referência às secas do nordeste diz que “foi lá que se formou um tipo muito curioso: o sertanejo nordestino. Sua origem quase unicamente branca, sobretudo portuguesa do Norte, não o impediu de ser uma das raças mais vivazes, mais adaptáveis em relação ao clima” (Deffontaines, 1939, p. 40), inclusive ao da Amazônia durante o ciclo da borracha, fato que o autor considera uma “curiosa anomalia: esses homens da seca conseguiram adaptar-se às terras

da maior umidade, às zonas da floresta mais maciça” (Deffontaines, 1939, p. 41); por fim, sobre os rios, afirma ser de “grande vantagem para os homens porque permitiu uma penetração rápida do interior”, mas não sem apresentar dificuldades e obstáculos à circulação, como pelas corredeiras e quedas d’água, as quais, paulatinamente, foram operacionalizadas com vias a geração de energia e fomentaram o surgimento de cidades (Deffontaines, 1939, p. 43).

O naturalismo representava a ânsia da geografia em ser uma ciência natural dos fenômenos humanos, conforme ressalta Moraes (2007). De acordo com o autor “tal perspectiva naturalista aparece com clareza no fato de buscar esta disciplina a compreensão do relacionamento entre o homem e a natureza, sem se preocupar com a relação entre os homens. Desta forma, o especificamente humano, representado nas relações sociais, fica fora do seu âmbito de estudos” (Moraes, 2007, p. 41).

O pensamento geográfico tradicional envolve um fundamento comum, que perpassa o naturalismo e orientação positivista e empirista, cuja manifestação está, para Moraes (2007), na redução da realidade ao mundo dos sentidos, de forma que os estudos se restringem aos aspectos visíveis do real, circunscritos ao domínio da aparência dos fenômenos, tendo a indução como procedimento de análise. Ainda, Moraes (2007) discute outra manifestação da filiação positivista: a ideia da existência de um único método de interpretação comum a todas as ciências, isto é, a não-aceitação da diferença de qualidade entre o domínio das ciências humanas e o das ciências naturais” (Moraes, 2007, p. 40).

De acordo com Christofolletti (1982), a metodologia científica se formalizou em algumas proposições frente as teses do positivismo lógico, que envolvem assertivas de que o conhecimento fecundo é aquele baseado em fatos empíricos; para que tenha certeza da validade do conhecimento faz-se necessário a verificação de hipóteses; e que o procedimento científico deve se ater ao contato com experiência do empírico. Para Christofolletti (1982, *s.p.*), “a filosofia positivista caracteriza-se pela valorização exclusiva dos dados, tais como são coletados e observados pela experimentação, e o procedimento metodológico padrão é o representado pelas ciências físicas. Essa metodologia, pois, deveria ser aplicada a todos os ramos do conhecimento. Esta perspectiva da identidade fundamental entre as Ciências Exatas e as Ciências Humanas apresenta raízes antigas, e as suas origens voltam à tradição empirista inglesa, que remonta a Francis Bacon (1561-1626)”.

Raffestin (1989), por sua vez, ressalta que a apropriação de um aparato metodológico oriundo das ciências naturais com o intuito de operacionalizá-lo em favor da Geografia, não significa entrar na ciência moderna, mas sobrepor uma ideia de “modernidade” ao tradicional. A respeito do objeto da geografia clássica, o autor diz que

est « un quelque chose entre ciel et terre » parfaitement visible, observable et évident. La géographie, enfermée dans l'évidence de l'objet, autrement dit plus attentive à la nature des choses qu'aux relations entre elles, a longtemps privilégié l'œil comme instrument d'investigation. C'est assez dire, je pense, que le « j'ai vu » héracléen a traversé les siècles et qu'il nous est parvenu presque intact” (Raffestin, 1989, p. 27).

À vaguidade e à indefinição do objeto de estudo da geografia superpunha-se a ideia desta ciência enquanto promotora de um trabalho de síntese (inerente ao arcabouço positivista), de forma a reunir e coordenar informações e conhecimentos inclusive de outras ciências, elencando está “vocalização sintética” como responsável pela unidade da pesquisa geográfica (Moraes, 2007; Santos, 2012). Além de refletir a proposta de método, a síntese geográfica é almejada nos estudos regionais, onde paisagens distintas são elaboradas dados os fenômenos e suas interações naquele lugar, sendo uma perspectiva, portanto, que caracterizou a geografia clássica em sua busca pelo objetivo e concreto da/na realidade (Christofolletti, 1982).

Sem desconsiderar a ressalva de Milton Santos (2012), que levanta a necessidade de prudência ao se discutir as heranças filosóficas da geografia, tendo em vistas o leque de posturas assumidas pelos geógrafos ante um discurso filosófico, é possível afirmar que o que se impôs à geografia foi uma herança idealista e positivista. Os elementos aqui apresentados, enquanto vinculados à unidade do pensamento geográfico tradicional, estiveram presentes e influenciaram os estudos sobre a cidade e o urbano no Brasil, sobretudo através das monografias urbanas (de característica regional), padrão metodológico de estudos largamente difundido durante a vigência da geografia moderna no país. Feito este apanhado, passaremos à verticalização do entendimento da teoria e do método nos estudos sobre a cidade e o urbano, elencando as principais influências e padrões analíticos de investigação e respectivas temáticas.

2.2 Questões de método e os elementos da influência francesa nas análises sobre a cidade e o urbano no Brasil

O pensamento geográfico tradicional e sua respectiva postura metódica, amparada no positivismo lógico e no naturalismo, foram especialmente difundidas através do padrão de estudo das monografias urbanas, responsáveis por influenciar profundamente a pesquisa geográfica a respeito da cidade e do urbano no país. Essencialmente, as monografias urbanas eram monografias regionais operacionalizadas às cidades, de cujas análises esperava-se uma síntese urbana associada à descrição da paisagem e de fenômenos, estudando de forma integrada aspectos físicos e humanos das cidades (Abreu, 1994b; Cassab, 2011).

Os estudos das monografias regionais francesas estão muito associados a Vidal de La Blache, defensor de uma perspectiva que deveria “conter uma análise detalhada do meio físico, das formas de ocupação, das atividades humanas e de como o homem se ajusta à natureza. O olhar sobre a natureza deveria conter uma perspectiva histórica na análise da relação homem-meio. Fundamentalmente, a monografia regional deveria estabelecer a integração dos elementos físicos e sociais e acrescentar uma visão sintética da região” (Lencioni, 1999, p. 105). Para a autora, as monografias acabaram por delinear uma Geografia que destacava o caráter único, particular, singular, de cada estudo regional, passando a se levantar questões sobre se a ciência teria um aspecto ideográfico ou nomotético, conduzindo para um impasse teórico: a dicotomia entre Geografia Regional e Geografia Geral.

Esta dicotomia também é reconhecida por Christoffoleti (1982). Para o autor, a “Geografia Regional procurava estudar as unidades componentes da diversidade areal da superfície terrestre. Em cada lugar, área ou região a combinação e a interação das diversas categorias de fenômenos refletiam-se na elaboração de uma paisagem distinta, que surgia de modo objetivo e concreto. O estudo das regiões e das áreas favoreceu a expansão da perspectiva regional ou cronológica, que teve como êmulo e padrão as clássicas monografias da escola francesa” (Christoffoleti, 1982, *s.p.*). Na busca pela compreensão das características regionais, o autor afirma que os geógrafos desenvolveram uma habilidade descritiva, em um exercício metodológico de destrinchar a evolução histórica e alcançar a sequência de fases que culminaram nas características atuais de uma área ou região.

Quanto à operacionalização metodológica das monografias regionais no Brasil, P. Monbeig desponta como um dos influenciadores destes padrões de estudos, especialmente a partir de seu trabalho publicado em 1941 intitulado: “O estudo geográfico das cidades”, em que apresenta os conteúdos e as temáticas de investigação próprias as monografias urbanas, tornando-se um importante guia no direcionamento e na orientação dos estudos sobre a cidade e o urbano no país. Para Vasconcelos (2012, p. 153) “não há no artigo de Monbeig avanços de ordem metodológica ou conceitual, mas trata-se, sobretudo, da tradução da proposta metodológica de monografia urbana francesa, adaptada e demonstrada a partir de exemplos de cidades brasileiras”.

Em sua obra, Monbeig (1941) afirma que o estudo geográfico de um organismo urbano (já em alusão a proposta naturalista) é um dos mais típicos das concepções e dos métodos da geografia, e ressalta Ratzel, La Blache, Brunhes e geógrafos americanos como os promotores das respectivas diretrizes. Para o autor, a geografia urbana acentua o caráter sintético da geografia humana, haja vista a necessidade do geógrafo em “trabalhar com auxílio dos historiadores, dos sociólogos e dos economistas e, mais ainda, a consultar os técnicos das cidades que são os urbanistas”, em contexto no qual a cidade tornada um “organismo artificial” tem suas relações com o meio natural manifestas de forma mais sutil (Monbeig, 1941, p. 278).

A relações da sociedade humana com o meio natural, no passado e no presente, é considerada como o princípio do método geográfico operacionalizado nas monografias urbanas¹⁷, que deve ser respeitado sobre todos os aspectos (Monbeig, 1941). Neste sentido, elencando os pontos principais que envolvem a estruturação de uma monografia urbana, a posição da cidade é o ponto de partida da pesquisa em geografia urbana, sendo o “estudo do quadro natural em que nasceu e cresceu a cidade”, fazendo uma tabula rasa de tudo que fora acrescentado pelo homem ao cenário natural e restabelecendo “a

¹⁷ “O ponto de vista que domina o estudo geográfico de uma cidade, assim como todo estudo de geografia humana, é o das relações de uma sociedade humana com o “*changing environment*”. Não é, absolutamente, com efeito, apenas o jogo do acaso que fez com que, exatamente em um certo ponto do solo, nascesse e se desenvolvesse um aglomerado urbano: e o organismo urbano, na sua forma e na sua função, só pode desenvolver-se aproveitando certos elementos naturais (digamos: para usar a terminologia corrente); ou, ao contrário, foi preciso superar obstáculos opostos pela natureza, mas que a técnica, posta em ação e de algum modo estimulada pelas necessidades econômicas, finalmente reduziu. As monografias urbanas já realizadas têm demonstrado que, nesse campo como em tantos outros, não havia imperialismo do meio natural e que, por exemplo, Grenoble tornou-se a capital dos Alpes Franceses a despeito das perpétuas ameaças de destruição que lhe impõem os ribeirões alpinos que aí confluem; mas, demonstraram também que as cidades ditas artificiais, como Madrid, têm uma infra-estrutura geográfica cujas conseqüências seria errado desprezar” (Monbeig, 1941, p. 278).

paisagem natural tal como era no tempo em que o núcleo urbano começou a se desenvolver” (Monbeig, 1941, p. 281).

O estudo desse quadro natural deve vir acompanhado do estudo da *situação*¹⁸ e do *local* urbano¹⁹, de forma que correspondem a análises mútuas, cuja distinção possui um valor apenas metodológico. Para o autor, não se deve perder de vista os fins precisos a que se propõe uma monografia: “de que vantagens dispôs o homem para estabelecer a cidade? Como essas condições locais auxiliaram ou entravaram o desenvolvimento da cidade e a forma material que ela apresenta na paisagem? De que soluções necessitaram elas? Assim também se evitará concluir muito depressa por uma influência ditatorial do local. Há sempre uma escolha do homem, consciente ou inconsciente” (Monbeig, 1941, p. 286).

A evolução urbana é outro aspecto elencado por Pierre Monbeig, estando associada ao dinamismo dos homens e suas obras, e que deve ser estudada sem perder de vista o geográfico, de forma que “em primeiro lugar, convém analisar a “evolução do espaço”, as etapas, não mais apenas de sua formação, mas de sua progressão, o ritmo e as circunstâncias dessas etapas” (Monbeig, 1941, p. 290). Para tanto, o autor ressalta a importância das técnicas cartográficas e padrões de representação da cidade, aqui, discutindo sobre a necessidade de análise de plantas da cidade periodizadas, sem negar as contribuições advindas das estatísticas – “a análise que acompanha a descrição desses mapas sucessivos da cidade visa explicar o porquê dos fatos e, sendo uma análise cartográfica, o porquê das direções inscritas sobre o mapa” (Monbeig, 1941, p. 290).

O autor entende que a cidade não é apenas um conteúdo, mas também o resultado dos trabalhos dos homens, de forma que o estudo urbano não pode prescindir de uma parte demográfica, importante para se compreender o aumento da população urbana, sua evolução e densidade distributiva, assim como para apreender a progressão e o ritmo urbanos. Propõe também, na construção de uma monografia, o estudo do *habitat urbano* e da *circulação urbana* para a precisão dos traços de cada região da cidade, que são

¹⁸ “Por situação da cidade eu entendo a posição geral da cidade em relação a um vasto conjunto regional, sobretudo topográfico, mas não exclusivamente. O estudo da situação de uma cidade consiste em considerar essa cidade no conjunto regional de que faz parte, podendo esse conjunto ter uma verdadeira unidade natural, ou, ao contrário, resultar do contraste entre regiões naturalmente opostas” (Monbeig, 1941, p. 282).

¹⁹ “Quanto ao estudo do ‘local urbano’, não é outra coisa senão o estudo da situação, mas desta vez local e não mais regional. Os geógrafos têm tentado estabelecer uma classificação das cidades segundo os tipos de local urbano: cidades de pântanos, cidades de meandros, cidades de vau, cidades localizadas em um cabo, ilhas, cidades em acrópole etc.; lendo-se essa classificação, a via de passagem e o cuidado com a segurança parecem os agentes essenciais da escolha efetuada pelos homens” (Monbeig, 1941, p. 283).

próprios bairros²⁰, de forma que questões de distância, tempo, quantidade e oscilação, tudo em função do meio, envolvem as monografias urbanas e respondem ao rigor do método de uma ciência de síntese (Monbeig, 1941).

A respeito da função urbana, Monbeig (1941) afirma que o organismo urbano é constituído pelos homens e suas obras, mas que a função deste organismo se modifica concomitantemente à sua evolução, estando indissociável do meio geográfico e dos acontecimentos da política e da economia gerais, de forma que seu entendimento se torna compreensível apenas com o auxílio do passado²¹. Não há correlação, para o autor, entre as dimensões da cidade e a função urbana mais ou menos interessante, mas sim que, por exemplo, em uma capital, “é aí menos difícil de estudar e seus diferentes elementos decompõem-se mais facilmente” (Monbeig, 1941, p. 301).

Reafirmando que, na análise em questão, a realidade emerge nos estudos enquanto uma síntese, o autor aponta as seguintes funções de uma cidade: comercial; industrial; bancária; e função espiritual, de forma que é preciso o cuidado de descrever e explicar o clima próprio à cidade analisada, que é o que domina o estudo da função urbana. Torna-se relevante, não apenas nas análises das funções urbanas, mas também, no desenvolvimento de uma monografia urbana, considerar o raio de ação da cidade, haja vista as relações que uma cidade exerce com uma região, inclusive de dependência,

²⁰ “Se o estudo da habitação urbana ajuda a definir o aspecto de cada bairro, em cada época da vida urbana, o da circulação mostra como se constitui o laço que une todos os bairros: a circulação é a causa da vida que anima o organismo. Ora, essa circulação depende antes de tudo da topografia que condiciona o estabelecimento das ruas e das estradas. Ninguém poderá imaginar exatamente o Rio de Janeiro ou São Paulo ou Salvador sem conhecer os problemas que o relevo opôs à circulação e como esta pode ser facilitada pela abertura dos túneis, pela construção dos viadutos, pelo estabelecimento dos ascensores e funiculares. Túneis, viadutos e ascensores que dão às três cidades um aspecto exclusivamente seu. E Recife, entre os braços dos rios e as lagoas, resolveu seu problema de circulação pelo levantamento de pontes que ligam entre si as cédulas do organismo urbano” (Monbeig, 1941, p. 297).

²¹ Monbeig (1941, p. 299) destaca a relevância para se pensar a alternância ou transformação das funções urbanas ante o meio natural: “Se se consideram as transformações, no decorrer dos séculos, da função urbana, é ainda reforçada a impressão de uma autonomia total em relação ao meio natural e isso principalmente nas enormes metrópoles modernas. Nesse caso – pode-se objetar – a geografia urbana dissipa-se em fumaça? A menos que esse modo de ver provenha de um conhecimento insuficiente da realidade e corresponda a uma má compreensão da geografia humana. Se ele partisse da convicção a priori de que só há geografia quando há influência tirânica da natureza sobre as sociedades humanas, o estudo geográfico da função urbana estaria depressa liquidado. Mas se a geografia humana pretende somente mostrar como o agrupamento humano aproveitou o que a natureza colocou à sua disposição, se ela se limita a desmontar o mecanismo das ações e interações do meio e da sociedade, no espaço e no tempo, o estudo da função urbana coloca-se normalmente na monografia geográfica. Toda obra humana coletiva, gravada na paisagem por traços materiais, foi feita com ou apesar da natureza, e pode-se pensar que as maiores cidades modernas são o tipo mais acabado de uma perfeita adaptação da técnica humana às condições do meio. Acrescentemos que a função urbana concretiza-se por meio de elementos do cenário urbano e que suas transformações muitas vezes determinaram as crises de crescimento ou de estagnação do organismo”.

quando se trata das questões de abastecimento e movimentos de população (Monbeig, 1941).

Por fim, Pierre Monbeig (1941, p. 312) ressalta que cada caso de estudo exige uma solução e um modo particular de apresentação, não devendo proceder o geógrafo, durante a elaboração de uma monografia urbana, como o faz um sociólogo ou historiador, uma vez “que a parte de trabalhos que cabe ao geógrafo é a de dar uma interpretação geográfica dos fatos históricos, sociológicos ou econômicos”. As monografias urbanas, por realizar estudos sob o pretexto de realismo e de espírito prático, não podem ser consideradas inúteis ou metafísicas. Para Monbeig:

Uma monografia geográfica é um ‘dossier’ completo com uma superioridade: esforça-se por dar uma idéia da vida tão exata quanto possível. Escrita com um espírito científico e com o desejo de compreender tendências que se elaboram surdamente no curso dos anos, no quadro das possibilidades do meio, a monografia geográfica pode prestar os maiores serviços práticos (Monbeig, 1941, p. 312).

Independente de seguirem ou não, em sua totalidade, o padrão de delineamento de uma monografia urbana conforme proposto por Pierre Monbeig²², as orientações gerais que constam na proposta metodológica apresentada pelo autor, afirmam os estudos sobre a cidade e o urbano no Brasil enquanto propagadores da ideia de síntese, favorecendo análises intraurbanas, e a realização de trabalhos de campo como forma de alcançar o empírico e exercer a observação e descrição da paisagem. Ademais, outras formas de comunicação científica, como periódicos, buscaram teorizar sobre o crescimento das cidades e entender fatores de crescimento, repulsão e atração.

Neste sentido, o Boletim Geográfico apresentou uma enorme relevância enquanto espaço de publicização e divulgação dos aspectos metódicos, teóricos e metodológicos referentes a cidade e ao urbano. Pereira (1943) apresenta um trabalho elaborado em 1939 que se trata, essencialmente, de um questionário com recomendações adotadas pelos congressos internacionais, apresentando pontos básicos para a organização de uma monografia urbana. São quatro tópicos estruturados pelo autor: aspecto físico geral; recursos agrícolas; recursos industriais – meios de transporte e de comunicação – comércio; população – o “habitat” e a vida coletiva; ao final, constam elementos de

²² Maurício de Almeida Abreu, em um estudo de folego com o objetivo de resgatar esforços e contribuições associados aos estudos sobre a cidade e o urbano no Brasil, elenca algumas classificações de investigações que, em maior ou menor grau, seguem o método de Monbeig, além de apresentar os respectivos autores e autoras e as obras de maior influência. Neste sentido, Abreu (1994a) elenca, além das *monografias urbanas* do tipo padrão (p. 221), os *estudos regionais com capítulo monográfico urbano* (p. 222), as *monografias urbanas parciais* (p. 223) e os *grandes estudos urbanos* (p. 224).

orientação voltados à elaboração de materiais cartográficos, desenho e fotografia, em diálogo com as proposições metódicas do período.

Azevedo (1943), por sua vez, apresenta três planos de pesquisas voltados, respectivamente, aos estudos geográficos de uma região agrícola, industrial e de uma cidade. Neste último plano de pesquisa, metodologicamente, o autor afirma que “o estudo deve ser antecedido por uma parte introdutória, em que se mostrará a importância da cidade que vai ser estudada, sua posição dentro do Estado e do país, seus característicos gerais” (Azevedo, 1943, p. 107). As demais etapas perpassam: i) a análise da situação geográfica: cujo sítio urbano deve ser estudado com detalhes, assim como os traços gerais da geografia física da região e as razões de ordem históricas relacionadas ao crescimento ou desenvolvimento da cidade; ii) o plano e o crescimento da cidade: com fins à ideia exata de sua forma, vias de circulação e organização de bairros, e também à busca por plantas antigas que remetam a obras, etapas de desenvolvimento e sucessivos acréscimos urbanos de outras épocas; iii) a fisionomia da cidade, englobando seus aspectos gerais, tipos característicos de habitações e diferentes bairros que a constituem; iv) a população: passando pelo histórico da cidade, pela organização e estatísticas (número de habitantes, recenseamentos, tendências, mortalidade e natalidade), pela repartição da população (bairros, nacionalidade, gênero da atividade) e pela vida urbana; v) por fim, a vida econômica (agricultura, indústria, comércio e relação da cidade com regiões vizinhas) (Azevedo, 1943).

Peluso Júnior (1944), em sua análise intitulada “O estudo geográfico dos limites municipais”, ressalta a importância de conhecer o processo de formação territorial do Brasil de forma mais detida, o que perpassa os estudos sobre povoamento e as formas de relação do homem com a terra. Dispondo de uma produção cartográfica que espacializa os fluxos de povoamento de municípios fronteiriços em Santa Catarina, onde as condições de expansão da população, o gênero de vida e a natureza atuam para a permanência e manutenção das linhas que dividem os municípios, cada qual com suas particularidades próprias, de forma que deve ser observada objetivamente, segundo o autor.

O aspecto ideográfico dos estudos urbanos foi uma característica do período de vigência da geografia tradicional, cuja operacionalização desta escala de análise fazia-se pelo trabalho de campo, no contato direto com paisagem e com os fenômenos observáveis. Para Christofolletti (1976), a perspectiva ideográfica corresponde a uma das

perspectivas que podem ser aplicadas na abordagem de objetos²³ e, sendo que a observação era o principal instrumento do geógrafo ao se estudar as diferenciações de áreas e as relações entre homem e meio, “estudando e descrevendo os fatos, ou as paisagens de uma área, os geógrafos estavam aplicando a perspectiva dos acontecimentos como únicos. Acompanhando a corrente possibilista, essa concepção ideográfica compreendia a paisagem como mostrando uma solução para o relacionamento homem-meio, sendo ilógico pensar na definição de leis geográficas” (Christofolletti, 1976, p. 14).

Nos catálogos do Boletim Geográfico e da Revista Brasileira de Geografia, é possível encontrar outros trabalhos que discutem questões referentes a influência da geografia francesa (naturalmente, influências de outras “escolas” nacionais podem ser identificadas), desde apreensões e discussões que remetem à teoria e ao método e respectivas operacionalizações às cidades e ao urbano, assim como à operacionalização de noções e temáticas até aqui discutidas; tais como em: Cavalcanti (1940, 1941a, 1941b, 1942); Gabaglia (1944); Paixão e Silva (1944); Deffontaines (1944, 1945, 1947a, 1947b); Pereira (1945); Monbeig (1945, 1946, 1949a, 1949b, 1954); Silveira (1945); Prado Jr. (1945); Carvalho (1945a, 1945b); Arbos (1946); Backheuser (1946); Gottmann (1949); Bittencourt (1949); Azevedo (1941, 1954); Ruellan (1943, 1944); Valverde (1944, 1948); Silva (1946); Corrêa Filho (1947); Reis (1947); Guerra (1951); Bernardes (1952); Geiger & Santos (1954); Cardoso (1955).

Entretanto, a despeito da difusão e amplitude da proposta de Geografia Humana marcadamente francesa, no período em questão outras influências estiveram presentes também nos estudos sobre a cidade e o urbano no Brasil. Faz-se referência à chamada Ecologia Humana, ligada a Escola Livre de Sociologia e Política de Chicago, que teve em Donald Pierson como seu principal nome e que encontrou condições editoriais e institucionais no país, se não para se firmar, ao menos para influenciar, em certo grau, na formação de geógrafos e contribuir para o ambiente de debates e discussões teórico-metódicas.

²³ “Duas perspectivas podem ser aplicadas na abordagem de qualquer objeto de estudo: encará-lo como acontecimento único. Se em qualquer fato ou acontecimento particular preocupamo-nos com sua origem, seu desenvolvimento e características peculiares, estaremos descrevendo sua ‘vida’, elaborando a sua biografia; encará-lo como constituindo exemplo de uma série genérica. Nesta perspectiva o fato não é estudado unicamente em si mesmo, mas como algo pertencente a um grupo. O fato ou acontecimento constitui mais um complexo, mais um indivíduo a ser anexado ao rol de semelhantes. O que importa em seu estudo são as condições e aspectos semelhantes com as condições gerais, e não as particularidades únicas daquele evento” (Christofolletti, 1976, p. 14).

O contexto de embate entre essas duas vertentes pode ser encontrado, por exemplo, na obra de P. Monbeig (1941) apresentada neste tópico. O autor tece críticas à sociologia ao se referir aos riscos do particularismo objetivista, que embora afirme ser necessário enquanto disciplina e método de análise, pode, pelo excesso, resultar em uma “desumanização” dos grupos humanos, “pois ninguém acredita ter mostrado o homem, quando este foi contado como um rebanho de gado”; para o autor, “é tempo de fazer uma injeção de Elisée Reclus na geografia dos ‘synclinaux’ e das estatísticas, como na sociologia que crê exprimir o real por colocá-lo em equações” (Monbeig, 1941, p. 298).

Na passagem acima, o autor se refere nominalmente a Gilberto Freire, que no mesmo ano da publicação do estudo de Monbeig (1941), publicou um inquérito intitulado “Geografia urbana”, onde afirma que os estudos de ecologia humana estão dando relevo à geografia urbana frente as demais especialidades geográficas. Freire (1941) destaca estudos que seriam de interesse para geógrafos e sociólogos, e afirma que a respectiva operacionalização do método já vinha sendo realizada no Brasil por sociólogos americanos. O autor ressalta a importância desses estudos para o país: “ao Brasil, país com cidades e portos em rápido desenvolvimento, convém, por vários motivos, o contacto com ainda outro tipo de estudos de geografia urbana: aquele em que a análise científica de cidades, de seu desenvolvimento e de seus problemas de área e de espaço, se alonga em planificação social para regiões, nações, continentes” (Freire, 1941, p. 408).

Periódicos como o Boletim Geográfico abriram espaço nos seus editoriais para a divulgação de ideias da Sociologia, como as do sociólogo francês André Siegfried a respeito dos problemas sociais e econômicos do Brasil²⁴, e do próprio Donald Pierson e sua obra de referência “Estudo geográfico das cidades”. No periódico em questão consta a seguinte referência a obra de D. Pierson: “nesse trabalho o eminente sociólogo americano, que vem desenvolvendo eficiente atuação nos meios universitários pelo desenvolvimento das pesquisas sociológicas em nosso país, estuda a cidade sob o prisma social. Ao publicá-lo, julga o Boletim sirva ele para uma compreensão maior da cidade que ‘não tem somente característicos físicos mas também sociológicos’, os quais não podem ser desprezados pelo geógrafo, ao procurar estabelecer as relações de causa e

²⁴ Comentadas pelo jornalista Afrânio C. Melo e publicada em jornal da época. Consta a seguinte menção na versão do artigo publicada no Boletim Geográfico v.4, n.8 (1947, p.1631): “os estudiosos dos complexos problemas econômicos e sociais do Brasil têm, nesses últimos tempos, desenvolvido os maiores esforços no sentido de apontar suas mais imediatas soluções. Mobiliza-se, pela imprensa, a cultura nacional para o estudo das condições sociais que possibilitarão maior e melhor aproveitamento da terra”.

efeito existentes entre as determinantes físicas de uma região e a maneira de ser, agir e viver do homem que nela habita” (1943, p. 51; v.1, n.8, nota de roda pé).

Para Pierson (1943), as cidades crescem como plantas que expandem em padrões intrincados, mas por padrões ordenados ao ponto de que cada parte da cidade mantém uma dinamicidade funcional com todas as outras. Para o autor, existem alguns pontos de vista fundamentais para se conceber a cidade: i) como um produto de “forças naturais”, “a cidade está sujeita a mudança ordenada e, ainda mais, que esta mudança pode ser estruturada, cartografada e compreendida”; ii) como “ordem moral”, afirma que a cidade tem também características sociológicas e é uma cultura, possuindo “um corpo próprio de tradições, atitudes e sentimentos”; iii) como “mundos mentais”, o significado da cidade varia de acordo com a amplitude de atenção de uma pessoa para com os objetos, sendo que a cidade “reflete muito decididamente a herança cultural dessa pessoa e sua participação na cultura do momento” (Pierson, 1943, p. 51).

A cidade, então, é diferente segundo os interesses dos indivíduos e, para o sociólogo é vista com os olhos de cientistas:

a cidade não é coisa que provoque sentimento de beleza; que o inspire; que lhe desperte Indignação moral; que lhe dê sentimento de liberdade pessoal é assegure oportunidade para o prazer; ou que lhe proporcione oportunidades econômicas extraordinárias. O sociólogo encara a cidade de maneira menos vívida e interessante, porém mais objetiva (Pierson, 1943, p. 52).

Pierson (1943, p. 52) ainda afirma que a cidade é dinâmica e, como uma planta, “nasce, cresce e declina, podendo finalmente desaparecer”. O autor ressalta, a respeito do crescimento das cidades modernas, que um dos elementos para sua representação e entendimento seja o de círculos concêntricos, “numerados para designar as zonas sucessivas de expansão da cidade, constituindo cada uma dessas zonas um tipo peculiar de área desenvolvido no processo” (Pierson, 1943, p. 52). Frente ao caráter heterogêneo das grandes cidades, desde Chicago, Pierson (1943) dialoga com as noções de “áreas naturais” e “gradientes” para compreensão de fenômenos urbanos, propondo a divisão da cidade em zonas, destacando a ideia de centro e periferia e deixando a possibilidade do emprego de índices matemáticos. Nas palavras do autor: “embora possam ser prontamente diferenciadas umas das outras, estas ‘áreas naturais’ da cidade estão biótica e economicamente ligadas entre si, num sistema vivo, dinâmico, funcional. Na realidade, o entrelaçamento das funções bióticas e econômicas dá à cidade este padrão espacial

ordenado, que por sua vez faz deste agrupamento de individuais humanos alguma coisa muito diferente de uma simples ‘agregação’” (Pierson, 1943, p. 55).

Outros exemplos da temática podem ser citados: como o trabalho de Ernest R. Mowrer publicado no Boletim Geográfico (v.1, n.5, 1943), onde o autor define que, “fundamentalmente, pues, el método ecológico es un punto de vista, una trama de referencia y un conjunto de postulados teóricos que se aplican al estudio de la organización y desorganización de la vida urbana” (Mowrer, 1943, p. 24). Também, os trabalhos de Brique Junior (1943), em que discute o conceito de ecologia, e de Gomes (1950), que apresenta um estudo de ecologia na região nordeste do país. A perspectiva ecológica pode ser identificada em obras de Josué de Castro, “Áreas alimentares do Brasil” (1948) e em sua grande produção “Geografia da fome”²⁵ (1946).

Tanto a Geografia Humana quanto a Ecologia humana estavam embasadas em uma perspectiva naturalista, em que o trabalho de campo e a elaboração de mapas e representações cartográficas coincidiam enquanto fundamentação metodológica para a análise de uma determinada região ou área, entretanto, a principal diferença entre as duas correntes estava, essencialmente, no método: ao contrário da geografia humana francesa, a Ecologia humana pautava-se na busca pelo geral, pelo uniforme, através de uma perspectiva nomotética.

A despeito das influências cruzadas, o que vigorou durante a vigência da chamada geografia tradicional brasileira em termos de método, foi o positivismo, operacionalizado nas monografias urbanas, que vigoraram até meados dos anos 1950, contribuindo, especialmente, com uma vasta produção acadêmica a respeito de discussões sobre as noções de: estrutura urbana, sítio, situação, localização, posição, paisagem, gêneros de vida, forma e função urbanas. A partir da metade do século XX, novas temáticas passam a permear o temário geográfico sobre o urbano e as cidades, agora inseridos em um

²⁵ A passagem a seguir, de Josué de Castro em “Geografia da fome” é didática em mostrar como as influências e heranças filosóficas que recaem sobre autores e suas obras tendem, também, a serem diversas, o que dificulta o estabelecimento de limites epistemológicos rígidos e inflexíveis: “Não queremos dizer com isto que o nosso trabalho seja estritamente uma monografia geográfica da fome, em seu sentido mais restrito, deixando à margem os aspectos biológicos, médicos e higiênicos do problema: mas, que, encarando esses diferentes aspectos, sempre o faremos orientados pelos princípios fundamentais da ciência geográfica, cujo objetivo básico é localizar com precisão, delimitar e correlacionar os fenômenos naturais e culturais que ocorrem à superfície a terra. É dentro desses princípios geográficos, da localização, da extensão, da causalidade, da correlação e da unidade terrestre, que pretendemos encarar o fenômeno da fome. Por outras palavras, procuraremos realizar uma sondagem de natureza ecológica, dentro deste conceito tão fecundo de ‘Ecologia’, ou seja, do estudo das ações e reações dos seres vivos diante das influências do meio. Nenhum fenômeno se presta mais para ponto de referência no estudo ecológico destas correlações entre os grupos humanos e os quadros regionais que eles ocupam, do que o fenômeno da alimentação” (Castro, 1984, p. 34).

contexto no qual o processo de industrialização e a urbanização se expandem, e no qual há uma maior necessidade de conhecimento e informações sobre o território nacional, tendo em vista as condições técnicas, políticas e econômicas do período, valorizando e promovendo outras escalas para a análise urbana e diferentes instrumentos teóricos e metódicos.

CAPÍTULO III

MOVIMENTOS DA GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA: A TEORIA E O MÉTODO NA AFIRMAÇÃO E CRISE DA *PRÁXIS* GEOGRÁFICA (1956 - 1980)

A segunda metade do século XX é marcada pela emergência de novas condições técnicas e comunicacionais. Sua manifestação nas cidades e no urbano brasileiros promoveram novas dinâmicas territoriais e regionais associadas aos processos de urbanização, industrialização e metropolização. Neste interim, à geografia brasileira recaiu a necessidade de compreensão e leitura desta nova realidade urbana e citadina, amparando-se em tendências ou orientações teórico-metódicas que influenciaram as produções sobre a cidade e o urbano no país, quase que simultaneamente.

3.1 O contexto histórico e geográfico do período (1956 - 1980): apontamentos a respeito da cidade e do urbano no Brasil

A partir da segunda metade do século XX, manifesta-se um forte movimento de urbanização, marcada pela inversão do lugar de residência da população brasileira²⁶ e pelo crescimento demográfico, graças a elevação da taxa de natalidade e redução da taxa de mortalidade (Santos, 2018). Para Santos & Silveira (2008, p. 40), “o incremento demográfico teve como consequência não somente o aumento dos efetivos em cada região, mas também a redistribuição da população”.

Essa redistribuição manifestou-se por um novo equilíbrio demográfico regional e um abandono do campo, com o aumento do número das cidades e da sua população²⁷. Este movimento é coetâneo à inauguração de uma nova era do capitalismo, cujas perspectivas abertas pela revolução científico-técnica permitiram a integração do país e a reconstrução ou remodelação dos espaços nacionais mediante recursos modernos (Santos, 2018; Santos; Silveira, 2008).

Para Santos (2014, p. 176), o “casamento” da técnica e da ciência, fomentado desde o século XVIII, reforçou a relação entre ciência e produção e situou as bases

²⁶ “É a partir dos anos 1950 que se nota mais francamente uma tendência à aglomeração da população e da urbanização. Os núcleos com mais de 20 mil habitantes veem crescer sua participação no conjunto da população brasileira, passando de pouco menos de 15% do total em 1940 para quase o dobro (28,43%) em 1960, para constituir mais da metade (51%) da população brasileira em 1980. Esses mesmos núcleos com mais de 20 mil habitantes reuniam quase metade (47,7%) da população urbana em 1940, mais de três quintos (63,64%) em 1960 e mais de três quartos (75,48%) em 1980. [...]. Tomadas em conjunto, as aglomerações com mais de 100 mil habitantes, raras em 1940 [...] veem seu número aumentado nos recenseamentos seguintes, alcançando 142 em 1980. [...]. As localidades com mais de 100 mil e menos de 200 habitantes viram seu número multiplicado por quase nove entre 1940 e 1980, passando de onze para 95. Aquelas com população entre 200 mil e 500 mil habitantes triplicaram seu número entre 1960 e 1980: eram onze em 1960 e são 33 em 1980. As cidades com mais de meio milhão de habitantes eram somente duas em 1940 e somam quatorze em 1980. [...] Quanto aos núcleos maiores de 500 mil habitantes, apenas dois em 1940, eles são catorze em 1980. [...] No total, esses núcleos representavam 7,7% da população brasileira em 1940, mas são 31,5% desse total em 1980. Eles estavam presentes em apenas dois Estados em 1940 e em 1980 estão treze. As cidades milionárias, que eram duas em 1960 (São Paulo e Rio de Janeiro) são cinco em 1970, dez em 1980 e doze em 1991” (Santos, 2018, p. 77).

²⁷ “Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de cinquenta milhões de novos habitantes, isto é, um número quase igual à população total do país em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se a contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana de 1960. Já entre 1980 e 1990, enquanto a população total terá crescido 26%, a população urbana deve ter aumentado em mais de 40%, isto é, perto de trinta milhões de pessoas. Os anos de 1960 marcam um significativo ponto de inflexão. Tanto no decênio entre 1940 e 1950, como entre 1950 e 1960, o aumento anual da população urbana era, em números absolutos, menor que o da população total do País. Nos anos de 1960-1970, os dois números se aproximavam. E, na década de 1970-1980, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha novo patamar, consolidado na década seguinte” (Santos, 2018, p. 31).

materiais e ideológicas que fundam o discurso e a prática da globalização. Para o autor, esta união entre técnica e ciência, no contexto pós segunda guerra mundial, se deu sob a égide do mercado, que se tornou global.

A partir de então, a velocidade passa a ser uma característica da difusão de inovações técnicas, a informação o vetor fundamental do processo social, e os territórios, por sua vez, equipados para facilitar a circulação (Santos, 2014). Inaugura-se o meio técnico-científico-informacional, embora sua afirmação, incluindo os países de Terceiro Mundo, ocorrerá nos anos 1970, quando a instantaneidade das relações passa a ser um dado da realidade.

Consumo, crescimento econômico e planejamento urbano pautaram os instrumentos políticos e as ideias concernentes ao período, especialmente entre os países subdesenvolvidos, nos quais a adaptação ao modelo capitalista internacional e a respectiva ideologia de racionalidade e modernização se impuseram em diversos âmbitos da vida social (Santos; Silveira, 2008). Para os autores, esse foi “o momento de lançar a semente da dominação do mundo pelas firmas multinacionais, preparando assim todos os espaços mundiais para uma nova aventura que, na escala mundial, só iria frutificar plenamente trinta anos depois” (Santos; Silveira, 2008, p. 47).

A integração do território nacional tornou-se possível graças à superposição de uma nova materialidade e de seus sistemas de engenharia aos já existentes, fornecendo, de acordo com Santos (2018), as condições técnicas gerais que iriam viabilizar o processo de substituição de importações. Para Furtado (1968), a substituição de importações caracterizou-se por tensões estruturais originadas pela queda da capacidade de importar e pelo impulso à indústria, graças as seguintes condições:

A primeira dessas condições é a existência de uma base industrial significativa, isto é, de um desenvolvimento industrial anterior. A segunda condição é que o mercado interno haja alcançado uma dimensão que comporte uma diversificação imediata da atividade industrial. A terceira condição é que o país não seja essencialmente dependente da importação de alimentos e outras matérias-primas requeridas pela indústria de bens de consumo geral. (Furtado, 1968, p. 26)

A adoção de políticas de substituição de importações explica o crescimento e a consolidação do setor industrial brasileiro como eixo dinâmico da economia, associado a estímulos oriundos de uma política comercial protecionista e a atração de capital estrangeiro (Caputo; Melo, 2009; Almeida, 2007). De acordo com Caputo & Melo (2009), após o falecimento de Getúlio Vargas, cujas ações favoreceram a integração da indústria

pesada de bens de capital e de insumos aplicados a empreendimentos estratégicos, tem-se a consolidação do projeto desenvolvimentista, com Juscelino Kubitschek.

Para Costa & Steinke (2014), o período desenvolvimentista retrata a formação do capitalismo nacional e é caracterizado como uma alavanca de retomada do crescimento econômico, apoiado em obras de natureza infraestrutural e em atividades e investimentos estrangeiros. Para os autores,

O ideal desenvolvimentista do Estado demiurgo da sociedade e a cargo da nova elite industrial, ao mesmo tempo em que rumava o discurso e as ações no sentido do progresso material do país, favorecia um incipiente esclarecimento popular e uma pífia possibilidade de consumo coletivo, junto à reafirmação das disparidades regionais marcantes da contraditória história econômica e política do Brasil. (Costa; Steinke, 2014, p. 9)

No Brasil, ressalta Furtado (2002), a industrialização tardia, além de gerar antinomias agudas, pautou-se em um esforço de adaptação frente ao transplante maciço de técnicas geradas em sociedades que se encontravam em um diferente processo de acumulação. Lipietz (1989), por sua vez, denomina este movimento de transferência de capitais e tecnologias de países de capitalismo central para países da periferia como “fordismo periférico”²⁸. A dependência brasileira em relação a capitais, tecnologia e *know-how* estrangeiro jamais foi tão visível, sendo reconhecida, inclusive, pelo próprio “Plano de Metas” de Juscelino Kubitschek (Almeida, 2007).

Esta fase do desenvolvimento industrial brasileiro, entre meados dos anos 1950 e 1970, foi marcada por um tripé formado pelo capital estatal, nacional e estrangeiro, e caracterizada pela concentração industrial da região sudeste (Silveira, 2005; Caputo; Melo, 2009; Costa; Steinke, 2014). Neste período, Ribeiro, Silva & Rodrigues (2011) afirmam que a diversificação da economia e da industrialização nacionais promoveu um expressivo impacto na conformação do espaço urbano e na localização da população.

De acordo com os autores,

²⁸ “Aproveitando-se da grande crise dos anos 30, os regimes populistas da América Latina - seguidos por outros países nos anos 50, a exemplo da Coréia do Sul - inauguraram a ‘estratégia de substituição de importações’. Tratava-se de proceder à acumulação das receitas das exportações primárias na indústria de bens de consumo, pela aquisição de bens de capital no centro e pela proteção a essas indústrias nascentes mediante fortes barreiras alfandegárias. A expectativa era de poder aplicar, a seguir, a mesma tática à produção de bens duráveis e de capital. [...]. Após alguns sucessos iniciais, essa estratégia enfrentou grandes dificuldades nos anos 60. Esse modelo de industrialização da periferia, pela adoção parcial e frequentemente ilusória do modelo central de produção e consumo, ainda que sem a adoção das correspondentes relações sociais, mostrou-se, com efeito, incapaz de inserir-se no ‘círculo virtuoso’ do fordismo central” (Lipietz, 1989, p. 309).

É implantada a indústria de bens de consumo duráveis, sobretudo eletrodomésticos e veículos; ampliam-se os serviços de infraestrutura, como transporte e comunicações e o fornecimento de energia elétrica. A política urbana também é orientada nesse sentido, já que para a expansão do mercado nacional as áreas urbanas eram fundamentais. Portanto, foi uma conjugação de intervenções políticas, econômicas, e sociais que transformou o território brasileiro e determinou o predomínio do urbano. (Ribeiro; Silva; Rodrigues, 2011, p. 182)

A construção de Brasília, de acordo com Costa & Steinke (2014), insere-se no contexto do desenvolvimentismo nacional e do “Plano de Metas”, surgindo enquanto nó de uma rede infraestrutural que reforçou a hierarquia regional pró-sudeste, e transmitindo a mensagem de poder de uma emergente burguesia industrial. Para os autores, o “evento Brasília” está associado a modernização proposta para a nação, resguardando uma dimensão simbólica e ideológica de síntese;

Brasília meta-síntese do nacional desenvolvimentismo guarda, essencialmente, a corrida pela indústria de base e seus efeitos na totalidade do território nacional, no contexto da substituição de importações, da captação de capital externo e da solidificação de um mercado interno bruto, e mais, difundir o modo de vida urbano no interior rarefeito do continente. (Costa; Steinke, 2014, p. 12)

Com a nova capital no centro do território brasileiro, promoveu-se a unificação e a coordenação do mercado nacional; reforçou-se a especialização produtiva do território a partir dos potenciais de cada região²⁹; e aprofundou-se a divisão territorial do trabalho (Costa; Steinke, 2014). Consequentemente, os fluxos sobre o território se multiplicaram, especialmente embasados na vocação mercantil, de forma que, pelas novas complementariedades regionais criadas, emergiu a necessidade de maior circulação (Santos, 2018). Desta feita, a irradiação política econômica de Brasília carecia de investimentos e de equipagem em energia e transporte; nas palavras de Costa & Steinke (2014, p. 16),

A implantação de redes superpostas (desde os transportes viário e aéreo, no rearranjo da centralização político-administrativa, para a concentração e difusão das decisões econômico-financeiras) foi elemento substancial na consolidação da nova Capital, mas isso não se deu por uma pretensa capacidade superior da própria Brasília ou seus gestores, mas pelos anseios e mandos da estabelecida burguesia industrial nacional do Sudeste.

²⁹ “O Centro-Oeste foi redefinido, economicamente, pela mobilidade industrial de São Paulo e com a construção de Brasília (conexão entre área de produção, mercado consumidor e fornecedor de produtos primários e agropecuários). O Norte, com a abertura da Belém-Brasília, atendia ao mercado do centro-sul por meio das atividades primárias extrativas. O Nordeste, gestado pelos industriais do Sudeste, especializou-se na oferta de produtos minerais e no setor agrícola. Ao Sul coube a especialização na indústria de bens de consumo, na agricultura e na pecuária intensiva” (Costa; Steinke, 2014, p. 12).

Brasília insere-se no bojo da questão regional do país, correspondendo aos anseios de integração do território nacional a partir do reforço espacial da indústria de São Paulo e da divisão territorial do trabalho que comandava (Innocencio; Lima; Lucarelli, 1989). Para os autores,

Os impactos gerados pela implantação da nova Capital Federal, enquanto base para a incorporação de novas áreas ao processo econômico, não se traduzem por uma simples expansão das áreas ocupadas, mas, sobretudo, pelos novos tipos de valorização que passam a prevalecer no espaço da fronteira, tão bem expressos nas formas assumidas pela ocupação da Amazônia, principalmente a partir dos anos 70. (Innocencio; Lima; Lucarelli, 1989, p. 103)

A partir dos anos finais da década de 1960, durante o Governo Militar, manifestam-se as condições para uma rápida integração do país ao movimento de internacionalização da economia, “seja para atender a um mercado consumidor em célere expansão, seja para responder a uma demanda exterior” (Santos, 2018, p. 39). De acordo com o autor, o Brasil tornou-se um grande exportador de produtos agrícolas parcialmente beneficiados, em que a expansão da classe média e das novas necessidades de consumo popular diversificado associados a um sistema extensivo de crédito serviu à impulsão industrial (Santos, 2018).

Para Suzigan (1988), a partir de 1968, a indústria brasileira experimentou um rápido crescimento e mudanças estruturais que, a despeito da retórica do novo regime, contou com ativa atuação do Estado em favor da expansão do mercado interno e da exportação de produtos manufaturados. Nas palavras do autor,

A ampliação do mercado para produtos manufaturados resultou tanto da expansão da demanda no mercado interno quanto da expansão e diversificação das exportações. A expansão da demanda por produtos manufaturados no mercado interno teve três fontes principais de dinamismo: a política macroeconômica expansionista, o *boom* de construções residenciais e a recuperação dos níveis de consumo. (Suzigan, 1988, p. 496)

Este mesmo período que experimentou a expansão do capitalismo no Brasil, é acompanhado de reflexos negativos na realidade urbana (Mamigonian, 1982). Para o autor, a cidade era o local da burguesia industrial e comercial, campo de investimentos de capital externo cuja força política concentrava-se nas classes dominantes.

A lógica produtivista industrial, sob a égide do capital e da hegemonia burguesa, pautou as propostas racionalistas e as influências do planejamento do espaço urbano, impondo “a divisão social do trabalho na cidade a hierarquia, a rigidez e a lógica técnica do trabalho na fábrica” (Monte-Mór, 2006, p. 67). Para o autor, a extensão dos

pressupostos da centralidade urbano-industrial a todo espaço urbanizado produziu, no Brasil, a proliferação de periferias urbanas precarizadas, com áreas de sub-habitação e ausência de serviços sociais básicos, estando parcialmente integradas às dinâmicas urbanas.

Neste período, a concentração de investimentos nas áreas centrais das cidades visava expandir as condições urbano-industriais de produção e reafirmar o pacto do progresso e da modernidade (Monte-Mór, 2006). Os pressupostos do planejamento urbano, instituído no Brasil a partir de 1964, materializaram-se na ideia de zoneamento e regulação de uso do solo urbano, respondendo a um caráter pretensamente isento e independente, mascarando o processo de despolitização que se impôs à cidade e à sua expansão, que respondiam às necessidades do capital e das classes dominantes.

A urbanização acelerada ou extensiva (Monte-Mór, 1994), associada às preocupações nacionais ou geopolíticas dos anos 1960 e 1970, nas quais transportes e comunicação atuaram em favor da integração espacial pelo urbano, fomentaram as condições para fluidez territorial e difusão do meio técnico-científico (Santos, 2018). Desde as metrópoles dos países de industrialização tardia, se manifestou uma “explosão” demográfica e um intenso fluxo migratório interno³⁰, especialmente em direção às grandes cidades (como Rio de Janeiro e São Paulo) considerando o contexto de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais acompanhadas da acentuação de elementos históricos da heterogeneidade estrutural do Brasil pela modernização conservadora (Ribeiro; Silva; Rodrigues, 2011).

Através dos investimentos em infraestrutura urbana, propiciou-se um sistema de circulação e construção de rodovias, afirmando um modelo de mobilidade urbana baseado na auto locomoção, que moldou as cidades e ganhou expressividade na dinâmica urbana das metrópoles (Ribeiro; Silva; Rodrigues, 2011). De acordo com os autores, essas ações promoveram impactos na estruturação e expansão da organização social metropolitana, conformando uma nova classe média, com influência cultural e social, cujas demandas e necessidades eram traduzidas pela cidade.

³⁰ De acordo com Sales & Baeninger (2020, p. 37) “as tendências gerais dos deslocamentos populacionais no Brasil, ocorridos desde os anos 30 até a década de 70, esteve ancorada, basicamente, nos seguintes eixos: na enorme transferência de população do meio rural para o urbano que, refletindo as distintas etapas do processo de desenvolvimento, contribuiu para o esvaziamento do campo; nas migrações com destino às fronteiras agrícolas; no intenso fenômeno da metropolização e na acentuada concentração urbana”. A este respeito, para Brito (2006, p. 223), “a maior parte do crescimento demográfico urbano, entre 1960 e 1980, deveu-se ao intenso fluxo migratório rural-urbano. Somente entre 1960 e o final dos anos 1980, estima-se que saíram do campo em direção às cidades quase 43 milhões de pessoas, incluído o efeito indireto da migração, ou seja, os filhos tidos pelos migrantes rurais nas cidades.

Para Lencioni (2013) a metropolização se constitui em um processo socioespacial que metamorfoseia o território a partir de alterações na forma, na estrutura e na natureza das dinâmicas urbanas. De acordo com a autora, o processo de metropolização não se limita aos espaços metropolitanos, se constituindo, portanto, em um processo que alcança cidades de diferentes portes e áreas rurais, resultando na produção de um grande aglomerado metropolitano difuso, desconcentrado e disperso, no qual se confundem mosaicos de espaço metropolizados e não metropolizados.

Em diálogo com essas ideias, Ferreira (2014) ressalta que, se as lógicas industriais e a rigidez fabril permearam o imaginário a respeito da cidade, com a transferência das plantas industriais para fora dessas metrópoles, tem-se uma transformação em seu respectivo espaço, passando de uma economia baseada na indústria para outra ligada aos serviços e ao comércio. De acordo com o autor, no entanto, este movimento não significa uma descentralização, haja vista que os centros de decisão, comando, inovação e serviços superiores se mantiveram na metrópole, o que representa uma desconcentração da indústria, não do capital (nem mesmo da informação, considerando a globalização que se anunciava).

Lencioni (1998) afirma que os processos geradores dessa desconcentração³¹ da região metropolitana³² fundamentam-se na crescente centralização do capital através da atuação de empresas oligopolistas e grupos econômicos promotores do deslocamento das atividades industriais para o interior, também responsáveis pela divisão territorial entre produção industrial e gestão empresarial. A autora ressalta e defende que a reestruturação do parque industrial brasileiro em fins do século XX deve-se, antes, às transformações nas formas gerais de organização da produção, do que das transformações na base técnica das formas de produção.

Este movimento tem ligação com a tecnologia da informação e a incorporação das telecomunicações e da informatização do trabalho, permitindo uma cisão e um

³¹ Para Lencioni (1998), o uso do adjetivo “desconcentrada” para se referir ao processo de expansão da indústria para o interior do estado de São Paulo, faz-se em detrimento da palavra “descentralização”, “primeiro, porque cada vez mais a propriedade jurídica do capital se centraliza em poucas mãos, e, em segundo lugar, porque, do ponto de vista espacial, reafirma-se, mais e mais, a cidade de São Paulo como centro ao se concentrarem as atividades de comando do capital. Assim, a metrópole de São Paulo reafirma sua posição de centro nacional e nó de uma rede de cidades mundiais” (Lencioni, 1998, p. 31).

³² A região metropolitana está associada a uma divisão político-administrativa, criada através de leis e normativas que integram municípios que possuem interdependência econômica e infraestrutural para com uma metrópole (Rolnik, 2015; Fernandes; Alfonsin, 2017). Por sua vez, a metropolização está associada a ocorrência de processos como concentração populacional, econômica e de infraestruturas, resultando, entre outras, em crescimentos urbano acelerado, centralização de serviços, conurbação e outros (Corrêa, 2013; Santos, 2018).

distanciamento entre local da produção e o local da gestão empresarial (Lencioni, 1998). A tríade globalização, reestruturação produtiva e dinâmica metropolitana (Lencioni, 2013), fomentam uma metropolização que se traduz na homogeneização do espaço, na intensificação de sua fragmentação e na alteração da hierarquização entre os lugares, acompanhada do desenvolvimento de redes de circulação imateriais altamente fluidas, mas não sem reforçar, paradoxalmente, as singularidades e a diferenciação dos lugares.

De uma sociedade industrial, associada a aglomerações urbano-industriais, ao final do século XX, se aprofunda a diferenciação e especialização dos lugares, na cidade e no campo, diretamente relacionada ao desenvolvimento científico, técnico e informacional, o qual permitiu conectar o mundo e garantir a simultaneidade das ações (Trinca, 2002). Nas palavras da autora,

No obstante, a pesar de la interdependencia de los lugares, su selección para materializar las nuevas técnicas va a depender de su particular combinación de objetos y acciones, la cual no necesariamente expresa todas las variables que definen al mundo en un momento dado. Históricamente, para cada lugar, esta combinación nunca es la misma, pues varía y se transforma dependiendo de cuales sean las condiciones objetivas (internas y externas) para su realización. (Trinca, 2002, p. 74)

Para Oliveira (1982), é preciso entender a produção do conhecimento no contexto histórico-geográfico em que foi operada e as respectivas condições materiais que permitiram ou garantiram esse movimento. Este apartado, que de forma sintética e objetiva ressaltou algumas destas condições materiais, tem por objetivo, exatamente, sustentar uma discussão que perpassa a produção do conhecimento geográfico sobre a cidade e o urbano, no período ao qual este tópico se debruça.

De acordo com Santos (2012, p. 59), a Geografia não poderia escapar das transformações que ocorreram em todos os domínios científicos no pós segunda guerra mundial; “para isso, contribuíram três razões essenciais: em primeiro lugar, os próprios suportes do trabalho científico progrediram muito; em segundo lugar, as necessidades dos utilizadores mudaram; e, finalmente, o objeto da atividade científica se modificou”. No que diz respeito à geração de conhecimento sobre a cidade e o urbano na geografia tradicional, Abreu (1994a, p. 233) afirma que há grande quantidade e qualidade em suas discussões, e ressalta que a sucessão de movimentos de renovação pelo qual passou o pensamento geográfico brasileiro resultou em postura niilista em relação a sua produção geográfica, “que pretenderam reduzir a zero todo um esforço intelectual de mais de quarenta anos”.

A partir dos anos 1950, mas sobretudo nos anos 1960, de acordo com Santos (2012, p. 61),

Encontramo-nos diante de uma escola metodológica que, tentando se sobrepor aos exclusivismos locais, manifesta-se por meio de organizações e publicações próprias e busca difundir-se valendo-se de congressos, colóquios, intercâmbio de professores etc., cobrindo uma área geográfica que desconhecia os limites nacionais.

Neste período manifesta-se no Brasil a “revolução quantitativa”, já em curso nos Estados Unidos e Reino Unido, situada no processo das atividades de planejamento do país promovido pelo governo militar (Abreu, 1994a). Para o autor, “os atrativos da ‘nova geografia’, que Berry e outros anunciavam, tornaram-se irresistíveis para alguns geógrafos brasileiros, que viram nela a resposta para duas angústias que assolavam periodicamente a geografia (ou melhor, os geógrafos): a do seu reconhecimento externo como ciência (como cientistas) e a da relevância e aplicabilidade do saber geográfico” (Abreu, 1994a, p. 236).

A incapacidade da geografia em dar conta das transformações que ocorriam em finais da década de 1960 (marco importante na história das cidades) resultou em crise das estruturas teóricas até então vigentes (Abreu, 1944a). Para o autor, “as brutais transformações que afetaram nessa época as estruturas sociais do mundo capitalista (e especialmente as suas cidades) puseram a nu a fragilidade das concepções teóricas que as sustentavam, e exigiram, por conseguinte, um novo e redobrado esforço de compreensão” (Abreu, 1944a, p. 249).

Deste esforço surgiram, no início da década de 1970, proposições teórico-conceituais e metodológicas sobre a cidade e o urbano no país, pautadas em uma crítica ao neopositivismo (Abreu, 1944a). A vinculação dos estudos geográficos ao materialismo histórico, fez-se no bojo de implantação da geografia crítica no país, que promoveu uma transformação radical acerca da produção de conhecimento e estudos sobre a cidade e o urbano (Abreu, 1944a).

No âmbito das discussões, a geografia humanista, pautada no método fenomenológico e/ou existencialista, ascende entre os anos 1960 e 1980 (Silva, 2020). Para Lencioni (1999), a fenomenologia é um método e uma forma de pensar, em que a percepção das experiências vividas é considerada uma etapa metodológica fundamental que procura romper a oposição sujeito e objeto, recuperando o humanismo nas proposições de modelos teóricos, e elencando o espaço vivido como revelador de práticas sociais e o lugar no centro da análise.

Godoy (2010) entende que a problemática envolvendo a sobreposição do modelo à teoria e a definição do objeto de estudo da geografia, no âmbito das questões epistemológicas no final dos anos 1960, faziam com que a ideia de unidade científica ficasse distante. Nas palavras do autor,

O conflito que se armou entre as propostas da geografia crítica e as da geografia funcionalista estava centrado, sobretudo, nas opostas visões de mundo entre os que pretendiam desenvolver uma geografia em prol do desenvolvimento capitalista e, portanto, um discurso em defesa dos interesses da classe dominante, e os que pretendiam construir uma geografia que fosse, em si mesma, uma crítica às desigualdades sociais produzidas pelo desenvolvimento contraditório do modo de produção capitalista. (Godoy, 2010, p. 153)

Concordamos com Geiger (1999) quando afirma que a presença de correntes de pensamento, a despeito de sua historicidade, não pode ser vista de forma sequencial ou, tampouco, interpretadas de forma a significar o desaparecimento das que a antecederam, que podem continuar vigentes ou afinando seu arcabouço teórico-conceitual. Para o autor, o que define o formato das correntes (ou subcorrentes) do pensamento geográfico são as operacionalizações em favor da ligação de eventos e conceitos, sujeitos e objetos, agenciamentos e estruturas, micropolítica e macropolítica, e o local e o global. Assim, “haveria, pois, tantas histórias sobre as matrizes da Geografia, no mínimo, quanto o número destas correntes, ou mesmo subcorrentes. Pois que, quando surgem dissidências, ou subcorrentes, não faltarão as negações de que elas continuam pertencendo à corrente original” (Geiger, 1999, p. 26).

Um esforço de generalização e abstração faz-se necessário para apreensão da construção que envolve a teoria e o método em Geografia. Nos próximos tópicos, partindo de pressupostos discutidos a respeito do contexto histórico-geográfico em debate e das condições materiais do período 1956-1980, analisaremos elementos chaves que perpassaram a geografia teórica-quantitativa no Brasil, a geografia crítica e a geografia humanista, tendo como referência análises empreendidas em favor do estudo sobre a realidade das cidades e do urbano. Com isso, não se almeja a realização de mais uma análise sobre as correntes ou orientações em teoria e método, mas sim, a busca por elementos que permitam a sustentação dos argumentos desta pesquisa, que serão expostos e discutidos nos próximos capítulos, com vias a apresentar as tendências contemporâneas e perspectivas regionais da teoria e do método que pautam os estudos sobre a cidade e o urbano desde a geografia urbana brasileira.

3.2 A cidade e o urbano na Nova Geografia: neopositivismo e quantificação como teoria e método

A nova perspectiva de análise e abordagem geográfica assinala as profundas alterações após a segunda guerra mundial, que abrangeu o aspecto filosófico e metodológico da Nova Geografia (Christofoletti, 1976). Para Santos (2012), a geografia quantitativa é representativa de uma exaltação da tendência positivista que influenciou a geografia. O autor afirma que “em decorrência da revolução técnico científica, os tempos se tornavam maduros para que a quantificação fosse entronizada como técnica de trabalho, como método e até mesmo como explicação geográfica” (Santos, 2012, p. 100).

A nova geografia progrediu largamente nos Estados Unidos, onde a Escola de Ecologia Humana de Chicago, a partir dos anos 1930, voltava-se fundamentalmente para o estudo das cidades, adotando uma postura revisionista em sua produção científica (Abreu, 1994b). No período, em decorrência do crescimento urbano, já se discutia que as cidades formavam um “sistema complexo”, tornando imperiosa a elaboração de ideias para entender essa realidade, de forma que os estudos passaram a se constituir de análises das relações entre espaços urbanos, não mais se limitando ao intraurbano das cidades (Abreu, 1994b).

A busca por uma linguagem matemática na geografia remonta à procura de um cientificismo já conhecido de outros momentos, mas com outras roupagens, diz Milton Santos (2012). Para o autor, isso está associado a uma crença de que os métodos matemáticos são mais precisos e dotados de condições de previsão, o que seria obtido “por uma combinação na qual as análises de sistema e os modelos e o uso de estatísticas seriam uma peça fundamental” (Santos, 2012, p. 65).

A preocupação com a medida fez com que a busca por analogias indispensáveis à aplicação de métodos quantitativos fosse realizada desde as ciências exatas, visando a análise de sistemas e a construção de modelos, cuja introdução refere-se a chamada “revolução quantitativa” (Santos, 2012). Para Christofoletti (1976), a análise da literatura relacionada às novas tendências geográficas, indicava a utilização de adjetivos diversos, dentre os quais ressalta: geografia quantitativa e geografia teórica. Para autor,

A primeira expressa a aplicação intensiva das técnicas estatísticas e matemáticas nas análises geográficas, e o procedimento quantitativo pode ser considerado entre as características básicas da Nova Geografia. A segunda salienta o aspecto teórico e metodológico, subentendendo como imprescindível toda a análise quantitativa e

englobando os processos de abstração necessários às etapas da metodologia científica e da explicação. (Christofoletti, 1976, p. 3)

Para Faissol (1987), a teoria é um ato de criação intelectual abstrato, necessário para construir e produzir explicação de fenômenos para além de sua percepção imediata. Assim, dificilmente uma teoria pode ser completamente universal ao se considerar as diferentes culturas, sendo, portanto, “uma manifestação de um particular contexto cultural/social, que implica, por igual, uma dimensão temporal” (Faissol, 1987, p. 10).

Segundo entendimento do autor, as teorias que sustentam os métodos estatísticos privilegiam estruturas de progresso material criadas e reproduzidas pelo próprio capitalismo como corolário. Dessa forma, considera o fato de que cientistas sociais que se profissionalizam em um sistema capitalista, realizam pesquisas e reflexões de natureza teórica a partir de explicações sobre a organização econômica e espacial no contexto das variáveis do próprio sistema – trata-se, para Faissol (1987), de explicações sobre o processo em andamento, em que o juízo de valor está na opção ideológica de adoção do sistema capitalista. Portanto,

a crítica aos modelos e métodos estatísticos está mal direcionada, pois deve ser de natureza ideológica, contra os conceitos de consumismo e progresso material que o capitalismo propõe como norma superior de vida, e não contra a adoção de métodos da Matemática e da Estatística (Faissol, 1987, p. 14).

De modo consciente ou não, afirma Christofoletti (1976) que cada teoria sofre influência das correntes filosóficas de sua época, por contribuírem com uma explicação ordenada do mundo, de forma que as diferenças filosóficas implícitas nas teorias não são distintas, mas apresentam semelhanças e surgem como aperfeiçoamentos. Para Christofoletti (1976, p. 5),

tanto a velha quanto a nova geografia estão fundamentadas em estruturas teóricas perfeitamente delineadas. As duas concepções geográficas possuem conceitos, valores, técnicas e problemas diferentes. Nenhum geógrafo pode ignorar e ficar à margem dos problemas suscitados pela Nova Geografia nem desconhecer as proposições relacionadas com a geografia tradicional, pois essa compreensão está estreitamente ligada à sua atividade profissional. O geógrafo deve ter plena consciência dos problemas metodológicos e conceituais ligados às duas perspectivas teóricas, para resolver as questões que se antepõem na análise dos casos da realidade.

No Brasil, a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia³³ (UGI) (1956) e da XII e XIV Assembleia Geral da AGB (Colatina, 1957 e Viçosa, 1959,

³³ O Congresso Internacional de Geografia serviria de oportunidade para novos contactos com a escola francesa de geografia através de Michel Rochefort e Jean Tricart, vindo com eles, de modo especial com o

respectivamente) representou um marco divisório importante no pensamento geográfico brasileiro; e, na geografia urbana, uma mudança de fase: da consolidação gradual do conhecimento para sua afirmação (Abreu, 1994a; Monteiro, 1980; Müller, 1969). Os sinais de mudança se expressaram nos estudos realizados e apresentados sobre a cidade e o urbano, que modificaram os estudos monográficos em favor da inserção de discussões envolvendo análise de grau de centralidade, determinação da área de influência da cidade, habitat urbano, metrópole e áreas metropolitanas, estrutura urbana e organização interna das cidades, a partir de estudos metodológicos e discussões de método e terminologias (Vasconcelos, 1994; Abreu, 1994b).

Na assembleia de Viçosa, discussões, dúvidas e hesitações permearam os debates sobre a caracterização de um aglomerado urbano, o que define um subúrbio, qual a distinção entre urbano e suburbano e quais critérios utilizar para diferenciar as partes da cidade. Tais discussões e respectivas temáticas, gestadas nestes eventos, começaram a prosperar nos anos 1960 e a se difundir entre os geógrafos brasileiros, o que se explica pelo fato de que um país, que passava

por transformações radicais em sua base econômica, onde as forças de acumulação capitalista redesenhavam toda a estrutura espacial de fixos e fluxos, seja por reformulação do padrão de relações interurbanas, seja ainda mediante o redesenho de toda a organização interna das cidades, não era mais possível e nem relevante concentrar esforços no estudo monográfico urbano. (Abreu, 1994b, p. 228)

Lysia Bernardes (1956) afirma que as áreas de expansão e prosperidade de núcleos e zonas agrícolas nos arredores de Curitiba ainda constituíam uma autêntica *banlieue coloniale* (subúrbio colonial), e ressalta a importância da localização de produtores em relação ao mercado consumidor como um princípio fundamental para entendimento dos fatos em geografia (econômica), com base em autores como Von Thünen e Leo Waibel. Geiger (1956) analisa o processo de urbanização e industrialização e a transformação de áreas rurais na orla oriental da baía de Guanabara, considerando sua proximidade à cidade do Rio de Janeiro. O autor também ressalta a ampliação dos subúrbios, associada a uma crise de habitação, e das “cidades dormitórios” em torno desta metrópole.

Cesar (1958, p. 83) propõe, “para poupar tempo e esforço”, substituir operações de cálculos trabalhosas por processos gráficos, em formas de áreas ou volumes proporcionais, “sem fazer geografia propriamente”, mas buscando contribuir com a

primeiro, as idéias e métodos de trabalho sobre redes urbanas, tema que na França, àquela época já havia despertado interesse por parte dos geógrafos. Paralelamente havia melhor conhecimento de algumas áreas do país, que serviriam de quadro para os estudos sobre a vida de relações (Corrêa, 1967, p. 97).

incorporação de técnicas e instrumentos à metodologia geográfica. Para o autor, “a distribuição espacial e as variações locais, as correlações com outros fenômenos, tudo aquilo, enfim, que é cômodo investigar e ilustrar através de mapas, tem interessado mais particularmente a geógrafos” (Cesar, 1958, p. 83).

Santos (1958) questiona sobre onde localizar estabelecimentos industriais considerando os postulados da ciência urbanística e o crescimento em ritmo acelerado da metrópole Salvador, para além das possibilidades do controle público. Também sobre Salvador, Santos (2012) se propõe a analisar o centro desta cidade, discutindo, entre outras questões, suas funções e a estrutura urbana de seus bairros, ressaltando sua representatividade à vida urbana e regional; e afirma que, ante o cenário de miséria que alcança as cidades e os centros urbanos, cabe a geografia urbana, a teoria locacional e ao planejamento regional das cidades, alterar esse quadro.

Geiger (1960), ao discutir sobre a estrutura urbana do Rio de Janeiro, afirma que esta reflete a intensificação ou a diversificação de suas funções e resalta que sua formação metropolitana envolve o centro da cidade, os subúrbios, as cidades dormitórios e cidades satélites, além de conurbações entre o Rio de Janeiro e cidades vizinhas, e entre as próprias cidades vizinhas. Localização de atividades econômicas da cidade e sua interpretação em zonas (urbana, suburbana, industrial e outras), assim como discussões sobre uso do solo, estão presentes na proposta, que conta com dados do censo de 1950 e indica a influência de autores como Pierre George, Max Sorre e Lysia Bernardes.

Geiger & Davidovich (1961), a respeito do fato urbano no Brasil, discutem a hierarquia das cidades dentro da rede urbana, utilizando método de Michel Rochefort e dados sobre a população ativa do censo demográfico de 1950. Para os autores “à geografia urbana não interessa uma definição absoluta e universal das cidades; estas formas de agrupamento humano não são encaradas como entidades isoladas, mas dentro de um conjunto de relações recíprocas que se estabelecem entre uma cidade e outras cidades ou uma região”; esta afirmação é didática quanto as alterações que já se processavam na Geografia brasileira.

Discussão levantada por Furtado (1960) aborda os neologismos associados às transformações de diversas áreas do conhecimento, como a cartografia, afirmando que esta não deve fugir ao influxo das novas condições. Para o autor, a migração de poder entre as nações fora acompanhada do deslocamento das tradicionais fontes criadoras e irradiadoras de cultura ou “novos estrangeirismos”, que devem ser traduzidos ou “aportuguesados”; “na falta de um vocábulo português precisamente correspondente, isto

é, na falta do equivalente perfeito à acepção do estrangeirismo, êste deve ser incorporado como neologismo necessário, aportuguesando-se-o segundo nossas regras etimológicas e tendências fonéticas” (Furtado, 1960, p. 119).

Outras produções que discutem temáticas paulatinamente introduzidas a partir dos anos 1950 nos estudos sobre a cidade e o urbano no Brasil, que se dedicam a discussões apresentadas anteriormente, mas também sobre hinterlândias, metrópoles, expansão urbana, planejamento urbano e/ou regional, industrialização, função das cidades, cartografia, fisionomia e estrutura urbana, e polos de desenvolvimento, podem ser encontrados em Tricart (1956), Pierson (1956), Curtis (1957), James & Jones (1959), Batista, Oliveira, Dupré & Morais (1960), Cascudo (1961), Bernardes (1960, 1961, 1966), Melo (1963), Corrêa (1963, 1965), Barros (1964), Cardoso (1963, 1965), Rocha (1965), Müller (1965), Serebrenick (1956, 1965), Soares (1965), Mamigonian (1965), Botelho (1965), Castro (1965, 1967), Domingues (1964), Magalhães (1966), Santos (1966), Davidovich (1966), Valverde (1967), Steffan (1967), Geiger (1967), Rochefort (1961, 1967), Neves & Abrantes (1967).

É a partir da segunda metade dos anos 1960 que a geografia quantitativa chega ao Brasil, no momento de intensificação das atividades de planejamento³⁴ promovidas pelo governo militar (Vasconcelos, 1994). A influência de nomes como John Friedmann, Brian Berry e John Peter Cole esteve presente na difusão da geografia quantitativa no Brasil e do neopositivismo, contando com a participação de órgãos de planejamento do governo federal, como o IBGE, fundamental na formação dos geógrafos brasileiros e, a partir de 1970, com o Departamento de Geografia da UNESP Rio Claro (São Paulo), que adere a proposta em questão (Lamego, 2014). Para a autora,

John Peter Cole contribuiu para o aprendizado das técnicas geografia quantitativas. O geógrafo era já uma grande referência por conta do livro *Quantitative Geography* [...] – verdadeira bíblia da geografia quantitativa entre os geógrafos brasileiros; Brian Berry que conectava desenvolvimento, planejamento, teoria e técnicas – em inúmeros artigos que havia publicado até aquele período sobre sistemas urbanos e planejamento; e Friedmann que se destacava como um dos grandes

³⁴ É importante ressaltar que a preocupação da disciplina com as atividades de planejamento já era defendida e proposta por expoentes da Geografia desde a década de 1950, como Michel Philipponneau e a “geografia aplicada”, Pierre George e a “geografia ativa”, Jean Labasse e a “geografia voluntária”. No Brasil, ao final da mesma década, essas ideias estiveram presentes e geraram resultados, como em Geiger (1967) e Bernardes (1967, 1969). Para Abreu (1994a, p. 235), “não foi, portanto, por obra e graça da ‘quantitativa’ que a vinculação da geografia com o planejamento se realizou no Brasil. No nível de hipótese, pode-se afirmar, inclusive, que as mudanças que já vinham ocorrendo na geografia tradicional brasileira levariam-na certamente a essa direção, ainda que seguindo, talvez, um roteiro diferente”.

teóricos do desenvolvimento com a teoria centro-periferia. (Lamego, 2014, p. 3)

Lamego (2014) afirma que quando chegaram, os visitantes encontraram um ambiente fértil para suas ideias, resultado, no entanto, de vários elementos que convergiram para tanto. Os interlocutores no Brasil, profissionais interessados e dispostos a (re)aprender matemática, são um dos elementos que, juntamente com o aprimoramento consensual das pesquisas desenvolvidas pelo IBGE e sua inserção em uma agenda oficial, e com a prática de persuasão, para convencer e arregimentar signatários, permitiram o avanço da geografia quantitativa sob o comando, em fins da década de 60, de Lysia Bernardes e Speridião Faissol. Nos anos seguintes, a autora destaca a participação e atuação em trabalhos alinhados a metodologia quantitativa realizados por Pedro Geiger, Roberto Lobato Corrêa e Fany Davidovich.

Por sua vez, desde a UNESP de Rio Claro, Lamego (2015) defende que uma parcela do interesse na causa quantitativa teria relação com uma rejeição para com a geografia praticada na USP – a autora ressalta que a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Rio Claro (1958), nunca executou, genuinamente, uma geografia de matriz francesa, existindo uma certa disposição à mudança em termos de método. Rio Claro teve, assim, uma certa autonomia em relação ao currículo da graduação e experimentaram a justaposição de temas e métodos nunca praticados em universidades brasileiras, contando, inclusive, com participação ativa do IBGE no processo de formação de seu corpo docente (Lamego, 2015).

O neopositivismo, através da quantificação, dos modelos e dos novos instrumentais técnicos, contribuiu ao movimento que para Abreu (1994b, p. 132) é representativo do status de “especialização” da geografia urbana, “passando a ser considerada um estudo sistemático e independente dentro da geografia”. Para a autora, a geografia urbana buscou sua fonte de inspiração na economia e na sociologia, se desenvolvendo, essencialmente, para o planejamento urbano, considerando as profundas e aceleradas alterações sociais que se expressavam no espaço.

Para Camargo & Reis Junior (2004), a escola neopositivista da geografia promoveu uma revolução no pensamento geográfico ao transformá-lo em uma verdadeira ciência, por meio de três aspectos básicos de mudança: do ponto de vista filosófico, superando o positivismo tradicional; do ponto de vista conceitual, almejando a racionalização e a sistematização do espaço e das categorias regionais; e do caráter metodológico, passando a empregar o método científico. A utilização e combinação

desses vieses modernizantes estabeleceram novas perspectivas para a geografia, no que diz respeito a aspectos teórico-metodológicos e à busca por rigor científico (Camargo; Reis Junior, 2004).

Conforme entendimento de Geiger (1988, 75), a geografia quantitativa expressa

uma postura que introduz a intensificação das preocupações epistemológicas das ciências, no campo da Geografia; a negação da posição ideográfica da Geografia vidalina, seguida por Hartshorne e, conseqüentemente, a busca de leis que explanassem as formas espaciais; como decorrência desta última posição, a procura da linguagem e das lógicas matemáticas, bem como o recurso às modernas máquinas da computação; ainda em decorrência da procura de leis universais, o abandono do naturalismo e a concepção da organização do espaço como processo social; e, conseqüentemente, a aceitação da possibilidade de previsões, de intervenções normativas no próprio formato da organização do espaço, que o naturalismo não permitia.

Para Geiger (1988), um dos méritos da Geografia quantitativa foi a definição da organização do espaço como objeto de estudo, embora afirme que foi longe demais em seu afastamento da história e que isso, juntamente às suas inclinações epistemológicas neopositivistas, funcionalistas e sistêmicas, a aproximavam do materialismo mecanicista darwiniano, mas atribuindo determinismos a fatos sociais. Entretanto, não se pode ignorar seus avanços, que além da questão da organização do espaço como processo social, Geiger (1988) ressalta a utilização de métodos indutivos e dedutivos, sua posição nomotética, o abandono da falsa neutralidade da geografia tradicional e a atuação no âmbito do planejamento.

Na mesma linha de discussão, Suertegaray (1997) afirma que, preocupados com a perspectiva do planejamento, os geógrafos perceberam que a geografia centrada no positivismo, além de não explicar a realidade do momento, não era instrumentalmente útil para a reconstrução social. Assim, a autora ressalta que a nova geografia, ao contrário da clássica, tem um caráter nomotético pela sua reestruturação, no sentido de buscar as leis do seu objeto de estudo, agora definido como “organização do espaço”, concebendo a necessidade de modelos (formulações *a priori*) dos quais poderão deduzir hipóteses.

Faissol (1987) afirma, por sua vez, a existência de certos preconceitos em relação a quantificação, além de usos inadequados e abusos metodológicos – que ocorreram e ocorrem em outras áreas do conhecimento. Também ressalta a existência de restrições de natureza fundamental à quantificação, que envolvem as condições de quantificar o comportamento humano, até outras que não veem realidade em relações lineares entre indicadores deste comportamento ou relações causais a partir de correlações entre observações. Para o autor,

Como todos estes aspectos são passíveis de algum tratamento estatístico, querer procurar fazer da quantificação [...] um substituto para reflexão teórica e empírica, como alguns dos mais afoitos e quem sabe despreparados o fizeram, e como os que desconhecem os seus potenciais sugerem, é desconhecer o que de mais importante se fez nesta área para o desenvolvimento da Geografia. (Faissol, 1987, p. 8)

A orientações dos estudos urbanos dos anos 1940 privilegiavam e consideravam nas abordagens, em muitos casos, o espaço interno das cidades, desde uma leitura da escala intraurbana e, em outros, envolvendo as noções de posição e funções urbanas (Corrêa, 1989). Entretanto, para o autor, a partir dos anos 1950, mas, especialmente, em sua segunda metade, as pesquisas sobre rede urbana foram introduzidas no país, se impondo àqueles que se dedicavam a estudos sobre hinterlândia, pela influência de Jean Tricart e Michel Rochefort³⁵, desencadeando investigações sobre hierarquia urbana e áreas de influência de cidades. Considerando o contexto histórico-geográfico do Brasil neste período, entende-se a relevância da temática de redes urbanas no país, que sobrepujou perspectivas que privilegiavam as cidades isoladamente.

Para Corrêa (1989), a primeira influência sobre redes urbanas no país remete a figura de Pierre Monbeig. Já Michel Rochefort e seus estudos sobre hierarquia e áreas de atuação das cidades foram fundamentais ao IBGE e coetâneos ao momento de ascensão do sistema de planejamento territorial no Brasil (Lamego, 2014). Dentre autores e obras influenciados pela perspectiva de Rochefort, cita-se Pedro Geiger e sua obra “Evolução da rede urbana brasileira” (1963), um estudo de folego que envolve discussões sobre classificação de cidades e organização urbana, abordando suas categorias conforme as funções, a paisagem e a estrutura urbana, até discutir sobre a rede urbana brasileira, no período colonial e no processo de industrialização.

³⁵ “Desde há bastante tempo, numerosos autores se têm esforçado em estudar as cidades, não sómente como formas de habitat, mas como formas de atividades e como elementos de organização das regiões onde se exercem essas atividades. Diversas monografias têm analisado as diferentes influências de uma cidade sobre a região que a cerca e têm permitido definir a noção da ‘zona de influência’. Mas a análise das modalidades dessa influência mostra-nos que o papel de centro que a cidade exerce, pondo seus “serviços” à disposição dos habitantes das outras aglomerações da região pode se fazer sentir diretamente, nas aldeias da vizinhanças ou indiretamente, pelo jogo de diversos centros intermediários. No quadro de uma região a atividade de relação está, pois, garantida por toda uma hierarquia de cidades que mantêm umas para com as outras relações de dependência. Daí não se poder estudar uma cidade isoladamente, como forma de atividade: a unidade deverá ser a ‘rede urbana’, definida dentro dos limites da influência de uma grande cidade, capital da região, pela existência e a localização de um certo número de tipos de cidades intermediárias, (*centres-relais*) - elas próprias hierarquizadas, que constituem as malhas da rede” (Rochefort, 1961, p. 3).

Ainda para Corrêa (1989, p. 120), a proposição de Green & Carruthers e suas influências nos debates sobre hinterlândia, hierarquia e rede urbana, “constituem as últimas herdeiras de uma geografia tradicional e, ao mesmo tempo, os primeiros rebentos de outra, caracterizada por posturas próprias do positivismo lógico”. A preocupação com níveis hierárquicos e áreas de influência era perceptível, embora as referidas proposições conservassem um subjetivismo que a nova geografia não toleraria.

De acordo com Corrêa (1999), há cinco pontos fundamentais para o entendimento das redes, sendo o primeiro deles o fato de que o geógrafo estuda redes geográficas, consideradas um caso particular de rede: um conjunto de localizações sobre a superfície terrestre articulada por vias e fluxos, cuja especialização é um caráter que a diferencia das redes em geral. Além disso, o autor ressalta que a rede geográfica é produto e condição social historicamente construída, fruto da ação, sendo consciente e dotada de intencionalidades.

Um segundo ponto levantado pelo autor, ressalta que as concretas redes geográficas podem ser portadoras de atributos que se repetem em todas as redes, de atributos que não se repetem ou, mesmo portadoras de atributos próprios de um mesmo tipo, classe ou gênero; Corrêa (1999) reconhece, a partir do real concreto, a universalidade, a particularidade e a singularidade das redes geográficas. Um terceiro ponto diz respeito a historicidade das redes geográficas, que nos revela o desenvolvimento das forças de trabalho e as relações sociais expressas na divisão territorial do trabalho e nas necessidades e possibilidades de articulação entre os nós destas redes.

O quarto ponto discute as distintas redes geográficas de acordo com atributos organizacionais. Para Corrêa (1999), essas redes estão sobrepostas de forma irregular graças à seletividade espacial própria das atividades humanas e ao respectivo e diferenciado alcance espacial, sendo que cada nó da rede pode, simultaneamente, fazer parte de outras redes, assumindo uma posição diferenciada. Por último, o autor ressalta que a rede urbana é síntese das redes geográficas, cujo nó principal são os centros urbanos, onde as economias de aglomeração reúnem, diferencialmente, atividades, decisões e conflitos.

Discussões sobre rede urbana podem ser apreendidas em Santos (1967), em que discute a nova organização urbana brasileira, considerando a urbanização, a industrialização e o acelerado crescimento populacional, assim como os diferentes graus de hierarquia entre metrópoles (nacionais ou incompletas) e centros regionais. Para o autor, o estabelecimento de uma rede brasileira de cidades, com um hierarquia nacional,

data de um período de transição, o qual, para o conjunto do país, situa-se entre o começo do século XX e a década de 1940.

Corrêa (1967) afirma que os centros urbanos têm sido cada vez mais objeto de estudos em geografia urbana e que a cidade e sua área de influência não são duas entidades distintas. Para o autor, os estágios de elaboração de redes urbanas estão associados aos diferentes níveis de desenvolvimento das partes constituintes de um país, e considera a industrialização nacional como um fator preponderante para a estruturação funcional do espaço e da integração nacional. Dentre os países latino-americanos, Corrêa (1967, p. 94) que o Brasil

se apresenta rico de ensinamentos sobre o problema das redes urbanas, pois aí são encontrados diversos estágios de elaboração de redes urbanas. Assim, ao lado da inexistência de rede urbana na Amazônia, encontramos uma rede mal estruturada e em desagregação na área de influência de Salvador. Devido à maior força de Recife, já se verifica um estágio mais adiantado de elaboração da rede urbana, e para não citar todos os exemplos, encontramos uma rede urbana comandada por São Paulo, onde se distingue uma estrutura funcional mais evoluída.

Com o passar dos anos, a década de 1970 fora representativa da consolidação e predomínio de análises que, tendo em vista as demandas oriundas do planejamento territorial e regional, consolidaram e se debruçaram sobre a escala interurbana, os fluxos interurbanos e regionais, os polos de crescimento e sobre a regionalização, além de discussões envolvendo centralidade, hinterlândias e redes urbanas. A guinada na produção, sinteticamente, abarcou a inclusão ou reforço de temáticas sobre classificação de cidades e suas hierarquias, distribuição por tamanho, sistemas de cidades, padrões espaciais e locacionais, hierarquia entre centralidades urbano-regionais, migrações ou deslocamentos internos e outras, que aplicam metodologias de análise fatorial ou outros métodos analíticos, como a “cadeia de Markov”, por exemplo.

Exemplos deste estudos e de operacionalizações das temáticas ou discussões concernentes ao período, podem ser encontrados em Cardoso & Botelho (1965), Corrêa (1968, 1969, 1974, 1987), Cardoso (1968), Andrade (1968), Becker (1968, 1974), Geiger (1969, 1970a, 1970b, 1970c, 1971, 1973, 1978), Keller (1969), Magalhães (1969), Davidovich (1969, 1970, 1971, 1978), Pinto (1969), Diniz (1969), Galvão & Faissol (1969, 1970), Faissol (1970, 1971, 1971b, 1972a, 1972b, 1972c, 1972d, 1973a, 1973b, 1973c, 1973d, 1974, 1975, 1978), Cole, Faissol & McCullagh (1970), Langenbuch (1970), Cardoso (1970), Magnanini (1971), Rodrigues (1971, 1977), Bernardes (1971), Berry (1972), Corrêa & Loykasek (1972), Teixeira (1972, 1975), Faissol, Oliveira &

Pedrosa (1972), Pedrosa & Porcaro (1973), Rua (1973), Ferreira & Paviani (1973), Duarte (1974), Geiger & Davidovich (1974), Rocha (1974), Geiger, Lyra, Küffer & Felicíssimo (1974), Faissol, Galvão & Geiger (1975), Davidovich & Lima (1975), Strauch (1975), Oliveira (1976), Lindgren, Barbosa & Petterle (1976), Souza (1977), Sant'Anna, Castro, Rocha (1977), Burton (1971), Almeida & Lima (1971), Geiger, Rua & Ribeiro (1972), Diniz (1972), Freire & Sant'Anna (1978), Freire, Sant'Anna & Teixeira (1978), Natal (1978), Miranda (1978), Pinto, Cruz & Barcellos (1978), Paviani (1978) e outros.

Para Abreu (1994a), a despeito dos impasses e deficiências da tendência quantitativa, o saldo de contribuições fora positivo ao se considerar os seguintes pontos ou argumentos: i) foi a partir da orientação quantitativa que a geografia começou a se preocupar, de forma mais evidente, com teoria e método, cujas conclusões fundamentavam-se em teoria e modelos, e em observações cuidadosamente coletadas e analisadas; ii) com a quantitativa, a geografia brasileira se definiu pela primeira vez como uma ciência social; e iii) as pesquisas, amparadas em modelos ou teorizações neopositivistas, apesar de seu caráter linear e determinista, possuem condições para serem retrabalhadas criticamente.

3.3 Crítica ao (neo)positivismo: apreensões dialético-materialistas sobre a cidade e o urbano

O final da década de 1960 e o início dos anos 1970 são representativos de profundas alterações nos estudos e reflexões sobre a cidade e o urbano em geografia. O contexto histórico-geográfico do período fora marcado pelo surgimento de diversos movimentos sociais de caráter urbano que tinham nas cidades seu *locus* de atuação. Considerando, também, as transformações das estruturas sociais próprias ao mundo capitalista, as tendências teóricas que sustentavam as discussões sobre a cidade passaram a ser questionadas e tornaram-se alvo de críticas, expressando o momento de crise que se instaurava na Geografia e em outras ciências sociais.

As crises, para Gonçalves (1978), não são apenas crises teóricas e metodológicas de uma determinada “visão” da Geografia, mas sim, crises subjacentes a estas questões e provenientes da não-resposta a uma realidade historicamente determinada e não satisfatoriamente explicada. Para o autor, “a ‘nova visão’ que substitui a anterior somente será válida, igualmente, enquanto atender aos interesses dos que a tornaram hegemônica, garantindo para ela um lugar acadêmico e o *status* de ‘científica’” (Gonçalves, 1978, p. 11).

No que tange à crise que atravessava a Geografia no período em questão, o autor defende que esta dizia respeito a uma crise mais geral, em que se fazia premente uma postura teórica e epistemológica fora dos quadros dominantes e uma superação dos limites impostos à ciência geográfica pelo positivismo lógico. Nestas condições, a partir das reflexões e da postura do autor,

Torna-se, portanto, mais que necessário pensar o objeto da Geografia. O espaço geográfico deve ocupar o centro dos debates entre os geógrafos, porém não com as definições vagas das “visões” anteriormente expostas. Não mais com a dicotomia natureza e sociedade, pois que nenhuma sociedade está fora do espaço e o espaço geográfico é o espaço da sociedade, forjado, construído por ela e condição para a sua reprodução e produção do próprio espaço. (Gonçalves, 1978, p. 22)

Dentre as críticas que alcançaram a geografia quantitativa, Santos (2012) ressalta o paralelismo estipulado entre paradigma e método, o que conduziria a melhoria dos métodos de trabalho sem melhoria das concepções e da teoria – para o autor, a construção teórica é fundamental. Também, a suposta oposição entre quantitativo e qualitativo está no rol das críticas formuladas ao não se sustentar à análise da realidade, de forma que a

impossibilidade de separar variáveis se refere mais ao nível de progresso realizado teoricamente sobre a área da ciência em questão.

Assim, para Santos (2012, p. 73),

É da maior ou menor capacidade de separar as variáveis de uma dada situação que depende o sucesso da análise qualitativa e das tentativas de uma análise quantitativa. Isso nos leva a uma questão bem mais geral. A análise das realidades geográficas não pode ser válida sem a posse de um armamento teórico susceptível de reconhecer em cada variável seu valor respectivo.

Separadas as variáveis significativas, sua definição se dá em função do movimento da realidade, o que para Santos (2012) equivale a uma precedência do qualitativo em relação a etapa seguinte, que envolve a procura dos modos para contabilizar os fenômenos – pautar-se em um movimento contrário, suprimiria o esforço de considerar explicações, ou mesmo eliminaria. Para o autor, “uma coisa é partir de conceitos elaborados com base na realidade concreta e outra coisa é a aplicação de uma epistemologia estereotipada, ideológica, em que parâmetros procuram sua legitimidade em outros parâmetros e não em elementos e acontecimentos combinados, tal como se apresentam objetivamente” (Santos, 2012, p. 74).

O idealismo filosófico que perpassou o embate na geografia no século XIX, se afirmou no começo do século XX, o que se apreende pelo desconhecimento do tempo (do processo) e suas qualidades essenciais, levando a uma mistificação dos resultados – e não a uma interpretação (Santos, 2012). Por sua vez, ao se ignorar a estrutura social, ignora-se processos e desigualdades sociais, ou seja, o próprio homem em sua condição histórica, de forma que, para Santos (2012), as proposições da geografia quantitativa sequer chegavam a ser teorias, mas sim, ideologias impostas ao homem em favor da difusão do capital.

Filho (1978) afirma, no contexto anglo-saxônico, que no início da década de 1970 já era possível perceber indícios de insatisfação com a nova geografia por parte de pesquisadores e teóricos da tendência, inclusive de seus criadores. Dentre as críticas que surgem à Nova Geografia, o autor elenca duas ordens de acusações: i) de que esta corrente se transformou em um neopositivismo cientificista e reducionista, cujos trabalhos se dispunham a serviço da ideologia capitalista, e que a aplicação de modelos matemáticos puros ou esquemas teóricos sistêmicos levou a “neutralização” da geografia, haja vista que componentes socioeconômicos e históricos não contavam com análises eficazes; ii) e que o desenvolvimento teórico e metodológico era insuficiente ou satisfatório, sendo

capaz de promover, no máximo, explicações estruturalistas e atemporais a partir de um embasamento estatístico limitado e descritivo.

Para Filho (1978, p. 81), os movimentos de crítica e insatisfação para com a geografia quantitativa não foram, “como alguns, menos avisados e saudosistas, poderiam pensar, tendências no sentido de uma volta ao passado, de retroação à ‘geografia tradicional’”. Para o autor, as tentativas, não necessariamente de prever tendências futuras ou novas perspectivas, mas sim de captar prováveis prolongamentos de padrões dominantes considerando a evolução da ciência no período em questão, nem se quer consideravam a possibilidade de retornar a paradigmas abandonados.

Neste momento, destacam-se os nomes de Brian Berry e David Harvey na proposição de paradigmas em um contexto pós-revolucionário da geografia. Para Berry, a insatisfação com a nova geografia perpassa sua transformação em uma geografia estatística tradicional que não se atenta aos seus pressupostos, e propõe o que denomina por “metageografia dos processos”³⁶. Já a evolução de pensadores como Harvey e, também, William Bunge³⁷, nos permite compreender as bases da proposição chamada “geografia radical”³⁸, que se aproxima das ideias de sociólogos neomarxistas franceses, dos quais se destaca Manuel Castells, além do filósofo Henri Lefebvre.

Na França, as ideias promotoras de uma crítica radical antecedem a expressão deste movimento nos Estados Unidos e estão vinculadas às formulações de Pierre George em sua Geografia Ativa, em que sugeria uma análise geográfica centrada nas formas de organização da sociedade (Suertegaray, 1977). De acordo com Verdi (2020) a obra de P. George³⁹ operou alguns conceitos marxistas na Geografia e inaugurou uma conciliação

³⁶ “Duas importantes modificações do paradigma dominante na ‘Nova Geografia’ são, implicitamente, propostas por Berry em seu novo paradigma: de um lado, um certo relativismo, que vai contrastar com o mecanicismo da ‘Nova Geografia’; de outro lado, considerações relacionadas com o princípio temporal dos processos” (Filho, 1978, p. 90).

³⁷ “Se o que propõe Bunge, através do próprio engajamento na procura de soluções dos problemas sociais urbanos e dos problemas da sobrevivência, é essa geografia da ação, D. Harvey, por seu turno, dedica-se à procura dos fundamentos teórico-metodológicos para a ‘Geografia Radical’ [...]. É a partir dessas reflexões, que os geógrafos influenciados por Harvey tentam aplicar aos estudos da problemática geográfica o método dialético e, entre outras, duas noções fundamentais do marxismo, segundo as quais ‘o modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual’ e ‘a essência do homem não é uma abstração inerente ao indivíduo isolado, mas o conjunto de suas relações sociais’” (Filho, 1978, p. 95).

³⁸ “Nos países de língua inglesa, a Geografia Radical é praticamente uma escola nova e sua ascensão é aproximadamente paralela ao do estado previdenciário. Nos Estados Unidos, a Guerra do Vietnã, as posturas morais da tradição puritana, voltadas tanto para os pobres do país como para a questão dos países subdesenvolvidos, influíram na expansão da escola. Eles continuam se utilizando dos métodos quantitativos, agora reduzidos a simples métodos de análise” (Geiger, 1988, p. 79).

³⁹ “[...] a proposta da Geografia ativa [...] revela um duplo movimento da Escola Francesa de Geografia: por um lado, um afastamento crítico da perspectiva vidaliana, identificando na descrição e na explicação

entre a análise regional e o instrumental conceitual do materialismo histórico, ao discutir as relações de produção e trabalho e as forças produtivas em suas manifestações regionais; além disso, sua obra fora representativa de uma nova influência na geografia brasileira entre os anos 1960 e 1980.

No Brasil, a crítica à quantitativa se originou, especialmente, de pesquisadores não filiados a proposta, ao menos em um primeiro momento. Para Abreu (1978), a introdução da geografia quantitativa no país, pautou-se na importação de técnicas novas, votadas ao estudo, agrupamento e otimização de padrões, sem necessariamente se preocupar com a interrelação entre processos e padrões espaciais⁴⁰. A partir desta consideração, o autor questiona se houve ou não uma “revolução geográfica” ou “revolução quantitativa” no Brasil.

As orientações desses estudos embasaram-se na utilização de dados censitários em desfavor do uso de dados primários e, conseqüentemente, das pesquisas de campo. Para Abreu (1978), essa rejeição está relacionada ao efeito demonstração das pesquisas realizadas pelo IBGE, voltadas à detecção de padrões espaciais do território brasileiro e/ou da maioria de suas cidades, e por um temor de retornar ao paradigma dos estudos idiográficos. A ênfase da geografia brasileira em estudos de padrões e sua relutância em se aproximar das ciências sociais expressava um momento nebuloso do país, que “não conseguiu absorver todas as características do paradigma americano, e abandonou o antigo que, mal ou bem, lhe dava um caráter de unidade” (Abreu, 1978, p. 368).

Para Verdi (2020, p. 13), o processo de renovação da Geografia no Brasil, em meados dos anos 1970 e 1980, “redefiniu a problemática da ciência ao deslocar o ponto de partida metodológico da investigação do lugar para o processo social”, cuja dialética não diminuiu a relevância de análises do fragmento espacial, embora tenha reconstruído

das permanências uma insuficiência analítica; e por outro lado, a incorporação de conceitos novos que demonstram a importância conferida aos aspectos socioeconômicos da realidade e as suas conseqüências espaciais. Dessa forma, a obra de Pierre George pode ser considerada como pioneira por, simultaneamente, distanciar-se da perspectiva vidaliana e aproximar-se da crítica social, refletindo sobre o papel político da ciência e dos geógrafos” (Verdi, 2020, p. 13).

⁴⁰ “É imprescindível que se comece a estudar processos e se tente criar modelos aplicáveis à nossa realidade. Para a consecução deste objetivo, nada impede que se absorva da experiência americana aquilo que ela tem de bom para oferecer. É necessário, entretanto, que o geógrafo seja mais crítico a respeito da aplicabilidade de modelos importados, que analise seriamente os seus pressupostos e a sua relevância social. Só assim pode-se evitar que o atual estágio nebuloso pelo qual a disciplina está passando no país se transforme, no futuro, num estágio de alienação, que já vem sendo apontado como característico da geografia americana no presente. Esta, apesar dos progressos modelístico, tem sido combatida por vários de seus profissionais, que veem a disciplina extremamente preocupada em criar modelos baseados em noções de equilíbrio e eficiência espaciais, nos quais as questões relativas à distribuição de riquezas e à justiça social são, quase sempre, relegados a segundo plano, ou, o que é pior, esquecidos” (Abreu, 1978, p. 368).

seu conteúdo afirmando a indissociabilidade entre sociedade e espaço. Para a autora, a preocupação dos geógrafos brasileiros se centrou na realidade nacional e exigiu a elaboração de outros instrumentais teóricos e metodológicos para a ciência, de forma que o materialismo histórico e dialético delineou o caminho para a revelação das contradições socioespaciais, a partir de uma geografia renovada – a geografia crítica. Nas palavras da autora,

Essa outra Geografia é fruto da preocupação com o desvendamento dos mecanismos de produção e reprodução do capitalismo como processos totalizantes, os quais se realizam espacialmente. Tal preocupação, no movimento da renovação, deslocou a questão central da Geografia de uma interpretação das relações entre o homem e a natureza ou entre a sociedade e o espaço para consolidar como sua problemática particular o papel do espaço na reprodução do capital. A análise do lugar, conseqüentemente, muda radicalmente de conteúdo, deixando de ser um objetivo em si para ser a síntese de múltiplas determinações. (Verdi, 2020, p. 13)

De acordo com Geiger (1988), no Brasil, muitos geógrafos radicais são oriundos da quantitativa e ressalta a quantidade de trabalhos voltados às questões teóricas, metodológicas e conceituais. Para o autor, o comprometimento ideológico da geografia quantitativa, a promoção de um sistema de universidades integradas, a liberdade de expressão propiciada pela abertura do regime militar, os graves desníveis sociais, acentuação da pobreza e o crescimento urbano, contribuíram como fatores em prol da expansão da linha marxista na Geografia brasileira.

Abreu (1994a) afirma que a geografia crítica alterou o temário da produção geográfica no sentido de uma dimensão mais ampla e analítica, cuja fonte de teorização, inspiração e contestação da ordem estabelecida encontra-se na história e nas determinações sociais. Para o autor, a geografia crítica emerge de um movimento rápido, tumultuado e construtivo;

Rápido porque suas primeiras manifestações começaram apenas na segunda metade da década de 70; tumultuado porque sua implantação e desenvolvimento ocorreram associados à contestação (política e epistemológica) do *status quo* profissional, isto é, de um *establishment* geográfico longamente estabelecido; construtivo, finalmente, porque através da geografia crítica que a produção de conhecimento sobre a cidade (e sobre outras dimensões do espaço geográfico) vem hoje se realizando de forma mais sólida, embora já seja bastante clara a necessidade de efetuar correções de rumo no seu processo atual de desenvolvimento. (Abreu, 1994a, p. 256)

A geografia crítica rejeita a autonomia do espaço e a ideia de sua exterioridade em relação à sociedade. Desta feita, o espaço geográfico é concebido como produto do

homem, isto é, como materialidade social, produzido pela sociedade através do trabalho, razão pela qual reflete sua estrutura e dinâmica. “Em outras palavras, como é da sociedade que o espaço geográfico recebe a sua forma e o seu conteúdo, a sua compreensão total só será possível se estiver acoplada à compreensão da sociedade. Esta, por sua vez, não é imutável. Daí, toda compreensão que obtenhamos do espaço será sempre (e necessariamente) historicamente determinada” (Abreu, 1994a, p, 257).

Nas palavras de Vasconcelos (1994), a geografia crítica ou radical dos anos 1970, a despeito das variadas tendências ou propostas teóricas, apresenta a maior parte de seus trabalhos pautados sob inspiração marxista. O processo histórico ganha relevância e as contradições e os conflitos são considerados, especialmente desde as cidades, entendidas como *locus* de acumulação e contradição entre capital e trabalho e entre sociedade civil e Estado. “A segregação do espaço pelas classes dominantes é examinada, além da divisão territorial do trabalho. Novos conceitos são necessários para acompanhar essas formulações” (Vasconcelos, 1994, p. 71).

Embora Claval (2006, p. 112) considere que o balanço da geografia quantitativa tenha aspectos considerados positivos⁴¹, no que diz respeito as cidades, ressalta que ao reduzi-las “às suas dimensões funcionais, ao ver aí uma peça da engrenagem do sistema de comunicação da sociedade”, esqueceu-se “da sua dimensão simbólica, limitando os meios para estudar suas paisagens e o seu aspecto monumental”. Por sua vez, Santos (2012) afirma que a cidade se tornou campo de encontro de sociólogos, economistas, antropólogos, etnólogos, políticos, historiadores, enquanto os geógrafos perderam espaço.

No que diz respeito as influências estrangeiras, David Harvey e sua obra “A justiça social e a cidade” (1973), na qual o autor supera sua formação liberal e apresenta formulações socialistas, questionando “como e porque tentaríamos chegar a uma revolução no pensamento geográfico”. Para o autor, na época em questão, além de jovens e ambiciosos geógrafos desencantados com a estrutura social da disciplina, a disparidade entre uma teoria sofisticada e uma estrutura metodológica propostas para a interpretação da realidade social objetiva e seus respectivos problemas ecológicos, urbanos e etc, “dos

⁴¹ Sinteticamente, o autor elenca como positivos os seguintes aspectos da geografia quantitativa: a geografia deixa de ser considerada uma ciência natural, ao tratar de realidades sociais, culturais ou econômicas, aproximando-se das ciências sociais; progridem investigações a respeito do domínio urbano e industrial; os geógrafos encontram-se em condições de estudar questões sobre áreas suburbanas, cidades multipolares e a urbanização no momento que estas tendências se afirmam; sistematiza-se o recurso aos métodos estatísticos e a matemática.

quais parecemos incapazes de dizer qualquer coisa de fundo ou profundidade”, explicam a necessidade de uma revolução no pensamento geográfico.

É possível destacar a atuação de Manuel Castells em “A questão urbana” (1972), obra em que propõe uma crítica as teorias da ecologia humana e ressalta (citando e criticando Brian Berry) que pesquisas que apontam correlação positiva entre urbanização e crescimento econômico, não fornecem uma explicação do processo e, ante a realidade, encaram o fato de que a aceleração do crescimento urbano em países subdesenvolvidos ocorre sem um respectivo crescimento econômico. Para o autor,

Com efeito, uma interpretação tão frequente quanto errônea, derivada das constatações empíricas às quais nos referimos, considera a urbanização como uma consequência mecânica do crescimento econômico e, em particular, da industrialização. Explica-se então o ritmo atual da urbanização nos países "subdesenvolvidos" pela etapa inicial do processo onde eles se encontram. O desenvolvimento seria então um caminho já traçado que seguem as sociedades, na medida em que elas manifestam um espírito de empreendimento. Os dados estatísticos disponíveis permitem rejeitar sem dúvida esta proposição. A urbanização em curso nas regiões "subdesenvolvidas" não é uma réplica do processo que atravessam os países industrializados. (Castells, 1972, p. 79)

Neste período, destacam-se autores de outras áreas do conhecimento, como Henri Lefebvre, Alain Lipietz, Paul Singer e outros, além de periódicos estrangeiros que atuaram fortemente na difusão dessas correntes de pensamento críticas, como as revistas *Antipode* e *Hérodote*, ambas francesas. No entanto, este movimento crítico desde a geografia é acompanhado por uma forte influência e destaque do pensamento de autores brasileiros, trazendo à tona temáticas e discussões que embasaram a pauta dos estudos sobre a cidade e o urbano no país.

O papel exercido por Milton Santos é fundamental, sobretudo pela importância associada à categoria de formação socioespacial, proposta pelo autor, e suas obras: “Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a Geografia Crítica”, “O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos”, “Pobreza urbana” e “O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo”. Estas obras promovem e difundem preocupações teórico metódicas do autor que são acompanhadas de proposições conceituais que se debruçam em analisar e discutir a realidade desde os países atualmente reconhecidos como do Sul global.

Costa, Zomighani Junior & Boscariol (2022) destacam a revolução da teoria social crítica nacional promovida pelo professor Milton Santos durante os anos 1964 – 1978⁴², período em que esteve exilado devido perseguição política e acadêmica-institucional pelo regime ditatorial brasileiro. Durante o exílio, Milton Santos consolidou-se como um pensador universal ao refletir com rigor sobre as problemáticas socioespaciais dos países subdesenvolvidos e ao operar o rompimento e a superação de propostas teóricas e epistemológicas eurocêntricas, afirmam os autores. Segundo Costa, Zomighani Jr & Boscariol (2022, p. 75), seu vigor intelectual,

promovió su propuesta de modernización de la disciplina, e incorporación y actualización de conceptos y teorías a su ‘Geografía Nueva’. Estos conceptos y teorías ofrecían una mayor y más completa capacidad de interpretar la dinámica del mundo, revelada a través de la lectura del espacio geográfico.

Outras contribuições nacionais foram também relevantes, Vasconcelos (1994), ressalta o destaque de autores (as) como: Maurício de Almeida Abreu, que publica “A evolução urbana no Rio de Janeiro” (1987), incorporando a história para o entendimento da cidade na geografia e analisando o papel do Estado na mediação de conflitos; Aldo Paviani e suas coletâneas sobre a cidade de Brasília (1985, 1987, 1989, 1991); Roberto Lobato Corrêa e sua obra “O espaço urbano” (1989), que promove uma síntese da atuação dos agentes produtores do espaço urbano, os processos e as formas espaciais.

Para Abreu (1994a), os primeiros anos de produção científica desta vertente crítica dos estudos sobre a cidade e o urbano na geografia, que o autor situa entre os anos 1978 e 1983, visavam a afirmação da proposta e pautaram-se, prioritariamente, na reflexão teórica mais ampla, de caráter teórico-metodológico. Portanto, a unidade da geografia crítica não estava, necessariamente, no plano teórico, mas no posicionamento político, no combate a ideologia neopositivista e no compromisso explícito com a transformação social (Abreu, 1994a).

⁴² “La periodización de sus publicaciones demuestra que el autor partía inicialmente y, de forma sistemática, de estudios de caso con datos empíricos locales, regionales o nacionales para, en años posteriores o en las siguientes etapas intelectuales, avanzar hacia una amplia teorización. Esta característica de su método de trabajo puede observarse en varias épocas y obras. Así, sus iniciales estudios locales y regionales en Bahía –como los publicados en 1964 sobre la nueva capital brasileña (Santos, 1964) y las propiedades rurales del interior de Bahía (Santos, 1964a), evolucionaron hacia análisis de mayor amplitud y escala, como los realizados entre 1965-1969, sobre temas de la reforma agraria (Santos, 1965) o el subdesarrollo y la economía de las ciudades del mundo empobrecido (Santos, 1971), proyectando conceptos para explicar el Tercer Mundo” (Costa; Zomighani Jr.; Boscariol, 2022, p. 77).

Neste movimento, considerando a validade da proposta e sua difusão no âmbito acadêmico, associado a abertura política e a expansão dos cursos de pós-graduação, temáticas como o direito à cidade, o papel dos agentes de produção do espaço urbano, o espaço intraurbano e a reprodução do capital, permearam as produções da tendência crítica radical ainda no século XX.

O estudo de Oliveira (1979) sobre “condições de vida”, apesar de reconhecer a ênfase dada a quantificação dos fenômenos associados, defende que nos últimos anos o tema se tornou uma questão obrigatória que se articula aos debates da época sobre distribuição de renda e marginalidade social. Para a autora, a contribuição da pesquisa envolve a própria geração de conhecimento sobre estratégias de subsistência de grupos de baixa renda mas, especialmente, se dá a partir de subsídios para compreensão da estrutura social brasileira e de sua diferenciação interna.

Corrêa (1979), partindo de D. Harvey, entende as cidades como expressão concreta de processos sociais na forma de ambiente físico construído, na qual se reflete as características da sociedade. Sobre as metrópoles, o autor afirma que estas se constituem como um produto da economia de mercado, afetada de alguma forma pela industrialização e pela complexa estratificação social.

Embora as reconheça, também, como “importante local de acumulação de capital e onde as condições para a reprodução da força de trabalho podem mais plena mente ser realizadas” (Corrêa, 1979, p. 100). Enquanto processos sociais, que produzem forma, movimento e conteúdo sobre o espaço urbano e metropolitano, o autor destaca os seguintes: centralização, descentralização, coesão, segregação, invasão-sucessão e inércia – reconhecendo que a evidência dessas discussões estão associadas a “economistas como Hurd e Haig, sociólogos da Escola de Ecologia Humana como Park e McKenzie, e geógrafos urbanos como Colby” (Corrêa, 1979, p. 101).

Davidovich (1980), conforme interpretações de Lojkine, demonstra preocupação sobre a expressão espacial da problemática da urbanização brasileira, e ressalta os desafios teóricos, que perpassam uma teoria geral sobre a urbanização, a consideração das singularidades de cada formação social e a compreensão teórica do espaço. Geiger (1980), por sua vez, discute o tema de distribuição de renda e da pobreza urbana, reconhecendo que a maior atenção dada a essas discussões estão relacionadas ao novo quadro da sociedade brasileira, as influências trazidas de fora e a uma produção maior e mais variada de estatísticas.

A segregação residencial é alvo de estudos de Vetter (1981) sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro, em que afirma que a variedade da estrutura interna da cidade supera a simples estrutura núcleo-periferia. O'Neill (1982), também sobre o Rio de Janeiro, discute os condomínios como novas formas de habitação associadas as transformações nas cidades capitalistas, cujos arranjos espaciais são considerados resultados da fixação das múltiplas atividades de produção e reprodução da sociedade no espaço.

Em outros estudos identificam-se discussões sobre a cidade e o urbano que incluem temáticas apontadas acima, mas também aquelas referentes a habitação e moradia, acesso à terra urbana, pobreza urbana e etc. Outras, operando a teoria dos circuitos superior e inferior da economia, considerando a divisão territorial do trabalho, a divisão social do espaço e a formação socioespacial (Vasconcelos, 1994), e que podem ser encontradas em: Moíd (1978), Mello (1978), Duarte (1981), Abreu (1981), Ribeiro (1982), Fredrich & Davidovich (1982), Almeida (1982), Cardoso (1982), Bezerra & Cruz (1982), Davidovich & Cardoso (1982), O'Neill (1986), Davidovich (1986, 1987a, 1987b, 1989), Furlanetto, Cruz & Almeida (1987), Duarte (1988), Corrêa (1988), O'Neill & Natal (1988), Pinto, Sant'Anna & Lima (1988), Cardoso (1989), Soares (1989), Lombardo (1990), Figueredo & Ajara (1990), Silva, Rodrigues & Câmara (1990), Scarlato (1989), Santos (1977a, 1977b, 1989), Pintaui (1987), Vilarinho Neto (1987), Ronchezel (1986), Rodrigues & Seabra (1986), Santos (1986), Damiani (1985, 1986), Kaupatez (1986), Rodrigues (1985), Silva & Ribeiro (1985), Rodrigues (1984), Silva (1984), Singer (1980) e outros.

É considerável o aspecto quantitativo de produções acadêmicas voltadas ao estudo sobre a cidade e o urbano no Brasil e, além disso, seu aspecto qualitativo, considerando a diversidade de temáticas e orientações metodológicas e a presença marcante de autores (as) brasileiras (as), não obrigatória ou necessariamente amparados em uma perspectiva de método marxista, embora esta seja amplamente operada – seja em favor da ortodoxia, do mecanicismo materialista e da reprodutibilidade de ideias ou, mesmo, de *práxis* verdadeiramente totalizante e dialética, pautada na realidade concreta.

Ainda no século XX, Santos (1989) elenca problemas associados à contribuição marxista na Geografia. Para o autor, é fundamental estar atento ao decurso da história e operar o marxismo em função da realidade e não como uma explicação absoluta e dogmática, de forma a saber incorporar aportes teóricos e assimilá-los com o devido

instrumental crítico (para tanto, conhecimento balizado das categorias e domínio assentado da história).

Partir do real para não correr o risco de ceder à ideologia, é uma preocupação a se ter na operacionalização do método marxista na Geografia, que deve considerar: a totalidade enquanto uma categoria e instrumento de conhecimento do real-individual-concreto em movimento; a dialética como meio para chegar à reconstrução da gênese e apontar para o futuro; e o contexto como guia na reconstituição da geração dos fenômenos (Santos, 1989). Para o autor, noções marxistas precisam ser reexaminadas à luz do concreto, englobando uma *práxis* totalizante e uma leitura dialética do real, o que favorece a renovação de conceitos e a emergência de novas ideais.

Abreu (1994a) defende que o ataque da geografia crítica ao empirismo da geografia tradicional e ao fetichismo da geografia neopositivista, esteve centrado na oposição entre aparência e essência. Para o autor, o esforço de teorização e a busca pela essência, resultaram em uma negação da aparência e da própria dialética que as perpassam, negligenciando o visível, o lugar e a variabilidade das formas. A busca da essência não deve conduzir a explicações pasteurizadas e generalizantes sobre a paisagem, cujo movimento intrínseco não pode ser reduzido a simples expressão fenomênica de processos.

3.4 Geografia humanista e as cidades: leitura fenomenológica da realidade urbana e citadina brasileira

No decorrer do século XX, foram diversas as tendências de método e orientações teóricas que pautaram os estudos em geografia, inclusive em geografia urbana. Considerando a história do pensamento geográfico, no século em questão, é possível apontar a emergência e a coexistência de tendências de caráter analítico-descritivo ou quantitativo (a partir do positivismo e neopositivismo), crítico ou radical marxista (em suas variações) e humanista fenomenológica (Amorim Filho, 1999); estas orientações atravessaram os estudos sobre a cidade e o urbano no país, influenciando-os, praticamente, ao mesmo tempo.

A chamada geografia humanista eclodiu nos Estados Unidos e Canadá entre os anos 1960 e 1970, na busca por reaproximar a geografia das humanidades, considerando alternativas ao neopositivismo e as tendências da quantificação (Marandola Jr., 2013). Para o autor,

Na esteira do grande debate teórico e metodológico promovido pela Nova Geografia, alguns geógrafos voltaram-se para a literatura, a história, aos estudos culturais, a psicologia e sobretudo a filosofia, buscando renovar epistemologicamente a geografia com valores humanistas: a crítica da época era que a geografia, ao buscar ser ciência, estava deixando de ser humana. (Marandola, Jr., 2013, p. 50)

A proposição de um método fenomenológico que permita o acesso à subjetividade, evitando a ruptura entre objeto e sujeito e a confusão de limites, emerge das reflexões de Edmund Husserl (Goto, 2013). Ante suas análises histórico-teleológicas da crise sobre as ciências⁴³, que resultou em seu afastamento do mundo-da-vida⁴⁴, Goto (2013, p. 39) afirma que a fenomenologia de Husserl,

⁴³ “A reflexão sobre a crise das ciências apareceu explicitamente nos últimos escritos de Edmund Husserl (1859-1938) que foram reunidos na obra “A crise das ciências europeias e a Fenomenologia Transcendental (HUA VI)”. Esses escritos datam dos anos de 1934 a 1937, período em que Husserl sensivelmente denunciou uma “crise” que percebia atingir toda cultura científica europeia. Nesses escritos, Husserl chama atenção sobre questões epistemológicas que considerou urgentes, como o objetivismo científico, a crise das ciências e da racionalidade e o esquecimento do mundo-da-vida (*Lebenswelt*), assim como ressalta a possível solução para essas questões: a Fenomenologia Transcendental. [...]. Assim, para o filósofo, “a crise se manifesta em sintomas de desorientação sobre o sentido da vida e das histórias humanas; no rompimento da tradição humanista europeia; na decadência da filosofia como ciência fundamental; perda de unidade das ciências. Em suma, a crise remonta a todo um sistema de valores e de ideias sobre as quais se constituiu a chamada modernidade” (Goto, 2013, p. 35).

⁴⁴ “A Fenomenologia tem a intenção de encontrar uma ordem espontânea, um sentido e uma orientação da existência humana, retomando o rol da subjetividade transcendental, expostas nas evidências pré-científicas e pré-lógicas do mundo-da-vida. [...] Ainda, a falência da filosofia e o crescente objetivismo da ciência fizeram com que se esquecesse da evidência mais originária de suas reflexões: o mundo-da-vida. O mundo-da-vida é o lugar em que se origina a experiência pré-científica, ou seja, a experiência não-teórica, mais originária, evidente e universal que implica a experiência mesma da subjetividade. Na concepção de Husserl

Surge assim não só como um método filosófico capaz de apreender e refletir as ciências em crise, mas também como uma única filosofia transcendental possível, no resgate de um autêntico projeto da modernidade. Trata-se de um saber universal capaz de levar a cabo um projeto filosófico que compreenda as estruturas universais da subjetividade. É um giro filosófico que visa corrigir a inversão positivista, reorientando o espírito humano à esfera do mundo-da-vida em detrimento de um mundo abstrato referido às idealidades matemáticas.

Além de questões vinculadas à filosofia husserliana, Marandola Jr. (2013, p. 51) destaca a inserção daquelas associadas a ideia de habitar, com Martin Heidegger, e de experiência geográfica, fruto de desdobramentos de princípios fenomenológicos – “todas essas ideias fenomenológicas conduziam os geógrafos a pensarem e redesenharem a noção, ou essência de lugar, que se tornou o grande baluarte desta renovação”. Outra via que fortalecia esta tendência, de acordo com o autor, envolvia os estudos perceptivos, a preocupação com a consciência e a percepção do ambiente, aproximando estudos urbanos e ambientais no intuito de inserir a perspectiva dos sujeitos nas propostas de planejamento e preferências ambientais.

Por sua vez, Giese, Silva & Melo (2023) destacam a ação de Merleau-Ponty ao estender a noção de intencionalidade da consciência ao corpo, cuja centralidade em seu projeto ontológico implica o reconhecimento do corpo como fonte legítima do conhecimento. No prefácio de sua obra, “Fenomenologia da percepção”, Merleau-Ponty defende a seguinte postura:

Eu não sou o resultado ou o entrecruzamento de múltiplas causalidades que determinam meu corpo ou meu "psiquismo", eu não posso pensar-me como uma parte do mundo, como o simples objeto da biologia, da psicologia e da sociologia, nem fechar sobre mim o universo da ciência. Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência com rigor, apreciar exatamente seu sentido e seu alcance, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda. A ciência não tem e não terá jamais o mesmo sentido de ser que o mundo percebido, pela simples razão de que ela é uma determinação ou uma explicação dele. (Merleau-Ponty, 1999, p. 4)

No que diz respeito à abordagem humanista em geografia, Holzer (2013) afirma que a ideia de uma disciplina voltada ao estudo da ação e imaginação humanas e à análise

(2012) o mundo-da-vida é o lugar onde se dão as experiências absolutas, as experiências puras, originárias, antipredicativas, pré-linguísticas e pré-conceituais” (Goto, 2013, p. 41).

objetiva e subjetiva de seus produtos, constituindo uma ciência de síntese para além dos contornos cartesianos e positivistas, data de meados dos 1920 e remete à obra de Carl Sauer. Em 1925, Sauer publica sua obra “*The morphology of landscape*”, em que sugeria o estudo das paisagens através da fenomenologia como método de apreensão da relação entre homem e ambiente, almejando os significados da percepção e da visão cultural desta paisagem (Holzer, 2013; Sasaki, 2010).

Sasaki (2010) destaca que é a partir das produções de Sauer que a subjetividade passa a ser considerada como um elemento importante e constituinte da relação entre ser humano e espaço geográfico e, também, da paisagem, construída e reconstruída em habitat. Para a autora, “dentre as diversas contribuições de Sauer destaca-se [...] a abertura para a possibilidade de interpretação da realidade num contexto interdisciplinar, o que permite dialogar com a filosofia, a psicologia ou a sociologia; bem como a atribuição de valor a estudos que envolvem a percepção ambiental” (Sasaki, 2010, p. 116).

Em relação à contribuição aos estudos fenomenológicos em geografia, é possível citar autores como: David Lowenthal (1961) e sua proposta de uma nova epistemologia para a geografia, em que a dimensão da percepção ambiental se afirma como instrumento de compreensão da realidade; Yi-Fu Tuan (1961, 1967, 1974, 1976, 1980, 1983) e suas discussões sobre o conceito de lugar, que passa então a ser compreendido como categoria geográfica que contempla a subjetividade, as memórias e histórias de vida dos sujeitos, que estabelecem (ou não) referenciais afetivos com o lugar a partir da convivência; Edward Relph (1970), reafirmando seu esforço em se diferenciar das abordagens comportamentalistas, propõe a valorização de temas do cotidiano e a relevância da experiência e da intencionalidade para leitura e compreensão do mundo a partir de uma visão holística; Anne Buttimer (1974, 1976) e suas reflexões a respeito da utilização da fenomenologia e do existencialismo pela geografia, o que permitiria uma apreensão da totalidade do ser (Holzer, 2013; Sasaki, 2010).

Após as preocupações iniciais, Marandola Jr. & Gratão (2003, p. 10) afirmam que a obra de Eric Dardel “*L’homme et la terre*” (1952), cuja “influência e originalidade [...] estão na fundação de um diálogo entre Geografia e Epistemologia, que passa a figurar entre as principais influências da geografia humanista”, permeou o pensamento e as reflexões dos autores citados acima. Para Claval (2006), E. Dardel propôs em sua obra uma nova visão da geografia, que não teria por finalidade descrever a terra, mas mostrar como o homem inscreve sua existência nela, dando-lhe um sentido e modelando territórios – isto é o que Eric Dardel chama por *geograficidade*.

Neste construir, várias são as tendências filosóficas operadas pelos geógrafos humanistas, como o idealismo, a hermenêutica, o historicismo, e a própria dialética marxista ou o materialismo histórico, especialmente durante a década de 1970 (Holzer, 2013; Marandola Jr.; Grato, 2003). Os anos 1980, para Marandola Jr. (2013), é representativo de um “esfriamento” do movimento, tendo em vista que os autores estavam ocupados com outras agendas, e que, além disso, o período era de prevalência de discussões marxistas, cujo contexto de instabilidade política associado a guerra fria impunha pressão sobre a pauta acadêmica. Por sua vez, Holzer (2013) destaca esse período como de expansão da geografia humanista, caracterizada por um ecletismo de propostas que extrapolou o público de geógrafos culturais e históricos norte-americanos, e direcionou o debate filosófico, antes genérico, ao terreno da geografia.

Nos anos 1990, Marandola Jr. (2013) aponta para uma renovação ou reativação da geografia cultural⁴⁵ e ao contexto da globalização em construção (novos localismos, discussões sobre identidades, abordagens feministas) como novidades na geografia anglo-saxônica. Para o autor,

Aqueles geógrafos do movimento humanista já não se caracterizam enquanto tais, colocando suas questões e problemáticas nestes novos contextos, sejam nos estudos ambientais, urbanos ou de embates e mudanças culturais. A fenomenologia permanece especialmente no redesenho da ideia de lugar e de paisagem, por exemplo, mas não ocupa o centro da construção teórico-metodológica desses autores, nem é objeto de dedicação específica em termos de aprofundamento e desdobramento epistemológico. O projeto de uma geografia fenomenológica, portanto, nem chega a ser claramente esboçado. (Marandola Jr., 2013, p. 52)

De acordo com o autor, a fenomenologia, no âmbito de uma geografia humanista, fora significativamente operada como uma abordagem, não se limitando sobre temas específicos e direcionando suas preocupações a vários campos e temáticas da geografia, especialmente em discussões sobre lugar e paisagem. O aporte filosófico tivera uma apreensão “implícita”, haja vista que não houve uma preocupação rigorosa em aplicar o método fenomenológico, considerado heterodoxo e de difícil compreensão, satisfazendo-se, os geógrafos, com a apropriação dos conceitos de “mundo vivido” e “ser-no-mundo” (Holzer, 2013; Marandola Jr., 2013).

⁴⁵ A partir de Holzer (1992) e Marandola Jr. (2003), Marandola Jr. & Grato (2013) afirmam que “embora a Geografia Cultural mantenha uma individualidade em relação à Geografia Humanista, suas raízes são claramente as mesmas e há uma coexistência profícua e íntima entre as disciplinas. Além disso, seus precursores e autores são em geral os mesmos, e atualmente as disciplinas estão caminhando para uma visão mais ampla da própria orientação de pesquisa, tendendo a uma relação mais íntima e indissociável entre elas.

Holzer (1997), ao discutir sobre paisagem e lugar enquanto categorias espaciais e seu relacionamento com território e ambiente, destaca que a discussão fenomenológica não é das propostas mais usuais da geografia e que há, por parte de geógrafos humanistas, a procura da concepção de mundo diferente da cartesiana e positivista, almejando a pretensão de relacionar de maneira holística o homem e seu ambiente, o sujeito e o objeto. Para o autor, paisagem, assim como lugar e região, é um conceito essencial à geografia, elencando-a como uma das ciências das essências, nos moldes fenomenológicos, enquanto o território e a territorialidade são entendidos como a expressão dos comportamentos vividos ou da constituição do mundo pessoal e intersubjetivo.

Tomando-se os lugares como constituintes essenciais do território, e procedendo-se à investigação dos modos intersubjetivos dessa constituição, estaremos nos proporcionando a tarefa de fazermos uma Geografia voltada para a sua essência, a do estudo do espaço geográfico. No caso do território caberia à Geografia, juntamente com outras ciências, delinear suas diferenças, a diversidade de suas identidades culturais. Se desprezarmos esta tarefa essencial da Geografia, que é de delinear a Constituição integral do “mundo”, reduziremos nossa disciplina, no caso do estudo território, ao mero ramo da etologia. (Holzer, 1997, p. 84)

De acordo com o entendimento de Holzer (2003), o lugar fora utilizado pelos geógrafos para expressar o sentido locacional de um sítio, razão pela qual aponta que esta categoria foi relegada a um segundo plano em relação a outros conceitos espaciais como paisagem, território e espaço. O autor destaca que a categoria lugar é dos conceitos espaciais que mais atende aos propósitos fenomenológicos-existencialistas, sendo operada em favor da renovação da geografia e do reconhecimento da geografia humanista como campo autônomo de estudos. Se debruçando nas obras de Yi-Fu Tuan, Holzer (2003, p. 121) afirma, como conclusões do autor, que

o espaço e o lugar são os assuntos centrais da geografia. Estes assuntos são vistos pelos positivistas através da análise da organização espacial, para os humanistas assumem outras características. Ambas as perspectivas teriam validade: os conceitos positivistas interessam aos humanistas porque são o exemplo extremo da tendência universal para a abstração; os trabalhos humanistas podem interessar aos positivistas porque promovem o autoconhecimento, utilizando-se do seu mais alto valor, as humanidades.

No Brasil, a tendência humanista em geografia é introduzida em meados dos anos 1970/1980, que coincide com o momento de crise paradigmática da ciência (Malanski, 2014). Destaca-se o papel da professora Livia de Oliveira, ao traduzir obras de Yi-Fu Tuan, como uma das precursoras da geografia humanista no país, desde a UNESP de Rio

Claro, cujas preocupações principais envolviam estudos a respeito da “percepção do meio ambiente”⁴⁶ (Amorim Filho, 1999).

Neste período, a geografia brasileira passava por momento marcado pela efervescência da geografia teórico-quantitativa e pela manifestação de uma geografia crítica-marxista, de forma que a geografia humanista ficou ofuscada ante a oposição ou dicotomia entre uma perspectiva física e humana em geografia (Marandola Jr.; Gratão, 2003). De acordo com os autores,

No âmbito institucional, a professora Livia afirma que naquele momento, este racha ficou marcado pela oposição Rio Claro-São Paulo, apesar da maioria dos professores de Rio Claro serem “uspianos”. É por isso, também, que Livia afirma que eles acabaram aproximando-se mais do IBGE, pois eram acusados pelos colegas de São Paulo de serem reacionários e de fazer uma Geografia comprometida com o poder. Assim, a Geografia Humanista no Brasil encontra, num primeiro momento, “asilo” (ou “exílio”) em Rio Claro, onde o senso de grupo os fortalecia e os mantinha numa relativa unidade, pelo menos naqueles primeiros anos das décadas de 1970 e 1980. Livia fala sempre “nós de Rio Claro”, incluindo os geógrafos da Nova Geografia e os da Geografia Humanista. (Marandola Jr.; Gratão, 2003, p. 11)

Em uma de suas obras, Oliveira (1977, p. 61) discute a respeito da percepção enquanto um fenômeno que não pode ser estudado como evento isolado ou apartado da vida cotidiana, mas sim como “uma fase da ação exercida pelo sujeito sobre os objetos, pois, as atividades não se apresentam como simples justaposições, mas como um encadeamento, em que umas estão ligadas às outras”. Para a autora, a percepção é uma interpretação que almeja a restituição de uma realidade objetiva, atribuindo significado aos objetos percebidos, e ressalta que, ao se tratar de percepção espacial, é preciso não confundir o ver com o perceber.

Nesta perspectiva, Machado & Oliveira (1980) discutiram o papel de mapas e pré-mapas na percepção espacial de estudantes, visando verificar a transposição das relações espaciais percebidas a partir de duas situações geográficas: uma cidade conhecida e outra cidade desconhecida. Utilizando questionários, fotografias aéreas e cartões postais das cidades de Rio Claro (residência dos alunos) e Araras (situação não conhecida), as autoras

⁴⁶ Considerando a orientação e embasamento no método de Piaget, que pautou vida e obra de Livia de Oliveira, “é importante lembrar, aqui, que a ideia piagetiana é de conduta e não de comportamento, o que Livia de Oliveira sempre chama atenção. Por isso, não trabalha com uma ‘Geografia da Percepção’ ou uma ‘Geografia do Comportamento’, expressões que julgamos inadequadas. A professora faz questão de frisar que não faz, nem nunca fez, ‘Geografia Comportamental’ ou ‘Geografia do Comportamento’, como aparece, inclusive em alguns manuais de Geografia que misturam percepção com comportamento. Diante de tais equívocos, as expressões ‘Percepção do Meio Ambiente’ ou uma ‘Abordagem Perceptiva em Geografia’ parecem mais coerentes” (Marandola Jr.; Gratão, 2003, p. 8).

destacam, entre outras questões: as diferenças na percepção geográfica do espaço, a partir de relações topológicas ou euclidianas; a atividade perceptiva a partir de pré-mapas e sua vinculação ao desenvolvimento das estruturas cognitivas do próprio indivíduo; e a complementação entre pré-mapa e mapa no sentido de propiciarem condições para uma atividade perceptiva na geografia.

Mello (1990) afirma que, para os geógrafos humanistas, o lugar é o lar, podendo ser a casa, a rua, o bairro, a cidade ou a nação, isto é, qualquer ponto de referência e identidade. Ao discutir sobre a diferença entre espaço e lugar e ressaltar suas individualidades e singularidades, o autor elenca como exemplificação a dinâmica dos centros urbanos de grandes cidades, os quais

são notabilizados por apresentar de dia uma vida dinâmica, fantástica. O apinhamento populacional, o corre-corre diário e a experiência repetida convertem as áreas centrais das cidades, no horário normal de trabalho, em lugares. A noite e nos finais de semana, os centros são, principalmente depois dos horários das sessões de cinema e teatro, locais de encontro, permanência e vivência de parcelas consideráveis de artistas, homossexuais, boêmios, alcoólatras, prostitutas de ambos os sexos, desocupados, pedintes, etc. Para esta gente, o centro é uma extensão do lar, ou o próprio lar, logo, lugar. Mas para quem percorre esses pontos, de dia, com desembaraço (lugares), os centros das cidades, a noite - desertos ou frequentados por "pessoas exóticas" - são evitados ou causam aflição, sendo, portanto, espaços. (Mello, 1990, p. 104)

Para o autor, não se experiencia a totalidade do espaço urbano, cujo estudo evidencia seu caráter desigual e complexo, de forma que não há unidades culturais, de renda ou de valores, razão pela qual surgem “de um lado, em áreas nobres, bairro apazíveis e condomínios fechados e, de outro, áreas carentes com bairros desprovidos de infraestrutura urbana, com loteamentos e favelas” (Mello, 1990, p. 105). A cidade, por sua vez, entendida como símbolo de união e conagração, é vivida pelo cidadão em sua intensidade a partir das experiências do/em seu universo vivido, que envolve o lugar de moradia, trabalho, ócio e outros.

Mello (1991) discute, embasado em princípios da geografia humanista, a questão das toponímias oficiais e vernaculares almejando a leitura do que entende por “geografia da alma do povo”, desde o Rio de Janeiro e elencando o lugar como a categoria de análise. O autor defende que as pessoas distinguem seu mundo vivido através de apelidos ou nomes informais, cujos envoltórios emergem pela experiência, confiança e afeição, criando suas próprias toponímias ante a rejeição ou desconhecimento de nomenclaturas

da administração pública, que traduzem o passado e o conecta ao presente, perpassando a criatividade, a memória, a querência e a intimidade com os lugares da cidade.

Gratão (2008) se propõe a “olhar” a cidade pelos “olhos” das águas, pautada pelo imaginário e pela imaginação para alcançar significados e valores, e reconhecendo as condições de vida nas cidades e a problemática ambiental urbana. Segundo a apreensão da autora, “por esse ‘olhar’ vislumbra-se que a paisagem da água pudesse compor a avaliação de qualidade de vida nas cidades, no sentido da percepção e interpretação ambiental. Que no (per)correr pela cidade, a água pudesse ser contemplada além do seu sentido utilitário para a vida, e então, que pudesse (re)cuperar na dimensão simbólica, suas significações mais profundas como fonte, purificação e regeneração da vida” (Gratão, 2008, p. 211).

Gonçalves (2007) afirma que dentre os espaços privilegiados de apropriação do lugar e da cidade, a rua emerge como um espaço em que afloram as contradições da vida cotidiana, como hábitos e costumes que perfazem as singularidades espaciais e as tendências de homogeneização e normatização impostas pelo poder que subordina o social. Para a autora,

o lugar é apresentado na sua relação dialética e contraditória, ou seja, ao mesmo tempo em que aparece como fragmento do espaço, se constituindo na sua relação com o mundial, que por um lado ameaça a estreita relação do homem com o local onde se processa a vida, também surge como base da reprodução da vida, que analisado pela tríade “habitante-identidade-lugar”, é um espaço apropriado através do corpo, dos sentidos - no bairro, na praça, na rua - que se revela no plano da vida e do indivíduo, ao qual deve-se incorporar a crítica da vida cotidiana. (Gonçalves, 2007, p. 528)

Sem discutir diretamente sobre as cidades, Moreira & Schwartz (2007) analisam as relações de convivência do pantaneiro em seu ambiente, destacando a importância do contexto físico-espacial do ciclo das águas do Pantanal na vida da população local. Verona & Troppmair (2004) se propõem a abordar ideias que perpassam o cenário das questões ambientais, com ênfase na qualidade de vida e ambiental na cidade de Várzea Paulista (São Paulo). Cidade & Moraes (2004), por sua vez, se propõem a analisar a imagem de Brasília a partir da perspectiva da população local e da formação de sua identidade, ressaltando que há uma nítida divisão nas percepções que perpassam o Plano Piloto de Brasília (a área central) e as Cidades-satélites (hoje, Regiões Administrativas), associadas a ideias de separação.

Outros estudos ou investigações a respeito da cidade e do urbano, que não necessariamente se filiam a uma geografia humanista ou ao método fenomenológico-

existencialista, mas que se debruçam em discussões concernentes ao período, sobre cultura ou movimentos culturais, lugar, territorialidade, ambiente, cotidiano, memória, imaginário urbano, imagem das cidades e percepção, identidade e experiência dos sujeitos, constam, por exemplo, em: De Paula & Marandola Jr. (2024), Claval (1999, 2004), Braga & Costa (2008), Berdoulay & Paes (2008), Fontoura (2008), Turra Neto (2009), Rodrigues (2009), Holzer (2013), Gonçalves (1999), Sousa e Silva (2002), Fernandes (2004), Ferreira (2006), Corrêa (2007), Cardoso (2009), Oliveira & Tartaglia (2009), Dumith (2011), Pimentel & Magro (2011), Bartoly (2011), Haesbaert (1997), Almeida (1998), Girão (2001), Ferreira (2003), Trevizan & Monastirsky (2011), Maia (2012), Aigner & Pires (2012), Ferracini (2012), Fortuna (2012), Dozena (2012), Marandola Jr. (2008), Oliveira (2006), Schweickardt (2000) entre outros.

Abreu (1998), a partir de uma apreensão da geografia urbana histórica, discute tendências de valorização, passado das cidades brasileiras. Para o autor, o passado é uma das dimensões mais importantes de singularidade, que se materializa na paisagem, apesar dos poucos registros materiais, e na memória individual e coletiva, através da memória da cidade⁴⁷. De acordo com o autor, a cidade é umas das aderências que ligam indivíduos, famílias e grupos sociais entre si, e ao ser vivenciada originam-se inúmeras memórias coletivas que coexistem e não perdem seu caráter específico ou sua vinculação ao grupo ou classe sociais que as produziram – apesar de que nem todas as memórias coletivas conseguiram ser registradas.

Para Gomes (1996), a influência do humanismo, na geografia e nas ciências sociais, está associada a uma diversidade de concepções, que se expressam em obras que invocam autores diferentes, almejando obter novas vias para o conhecimento geográfico⁴⁸. Para o autor, embora seja difícil ver no movimento uma unidade ou uma

⁴⁷ A partir da distinção proposta por Santos (1994) sobre “história do urbano” e “história da cidade”, Abreu (1998) afirma que, apesar de auxiliar bastante, não dá conta de tudo que é necessário para abordar a memória das cidades. “Para isso é fundamental que, além da história urbana e da história da cidade, fundamentais para que possamos contextualizar os processos sociais no tempo e no espaço, recuperemos também a história daquela determinada cidade, e esta última é mais do que a soma das duas primeiras. Ela é a síntese de como aquelas duas histórias se empirizaram, como materialidade e como ação humana, não no espaço geográfico em geral, mas naquele lugar. A história de uma determinada cidade não dispensa, portanto, a análise da dimensão única, ideográfica, do lugar. Ao contrário. Se abandonarmos essa dimensão poderemos até recuperar o urbano, mas não a cidade e, muito menos, a história (e a memória) da cidade que queremos estudar. O inverso também é verdadeiro. Se ficarmos atentos apenas às singularidades do lugar nunca conseguiremos contextualizá-lo frente a outros lugares, e nos perderemos então, não no abismo do tempo, mas nas rugosidades do espaço. Para tratar da memória de um lugar há que se trabalhar então na recuperação simultânea da história *no* e *do* lugar” (Abreu, 1998, p. 19).

⁴⁸ “Encontram-se aí tanto marxistas, como L. Althusser, G. Poulantzas, ou ainda, K. Marx e F. Engels, quanto sociólogos e filósofos, como J. P. Sartre, M. Ponty, G. Bachelard, J. Habermas, M. Weber, C. Geertz,

uniformidade no plano filosófico-metodológico, reconhece que existe um movimento geral, coerente e integrado, em que um dos aspectos de coesão é o compartilhamento do mesmo ponto de vista crítico a respeito da ciência em sua forma institucionalizada. Para o autor, “as similaridades nos discursos dos geógrafos fenomenológicos não apagam suas diferenças. Estas diferenças já se fazem sentir pelo grau variável de penetração dos conceitos da filosofia fenomenológica ou pela diversidade das fontes bibliográficas de onde cada um tirou seus conceitos” (Gomes, 1996, p. 329).

Amorim Filho (1999) reconhece que a geografia humanista e sua versão fenomenológica é parte integrante das preocupações e práticas da comunidade de geógrafos, o que resultou em uma série de transformações, positivamente importantes ou sob forma de dificuldades a serem superadas. No primeiro caso destaca: ampliação de bases epistemológicas e filosóficas até então consideradas distantes; ampliação conceitual e temática; resgate de temas tradicionais, como espaço, lugar e paisagem; ampliação de técnicas de pesquisa e da representação de resultados; reunificação de disciplinas e subáreas geográficas; novas aproximações e articulações interdisciplinares; e valorização do ensino da Geografia.

Por sua vez, Amorim Filho (1999, p. 85) ressalta como dificuldades, no período em questão, um desequilíbrio funcional: “de um lado, houve uma assimilação temática, conceitual e dos princípios orientadores da fenomenologia pelos geógrafos humanísticos e/ou pluralistas; de outro lado, porém, metodologicamente essa assimilação foi muito limitada”. O autor também aponta como dificuldades: a assimilação de propostas pautadas na subjetividade, a aparência de pouca aplicabilidade das pesquisas humanísticas ou fenomenológicas, tidas mais como uma forma de crítica do que uma alternativa à abordagem científica.

O próximo capítulo discutirá os elementos contemporâneos em teoria e método sobre a cidade e o urbano no país, almejando apreender tendências ou orientações que se destacam, a partir das entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da geografia brasileira que se dedicam a estas discussões. Com a passagem do século XX para o século XXI, a globalização e a afirmação ou verticalização do meio técnico-científico-informacional, promoveram alterações nas dinâmicas urbanas e, paradoxalmente, a despeito das tendências de homogeneização, reafirmaram a heterogeneidade dos lugares. Neste espectro, a geografia urbana brasileira e os estudos

A. Giddens, ou ainda, fenomenologistas, como E. Husserl, M. Heidegger e K. Jasper, e até mesmo literatos, como Shakespeare, Goethe e Hesse” (Gomes, 1996, p. 304).

sobre a cidade e o urbano, apresentam leituras e preocupações visando se aproximar dessa realidade transformada, que se refletem na proposição de outras temáticas, escalas de análise e formas de apreensão ou operacionalização da teoria e do método.

CAPÍTULO IV

A CIDADE E O URBANO NO PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL: INTERPRETAÇÕES E LEITURAS CONTEMPORÂNEAS

4.1 Globalização e tendências da geografia brasileira em finais do século XX

A virada do século XX para o século XXI caracteriza-se pelo extraordinário progresso da ciência e das técnicas e pela aceleração contemporânea, conformando a globalização enquanto ápice do processo de internacionalização dos países no mundo capitalista (Santos, 2001). Para o autor, a globalização não se vincula apenas à existência de um novo sistema técnico, uma vez que a garantia da emergência de um mercado global perpassa a necessidade de um sistema de ações. Nas palavras de Santos (2001, p. 25),

Essas famílias de técnicas transportam uma história, cada sistema técnico representa uma época. Em nossa época, o que é representativo do sistema de técnicas atual é a chegada da técnica da informação, por meio da cibernética, da informática, da eletrônica. Ela vai permitir duas grandes coisas: a primeira é que as diversas técnicas existentes passam a se comunicar entre elas. A técnica da informação assegura esse comércio, que antes não era possível. Por outro lado, ela tem um papel determinante sobre o uso do tempo, permitindo, em todos os lugares, a convergência dos momentos, assegurando a simultaneidade das ações e, por conseguinte, acelerando o processo histórico.

A globalização, enquanto período técnico atual, tem como uma de suas bases a indissociabilidade entre técnica e ciência, isto é, tecnociência, embora seu uso seja condicionado pelo mercado e sua realização se expresse em detrimento da humanidade (Santos, 2001). Segundo o autor, a globalização deve ser entendida, de um lado, a partir da produção de uma materialidade, e de outro, pela produção de novas relações sociais entre países, classes e pessoas, cujos alicerces são o dinheiro e a informação.

Para Souza (1995), no contexto de globalização, o mundo e sua razão mudaram, e a aceleração, simultânea e superposta, transforma, virtualmente, espaço e tempo em algo fugaz, passageiro e frenético, em que a ordem técnica rege a ordem planetária e dirige todos os aspectos da vida. Segundo Souza (1995, p. 65), “é no lugar que se dá o mundo, pela possibilidade de fracionamento do tempo que cria o cotidiano e a possibilidade do informal. A partir daí, duas razões se superpõem, se confrontam e se defrontam (dialeticamente) no lugar e no mundo”; ou seja, em sua ótica, todos os lugares são mundiais.

Santos (2014b, p. 158) afirma que a diversidade é própria dos lugares, afinal, “muda o mundo e, ao mesmo tempo, mudam os lugares”, através dos quais o mundo é percebido empiricamente. Os lugares se definem, para o autor, pela sua densidade técnica, informacional e comunicacional, está última, gerada “no lugar, e apenas no lugar”, a despeito da origem, distante ou não, dos objetos, dos homens e das ordens; para Santos (2014b, p. 161)

As relações informacionais são verticais; as relações comunicacionais são horizontais. As relações informacionais podem ser “indiferentes” em relação ao meio social ambiente. As relações comunicacionais são uma resultante do meio social ambiente. As primeiras são mais dependentes da tecnosfera e psicofera. Isso não quer dizer que tecnosfera e psicofera não interajam; [...]. De todo modo, e nas condições atuais, as relações informacionais transportam com elas o reino das necessidades, enquanto as relações comunicacionais podem apontar o reino da liberdade.

Quanto à densidade técnica e seus diferentes graus de artifício, não seria a responsável pela “opulência dos lugares”, mas sim a densidade humana, em lugares mais ou menos orientados ao futuro e nos quais a riqueza comunicacional é maior (Santos, 2014b). Para o autor, “mais importante que a consciência do lugar é a consciência do mundo, obtida através do lugar” (Santos, 2014b, p. 161).

Portanto, Santos (2014a) defende que a apreensão dessa nova realidade do lugar não se faz na adoção de um tratamento localista, haja vista que o mundo se encontra em toda parte e que a história concreta de nosso tempo repõe o lugar em uma posição central. Revisitar o lugar, portanto, no mundo atual, envolve buscar seus novos significados, possíveis através da consideração do cotidiano; “essa categoria da existência presta-se a um tratamento geográfico do mundo vivido que leve em conta as variáveis de que nos estamos ocupando: os objetos, as ações, a técnica, o tempo” (Santos, 2014a, p. 315).

Na mesma linha, Serpa (2022) afirma que ainda é comum a associação do “lugar”, de forma estrita e equivocada, à escala local, o que “empobrece sobremaneira o uso do conceito/da categoria lugar na disciplina, já que não se pode reduzir lugar a uma única escala de abordagem” (Serpa, 2022, p. 5). Para o autor, no meio técnico contemporâneo, destaca-se a multiescalaridade na criação/na produção do “lugar” no cotidiano e sua abertura ao mundo, ressaltando que “lugar, mundo e espaço são construções humanas e não externalidades objetivas e estritamente ‘materiais’. Lugar, mundo e espaço se constituem dialeticamente como produto e processo, como experiência humana corporificada” (Serpa, 2022, p. 11).

Dadas as possibilidades múltiplas de comunicação e a esfera do cotidiano atuando na conformação dos lugares, a ideia de proximidade interessa ao geógrafo enquanto significativa da “contiguidade física entre pessoas numa mesma extensão, num mesmo conjunto de pontos contínuos, vivendo com a intensidade de suas inter-relações (Santos, 2014b, p. 318). Para o autor, a apreensão da situação de vizinhança não perpassa, estritamente, a definição de distâncias ou a consideração de relações econômicas, mas sim a totalidade das relações.

Ante a nova realidade técnico-científica e informacional, marcada pelo reforço da divisão territorial e social do trabalho, pela redefinição de espaço nacionais, regionais e locais, e pelo papel atribuído ao Estado no contexto de expressão do neoliberalismo, chama atenção para mudanças ou preocupações que perpassam a *práxis* geográfica na virada do século XX para o século XXI (Mamigonian, 1999). A este respeito, o autor destaca: “1) uma nova tendência ao pluralismo das posturas filosóficas, 2) forte tendência à preocupação teórica [...], 3) preocupação em reduzir as fronteiras rígidas das disciplinas no interior da geografia e da geografia em relação aos demais ramos do saber, 4) multiplicação das linhas de pesquisa [...], 5) reformulações, como novos enfoques privilegiados nos seus diferentes ramos” (Mamigonian, 1999, p. 174).

Considerando o processo de urbanização brasileiro das últimas décadas, Mamigonian (1999) ainda destaca o afloramento de novas problemáticas e o estímulo para a renovação de linhas de pesquisa. O autor aponta, assim, a preocupação por: 1) decifrar processos espaciais no interior das cidades, aprofundando o conhecimento da renda capitalista da terra (englobando a agricultura); 2) combinar desenvolvimento econômico e preservação ambiental; 3) uma geografia da percepção. O autor considera que estes desdobramentos são legítimos, mas ressalta que a visão de totalidade deve ser privilegiada, sob o risco de empobrecimento das análises.

Passaremos às discussões que perpassam os entendimentos sobre a cidade e o urbano no país, pautados nas entrevistas realizadas com geógrafos (as) brasileiros (as) que se dedicam a estas reflexões, almejando apontar ou identificar apreensões contemporâneas sobre a teoria e o método em geografia. Trata-se, concretamente, de um esforço em favor da contribuição aos estudos de geografia urbana, no sentido de captar o movimento da disciplina e o panorama atual de uma área de investigação já consolidada.

4.2 Compreensões e entendimentos sobre a cidade e o urbano no Brasil

Parte da proposta metodológica da tese em questão, que embasará as observações, as sínteses e os comentários dos capítulos 4 e 5, se apoiou na realização de entrevistas semiestruturadas com geógrafos (as) urbanos (as) ou que se dedicam a reflexões e discussões sobre a cidade e o urbano no Brasil. Foram realizadas entrevistas nas cinco regiões do país, tendo como ponto de partida a seguinte estrutura para seleção das universidades e entrevistados (as): i) levantamento dos cursos de pós-graduação em Geografia (Avaliação Quadrienal 2017 – 2020 [CAPES]); ii) seleção dos cursos de pós-graduação quem possuem o Mestrado e o Doutorado (VER ANEXO I); iii) seleção dos (as) professores (as) através de análise do Currículo Lattes/CNPq, elencando artigos, livros, capítulos de livros e orientações de teses que, de forma explícita ou implícita, versem sobre a temática da proposta de pesquisa (VER ANEXO II).

Consideradas como aspecto metodológico estruturante da tese, as entrevistas semiestruturadas tiveram início nas cinco regiões do país, de forma presencial e virtual, abordando questões que envolvem a “história da Geografia Urbana brasileira”, “a cidade na Geografia Urbana brasileira” e “teoria e método nos estudos sobre a cidade e o urbano” (VER ANEXO III). Assim, esta etapa tem como objetivo: i) apreender elementos voltados à história da Geografia Urbana e do pensamento geográfico brasileiro; ii) compreender questões de ordem teórico-metodológicas presentes nos estudos que versam sobre as cidades e o urbano; iii) compreender as contribuições em teoria e método, apreender mudanças e continuidades em seus fundamentos, assim como tendências atuais; e iv) resguardar elementos que permeiam a memória (individual e coletiva) dos entrevistados (as), assim como suas experiências e vivências na Geografia.

Com o intuito de iniciar esta etapa de operacionalização metodológica da tese, que diz respeito à discussão e análise de dados concernentes às entrevistas, acredita-se que seja pertinente elucidar e apresentar os entendimentos sobre cidade e urbano. A partir de então, poderemos avançar na discussão, ao ponto de apreender os fundamentos da teoria e do método, assim como respectivas tendências, neste campo de estudo.

4.2.1 Diálogos em geografia urbana: produção, contradições e escalas no debate sobre a cidade e o urbano desde o Sudeste do Brasil

A partir das entrevistas realizadas na Região Sudeste do Brasil, que contou com a participação de docentes da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Rio Claro e Presidente Prudente, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Universidade Federal Fluminense (UFF), apresentam elementos diversos para se pensar as cidades e o urbano.

Em tais entrevistas, objetivamente, apreende-se a cidade como espaço dinâmico e de socialização, como assinalam Amélia Damiani e Heloísa Costa, que enfatizam a cidade como lugar de encontro, socialização e cultura, ressaltando, respectivamente, seu caráter “explosivo” e político-cultural. Já Paulo Roberto Godoy compartilha ou se aproxima de uma visão sobre a cidade e o urbano como um processo histórico e dinâmico, destacando as feições materiais e imateriais do urbano, e os vínculos do processos de urbanização a partir de uma totalidade dialética.

Convergências na crítica ao urbano enquanto derivado do modo de produção capitalista podem ser apreendidas das observações de Maria Adélia de Souza e Paulo Roberto Godoy, que acrescentam a luta por direitos urbanos ou os direitos aos usos do território como uma perspectiva transformadora, associada a uma leitura da cidade como espaço de vida coletiva. Em uma linha interpretativa próxima, Fábio Tozi e Heloísa Costa apreendem a cidade como espaço de reprodução do capital, e a última entrevistada ressalta seu potencial enquanto lugar da cultura, da festa, do encontro e da convivência.

Francisco Scarlato e Maria Adélia de Souza enfocam a cidade como uma materialidade concreta; Souza critica seu aspecto perverso e capitalista, associando (a cidade) à reprodução do sistema. Ester Limonad, por sua vez, discute a dialética rural-urbano, tensionando estes pares a partir da compreensão da paisagem. Considerando trechos das entrevistas:

A cidade significa a superação do isolamento. É um fenômeno explosivo, extraordinário. Ele nem pode ser pensado somente com a industrialização, tal a magnitude do sentido da cidade e a potência fundadora de novos movimentos através da cidade. Ela significa aglomeração e socialização ampliada de conhecimentos, de práticas e de afetos. (Amélia Luisa Damiani, 11/11/2022)

O urbano é uma força, um processo, uma dinâmica que é inerente às relações. De um lado é uma abstração, mas abstração razoável no sentido em que ganha concretude nas ações, seja das classes, dos

agentes econômicos ou políticos. Então, o urbano tem que ser entendido como um processo social determinado historicamente. Porque cada momento, em cada fase de desenvolvimento econômico, do Estado, das políticas estatais e etc, o urbano ganha novas feições, novos significados. (Paulo Roberto Teixeira de Godoy, 22/11/2022)

O urbano tem uma dimensão material. Mas não é só material. Tem as materialidades, tem as representações. Representações, muitas vezes, que ocultam o que ele é. Dificilmente uma representação vai dizer o que ele é. A não ser que ela venha, aí na minha perspectiva, da luta pela cidade. A luta pelos direitos urbanos, pelos direitos de todos terem, por exemplo, habitação, saúde, saneamento básico, escola. Então aí, esse pessoal que está na luta, eles têm um conceito de cidade diferente. Que é o espaço da vida. Porque o que eles vivem ali, se reproduz ali e morre ali. Então a dimensão da vida deles é uma dimensão urbana. Então vem valores, modos de comportamento, visão de mundo, tudo isso está ligado a uma vida urbana. Tipicamente. Então nesse sentido, eu acho que é um objeto só [cidade e urbano] com faces diferentes. (Paulo Roberto Teixeira de Godoy, 22/11/2025)

A cidade é um espaço de grande concentração de funções urbanas, quer dizer, um espaço organizado, produzido pelo trabalho concentrado do homem, criando paisagens diferenciadas, funções diferenciadas e de grande concentração, demográfica e física de espaços construídos. (Francisco Capuano Scarlato, 14/11/2022)

A cidade é uma materialidade, e esse processo de materialidade, depois da revolução industrial, eu, Maria Adélia, considero que ele é perverso [...]. A gente pode falar de produção da cidade, não do espaço. E o urbano é a dinâmica atribuída ao crescimento dessa materialidade pela demanda do processo de urbanização que é um requerimento do modo de produção capitalista. Porque esses espaços densamente produzidos, que são as cidades, que são mercados fabulosos, que é o pilar central da produção e da reprodução capitalista. (Maria Adélia de Souza, 15/11/2022)

Eu entendo a cidade, como geógrafo que sou, como uma unidade morfológica, antes de mais nada, uma forma de aglomeração, de densidade, de interação entre as pessoas. Compreendo também a cidade como um universo funcional, ou seja, coisas que cumprem tarefas em várias áreas da vida social e como uma estrutura muito rica, porque há inúmeros sistemas que se cruzam e se superpõem na vida urbana. Então de verdade, eu acho que a cidade, ela é um tema fundamental de estudo e desafiador. A gente nunca vai esgotar. (Paulo César da Costa Gomes, 29/03/2023)

A cidade é apenas uma aglomeração? Digamos que a cidade é a aglomeração física. A cidade é uma paisagem, e a paisagem ela tem um lugar; ela é um lugar que tem uma paisagem. E esse lugar e essa paisagem possuem, como característica predominante, a qualidade do urbano, mas também está imbuída do rural e da natureza. Agora, eu tenho uma outra paisagem, que não é a paisagem da cidade, é a paisagem do campo, mas que também tem uma urbanidade. Isso faz da paisagem do campo uma cidade? Não necessariamente, mas também não faz dele uma ruralidade. Você tem uma questão dialética aí, em

termo do que é rural e urbano, e o que é campo e cidade. A Geografia ajuda, no sentido da paisagem. (Ester Limonad, 31/03/2023)

Acho que há uma diferença muito importante, estou me apoiando em Henri Lefebvre, entre cidade e processo urbanização. Eu entendo que a cidade é um espaço produzido historicamente, que possui um elemento político importante de ser uma centralidade, de ter alguma sede de poder, não precisa ser capital, mas que tenha essa dimensão econômica. Henri Lefebvre vai materializar isso na figura do mercado, o lugar das trocas e etc, e que tem toda uma ligação, em princípio, com o entorno, e embora seja difícil ver isso atualmente, ainda existe. A cidade é também é o lugar da cultura, da festa, do encontro, da convivência, é um lugar rico e vivo, que em princípio estar nele, para mim, tem que te dar prazer e satisfação. Para mim a cidade é a confluência do encontro, do mercado (da economia, das trocas e etc.) e de uma centralidade política. (Heloísa Soares de Moura Costa, 15/12/2023)

A cidade, para mim, desde a perspectiva de Milton Santos, é a materialidade do modo de vida urbano. Cidade e urbano. Isso separa? Não é tudo a mesma coisa? Analiticamente, posso separar. Existe um modo de vida e existe a cidade, que é a materialidade desse modo de vida, que vai ter uma densidade técnica diferente. A cidade é, então, materialidade do modo de vida urbano. Ela é uma totalidade dinâmica formada por lugares que interagem o tempo inteiro. Maria Laura Silveira fala isso, a cidade é um fator produtivo coletivo, ou seja [...] é produtivo no sentido social, coletivo. Todos nós usamos a cidade, essa materialidade gigantesca, para algo que é ligado a reprodução da vida, reprodução material da vida e reprodução do capital. (Fábio Tozi, 12/12/2023)

É possível destacar algumas orientações ou posicionamentos que abordam a cidade como potencializadora de encontros, práticas e afetos (a partir A. L. Damiani e H. Costa), mas também marcadas por vínculos com as desigualdades estruturais do capitalismo, (a partir de M. A. de Souza e P. R. Godoy). Entende-se a cidade enquanto uma forma física ou uma materialidade, embora seja apreendida também enquanto expressão de processos sociais (F. Scarlato, M. A. de Souza, P. R. Godoy e F. Tozi). Refletindo a cerca de pontos de convergência, acredita-se ser possível, a partir das entrevistas, captar a cidade como um produto histórico, marcado pela indissociabilidade entre a cidade e o urbano, que são *locus* de contradições que perpassam o capital e os direitos, a materialidade e a vida cotidiana.

No debate a respeito das escalas e sua operacionalização para apreensão da cidade e do urbano, Amélia Damiani e Daniel Sanfelici defendem a simultaneidade das escalas de análise como essencial para entendimento da cidade, de forma que enfatizam, respectivamente, a conexão entre a escala global e do cotidiano para apreensão do vivido nas cidades, e as críticas sobre pesquisas que se limitam ou não operam a articulação entre

a microescala e outras dimensões de análise. Já para Maria Adélia de Souza, a partir de reflexões com Milton Santos, aponta que a escala é um conceito obstáculo, dada a aceleração contemporânea e a simultaneidade entre mundo e lugar.

Apreende-se, a partir das entrevistas, algumas questões que perpassam a questão do planejamento urbano, que para Glória Anunciação Alves, seu aspecto hegemônico ignora elementos do vivido e não envolve as pessoas em suas formulações, indicando a existência de lacunas. Já M. A. de Souza ressalta a inadequação dos métodos descritivos, que “congelam” a realidade e não conseguem captar potenciais transformações instantâneas da paisagem. Levando em consideração trechos das entrevistas:

Penso que dentro e fora do Brasil a cidade foi pensada em todas as escalas. Você trabalha com a geografia urbana e chega ao mundo. Chega à mundialização, chega à internacionalização da economia, ao imperialismo, à crise do imperialismo. Mas não conseguimos compreender o fenômeno senão na simultaneidade das escalas, porque ele é, ao mesmo tempo, mundial e tem uma perspectiva necessária de compreensão do cotidiano, uma perspectiva mais cotidiana de como as forças mundiais definem o vivido nas cidades. (Amélia Luisa Damiani, 11/11/2022)

Acredito que se pense, até hoje, as cidades a nível de uma articulação de escalas. Mas se pensa muito, como eu percebo, a partir da ideia do planejamento urbano, como é que você vai pensar uma cidade mesmo. Mas também, uma outra forma pensar a partir da escala do vivido. Em geral, a maior parte dos trabalhos falam na perspectiva do planejamento, do econômico, das políticas urbanas, e muitas vezes não aparecem as pessoas que, justamente, são envolvidas nisso. (Glória Anunciação Alves, 03/11/2022)

No passado elas eram pensadas equivocadamente, se circunscreviam. [...]. Você definia uma escala e olhava para dentro. E podia, porque o tempo era lento. Você descrevia uma cidade e ela não mudava [...]. Então, você pegava, porque o método descritivo exige que você congele a realidade. Você congela a do tempo e aí você descreve. Hoje não dá mais, porque o tempo é acelerado. Então, o método analítico descritivo, portanto, a abordagem escalar, [...], hoje eu entendo uma coisa que o Milton me dizia e eu não conseguia entender. Ele sempre me dizia, “Adélia, escala é um conceito obstáculo”. Mas hoje eu entendo. Ele já antevia o século XXI. Hoje você tem uma relação em tempo real do mundo com o lugar. E você tem transformações instantâneas das paisagens. Se você quer pegar um exemplo radical de transformação instantânea, vai pegar a guerra da Ucrânia. E pega as cidades: no tempo cotidiano, você vai no centro de São Paulo de dia é um formigueiro, de noite é barra pesada, densidade populacional baixíssima. Então você tem um outro mundo e não dá para você falar em escalas, porque mundo e lugar estão conectados ou realmente ou virtualmente. (Maria Adélia de Souza, 15/11/2022)

Cresceu muito análise na microescala, o que não é um problema em si. Penso que se você analisar uma escala, um recorte, se eu quiser analisar um bairro, uma praça, em si não é um problema. O problema

é eu conseguir articular essa praça, essa dinâmica, o que está acontecendo nesse lugar, com as demais escalas espaciais. Penso que, muitas vezes, vemos trabalhos em que o pesquisador fica preso a essa microescala sem conseguir fazer as pontes com as demais escalas. Então, acho que esse é um dos problemas da geografia urbana hoje. (Daniel de Mello Sanfelici, 28/03/2023)

Do ponto de vista da escala, tem a escala global. A Saskia Sassen é um nome que vem sempre na memória, porque ela que cunhou esse conceito de cidade global que tem papel de intermediação entre nações, não em si. Ela não é para si, a cidade global. Ela é para o mundo, como São Paulo, Nova Iorque, Londres, etc. Na escala nacional, o IBGE tem um papel fundamental, a REGIC, rede de influência das cidades. Hoje, pode trabalhar a REGIC do ponto de vista hierárquico, mas também do ponto de vista heterárquico. Do ponto de vista hierárquico, é aquele escalonamento de que a cidade é mais importante, tem mais serviços, riqueza, complexidade, e as [cidades] menores vão perdendo essas características. Já do ponto de vista dos fluxos econômicos e de informações, a heterarquia é fundamental. Porque uma cidade pequena da minha região aqui pode ter negócios de importação e exportação com o Japão, com a Alemanha, com a China, sem, necessariamente, esses fluxos passarem por São Paulo, ou por Campinas, ou por outra cidade. (Eliseu Savério Sposito, 14/05/2025)

Quanto a algumas diferenciações que perpassam as reflexões dos entrevistados, destaca-se a apreensão das escalas como ferramentas necessárias aos estudos sobre as cidades, desde que articuladas (como para A. L. Damiani e D. Sanfelici), e sua percepção como um obstáculo epistemológico no mundo contemporâneo (como propõe Milton Santos e a entrevistada Maria Adélia de Souza). A insuficiência das análises estáticas, seja pelos limites do método analítico descritivo ou pela não consideração totalizante das microescalas, e a indicam ou o apontamento da cidade como um objeto ou fenômeno multiescalar, parecem emergir como elementos de convergência do pensamento dos entrevistados. Aparentemente, emerge o problema de como operar escalas de análise urbana e cidadina em um contexto de globalização, em que a simultaneidade e a relevância de leituras multiescalares tensionam-se ante questões epistemológicas associadas a seu entendimento como um obstáculo.

No nível de categorias, noções, teoria e conceitos, identificam-se discussões fundamentais para a geografia. Destaca-se o cotidiano, a produção do espaço e a centralidade como categorias importantes, marcadas pela influência marxista e lefebvriana, de acordo com Amélia Damiani. Eliseu Sposito, a partir de Roberto Lobato Corrêa, reforça a dialética forma-conteúdo, ao argumentar que cidade e urbano são inseparáveis; assim como o campo e o rural.

Maria Adélia de Souza e Fábio Tozi, por sua vez, apontam as contribuições de Milton Santos, ressaltando, respectivamente, a categoria de território usado e os conceitos de espaços luminosos e espaços opacos, que superam teorias clássicas. É bom destacar, para Maria Adélia de Souza, a ideia de “produção do espaço” seria um problema metodológico na Geografia, pois considera o espaço geográfico uma categoria de pensamento. Também a partir de Milton Santos, Ester Limonad elenca e defende as noções de horizontalidades e verticalidades para a crítica a teoria das localidades centrais (Christaller), ao permitir conexões ou interações entre cidades de diferentes portes. A respeito de apreensões teóricas, M. A. de Souza é taxativa ao afirmar que a teoria é fundamental ao geógrafo, e defende o espaço geográfico como instância social e uma leitura do método desde sua organicidade. Já Paulo César da Costa Gomes valoriza a geografia como uma “maneira de pensar”, associada a princípios como localização, situação e posição.

Penso que rede urbana está entre as concepções bastante importantes, porque tem uma concepção estrutural sobre a hierarquia das cidades. Em relação as categorias de análise, do nosso ponto de vista, o momento fundamental estaria ao nível do cotidiano. Esta seria a categoria fundamental, o cotidiano. Outra seria o processo do capital atravessado pela alienação do trabalho. Outra categoria é a produção do espaço, e podemos por entre parênteses o urbano, porque a produção do espaço no sentido lato com uma centralidade na produção do espaço urbano. Acho que uma categoria importante também, dentro das formas urbanas, é a forma da centralidade. E a dialética da forma da centralidade seria uma categoria também muito importante. Houve um determinado momento que surgiu a ideia de uma formação socioespacial. Acontece no trabalho do professor Milton Santos. Tem uma ligação com o marxismo daquela época. E não tinha muita conversa com o espaço. Foram os estudiosos sobre o espaço que trouxeram essa perspectiva de não pensar o espaço como dado, mas pensar na categoria da produção do espaço. A produção do espaço, a tríade vida cotidiana, cotidiano, cotidianidade, é muito importante. (Amélia Luisa Damiani, 11/11/2022)

O que tem muito presente é segregação e fragmentação urbana [...] se pegarmos obras dos maiores geógrafos brasileiros isso perpassou o trabalho deles. Depois, aparecem outras coisas, como gentrificação, que ganhou uma certa voga, mas acredito que os conceitos de segregação e fragmentação, nos últimos 20 ou 30 anos, são os que mais foram mobilizados pela geografia para explicar, justamente, essa desigualdade brasileira e suas diferentes facetas. (Daniel de Mello Sanfelici, 28/03/2023)

A cidade se expressa na forma, mas ela tem seu conteúdo também. Já adianto duas categorias fundamentais para se entender a geografia urbana, a forma e o conteúdo. No livro “O espaço urbano”, Roberto Lobato Corrêa apresenta uma definição [...]. Então, a cidade não se

entende sem o urbano. O urbano não pode ser entendido sem a cidade. Da mesma forma que o rural você não entende sem o campo, e o campo você não entende sem o que é o rural. Essas duas categorias filosóficas se juntam contraditoriamente para eu entender o conceito de cidade. Para mim, cidade é isso. (Eliseu Savério Sposito, 14/05/2025)

Um grande salto que foi dado na geografia, uma grande contribuição, foi Milton Santos com “A natureza do espaço”. A questão das horizontalidades e verticalidades, que Milton vai enfocar em “A natureza do espaço”, acho fundamental, no sentido que rompe com a visão da teoria das localidades centrais, mostrando que aquelas cidades que, dentro desta teoria, estariam lá no fim do sistema de cidades, e que para se relacionar com o grande centro urbano, teriam que passar suas interações pela cidade pequena, cidade média, pelo centro e chegar a metrópole, Milton mostra que a ideia de horizontalidades e verticalidades permite interrelacionar uma cidade mínima com uma metrópole, ou mesmo com uma metrópole internacional. (Ester Limonad, 31/03/2023)

Considero operacionais duas noções que Milton Santos propõe, que são espaços luminosos e espaços opacos (ou zonas luminosas e zonas opacas), que me parece superar outro debate da geografia positivista, de Friedrich Ratzel, Walter Christaller. (Fábio Tozi, 12/12/2023)

Se você não estudar teoria da geografia não perca seu tempo [...] sem teoria o geógrafo vai morrer; ele é inútil. Mas não é a teoria que eles pensam que fazem organizando um discurso político sobre o meio ambiente, sobre a catástrofe do mundo, sobre a guerra [...] não. É a teoria geográfica colocando o espaço geográfico como instância social, o território usado como categoria de análise nossa. Não é a função nossa categoria de análise, nem o tempo, é o território usado, são os usos do território que produzem as paisagens. As paisagens também são produzidas, ou pelo tempo natural ou pelo tempo social. Isso é uma organicidade que o método tem, a coerência como dizia o Milton: o método é um sistema coerente, eu chamo de sistema orgânico. (Maria Adélia de Souza, 15/11/2022)

Eu valorizo a ideia de que a Geografia é uma maneira de pensar, e que para você utilizar essa maneira de pensar para trazer novos elementos, você precisa trabalhar com certos princípios. Na Geografia, para mim, os princípios fundamentais são: localização, situação e posição. Essas palavras as vezes se confundem no vocabulário da Geografia, mas para mim, acho que tem uma conotação muito precisa (Paulo César da Costa Gomes, 29/03/2023).

De forma geral, apreende-se uma crítica às abordagens tradicionais ou aos modelos de análise estáticos, havendo convergência, também, a respeito da insuficiência de modelos descritivos para leitura e apreensão da realidade das cidades e do urbano, que são altamente dinâmicas. O quadro 1 sintetiza e organiza questões ou discussões que embasaram e permearam as entrevistas.

Quadro 1 – Apreensões dos/as entrevistados/as sobre a cidade e o urbano – Região Sudeste

<p>Escalas de análise urbana e cidadina</p> <p>Simultaneidade das escalas; Global, nacional, regional; Articulação de escalas: do planejamento urbano a escala do vivido; Escala como “conceito obstáculo”; Escala local e microescalas; Escalas intraurbana e interurbana.</p>
<p>Categorias, noções, teorias e conceitos</p> <p>Cotidiano, processos do capital, produção do espaço urbano, centralidade. Fragmentação, segregação; Forma-conteúdo; Verticalidades e horizontalidades; Território usado, espaços luminosos/espacos opacos, teoria dos dois circuitos da economia urbana; Evento, lugar e totalidade; Conceito de meio técnico-científico-informacional; Localização, situação e posição; Rede urbana.</p>
<p>Temáticas e conteúdos</p> <p>Migração; Dinâmica imobiliária; Metropolização, periferação; Políticas públicas: urbanas, ambientais, sociais e habitacionais; Cidades pequenas e médias; Hierarquia e heterarquia urbana.</p>
<p>Compreensão e entendimento sobre a cidade e o urbano</p> <p>Cidade como superação do isolamento, fenômeno planetário; Urbano como presença-ausência; Cidade enquanto aglomeração e separação; Cidade é forma-conteúdo (urbano); Urbano, cidade, campo e rural: ligados as formas de inserção no processo produtivo; Urbano associado a qualidades e densidades; Cidade e natureza, Cidade como lugar das oportunidades, da cultura, do lazer, da sociabilidade e do encontro; Cidade é a materialidade concreta; urbano é dinâmica atribuída ao crescimento dessa materialidade; Cidade e urbanização: pares dialéticos; Urbano antecedendo a industrialização; Urbano com dimensão material; Cidade e representações políticas, ideológicas e culturais.</p>

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

Pelas entrevistas realizadas nas universidades da Região Sudeste, apreende-se um campo teórico marcado por tensões que permeiam e enfatizam o espaço geográfico como expressão de relações sociais, destacando categorias como produção do espaço e do cotidiano (A. L. Damiani) e território usado (M. A. de Souza). Reforçam a dialética entre forma e conteúdo e a interação entre escalas de análise (E. Sposito e E. Limonad), tendo como referenciais o pensamento de M. Santos e Roberto Lobato Corrêa. Apreende-se, também, a crítica ao espaço geográfico como “dado”, pela rejeição a visões estáticas em favor de análises que captem as contradições espaciais e as diversas temporalidades.

Marcado por conflitos e desigualdades, a segregação, a fragmentação e a gentrificação (D. Sanfelici) emergem como expressões concretas da produção desigual do espaço. A perspectiva do cotidiano (A. L. Damiani) e do vivido (G. A. Alves), remetem a consideração de dinâmicas que alcançam escalas a serem corroboradas e consideradas em estudos sobre a cidade e o urbano. Para M. A. de Souza, o espaço geográfico é uma instância social, elenca a produção das paisagens pelo tempo social-natural, recusando dualismo, enquanto E. Limonad discute a dialética campo-cidade, ressaltando que o urbano não anula o rural ou vice-versa.

Finalmente, acredita-se que as reflexões dos (as) entrevistados (as) convergem no sentido da compreensão ou apreensão do espaço geográfico como categoria de pensamento, mas também historicamente construído e dinâmico, cuja análise exige o reconhecimento e a articulação de escalas, assim como a superação de modelos estáticos. Apesar das desigualdades que se expressam pelo espaço geográfico, destacam-se as potenciais alternativas de superação deste fato, através de uma teorização crítica (sem supostas neutralidades) que seja adaptada à realidade vivida nas cidades brasileiras. Dentre alguns desafios, reflete-se sobre como integrar as microescalas, que perpassam o cotidiano ou o vivido a escalas maiores, e como operar o método que apreenda o espaço geográfico enquanto uma totalidade dinâmica e contraditória, sem perder de vista sua complexidade.

4.2.2 A cidade e o urbano no Centro Oeste do Brasil: escalas, categorias e dimensões analíticas da geografia urbana

Com o intuito de dar seguimento às discussões que envolvem os entendimentos sobre a cidade e o urbano, desde as entrevistas realizadas na Universidade Federal de Goiás (UFG) e na Universidade de Brasília (UnB), apreende-se, a partir da exposição de Eguimar Felício Chaveiro, Everaldo Costa e Fernando Luiz Araújo Sobrinho, uma aproximação entre os entrevistados, ao enfatizarem a cidade como um espaço de concentração, relações e contradições. Respectivamente, destacam a aglomeração como característica primordial, e reforçam seu caráter dialético (atração/expulsão, esperança/crise). Tadeu Arrais, por sua vez, aborda a cidade como concentração de excedentes, ressaltando seu papel político.

Discutindo a cidade e o urbano enquanto pares indissociáveis, Everaldo Costa define a cidade como objeto técnico, que recebe e difunde objetos e ações (na ótica miltoniana), destacando sua materialidade associada às emoções e mesmo ao imaginário. Por sua vez, a partir de Milton Santos, Neio Campos apreende a cidade como expressão concreta do fenômeno urbano. João Batista de Deus, em diálogo com Henri Lefebvre, ressalta a cidade como estrutura física e o urbano como modo de vida.

Acerca de questões que perpassam a ideia de segregação e de transformações socioespaciais, João B. de Deus destaca a segregação por renda e considera a consequente tendência à homogeneização dos espaços urbanos. Fernando Araújo Sobrinho trata do caráter simbólico, ideológico e político da cidade, enquanto Eguimar F. Chaveiro uma dimensão física marcada por relações e interações com a cultura, a educação e a política, especialmente na metrópole. No nível de abordagens histórico-geográficas, Rafael Sanzio elenca a cidade a partir de processos históricos específicos, em que destaca sua gênese econômica e colonial.

Considerando trechos das entrevistas,

Eu vou com o Lobato nisso: a cidade ela pode ser um registro institucional, que o Estado e a constituição dizem, “esse é um distrito, esse é um povoado, essa é uma cidade pequena, essa é uma metrópole, essa é uma região metropolitana”. Então é um registro institucional. Ou seja, é a dimensão legalizada da cidade. Mas o Lobato fala que desde que cidade é cidade, a característica número um dela é a aglomeração. A cidade ela aglomera, é a grande característica. Ela junta moradia, ela no mesmo lugar ela junta trabalho, relações íntimas. [...]. Neste número um da aglomeração, ela (a cidade) é a dimensão física, que ocupa um lugar, que tem, portanto, uma localização que se assenta em um sítio e que tem uma posição. Uma leitura territorial

ultrapassa a dimensão física e estabelece relações e interações com a cultura, com a educação, com a política, especialmente a metrópole. Uma grande característica da metrópole é ela ultrapassar a si mesma. Ela agir além de si mesma. Ela age em outros lugares. Ela estabelece relações. Ela tem um comando decisório que, às vezes, ultrapassa os países como cultura, gosto, status, etc. E, às vezes, um centro de inovações, de tecnologia, etc. Então, essa é a leitura de Cidade. (Eguimar Felício Chaveiro, 05/12/2023)

Entendo a cidade como um artefato, como um recipiente que recebe e difunde objetos e ações. A cidade é um objeto técnico. Penso que entender a cidade como objeto técnico é uma chave para a Geografia urbana. Concretamente, eu entendo a cidade como um artefato, a urbanização como um processo e urbano como fenômeno. Agora, esses três elementos precisam ser lidos de forma simultânea, não sucessiva. (Everaldo Batista da Costa, 29/04/2025)

A cidade, para mim, primeiro, ela é uma construção humana, é um símbolo geográfico, ou seja, ela é uma localização, ela é uma construção, ela tem um caráter simbólico, ideológico e político que denota formas de organização do território. [...] Milton Santos dizia que no século XX não há outro lugar para se ir a não ser as cidades. Então as cidades são hoje esses polos de atração de coisas. Elas têm um contexto de espaços de esperança, como diz David Harvey, de melhorar de vida, de você prosperar, de você crescer, de você ter determinadas comodidades, mas, ao mesmo tempo, elas têm um caráter complexo e dialético, porque elas também são lugares de crise, lugares de problemas, lugares violentos. [...]. Então, penso que a cidade hoje tem múltiplos significados: são localizações, são lugares que atraem, mas também são lugares que expulsam. (Fernando Luiz Araújo Sobrinho, 06/05/2025)

A cidade, grosso modo é a estrutura física. Assim, eu penso muito como o Henri Lefebvre. O urbano é o modo de vida e a cidade é onde acontece esse modo de vida. [...]. A cidade é essa estrutura física e não tem como [...] aí que está o caso: é que não dá para separar a cidade dos moradores, então não tem como separar a cidade do urbano. Para você pensar a cidade, você tem que pensar [...] a cidade não espacializa mais por classe social, ela espacializa por renda: é o que você pode pagar, você vai morar conforme você pode pagar. E aí ela homogeneiza não por classe, mas por renda, você pode ter alguém da pequena burguesia morando no mesmo bairro que um operário. Então você tem essa mudança na cidade. E aí a cultura passa a ter uma perspectiva importante. (João Batista de Deus, 04/12/2023)

Vou dar uma definição que gosto muito e que o David Harvey as vezes fala nela, não com essas palavras, mas eu diria que a cidade é, sobretudo, um lugar de concentração de excedentes, um lugar de concentração e de dispersão de excedentes, dos excedentes da vida, não são só os excedentes materiais. Porque a cidade só existe na história quando ela é [...] ela não existe como ambiente físico apenas, ela só existe como ambiente político, por isso a cidade é a polis, por isso a cidade é a política. E o que é a política? A política é o lugar do “entre”: entre você e eu. A política não existe sozinha, ela só existe enquanto espaço do “entre”. A política é o lugar do “entre” e o lugar do “entre” é o lugar da cidade: é o lugar da contradição, da persuasão porque é

o lugar da política, é o lugar que você produz excedentes e da maneira que você produz excedentes isso gera política. Então a cidade é sobretudo o lugar da política, da geração de excedentes, da política: excedentes de transporte, demanda de transporte, excedente de renda, demanda de renda. E o que a gente faz com tudo isso, por bem da política, vai dizer qual nosso futuro. (Tadeu Pereira Alencar Arrais, 06/12/2023)

Para mim a cidade é um conceito que tem um par indissociável, que é o urbano. Não é um conceito meu, é a partir de um entendimento da leitura sobre Milton Santos e Maria Adélia de Souza, que são dois grandes geógrafos brasileiros. Urbano é um conceito mais geral, que está determinado por processos que são de ordem mais geral e que se concretizam numa forma geográfica, que é a cidade. E o que é a cidade? A cidade envolve uma concentração de população, de funções, de gestão e concentração de pessoas, residentes e trabalhadores. Mas ela está formada não em si, mas enquanto expressão do fenômeno urbano. Então eu vejo a cidade como esse par entre urbano e cidade, ela como um dado concreto que se configura numa materialidade, enquanto quem lhe dá substância, quem lhe dá, digamos, a energia que vai ajudar a cidade a se concretizar; enquanto uma materialidade concreta, é o fenômeno urbano. Então é assim que eu entendo a cidade, sempre pelo par urbano-cidade, sendo que um e outro estão intimamente ligados. (Neio Lucio de Oliveira Campos, 29/04/2025)

Penso que para se ter um conceito mais apurado das cidades da nossa geografia urbana, se faz necessário um retorno aos componentes geopolíticos da nossa formação territorial, ou seja, os primeiros sítios eram bases para defesa e garantia do território, permeados pelos conflitos internos (povos indígenas e quilombos) e externos (ameaças de estados europeus buscando fortalecimento no “Novo Mundo”). As cidades vão surgir e se constituir neste bojo (medo, segregação, resistências e hierarquização social). Dessa forma, os “nós” espaciais vão se formando com a expansão geográfica das atividades econômicas coloniais (gado, café, cacau, algodão, ouro e pedras preciosas, cana [ouro branco], dentre outras). Por exemplo, Feira de Santana, segunda maior cidade da Bahia, se forma a partir de um ponto de passagem e agregador de trocas, vendas e outras formas de transações em torno de boi (gado) e seus derivados de couro, sobretudo. Daí a prosperidade espacial do polo regional e da cidade que se constituiu e expandiu com comércio forte, sua principal “raiz”. (Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, 22/05/2025)

Quanto às escalas e aos respectivos entendimentos para leitura ou apreensão da realidade urbana, tendo as cidades como objeto de reflexão, Eguimar Chaveiro defende que as dimensões escalares são indissociáveis, considerando que as práticas espaciais estão ligadas ao intraurbano e ao inter-regional. Na mesma linha de raciocínio, ressaltam os desafios da análise multiescalar (Rafael Sanzio e Fernando A. Sobrinho), considerando a dificuldade de integrar escalas e de reconhecer sua complexidade. Já Tadeu Arrais elenca o risco de perda da categoria de totalidade, associado a tentativa de abarcar a realidade através das escalas micro e esquecendo as demais. Em comum, acredita-se que

os entrevistados rejeitem análises escalares simplistas, ao contrário, defendem que a cidade e o urbano sejam lidos em sua complexidade multiescalar, evitando riscos de perder a apreensão totalizante da realidade.

A partir de trechos das entrevistas,

Eu digo que hoje tem três grandes vias de leitura da cidade na geografia. A via inter-regional, que lê a cidade a partir de uma região [...] é a via interurbana. Outra via, intraurbana, é ler a cidade na sua dinâmica interna, a localização, o sujeito, os objetos, os equipamentos, a cultura [...] é a dinâmica urbana. A terceira, as práticas espaciais, envolvendo o sujeito e a cultura. A minha síntese é a seguinte: penso que há três modos de ler a cidade. Na dinâmica urbana, no intraurbano, há ação inter-regional. [...]. As práticas espaciais envolvem os sujeitos, as classes, os gêneros, as etnias, fazendo a cidade vibrar; são a “vibratibilidade” da cidade. É o consumo dos objetos. É a “transurbana”. As práticas espaciais de migrantes têm a ver com o inter-regional. Então, não há uma diferença. Não há uma separabilidade entre as práticas espaciais e o inter-regional. O intraurbano está ligado às práticas espaciais, sujeitos, grupos, etnias, classes, que, por sua vez, têm uma ligação com o inter-regional. (Eguimar Felício Chaveiro, 05/12/2023)

Lembro que a cidade multiescalar ainda é um desafio para a geografia, que tem boa desenvoltura na perspectiva sinótica, ou seja, leitura e interpretação contundente do conjunto urbano, mas fica sem muita referência quando entra na escala de detalhe (cadastral). Conseguimos definir bem um zoneamento em um plano de ordenamento territorial urbano, mas não o seu detalhamento e, nem os marcos legais geográficos pertinentes. De certa forma, aí estão raízes dos conflitos mais antigos com o urbanismo e a arquitetura. (Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, 22/05/2025)

Penso que há uma dificuldade de a gente romper determinados paradigmas, de entender a cidade em uma questão multiescalar de múltiplos processos que acontecem. [...]. Então, a cidade vive múltiplos processos e a gente quer achar uma explicação única, quando, na verdade, a cidade é multiescalar, é complexa, e às vezes não conseguimos fazer essas superações. Então, por exemplo, ainda tem muita gente fazendo trabalho numa geografia crítica, que tudo o capitalismo explica, mas que não consegue explicar a questão do capital, não conseguem ir além de uma visão de política pública. (Fernando Luiz Araújo Sobrinho, 06/05/2025)

Escala intraurbana. Tem escala intrametropolitana. Tem todas as escalas. Agora não tem mais, esse novo paradigma ou micro paradigma não tem mais escala, porque a escala é do sujeito. Tem uma poesia do Borges, no livro “O Fazedor” que fala sobre isso. [...]. Então nós chegamos a isso da escala. Nós saímos dessas escalas e, tentando abarcar a realidade, saímos para essas escalas micros. E a totalidade se foi. (Tadeu Pereira Alencar Arrais, 06/12/2023)

Nas entrevistas, revelam-se diferentes enfoques sobre temáticas e categorias fundamentais ao entendimento da cidade e do urbano, destacando aspectos físico-

territoriais, questões sociais e teórico-metodológicas. Eguimar Chaveiro, destaca as categorias de sítio, posição, localização e lugar e, ainda, a diversificação dos contornos temáticos de estudos sobre a cidade, inclusive desde um viés da Geografia Física. Tadeu Arrais elenca o trabalho como categoria central, e questiona por que o tema não perpassa a agenda contemporânea da geografia urbana.

Everaldo Costa, por sua vez, enfatiza a necessidade de recuperar as categorias geográficas no estudo das cidades e do urbano, como a paisagem, o território e o espaço geográfico, criticando confusões de ordem teórico-metodológica entre estes conceitos na geografia urbana, por um desconhecimento de teoria e de método em geografia. Para Everaldo Costa, a emergência de “novidades” temáticas dirige parte das pesquisas ao abandono do método geográfico, ao deixarem de lado as próprias categorias disciplinares.

Como alguns desafios ou questões se apreendem das entrevistas, elenca-se como integrar ou aproximar categorias tradicionais da geografia com problemáticas contemporâneas, como é o caso da uberização do trabalho (T. Arrais), e a consideração do planejamento urbano para além do pensamento neoliberal (J. de Deus). A partir de E. Costa, entende-se que o caminho para tanto envolva rigor teórico-metódico, evitando modismos ou reducionismos e recuperando os princípios disciplinares ou seus conceitos.

Considerando trechos das entrevistas:

Eu penso que a categoria sítio é importante, as vezes não teve prevalência no pensamento, mas é uma categoria importante. A fisiografia urbana, a fisiologia urbana [...], como que a natureza se coloca [...] o que a cidade faz com a natureza, como a natureza se coloca na cidade, o papel das águas, dos rios [...]. A categoria posição é importante. A categoria localização, tanto a localização em um campo mais territorial, como a localização interna: onde você mora tem a ver com dinheiro, com a valorização, e com isso a cidade sempre muda, ela recria periferia, ela recria o centro mais suntuoso. A categoria de lugar estabelece as relações: a cidade é relacional e ela é implacável nesse sentido para a relação [...], o barulho das cidades, o ruído das cidades, a oferta de coisas de lazer, de cultura, especialmente a metrópole, ela é implacável, ninguém fica fora da cidade (Eguimar Felício Chaveiro, 05/12/2023).

[A metrópole] invade o campo, invade o costume, o cotidiano, a alimentação, pela via da música [...]. A cidade produz desejos, a cidade entra na sexualidade, altera a sexualidade. Ou seja, há um dispositivo além dessa leitura de uma economia política urbana do marxismo. E isso ganha força de 1990 para 2000. Eu diria para você, que no cenário agora dessa periodização [...] a cidade tem um contorno temático e epistemológico completamente variado, é impressionante a gama de diversificação de estudos. Inclusive há trabalhos sobre águas urbanas, meio ambiente urbano, clima urbano - a própria geografia física faz trabalhos muito interessantes -, sobre arborização urbana, cultivos urbanos, agricultura urbana [...]. Penso que não tem nenhum fenômeno

humano, talvez, que reúna tantas versões como a cidade. Aliás, o Lefebvre tem uma frase, que para ele a cidade é a obra urbana mais impressionante, ou seja, o que é mais doido que o ser humano inventou é a cidade. Então hoje diria que está nisso, está nesse plano, de uma [...] espécie de babel epistemológica sobre a cidade, vários recursos, funcionamentos, várias leituras. Por exemplo, houve um período de 1990, que as pessoas que começaram a estudar o ambiente, como o Carlos Walter [...], eles passaram a ver que os rios têm uma importância nas cidades do Norte. Começaram a enxergar de maneira diferente, por exemplo, que o agronegócio em Goiás funda a vida urbana, tem Jataí, Rio Verde, Itumbiara, um conjunto enorme de cidades, as cidades médias do agronegócio [...]. (Eguimar Felício Chaveiro, 05/12/2023)

A cidade do século XX, pós república, é uma cidade negra com mercado de trabalho sendo formado a partir de uma escravidão formal de 30 anos atrás. Florestan Fernandes coloca o significado disso com muita clareza. Quando estou falando de mercado de trabalho, de precarização [...] veja, qual foi o tema central do século XIX no marxismo? Era o trabalho, uma obsessão. Hoje em dia ninguém fala do trabalho. O trabalho é muito importante, é um tema central na geografia urbana, na Geografia, a menos que você imagine outra sociedade. E quais são as mutações do trabalho? Processo de “uberização” [...]. (Tadeu Pereira Alencar Arrais, 06/12/2023)

Eu acredito que as categorias centrais que subsidiam a produção da geografia urbana correspondem ao próprio conceito de paisagem, território e espaço geográfico, agora, de forma ainda confusa por parte de muitos geógrafos. [...]. Então, quer dizer, considero que é algo para que pensemos, criticamente. Há ainda confusão entre o que é espaço geográfico, o que é território e paisagem na constituição das pesquisas em geografia urbana e não somente. Há muita confusão por desconhecimento de teoria e método em geografia. (Everaldo Batista da Costa, 29/04/2025)

São tantas as temáticas, e como te falei, é uma complexidade tão grande [...], mas, basicamente, eu penso que nós podemos dividir muito pelas formas de pensar [...]. Assim, a questão fenomenológica, que trabalha com a cultura, a paisagem, percepção [...] acho que daria para pensar nisso. E tem aquele pessoal que trabalha mais com as questões teóricas e marxistas, como a Fani por exemplo, que estuda mais as categorias da geografia. E tem aqueles que trabalham com a questão mais [...] com a geografia também marxista, mas com a questão focada nos assentamentos, a questão da moradia e a questão do planejamento. [...]. O planejamento é muito complicado, ele está impregnado desse pensamento neoliberal, e a geografia ela contribui com isso, com esse pensamento neoliberal. Essa é uma crítica que eu faço. (João Batista de Deus, 04/12/2023)

O quadro 2 almeja sintetizar e organizar questões ou discussões que embasaram e permearam as entrevistas.

Quadro 2 – Apreensões dos/as entrevistados/as sobre a cidade e o urbano – Região Centro-oeste

<p>Escalas de análise urbana e cidadina</p> <p>Intraurbana; Interurbana; Práticas espaciais; Redes urbanas; Intrametropolitana.</p>
<p>Categorias, noções, teorias e conceitos</p> <p>Sítio, posição; Função, Lugar; Paisagem urbana; Território; Região; Rede urbana; Trabalho; Totalidade; Percepção.</p>
<p>Temáticas e conteúdos</p> <p>Cultura; Assentamentos urbanos; Moradia; Desenvolvimento social; Reestruturação do mercado; Metrópole e metropolização; Funções urbanas; Cidades pequenas, médias e grandes.</p>
<p>Compreensão e entendimento sobre a cidade e o urbano</p> <p>Lugar de efetivação do trabalho, da cultura e da relação entre os sujeitos; Cidade como: registro institucional, aglomeração e dimensão física e territorial; Noção de totalidade; Urbano expresso de maneira multifacetada; Cidade como estrutura física e urbano como modo de vida; Renda como critério de espacialização e homogeneização da cidade; Cidade como <i>habitat</i>; Cidade como concentração e dispersão de excedentes; Lugar da contradição, da persuasão e da política.</p>

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

Em síntese, apesar dos enfoques distintos dos entrevistados, é possível apreender convergências através do entendimento do espaço geográfico enquanto categoria de pensamento, expressão da realidade complexa, dinâmica e multidimensional, divergindo nas ênfases teóricas e categorias prioritárias de análise. Neste sentido, E. Chaveiro enfatiza o aspecto relacional do espaço geográfico e o fato de que ninguém ou nada escapa

às suas dinâmicas. As contradições sociais também permeiam as leituras sobre o espaço geográfico, que T. Arrais aponta em direção a negligência da categoria trabalho, precarizo no âmbito urbano ao considerar a herança escravista e a uberização atual. J. de Deus, por sua vez, elenca uma crítica ao planejamento urbano neoliberal e a produção de lógicas excludentes que se expressam pelo território.

Fica claro que o espaço geográfico é lido de forma abstrata, mas também emerge com um aspecto material-imaterial da realidade histórica e em constante transformação. O trabalho precarizado, a segregação e o neoliberalismo indicam a conformação de embates e tensões no âmbito do espaço geográfico. Reflete-se, ainda, a respeito de integração das escalas de análise, sem perda de detalhes, da retomada de categorias negligenciadas, acompanhadas de rigor e embasamento em teoria e método, e da incorporação de discussões sobre gênero, raça e questões ambientais, para entendimento das cidades e do urbano a partir da concreta realidade.

4.2.3 Capitalismo e desigualdades: gênese, formação geográfica-histórica e interpretação das cidades e do urbano no Nordeste brasileiro

As entrevistas estabelecidas com professores na Região Nordeste do país envolveu as seguintes universidades: Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Um balanço das entrevistas revela diferentes entendimentos sobre a cidade e o urbano, como através de José Borzacchiello e Nilo Américo Lima de Almeida, dos quais se desprende uma crítica à cidade como produto das elites, destacando a segregação entre a cidade formal ou oficial, e uma “outra cidade”, que envolve outras formas de viver nas cidades, como os quilombos, as favelas e os cortiços. Ainda Nilo Lima de Almeida, em aproximação com a discussão de Ângelo Serpa, reforça a ideia de crise da cidade capitalista, a partir de reflexões de Milton Santos e Henri Lefebvre, elencando a cidade como uma “anticidade” (A. Serpa) e destacando, no momento histórico atual, o movimento em prol da necrópole (N. A. de Almeida).

Doralice Sátyro Maia considera, por sua vez, a negação da cidade, compreendendo-a como aquilo que proporciona o encontro das pessoas. Para Nilo Lima de Almeida, a urbanização é um modo de vida, superior ao modo de produção, seja capitalista ou socialista. Ângelo Serpa ressalta a importância de entendimento sobre a origem e a gênese das cidades, acompanhadas de contextualização regional, tendo em vista a diversidade da realidade urbana nacional, o que leva o entrevistado a refletir sobre teses lefebvrianas e sobre a própria industrialização brasileira. A. Serpa ainda destaca os riscos associados à tentativa de aplicação ou enquadramento de modelos ou ideias na realidade brasileira sem questionamentos.

Apresentando os respectivos trechos das entrevistas:

É a escola de Chicago no início do século XX, que vai discutir a cidade para compreender a localização, a distribuição dos migrantes na cidade e depois, como que a Jane Jacobs, quando ela vai discutir “Morte e Vida de Grandes Cidades”, como ela vai perceber um outro movimento, como que ela vai discutir a gentrificação, como que a cidade vai se alterando. Mas nas cidades latino-americanas, nas cidades dos chamados países subdesenvolvidos, o que existia na perspectiva da política urbana, do planejamento urbano, era chamado a cidade formal, a cidade oficial. Então, desconsiderava-se outras formas de viver na cidade, outras formas de organização da cidade, ou seja, o modo favela, o modo quilombo, o modo cortiço, essas áreas eram abandonadas. Então, a cidade era normalizada de uma forma incompleta. A população favelada não era levada em consideração,

não existia, ela atendia as demandas de uma classe dominante, de uma elite que morava na cidade formal, na cidade do asfalto, na cidade arruada, arborizada, eletrificada, com sistema de transporte, com comércio organizado. (José Borzacchiello da Silva, 24/04/2025)

Eu não gosto de me alinhar a nada, mas acabo me alinhando de outro jeito. Não tem jeito. Meu pensamento, nesse caso, é muito influenciado pelo pensamento lefebvriano. Então, eu vejo a cidade não só como forma, eu vejo a cidade como forma-conteúdo, e aí também Milton Santos. Eu penso que a cidade, essa cidade que está aí, nos moldes como o Lefebvre anuncia, como uma cidade industrial em crise. Uma cidade industrial em crise, fragmentada, segregada, periférica, em crise também como reflexo e condição de uma crise maior, de uma crise que atinge outras instâncias, não só a cidade. (Angelo Szaniecki Perret Serpa, 16/05/2025)

Eu sempre falo para os meus alunos que não dá para pensar cidade nos termos estritamente brasileiros que restringem cidade a ser sede de município. Não tem nada a ver com isso. Isso é uma questão meramente administrativa. Então, a cidade seria mais associada a uma estrutura física, material, não necessariamente edificada, mas que se diferencia daquilo que imaginamos que seja o campo. Gosto daquela definição de Milton Santos, de que enquanto a cidade seria a materialidade, o urbano seria mais o social, a vida, ou seja, que rege nesse espaço. Ao mesmo tempo, não posso esquecer que [...] uma coisa não dá para pensar sem a outra. Porque quando você lê, por exemplo, Lefebvre, você está numa cidade, digamos, que não tem nada de cidade. Vou dar um exemplo. O quanto de não cidade nós temos na nossa cidade? De não cidade, ou seja, de negar cidade. Porque a cidade seria tudo aquilo também que propicia o encontro das pessoas. (Doralice Sátiro Maia, 22/05/2025)

Trabalho ideias, categorias de totalidade a partir de uma visão, a partir do método materialismo histórico-dialético. Nesse sentido, a ideia de espaço que nós colocamos como espaço geográfico, ele redonda do processo de urbanização, porque aí eu quero chegar na cidade. O processo de urbanização, observe que nós não falamos geografia das cidades, a gente fala muito pouco disso, a gente fala geografia urbana. Colocando mais na frente o processo de urbanização, que é um processo, ele revela que, para nós, para o Milton Santos, para mim também e outros, que a urbanização é um modo de vida. Antes de tudo, o modo de vida. O modo de vida é evidentemente superior ao modo de produção capitalista, ou ao modo de produção socialista, ou ao modo de produção feudal, porque o modo de vida, a vida é superior. Então eu entendo a urbanização como um modo de vida. E a urbanização como um modo de vida, ela se realiza, evidentemente, geograficamente ou espacialmente, nas cidades. O que nós temos aí é que a cidade é uma concretude em relação à abstração do processo. Então a cidade é concreta em relação à urbanização. A cidade atualmente, sublinhar isso, nessa quadra histórica do modo de produção capitalista, é o produto mais bem acabado desse modo de produção, a cidade. E, nesse sentido, esse sistema está evidentemente levando as cidades, como diz Lewis Mumford, mas também Milton Santos e outros, está levando a cidade para a necrópoles. Isso é claro. Tanto das crises ambientais, climáticas, como da crise de segurança pública, na crise de desigualdade, na crise de trabalho, de pauperização da classe

trabalhadora, todos esses fenômenos que a cidade deveria, a cidade no geral, estaria para oferecer melhoras de condição de vida, uma perspectiva do modo de produção capitalista, isso não se entrega mais. Mas continua sendo ainda o produto mais bem acabado do modo de produção capitalista. (Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida, 19/05/2025)

Sobre a perspectiva brasileira, eu acho que é importante a gente entender a gênese e a origem das nossas cidades e contextualizar isso de uma forma regional. Estamos diante de um país imenso, continental, e há alguns problemas que não deveriam haver na geografia. E é, muitas vezes, tentar entender a realidade urbana brasileira sob uma perspectiva sudestina, ou centro-sudestina, como queira chamar. Na verdade, há uma imensa variedade de situações nos diferentes contextos regionais brasileiros. E estamos pensando em realidades como a nossa, aqui no estado da Bahia. Temos uma população rural, em termos absolutos, ainda muito relevante. Então, toda aquela discussão lefebvriana sobre industrialização, a própria industrialização brasileira, tem que ser colocada em xeque nisso. Acho que podemos pensar nesses termos lefebvrianos, utópicos até, talvez, de superação disso que ele chama de "anticidade". Porque, na verdade, o Lefebvre é muito mal interpretado. Muitas vezes, no Brasil, os movimentos sociais se apropriaram, por exemplo, da expressão direito à cidade. Mas essa é uma expressão usada de modo equivocado. O Lefebvre não defendia o direito a esta anticidade, a esta cidade. Ele defendia o direito a uma outra cidade. Essa cidade que, talvez, se originasse da realização completa da sociedade urbana. A sociedade urbana é uma utopia. Ainda não tem lugar totalmente. Apesar dessa teoria ser muito sedutora, a gente tem que questionar essa história, de alguma maneira, no sentido mesmo decolonial, no sentido de pensar se, de fato, a realidade brasileira legitima essa utopia, se as diferentes realidades regionais legitimam essa utopia. Para não correr o risco de a gente estar aplicando, de novo um modelo e tentando enquadrar as nossas realidades a esses modelos. Felizmente, há muito estudo de geografia urbana no Brasil, nos diferentes contextos regionais, os simpósios de geografia urbana mostram isso claramente. Há sempre uma preocupação também de trazer uma discussão sobre pequenas e médias cidades, um tema consolidado no Brasil. Pensar nessa questão da rede urbana brasileira e pensar nas suas diferenças e nas suas desigualdades. (Angelo Szaniecki Perret Serpa, 16/05/2025)

Os trechos a seguir abordam questões que dialogam com as escalas de análise das cidades. A este respeito, José Borzacchiello destaca que não há impedimentos ao estudo de recortes escalares específicos, como as vialidades de uma cidade, desde que se observe as interesclaridades. Doralice Sátyro Maia, a partir de Roberto Lobato Corrêa, fala das escalas intraurbanas (do micro, do cotidiano) e interurbanas.

Com relação à escala interurbana, Ângelo Serpa afirma que esta é marcada por uma plasticidade e reconhece, ainda, limitações financeiras e logísticas para operação de estudos nesse nível. Eugênia Maria Dantas, considerando a realidade concreta e suas alterações e inovações a partir da década de 1990, questiona definições como “bairro”,

“centro”, “periferia”, “comunidade” e outros, entendendo que há escalas de estudo diferenciadas e realidades muito distintas.

Posso trabalhar um shopping, posso trabalhar a via de uma cidade, mas essa via não está isolada, não surgiu do nada, ela está inserida num contexto muito mais amplo. Então as interesalaridades tem que ser observadas. Como que a Revolução Industrial, os conceitos [...] veja, tem três conceitos: progresso, crescimento e desenvolvimento. Como que nós trabalhamos a cidade prisioneira desses conceitos? Progresso de quem? Crescimento de quem? Desenvolvimento de quem? Se você trabalha numa perspectiva da escala social você vai encontrar, no interior das cidades, características ainda de uma sociedade morando em habitação sem saneamento básico, sem água encanada, sem iluminação, com pouco acesso a alimentação, a assistência médica odontológica, a dimensão de direito, a uma advocacia social. Dentro das nossas cidades nós vamos encontrar. Aí vou pegar, fazer datação e achar que todo mundo está vivendo o antropoceno. Mas está vivendo o antropoceno sob que condição? (José Borzacchiello da Silva, 24/04/2025)

Eu penso que em várias, desde o intraurbano, mesmo cada vez mais na escala do micro, do cotidiano. Você tem na escala cotidiana, na escala do intraurbano e na escala interurbana também. O Lobato define bem o intraurbano e o interurbano. Ele coloca essas duas grandes escalas para estudos das cidades. (Doralice Sátyro Maia, 22/05/2025)

Quando se pensa em interurbano, a gente pode falar de urbano regional. A gente já está avançando na escala regional. Esse interurbano pode ter muitas conotações, desde o metropolitano até o Brasil inteiro ou a América Latina inteira. Esse interurbano tem plasticidade. Ele pode ser pensado no limite que você quiser. Você pode pensar na rede urbana do mundo. Vamos pensar a importância de Salvador em termos mesmo econômicos, políticos e em termos de hierarquia urbana. A rede urbana pode ser recortada em várias escalas. No estado da Bahia, Salvador é a cidade. Para além do estado da Bahia, no Nordeste, é uma cidade que ainda tem alguma importância. No Brasil, ainda alguma importância, a metrópole regional. Na América Latina, Salvador já vai sumindo. No mundo, Salvador não existe. Quero dizer que no Brasil, pelas dimensões do país, é muito difícil você ter estudos interurbanos em escalas mais abrangentes. Pensar isso em termos de custo e de organização é muito complicado. Embora haja muitas iniciativas dessas redes, por exemplo, de estudos de pequenas e médias cidades, é algo que se consolidou no Brasil. O que na verdade é compartilhamento de metodologia e pesquisadores que se articulam em rede, estudando as suas realidades mais próximas. Então, o que eu percebo nos nossos programas é uma grande dificuldade de financiamento das pesquisas. Estou querendo dizer é que o que prevalece são os estudos intraurbanos e, às vezes, por falta mesmo de condições técnicas e materiais. (Angelo Szaniecki Perret Serpa, 16/05/2025)

A partir da década de 90, nós temos de novo a expectativa de ter que pensar esse modelo urbano regional, pautado agora na realidade. O que é que esses elementos demandam do espaço? O que é o espaço geográfico a partir dessas inovações? Imagine aí. O que é o bairro operário? O que é uma fábrica? Falávamos em fábrica. Lembra que

era a fábrica de automóveis? Ninguém fala mais em fábrica de automóveis. Você deve saber que se fala de montadora. O que é uma montadora? Onde está sendo fabricada a peça? Só se monta a peça. Mas onde é que ela está? Então, o sentido fabril, ele vai se disfarçando. Ele vai se transformando em uma grande nuvem e a gente não tem mais a localização, percebe? Então, veja bem, o que é localizável nas cidades, nos espaços urbanos a partir da década de 90? Que economia é gestada aí? Quem somos nós nesses espaços? O que é o bairro? O que é o centro? O que é a periferia? O que é a comunidade? O que é a favela? Isso nos grandes centros. Mas se você pega uma cidade com 60 mil habitantes, o que é o centro? Ainda existe o centro da cidade? Talvez exista. Entende? Porque 60 mil habitantes, numa grande cidade, não compõe um bairro. Entende que a escala é muito diferenciada. Nós temos escalas geográficas muito diferenciadas. Nós temos realidades muito distintas. Então, existe um modelo urbano industrial. Aliás, um modelo urbano de análise. Existe um método para a análise urbana. O que é que realmente é perene dentro desses processos? (Eugênia Maria Dantas, 24/04/2025)

Na busca por apreensões a respeito de categorias, noções ou abordagens conceituais no âmbito dos estudos sobre a cidade e o urbano na geografia brasileira, José Borzacchiello e Doralice Maia partem do reconhecimento de categorias consolidadas, como espaço geográfico e paisagem, em que reconhecem a dialética espaço-tempo. Nilo Lima, por sua vez, trata de temáticas associadas ao debate crítico ao modo de produção capitalista, como a gentrificação, a especulação imobiliária e a mobilidade urbana, considerando a luta de classes.

Ao denunciar a cidade como produto da acumulação capitalista, J. Borzacchiello discute a segregação e o acesso à terra, considerando, através de exemplos da literatura, que a exclusão das/nas cidades é estrutural, não apenas contemporânea. Para o entrevistado, qualquer análise em geografia urbana também deve considerar as categorias de terra e de propriedade. De forma geral, acredita-se que, direta ou indiretamente, os entrevistados questionam ou reconhecem o papel do espaço na reprodução de desigualdades, convidando, também, a pensar sobre as diversas temporalidades que se expressam no espaço urbano.

Desde a minha prática, se considerarmos as categorias de análise geográfica como aquelas categorias básicas da geografia, eu diria que espaço geográfico é primordial, mas paisagem também foi para mim bastante significativa. Eu não trabalho muito com a categoria de território, por exemplo, uma coisa que se disseminou bastante. [...] Para mim, ela é importante, mas no que eu faço, ela não aparece com tanta força. Paisagem, sim. Espaço geográfico, para mim, é fundamental. É uma categoria fundamental. E embora eu não tenha muito trabalho sobre, mas eu acho muito importante também a categoria lugar. (Doralice Sátyro Maia, 22/05/2025)

Tem um dado que a geografia não trabalha, que está cada vez mais distante do conceito, que é o conceito de tempo. O que é tempo? O que é o tempo estrutural, o que é o tempo conjuntural, e o tempo que o Lefebvre trabalha, que é o tempo do acontecimento, o tempo do agora. E como que nós, então, vamos trabalhar essa sucessão de tempo. Mas nós só podemos trabalhar essa sucessão de tempo no espaço, porque não existe tempo sem espaço. Tempo sem espaço é memória. Memória é lembrança. Então você pode intercalar tempos distintos, pode criar uma dialética temporal de tempos distintos. O que é o tempo da favela enquanto forma habitacional. O que é o tempo da superquadra, que talvez seja o mais elaborado da forma de morar que é uma forma de morar que não é um condomínio fechado, mas que já tem segurança. (José Borzacchiello da Silva, 24/04/2025)

Os temas são muito perigosos para nós, que pensamos em métodos. Justamente por essa situação departamental de universidade, de constrangimentos institucionais. Eu acho que eu vou ficar com os temas que surgiram no meio desse debate de crítica ao modo de produção capitalista, ao planejamento a serviço desse modo de produção, desse debate que eu fiz, fazendo analogia ao livro “A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”. A analogia que eu queria fazer é isso. A geografia tem servido antes de mais nada na luta de classe para classe da elite, a classe hegemônica. Então a partir desse contexto da luta de classe, eu acho que eu vou falar sobre temas que apareceram. Um deles é a gentrificação no combate com a especulação imobiliária. A expulsão de populações pobres de áreas onde foram provocadas valorizações. [...]. O outro seria favelização e periferização, estudando as duas situações. O tema da mobilidade urbana. Do ponto de vista de acumulação do capital. Todos esses são temas de acumulação do capital. (Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida, 19/05/2025)

E a partir de uma política de urbanização, de uma política urbana, de controle urbanístico da cidade, nós vamos ter também portas invisíveis, mas portas que vão conter o acesso à cidade. A própria Raquel de Queiroz, quando ela escreve o XV, quando ela vai falar da seca, ela vai mostrar os abarracamentos, as levas e levas de flagelados da seca, que chegam à Fortaleza, eles não entram à cidade, eles foram apartados. Aí os conceitos de segregação, que nós vamos incorporar para a geografia, de apartação, de exclusão social. Então há aquela classe dominante, aquela classe que já estava assentada na cidade, e que dela extraía os seus lucros, as condições de sobrevivência, não tinha contato com essa classe de flagelado. Para abordar a cidade nessa perspectiva, estou falando de terra e de propriedade. Você mora em Brasília, você sabe o peso que a terra e a propriedade têm na capital federal. Nós sabemos o que é o Plano Piloto, o Sudoeste, Cruzeiro, Águas Claras, Taguatinga, e o entorno que vai a Goiás, a Minas, e como uma massa enorme de excluídos que se organizam também, que encontram emprego no Plano Piloto, principalmente empregos gerados no próprio entorno de Brasília. Mas tudo está colocado a partir do acesso à terra e à propriedade. Então qualquer análise de geografia urbana que não considera a terra e a propriedade, ela está fadada a ficar incompleta. (José Borzacchiello da Silva, 24/04/2025)

Por fim, com o intuito de sintetizar as informações obtidas das entrevistas semiestruturadas realizadas em universidades da região Nordeste do país, apresenta-se o quadro 3.

Quadro 3 – Apreensões dos/as entrevistados/as sobre a cidade e o urbano – Região Nordeste

Escalas de análise urbana e cidadina Cotidiano; Intraurbano, interurbano; Local, regional, nacional e global; Escala do corpo (em relação com outras escalas);
Categorias, noções, teorias e conceitos Forma-conteúdo; Forma e estrutura; Circuitos da economia urbana (Milton Santos); Reprodução das relações capitalistas de produção (Henri Lefebvre); Espaço geográfico, paisagem, território, lugar; Terra e propriedade; Segregação, apartação, exclusão social;
Temáticas e conteúdos Rede urbana; Cidade pequena e cidade média; Financeirização no espaço urbano; Movimentos sociais urbanos; Gentrificação, especulação imobiliária; Favelização, periferização
Compreensão e entendimento sobre a cidade e o urbano Cidade para além de critério administrativo; Entendimento da gênese e origem das cidades; Cidade medida pelas condições do cotidiano da população; Cidade e sentido de vizinhança; Dinâmica urbana associada a uma dinâmica econômica e política Urbano como modo de vida

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

A modo de síntese e almejando apreender alguns elementos indicativos da forma de apreensão ou entendimento do espaço geográfico, Nilo de Almeida, ao reconhecer a cidade como o produto mais bem acabado do capitalismo, aborda o espaço geográfico como um processo dialético. Este aspecto também emerge das considerações de J. Borzacchiello, ao discutir a respeito da indissociabilidade espaço-tempo.

Reconhece-se a importância de uma leitura e análise do espaço geográfico que envolva sua leitura em múltiplas escalas (D. S. Maia), o que permite a apreensão de que o espaço urbano é atravessado por realidades e temporalidades distintas (E. M. Dantas, N. A. de Almeida). Por fim, acredita-se que as discussões que emergiram das entrevistas realizadas no Nordeste podem indicar alguns eixos de entendimento da cidade e urbano derivados: i) da lógica capitalismo; ii) dos processos histórico-dialéticos; iii) das experiências cotidianas; iv) e dos conflitos de ordem territorial.

4.2.4 A cidade e o urbano na Amazônia brasileira: tensões e revisões práticas e conceituais desde a floresta

As entrevistas realizadas na região Norte do país envolveram a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade Federal do Pará (UFPA), e de forma geral, é possível apontar elementos próximos à crítica de modelos hegemônicos e a necessidade de compreensão da cidade e do urbano a partir das dinâmicas próprias da região. Neste sentido, quanto a crítica às categorias de análises urbanas tradicionais, Saint-Clair Trindade Júnior e Tatiana Schor ressaltam o não reconhecimento das particularidades amazônicas em tais formulações.

Portanto, em respeito às proposições teórico-conceituais e metodológicas, pautadas na realidade concreta das cidades da Amazônia, Tatiana Schor discute sobre uma outra tipologia, de “responsabilidade territorial”, considerando aspectos simbólicos, culturais e de governança, enquanto Saint-Clair Trindade Júnior propõe uma tipologia própria, destacando a relação entre urbanização e modo de vida da floresta, numa visão utópica, de raciocínio dialético e também influenciada por Henri Lefebvre; são elas: cidade da floresta, cidade na floresta e cidade para a floresta.

Emerge a interação sociedade-natureza como um elemento central do debate, apontando às potencialidades de reflexões em favor de uma unidade da geografia. A este respeito, T. Schor destaca o entendimento do contexto hidrológico da região como um elemento estruturante para se pensar as cidades. Saint-Clair Trindade Júnior discute sobre a cultura da floresta dentro das cidades, invertendo lógicas usuais de “urbanização da floresta”. José Miranda Neto discute a questão sob a ótica das transformações territoriais e a reconfiguração de fronteiras a partir de grandes projetos de infraestrutura e de sistemas logísticos. Segundo trechos das entrevistas,

Comecei a perceber que tudo que se falava muito sobre cidade, urbanização, no resto do país, muitas vezes não cabia no que observávamos nesta parte da Amazônia. A Amazônia tem uma coisa muito interessante, as cidades na Amazônia, principalmente na Amazônia dos grandes rios, que é essa relação muito próxima com a natureza, então você não entende a dinâmica urbana na Amazônia se você não entende o contexto hidrológico [...]. Foi aí que começou o meu estalo com relação ao que seria fazer geografia urbana na Amazônia. [...]. Começamos a buscar entender a dinâmica hidrológica, considerando que a produção agrícola no Amazonas não tem irrigação, e a dinâmica urbana das cidades. Começamos a olhar o papel das cidades em toda essa contextualização, e desse tal “isolamento”, entre todas as aspas, porque não tem isolamento coisa nenhuma, mas nessas cidades que não têm acesso por transporte rodoviário e o que isso

significa, e essa proximidade da pesca, da caça, da produção, da pequena agricultura. E como as cidades servem como uns núcleos muito importantes de constituição de vida. E aí, vimos que precisava ter uma tipologia urbana distinta do que o IBGE estava fazendo. Porque, se a gente olhasse a tipologia urbana que o IBGE tinha na época, naquele REGIC deles, você tem metrópoles, megalópoles, cidades grandes, metrópoles, cidades pequenas. No Amazonas era assim: Manaus metrópole e todo o resto pequeno. Mas Parintins e Anori eram classificadas como as mesmas coisas. Elas não são a mesma coisa. E elas têm uma outra dinâmica dentro da rede urbana, de conformação do território, de governança territorial, que são muito distintas. Então, a gente criou uma metodologia, outra tipologia para pensar as cidades do Amazonas, muito mais em cima de uma ideia de responsabilidade territorial. Tem cidades que têm responsabilidade sobre o seu território. O que isso quer dizer? São cidades que são os núcleos, mas não são só núcleos ou polos econômicos. Tem toda uma questão simbólica, cultural, de movimento social, de organização social, de violência, que vai conformando. (Tatiana Schor, 07/05/2025)

A cidade é uma forma. Eu sou bastante lefebvriano nessa interpretação. Cidade é uma forma espacial. [...]. Para além da cidade, temos o urbano, que são as relações, e que, na interpretação do Lefebvre, que eu acho magnífica, até para ajudar a interpretar a Amazônia, é fundamental. Porque vários estudos decorrentes da tese lefebvriana foram aplicados na Amazônia. A Berta Becker falava de floresta urbanizada. Ela não era lefebvriana, mas tinha uma matriz ali. E o que ela elaborou? A ideia de sociedade urbana, ou de floresta urbanizada, para mostrar como o modo de vida urbano está presente na floresta, no interior da floresta. Agora, o inverso também é verdadeiro, e nem sempre isso é discutido. As cidades que eu chamo de cidades da floresta na Amazônia, elas são cidades, têm relações do modo de vida urbano, evidentemente, mas elas traduzem muito a cultura da floresta para dentro das cidades. E isso não se fala muito, se fala sempre o contrário. O modo de vida urbano está entrando no campo. E, assim, nessa esteira de um raciocínio mais arqueológico, eu trabalho com uma tipologia bem genérica, que eu chamo de: cidades da floresta, na floresta e para a floresta. Cidades da floresta são essas cidades que dialogam com a vida da floresta, que respeitam mais o ciclo da floresta, que não destroem tanto o entorno. As cidades na floresta são essas cidades artificializadas, projetadas para atender essas demandas do mercado global através dos recursos da Amazônia. Elas não dialogam com a floresta no sentido de dar retorno e proveito para a floresta. Elas destroem a floresta e projetam um modo de vida artificializado, diferente da cultura dos nossos ancestrais. E aí, numa visão mais utópica e de raciocínio dialético, de uma tríade também influenciada por Lefebvre, eu penso em como falar de cidades para a floresta. Não são as cidades dos grandes projetos, não são as cidades do agronegócio, não são essas cidades que a gente quer e deseja. Também pensar nas cidades da floresta com uma visão nostálgica é um problema também. Porque elas existem ainda. A gente precisa reconhecer que elas existem. Assim como existem populações tradicionais que conservam muito a cultura da floresta. (Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, 17/05/2025)

A minha forma de pensar é muito olhando para a realidade amazônica. E eu penso que não tem como você abordar cidade urbana na Amazônia

sem entender as dinâmicas que estão acontecendo ao nível territorial. Todas essas forças que estão agindo ao nível territorial. Do Estado, das empresas, dos grandes grupos econômicos, dos sistemas logísticos que são abertos, fechados e alterados. E tudo isso, então, motiva a abertura de algumas fronteiras e o fechamento de outras. Por exemplo, o caso de Belo Monte, em Altamira, foi emblemático. [...]. E isso se articula, é claro, com o que tem acontecido ao nível nacional, evidentemente. Principalmente no atual período, esses surtos industrializantes que têm acontecido e que têm envolvido a cidade se conectam, por exemplo, à atividade da produção imobiliária. (Jose Queiroz de Miranda Neto, 12/05/2025)

Com relação às escalas de análise, José Miranda Neto menciona a importância da análise multiescalar, considerando o pensamento de autores como Roberto Lobato Corrêa e Neil Brenner e a validade das escalas intraurbana e interurbana. T. Schor, por sua vez, discute a questão a partir da redefinição de distâncias e de espacialização urbanas, associadas aos meios de transportes, e da reflexão sobre como o intraurbano possui um vínculo com a beira do rio, que estabelece uma relação entre a cidade e o rio, a cidade e a floresta. A entrevistada ainda elenca uma crítica a programas habitacionais como o Minha Casa Minha Vida, dispostos longe dos rios, vinculando o intraurbano ao interior da cidade ou do município.

Considerando trechos das entrevistas,

Independentemente do tamanho da cidade na região Norte, hoje em dia elas são muito parecidas, porque você tem uma proliferação do meio de transporte que não é coletivo nem público, que são as motos, as mototáxi. Acho que isso vai mudando a maneira com que você pensa a espacialização urbana e as distâncias urbanas. E isso teve muito impacto junto com isso os programas Minha Casa Minha Vida, em especial no Amazonas, como eles foram sendo colocados distante da beira do rio e da vida que isso tem. Então, você vai criando o que antes era o intraurbano muito vinculado à beira. Hoje, ele já passa a ser o intraurbano mais vinculado ao interior da cidade, ao interior do município, porque é muito mais parecido com outras regiões do Nordeste. Apesar de que, dentro da Amazônia, você ainda tem uma estrutura de cidade que é bastante dependente – e isso é bom, não é ruim – do transporte fluvial. E aí você vai ter também [...] eu sei que na geografia tem muito essa discussão de centralidade, policentralidade. Fora Manaus, eu não estou falando em Manaus, todas as cidades pequenas, você ainda tem uma centralidade de comércio. A beira, que não é um porto, é uma beira mesmo, extensa, tem um papel muito importante nessa relação entre a cidade e o rio, a cidade e a floresta. E isso vai refletir na maneira como o intraurbano se organiza. E aí isso é bem interessante, porque é distinto da maneira com que o intraurbano se organiza em cidades que não têm essa relação próxima com uma grande fonte de água natural. (Tatiana Schor, 07/05/2025)

Tem aquela forma de compreensão mais tradicional, que eu acho que ainda serve em alguns aspectos que diferencia o intraurbano do

interurbano. Então ainda há aspectos que são válidos, entender o intraurbano, as partes da cidade, como que elas se interrelacionam, os centros, as áreas comerciais, os bairros voltados à classe média, os bairros voltados à classe mais pobre. Entender esses espaços, como que eles se rearranjam. É a estrutura urbana. Então entender essa estrutura urbana do ponto de vista do intraurbano ainda é um estudo fundamental. [...]. E a gente entende a cidade também do ponto de vista interurbano. Muito dessa lógica foi trazida pelo Lobato Corrêa. A perspectiva da rede urbana influenciou o IBGE. Hoje o IBGE analisa as cidades e a rede urbana muito sob influência da presença do Roberto Lobato Corrêa. E eu entendo a importância de trabalhar também com a rede urbana nas suas diversas escalas de análise. Sua análise multiescalar. E há outras influências também que são importantes, do Neil Brenner, que vai fazer essa abordagem da multiescalaridade para entender a cidade. Para entender a cidade, você precisa subir e descer essas escalas. A cidade reflete, não apenas reflete, mas também explica a totalidade. (Jose Queiroz de Miranda Neto, 12/05/2025)

Com relação à busca por apreender elementos indicativos de reflexões a respeito de categorias, noções, teorias ou temáticas nos estudos sobre a cidade e o urbano, os trechos a seguir reforçam a necessidade de proposições teórico-conceituais e metodológicas e, mesmo, de adaptação de teorias urbanas consolidadas, visando o entendimento da região ou derivadas desse entendimento. É neste sentido que Tatiana Schor e Saint-Clair Trindade refletem e questionam sobre a aplicabilidade de modelos urbanos clássicos à realidade da Amazônia, argumentando que não captam a relação singular sociedade-natureza. Por sua vez, José Queiroz Neto propõe e discute uma análise dialética que enfatiza o confronto entre forças homogeneizantes e resistências locais, gerando diferenciações.

A interação sociedade-natureza e a dialética rural-urbano, muito marcantes no cotidiano das cidades amazônicas perpassa a necessidade de se pensar indicadores alternativos, como hábitos alimentares e infraestrutura doméstica, para poder refletir sobre o que caracteriza o viver urbano da Amazônia (T. Schor). A entrevistada ainda reconhece o conceito de Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos, de Estevan Bartoli, que além de inovadora, julga superar embates clássicos da geografia.

Na linha de discussão, Saint-Clair Trindade destaca que a cidade amazônica não nega a floresta ou a vida rural, mas a incorpora, chegando à ideia anteriormente apresentada de “cidade da floresta”. O entrevistado ressalta, ainda, a ideia de urbano diversidade, ao considerar a cidade como uma forma que abriga conteúdos diversos, incluindo modos de vida tradicionais e modernos. Seguem alguns trechos das entrevistas,

Começamos a entrar muito nessa discussão com os grupos da geografia urbana que estavam sendo organizados pela Maria Encarnação Sposito, em Presidente Prudente, que estavam discutindo

idades médias. Quando eu comecei a entrar na discussão com o grupo da Carminha, eu falei assim, “olha, o que vocês estão usando para a cidade média no resto do país, não funciona para a Amazônia”. Mas fizemos algumas adaptações, porque, ao mesmo tempo, não adianta ficar só na especificidade. Eu preciso entender aquele contexto urbano dentro do contexto brasileiro e eu preciso entender como fazer essa ponte de diálogo entre esse conjunto urbano com os conjuntos urbanos outros que eles estão fazendo. [...] Fui entrando em temas que me dessem mais evidência dessa relação, que é muito bonita na Amazônia, que é dessa relação sociedade-natureza. Então, fui entrar em temas como hábitos alimentares, como come, como produz, quais são os tipos de cozinha. Como que eu defino para a Amazônia, e principalmente porque o tecido urbano é muito misturado, eu não tenho áreas nessa Amazônia no Brasil de divisão como, esse bairro é rico, esse bairro é pobre. A casa tem banheiro? Se tem banheiro, o banheiro é fora, longe, comunitário? É fora só da casa? É fora mais perto da casa? É fora mais ligado na casa ou é dentro da casa? E aí eu começo a ter uma tipologia de bairro a partir disso. Aí a gente começa a criar esse conjunto de reflexões sobre como que caracteriza o viver urbano da Amazônia comparado com outros viveres urbanos. (Tatiana Schor, 07/05/2025)

O professor Estevão, de Parintins, [...] trouxe para a geografia urbana da Amazônia e cunhou um conceito muito interessante que chama Sistemas Territoriais Urbano-Ribeirinhos, e aí eu acho que aquela tese dele e as coisas que ele faz tem um embrião de uma geografia urbana muito interessante, muito de teoria, de método, de olhar a Amazônia, muito inovador que eu acho que ele consegue sair dessa dicotomia lefebvriana ou miltoniana, e vai fazer geografia. (Tatiana Schor, 07/05/2025)

Uma das coisas que me impressionava muito, com a qual me deparava quando dava aula de geografia urbana, e dou aula de geografia urbana desde a década de 1980, era o fato de que, vou te dar o exemplo de um tema: agentes produtores do espaço urbano. Eu pegava, por exemplo, os agentes mencionados pelo Harvey, os agentes mencionados pelo Capel, os agentes mencionados pelo próprio Roberto Lobato Corrêa, que me orientou no mestrado. E sempre a classificação era dada a partir de uma certa realidade, de uma realidade mais específica. [...]. E eu sempre colocava essas tipologias todas para os alunos, e me incomodava muito que nem sempre os alunos se reconheciam, a partir da sua cidade, nessas tipologias, nem sempre. [...]. E eu começava a enxergar. Vamos tentar ver quais são esses agentes que produzem o espaço urbano na Amazônia? E aí, para minha surpresa, começaram a aparecer vários agentes: indígenas, garimpeiros, fazendeiros, parece uma coisa contraditória falar de fazendeiros produzindo espaço urbano, mas não é. Porque, na Amazônia, essa relação rural e urbana não é tão separada, não é tão segregada, assim como a gente pode imaginar. E isso me chamou a atenção para uma lacuna nas nossas teorias, ao fato de que as nossas teorizações, sejam elas mais internacionais, sejam elas nacionais, não davam conta de explicar uma realidade diferente como a Amazônia. E isso não era culpa dos autores que faziam isso. Não é. A gente estava estudando a parte das realidades deles. (Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, 17/05/2025)

Cidade é a forma que pode tanto ser uma forma moderna com um modo de vida muito artificializado, com tempo rápido, mas também pode ser uma cidade rural ou cidade da floresta, como temos muitas na Amazônia. A forma concentrada, assentamentos humanos, moradias, lotes muito próximos, concentração de serviços, com uma certa polarização que pode ser mais local, mais regional, mais sub-regional, mas que podem ter tanto da vida da floresta, da vida rural, como dessa vida mais moderna. A gente não pode descartar os avanços da vida moderna nas cidades amazônicas. É um absurdo fazer isso. Precisamos das tecnologias para nós vivermos bem também, com padrão de vida. Essa é a definição de cidade. É a forma espacial que abriga conteúdos diversos. Daí a ideia de urbano diversidade. Tanto a cidade da floresta como cidades artificializadas que negam a floresta. A cidade, para mim, é isso. É uma forma espacial, uma forma geográfica, de relativo adensamento ou maior adensamento, concentração de atividades, com polarizações, funções centrípetas e centrífugas, para usar um termo mais técnico, e que ajudam a entender a importância que têm os assentamentos urbanos dentro de um contexto regional. Ou maior, talvez. (Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, 17/05/2025)

Recentemente eu estava escrevendo um artigo e encontrei alguns autores, o próprio Neil Brenner, que faz uma crítica, não ao Lefebvre, mas a como que, às vezes, essa ideia do urbano, da urbanização total, ela tem sido entendida, ela tem sido levada em conta por alguns pesquisadores, não para eliminar essa perspectiva, mas para colocar algumas vírgulas. Por exemplo, quando se trata da urbanização total ou da urbanização planetária, nós estamos falando de uma força, uma força do capital, que vem com a urbanização e que vem produzindo suas transformações, gerando padronizações ou uma tentativa de padronização, muito ligada com o que o Milton Santos chamava de unicidade do motor [...] uma tendência à homogeneização. Se a gente for analisar, por exemplo, sempre do ponto da tendência, mas [...] sem analisar onde essa tendência confronta com a realidade, a gente vai produzir uma ubiquidade do urbano, ou seja, ele sempre vai ser a mesma coisa, você não vai ter diferenciações. Então, qual é a lógica de análise que eu penso para a Amazônia? Você tem a força totalizante, ponto. O que eu vou buscar são as forças contrárias a ela, aquilo que impede, constrange a sua dinâmica totalizante. Então, a partir dessa perspectiva dialética dos territórios concretos, eu vou, por exemplo, entender as diferenciações. Eu acho que para o urbano, não apenas na Amazônia nacional, internacional, o que interessa é a gente entender as diferenciações, entender o que resulta desse conflito entre o que vem, entre a verticalidade que está chegando e os territórios concretos. As forças contrárias que constroem, comprimem, que não permitem o avanço do capital, em certo sentido, ou que, ao chegar aqui, essa força é transmutada em outra coisa. Ao estudar cidade média e Altamira, eu tive uma frustração muito grande, porque Altamira não se encaixava em nada do que se produzia em cidade média a nível nacional. Foi aí que eu encontrei a questão dos nexos. O nexos de reestruturação. Eu passei a entender o seguinte. Não adianta você tentar pegar a teoria e dizer agora eu vou encontrar aqui o que se encaixa na teoria. Não, você vai ter nexos. Você vai ter coisas que se encaixam e coisas que não se encaixam. Com essa ideia de reestruturação. E você pode ter uma cidade que está muito bem articulada à lógica do capital, mas que não tenha espaços fechados, não tenha shopping center, não tenha novas

centralidades urbanas. São as tendências que explicam a cidade média do Brasil. Tudo depende da maneira como essa força totalizante chega nos espaços e é confrontada com o espaço concreto. (Jose Queiroz de Miranda Neto, 12/05/2025)

Em busca de apresentar uma síntese de elementos que foram discutidos ou apresentados pelos (as) entrevistados (as), apresenta-se, a seguir o quadro 4.

Quadro 4 – Apreensões dos/as entrevistados/as sobre a cidade e o urbano – Região Norte

Escalas de análise urbana e cidadina Intraurbano, interurbano; Multiescalaridade; Cotidiano.
Categorias, noções, teorias e conceitos Cidades de responsabilidade territorial; Sistema territorial urbano ribeirinho; Cidades da floresta, cidades na floresta, cidades para floresta; Urbano biodiversidade.
Temáticas e conteúdos Fronteiras; Financeirização imobiliária; Práticas alimentares; Rede urbana amazônica.
Compreensão e entendimento sobre a cidade e o urbano Cidade e natureza (dinâmica urbana e ambiental para entendimento da cidade); Cidade como forma espacial; Intensa relação urbano-rural, cidade-floresta, cidade-rural, cidade-campo; Modo de vida urbano e cultura da floresta; Cidade: visível, sensível e concreta; Urbano como modo de vida.

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

Compreende-se das entrevistas elementos que podem indicar a uma aproximação do espaço geográfico a partir de uma visão não reducionista, avançando em proposições, superações ou adaptações de modelos teórico-conceituais. Destaca-se um entendimento do espaço geográfico a partir da articulação mais pautada entre sociedade-natureza, rejeitando dicotomias como centro/periferia, sociedade/espço e natureza/sociedade (T. Schor). Processual e relacional, os fluxos materiais e simbólicos que permeiam a compreensão do espaço geográfico desafiam categorias rígidas. É o que se apreende da síntese contraditória entre urbanização e cultura da floresta, cuja dicotomia é superada a

partir do contato com a realidade amazônica, que apontam as cidades como formas espaciais em diálogo com a floresta, e, também, à emergência de outros agentes de produção da paisagem urbana, que não necessariamente são contemplados por outras teorizações (Saint-Clair Trindade).

Vale destacar a leitura do espaço geográfico a partir de uma apreensão dos conflitos e tensões locais-globais na Amazônia, que alcançam a crítica a formulações como “urbanização planetária”, reconhecendo que o capital é transmutado e encontra resistências (J. Q. de Miranda Neto). Essa leitura, que perpassa a tensão entre a tendência de movimento do capital e a realidade local, permite que escapemos de produzir uma ubiquidade do urbano, alcançando, assim, as diferenciações e os nexos de reestruturação (J. Q. de Miranda Neto).

Em síntese, o que se apreende é que há uma rejeição dos entrevistados a dualismos e dicotomias, se reconhece a importância das singularidades e particularidades locais (comunidades, rios, culturas da floresta, ambiente). A Amazônia, assim como suas cidades e contexto urbano, não seriam locais “isolados” ou “exóticos”, mas sim, região fundamental de produção e reflexão teórica-conceitual contemporânea no território brasileiro, pois apontam a uma leitura do espaço geográfico como relacional, dialético e em disputa.

4.2.5 As múltiplas dimensões da cidade e do urbano: funcionalidades, abordagens e dinâmicas regionais no Sul do Brasil

As entrevistas realizadas na região Sul do país ocorreram na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). A respeito dos entendimentos que perpassam a cidade e o urbano, os entrevistados destacam a cidade, de forma geral, também como uma produção social e material. Danilo Volochko, a partir de uma abordagem dialética e lefebvriana, entende a cidade como ponto de articulação entre ordens próximas e distantes, compreendendo-a, também, como trabalho humano materializado, que transforma a natureza e reproduz formas espaciais.

Breno Viotto Pedrosa, por sua vez, destaca a cidade com ênfase na morfologia e função, definindo-a a partir do adensamento, da verticalização e das atividades (de habitação, serviço, indústria e outras). A influência de Milton Santos manifesta-se no reconhecimento dos conceitos de forma, função, processo e estrutura para a caracterização da cidade, cuja complexidade, assim como da urbanização, é ressaltada pelo entrevistado.

Tânia Marques Strohaecker compreende a cidade como expressão concreta de processos socioespaciais, sendo representativa de uma estrutura passível de análise. Já o urbano, emerge como um conceito mais complexo e denso, do ponto de vista teórico e de abordagens. De acordo com trechos das entrevistas,

Acredito que possamos entender a cidade como uma articulação. Pensando um pouco nos termos do Lefebvre, acho que a forma urbana é aquela forma da reunião e da simultaneidade. A realidade urbana, materializada na cidade, revela [...] uma morfologia, a cidade possui uma morfologia, um traçado, possui uma materialidade, mas também um modo de vida urbano, um cotidiano urbano. A cidade é esse ponto de articulação entre ordens próximas e ordens distantes, ordens próximas, ligadas ao cotidiano, ao micro social, e ordens distantes, relacionadas, por exemplo, ao Estado, às leis, à economia, que vão se articular. A cidade também é esse campo de articulação de sujeitos, de escalas, de reunião de processos, de acumulação de diferentes lógicas num determinado ponto do espaço. [...] . Então, acho que dá para entender a cidade como uma produção social, uma produção histórica, uma acumulação de trabalho humano, ou seja, a cidade é trabalho humano materializado, produzindo formas espaciais e reproduzindo formas espaciais, incessantemente. Acho que a cidade traz uma relação importante. A cidade também é natureza transformada, ou seja, ela é também transformada pelo trabalho humano. (Danilo Volochko, 16/06/2025)

Então, eu tenho para mim que a gente vai identificar a cidade, vamos dizer assim, por um viés que acaba passando pela morfologia. Então, quer dizer, os níveis de adensamento, os níveis de verticalização. Eu

acho que a cidade se caracteriza também por esse aspecto visível, morfológico, de um hábitat extremamente adensado. Acho que isso é uma coisa bastante importante. E acho também que a cidade é caracterizada pelas funções. Não apenas a função habitacional, vamos dizer assim, mas eu acho que tem uma ligação bastante clara com a oferta de serviços e a presença da indústria, de uma certa forma. A gente pensar essa forma e essa função, a gente tem que ter um nível mínimo de densidade. E eu acho que, no caso brasileiro, essa situação vai se tornando um pouco mais complexa quando a gente começa a entender, por exemplo, que o campo, a partir desse processo de mecanização, a gente teve a expulsão de várias pessoas que foram morar em cidades pequenas, cidades médias, próximas dessas áreas de produção rural. Então, eu acho que é em função disso que a gente tem no Brasil alguns pesquisadores falando de cidades do agronegócio, cidades que acabam, vamos dizer assim, se especializando em oferecer serviços para esse mundo do agronegócio. E, paralelamente, eu acho que existem essas cidades muito pequenas que têm essas características que são muito mais rurais, vamos dizer assim, do que urbanas. Então, eu acho que isso é uma coisa que a gente tem que prestar um pouco de atenção para compreender a dinâmica do Brasil. Eu acho que a caracterização da cidade passa por essa observação de aspectos morfológicos, aspectos funcionais. Então, eu acho que essa ideia do professor Milton Santos de forma, função, processo, estrutura, ajudam bastante a gente caracterizar esses espaços. (Breno Viotto Pedrosa, 03/04/2025)

Eu entendo a cidade como a expressão da materialidade de processos da sociedade, que é inerente à sociedade humana. Eu entendo como a parte de expressão concreta, diferente do urbano, que é mais complexo, muito mais denso do ponto de vista de abordagens. Então, eu vejo a cidade como uma estrutura que pode ser trabalhada de diferentes formas. Mas, a meu ver, seria a expressão concreta ou a expressão materializada de processos socioespaciais. (Tânia Marques Strohaecker, 09/05/2025)

Os trechos a seguir destacam e apontam a potencialidades associadas a complexidade metodológica e ao aspecto multiescalar da geografia urbana, o que foi verificado em parte considerável das entrevistas realizadas em todo o país. A partir das considerações de Tânia Marques, apreende-se a pluralidade de abordagens contemporâneas em geografia urbana, considerando sua conexão com diferentes escalas, o que possibilita outras ou novas abordagens aos estudos geográficos. Ainda com a entrevistada, destaca-se a diversidade de olhares nos trabalhos acadêmicos, o que enriquece a disciplina, embora também a desafie.

Da mesma forma, D. Volochko reconhece a articulação escalar, embora demonstre uma abordagem dialética inspirada em H. Lefebvre, enquanto Tânia Marques aparenta preocupações mais voltadas a diversidade metodológica da geografia urbana. Acredita-se que outro ponto de contato entre os entrevistados envolva o reconhecimento de especializações regionais, pautadas através das cidades do agronegócio (B. V. Pedrosa) e

da menção as redes interurbanas e o estabelecimento de relações entre diferentes cidades – ponto relevante dadas as dinâmicas econômicas e logísticas que perpassam, especialmente, as cidades médias sulistas. Acredita-se que os trechos a seguir (e mesmo as entrevistas anteriores, pela sua diversidade, contradições, aproximações e distanciamentos) expressem o fato de que a geografia urbana não se reduz a uma única abordagem de análise ou investigação.

Mais recentemente, o que a gente tem visto são diferentes correntes dentro da própria geografia urbana, eu vejo, com conexões com outras escalas de abordagem, seja regional, macro-regional, a questão das redes, do ponto de vista da telemática, a questão da economia. Então, eu entendo, eu gosto muito, sempre trabalhei com a geografia urbana, sempre foi a minha, vamos dizer assim, a minha disciplina favorita ao dar as disciplinas na graduação. Então, eu vejo assim um campo muito profícuo de abordagens e vejo isso nos trabalhos dos meus alunos, sejam da graduação ou da pós-graduação, a variedade, diversidade e riqueza dos trabalhos que muitas vezes são desafiadores para nós, professores, darmos conta de tantos vieses, tantos olhares distintos para a mesma temática, que seria a geografia urbana ou o espaço urbano. (Tânia Marques Strohaecker, 09/05/2025)

Eu vejo uma complexidade muito grande. Porque a gente pode trabalhar desde a escala micro, a escala de uma rua, de uma avenida, de um bairro. A escala pegando a área urbana, pegando o município. As conexões que se estabelecem dentro de uma região metropolitana ou de uma aglomeração urbana. Escalas regionais. Então, a geografia urbana tem essa capacidade de trabalhar tanto na escala intraurbana quanto a escala interurbana. Que seriam as relações que se estabelecem entre diferentes cidades. Então, penso que ela é muito rica do ponto de vista de possibilidades de abordagem dos estudos geográficos. (Tânia Marques Strohaecker, 09/05/2025)

Nestas entrevistas realizadas com estes docentes, desponta uma preocupação dialética e marcadamente lefebvriana na geografia urbana a partir de eixos centrais: i) produção do espaço articulada ao lugar e ao cotidiano; e ii) integração entre ambiente, território e produção do espaço (D. Volochko). O cotidiano e o espaço vivido são considerados no entendimento dos conflitos sociais, classes e dinâmicas urbanas, enquanto o lugar, talvez enquanto um fragmento da totalidade, contém as determinações e condicionamentos da realidade. Outro elemento destacado pelo entrevistado, que pode ser problematizado no âmbito das análises em geografia, seja na perspectiva territorial ou da produção do espaço, é a noção de ambiente. A partir das entrevistas,

Então, acredito que, para a geografia urbana, a ideia de produção do espaço é absolutamente fundamental, claro, juntamente com outras possibilidades. Então, eu acho que a própria reflexão, por exemplo, estou falando agora mais do meu ponto de vista, das análises que eu

tenho feito, mas, por exemplo, entender a dimensão do espaço vivido nos coloca diante da necessidade do cotidiano, nos coloca diante da escala e do conceito de lugar; por exemplo, que na geografia tem uma trajetória importante, embora também a gente saiba que tem todo um tratamento do lugar; por abordagens fenomenológicas, etc., que se distanciam um pouco da análise marxista, mas a produção do espaço, por exemplo, vista na escala ou em articulação com a ideia de lugar, ela permite essa apreensão do nível das relações sociais, dos conflitos, das classes, das categorias de proximidade, do cotidiano, do espaço vivido e que acho que é bastante potente do ponto de vista da análise da geografia agora. Então, é um pouco de uma perspectiva de método, nesse sentido de que o lugar, como um fragmento, talvez, da totalidade, vai conter todas as determinações e condicionamentos em processos e elementos da realidade. Então, é possível partir do lugar; é possível partir desse nível, essa escala do lugar para eu entender a produção do espaço, para eu entender, em outras escalas, para eu entender os processos capitalistas, os processos econômicos, para eu entender o planejamento, para eu entender o Estado, para eu entender os movimentos sociais. Então, talvez se torne um âmbito importante. (Danilo Volochko, 16/06/2025)

Talvez uma outra categoria esteja aglutinando as análises da geografia, vem sempre potencializando e acho que ainda pode potencializar também é exatamente a noção talvez de ambiente, mas não entendida por si, mas seja na perspectiva territorial, seja na perspectiva da produção do espaço. Aí eu acho que a gente consegue fazer uma discussão interessante sobre a natureza, sobre as questões ambientais. Se a gente articula com a ideia de território, ou com a ideia, por exemplo, de produção do espaço, acho que a gente potencializa bastante, potencializa criticamente a discussão ambiental. (Danilo Volochko, 16/06/2025)

O quadro 5 almeja sintetizar e organizar questões ou discussões que embasaram e permearam as entrevistas.

Quadro 5 – Apreensões dos/as entrevistados/as sobre a cidade e o urbano – Região Sul

Escalas de análise urbana e cidadina
Intraurbano e interurbano; Cotidiano.
Categorias, noções, teorias e conceitos
Forma, função, processo e estrutura; Lugar; Proximidade; Cotidiano; Espaço vivido; Espaço e tempo.

<p>Temáticas e conteúdos</p> <p>Discussão ambiental; Rede urbana; Economia urbana; Financeirização; Produção imobiliária.</p>
<p>Compreensão e entendimento sobre a cidade e o urbano</p> <p>Cidade como articulação de ordens, sujeitos, escalas, processos e diferentes lógicas; Cidade como produção histórica e social; Cidade como natureza transformada; Cidade: aspecto visível, morfológico; Cidade como expressão concreta e material.</p>

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

Sobre a percepção dos entrevistados em relação à categoria de espaço geográfico, acredita-se ser possível delinear e apontar alguns entendimentos. A fundamentação marxista-lefebvriana destacada por D. Volochko pauta-se na compreensão escalar que perpassa o cotidiano e o global, revelando contradições, desigualdades e “conflitos ambientais”. Já B. V. Pedrosa embasa sua leitura na obra de Milton Santos, considerando as categorias de forma, função, processo e estrutura, destacando lógicas produtivas no estabelecimento de um contexto caracterizado pela mecanização do campo e pela urbanização vinculada ao agronegócio da região. T. Marques, por sua vez, ressalta uma geografia urbana aberta a múltiplas abordagens metodológicas e teórico-conceituais, em que a multiescalaridade e a diversidade analítica permitem uma apreensão totalizante da realidade.

Considerando potenciais contribuições dos entrevistados, reflete-se acerca de instrumentais analíticos para crítica às desigualdades (D. Volochko), o reconhecimento de circuitos produtivos e sua influência na urbanização (B. V. Pedrosa) e a integração ou articulação de escalas de análise (T. Marques Strohaecker).

A seguir, serão discutidos elementos que dizem respeito à teoria e ao método em geografia e sua operação para entendimento sobre a cidade e o urbano, com fins a apreensão de influências e contribuições, reflexões contemporâneas e identificação de riscos e possibilidades concretas ao método e à teoria na geografia urbana brasileira.

CAPÍTULO V

A TEORIA E O MÉTODO NAS ABORDAGENS SOBRE A CIDADE E O URBANO EM GEOGRAFIA

5.1 Teoria, método e realidade regional: os caminhos da Geografia no Sudeste brasileiro

As entrevistas semiestruturadas realizadas em universidades da região Sudeste, USP, UNESP Rio Claro e Presidente Prudente, UFMG, UFRJ, UERJ e UFF, apontam a diferentes concepções de teoria e método, com ênfase na abordagem dialética, crítica e na relação entre abstração e a realidade concreta. A teoria como mediação entre a aparência e os fundamentos da realidade é defendida por Amélia Damiani, considerando uma perspectiva dialética na operação deste movimento de superação do fenômeno empírico. Daniel Sanfelici destaca o aspecto não dogmático da teoria, exatamente pelo objetivo da pesquisa científica, além disso, reconhece a vinculação entre teoria e método.

Eliseu Sposito, por sua vez, reconhece que a teoria estrutura a explicação da realidade e compreende o método a partir da mediação sujeito-objeto, disciplinando procedimentos e evitando repetições. Já para Fábio Tozi, a teoria seria uma generalização e o método algo mais operacional, de forma que defende uma articulação simultânea e dinâmica entre teoria, método e metodologia. Maria Adélia, a partir do pensamento de Milton Santos, propõe uma leitura crítica que supere o método analítico-descritivo, destacando a importância dos conceitos de lugar, evento e totalidade. A partir de trechos das entrevistas, temos uma síntese de tais argumentos,

Penso que a concepção de teoria e método é você conseguir sair do plano da aparência sem desistir dela, mas contradizer o plano da aparência e chegar ao nível dos fundamentos daquilo que aparece. Então, essa perspectiva teórica, que é uma perspectiva dialética, está dentro da obra do Hegel, está dentro da obra do Marx, está dentro da obra de toda a geografia brasileira. [...]. Então, uma perspectiva é conseguirmos ir do que aparece aos fundamentos. E essa concepção teórica e metodológica eu acho importante para a geografia, exatamente porque a perspectiva da nossa disciplina é muito empírica. E ela não pode deixar do trabalho de campo, da concepção qualitativa dessa relação de campo, mas ela tem que superar o plano do fenômeno e ir em direção ao debate dos fundamentos dessa realidade fenomênica. E a perspectiva de teoria e método é esta dialetização, que é extremamente necessária e importante para a geografia. (Amélia Luisa Damiani, 11/11/2022)

A teoria é um conjunto de noções, ideias que nos serve como um guia para interpretar a realidade. Então a teoria ela não deve ser algo [...]

eu diria que ela deve nos guiar para interpretar a realidade, ela não deve ser algo rígido e fixo. Penso que [...] justamente o objetivo da pesquisa científica é aprimorar, aperfeiçoar, modificar, é contrapor ou discutir a teoria. Um dos erros da prática científica é tratar a teoria como um dogma [...]. E a teoria se vincula também ao método, então, como fazer, como abordar a realidade, como apreender a realidade. (Daniel de Mello Sanfelici, 28/04/2023)

A teoria é um conjunto de conhecimentos que permite ler, interpretar e explicar a realidade, pode ser a cidade, o campo, pode ser a industrialização brasileira, etc. A teoria, portanto, me permite organizar o pensamento para explicar a realidade, porque a ciência não existe sem a realidade. A ciência não é algo parapsicológico, uma lenda. A ciência é o mundo real. O método já é aquele encaminhamento do pensamento na relação sujeito-objeto, que permite olhar e interpretar a realidade por meio daquele conhecimento que você produz, que é a teoria. O método é a intermediação entre sujeito e objeto. E esse método disciplina o uso dos procedimentos, das técnicas, e disciplina o pensamento para, no processo de produção do conhecimento, de investigação, você chega sem, digamos assim, refazer coisas que já são feitas, teorias que já existem, para fazer a sua interpretação. (Eliseu Savério Sposito, 14/05/2025)

A teoria é a capacidade de generalização, de abstração, de criação de grandes narrativas, de um entendimento do conjunto das mudanças no espaço, no território, como você quiser falar. Então, penso que a teoria é o lastro da ciência que está mais ligada à sua episteme, à sua constituição sólida. E o método é aquilo que vai, dentro da teoria, se transformando em algo mais operacional, por isso que eu falei do método e da metodologia. [...]. Teoria e método tem um diálogo muito grande. Assim, elencaria esse tripé: teoria, método e metodologia. Para mim, os três vem juntos e em movimento. Saímos da teoria para chegar no concreto, pensado e em movimento. A dialética também está aqui. Não é uma dedução, não é dedutivo e nem indutivo. Ele é dialético. O concreto pensado, que exige um debate metodológico muito grande. (Fábio Tozi, 12/12/2023)

Milton vai requerer uma coisa que o método geográfico eterno, que é o método analítico descritivo não permite, pois ele configura sua mente [...] a olhar a realidade, que chama realidade, e descrevê-la. Você trava qualquer possibilidade do pensamento fora do que você está vendo. Então é a visão o recurso maior [...] para fazer o seu trabalho de geógrafo, e não o pensamento. E Milton vai ajudar; vai propor que se pense sobre a geografia, não que se descreva, tanto é que ele traz uma mudança de método: ele sai do método analítico descritivo e entra na leitura crítica. [...]. Quem usa o Milton não pode renunciar ao conceito de evento, vale dizer de lugar e de totalidade, que não é cidade, não é finança, não é circuito produtivo, não é economia, não é nada disso: Milton quer que a gente fale de geografia, o que não impede que tenha um recorte temático, mas ao usar o tema você tem sempre que se reportar a paisagem como uma subtotalidade; como a dimensão do espaço, que é vista até onde a vista alcança. (Maria Adélia de Souza, 15/11/2022)

No tocante a aproximações ou convergências dos pensamentos expressos nas entrevistas, acredita-se ser possível elencar a rejeição ao empirismo, através das críticas

à geografia descritiva e defendendo uma abordagem teórico-crítica e dialética, como apreende-se de A. L. Damiani, M. A. de Souza e F. Tozi, cada qual, entretanto, com suas respectivas orientações ou influências em teoria e método. Uma leitura da teoria como um elemento de mediação para a crítica ou interpretação da realidade, e não como um fim, apreende-se de E. Sposito e D. Sanfelici.

Ao aprofundar a discussão em teoria e método, P. R. Godoy afirma que o método não é uma ferramenta externa, mas a própria essência do objeto em movimento, cujo reconhecimento perpassa a apreensão de sua unidade interna, que articula as esferas da singularidade, da particularidade e da universalidade. A apreensão ideal desse movimento real seria a teoria. Ester Limonad rejeita a ideia de um método exclusivo da geografia, afirmando que o diferencial está na construção do objeto, a partir de sucessivas idas e vindas e de uma aproximação dialética entre teoria e empiria.

Críticas sobre a tendência de começar a investigação ou estudo pela teoria, é elencada por G. A. Alves, ao reconhecer que a partida é a apresentação do problema concreto, de forma que a realidade orienta ou indica a teoria, o método e autores mais adequados. Eliseu Sposito, por sua vez, entende o método como substância filosófica e reitera que não existe método disciplinar (geográfico, histórico e outros). Para o entrevistado, os três tipos de métodos fundamentais são: hipotético-dedutivo, fenomenológico-hermenêutico e analítico-dialético. Destacando trechos das entrevistas:

Se a teoria, na minha perspectiva, é a reprodução ideal do movimento real, o método só pode ser a dinâmica interna do objeto. O método não está no sujeito que aplica. Existe um método. Para dizer o que ele é, você tem que saber o que ele é, não só na sua manifestação fenomênica ou aparente, mas saber também como ele é internamente. Na sua essencialidade. Na sua unidade interna constitutiva. Porque o objeto, se ele é um objeto, ele é uma unidade. Uma unidade que agrega múltiplas relações e determinações. Agora, quais são? Então, por exemplo, se há necessidade para conhecer o objeto na sua presença histórica, na sua existência histórica e geográfica, eu preciso saber qual é a dinâmica que move esse objeto e faz dele ser o que ele é. Então, essa dinâmica, esse movimento é o método. Como captar isso? Idealmente. Não tem outra forma. O ser humano, nós temos inteligência para isso. Então, você pode até observar e tal, mas o quê? Mas até chegar nesse movimento, e esse movimento vai agregar tanto esferas da universalidade como da singularidade. E como nós vamos entender essa relação do singular com o universal? Através das mediações que estão na esfera da particularidade. Então, essa forma de entender, para mim, é a teoria e o método. (Paulo Roberto Teixeira Godoy, 22/11/2022)

Não há uma teoria ou um método geográfico. Você tem uma metodologia científica e técnicas específicas de cada campo de conhecimento. Mas a metodologia, como diria o Lefebvre, as formas de aproximação do objeto, são comuns a todas as áreas do conhecimento.

A questão é como você constrói o objeto e se aproxima dele. Então você tem diferentes recortes epistemológicos que estão ligados à perspectiva que você adota. Dentro de uma perspectiva crítica não se chega com um modelo pronto, você vai investigar e se aproximar do seu objeto para procurar construir ele teoricamente. É um processo recorrente de idas e vindas. [...]. Eu tenho que olhar para a realidade, procurar entendê-la e a partir dessa compreensão eu vou procurar usar as categorias para poder explicar aquilo que eu estou vendo. Então é um processo de sucessivas aproximações em que você constrói o teu objeto. (Ester Limonad, 31/03/2023)

Agora, eu sempre acho que primeiro temos que olhar qual é a nossa realidade para procurar qual vai ser tanto a teoria quanto o método que eu vou usar. É porque a tendência, geralmente, é o contrário. Eu quero fazer um trabalho marxista. Vamos começar por aqui. Qual é o seu problema? Primeiro você apresenta qual é o problema. Depois você vai procurar qual é a teoria, qual é o método que vai te ajudar a fazer isso. Não dá para tentar encaixar. [...]. É a realidade que vai chamar quais são os autores que você vai utilizar. (Glória Anunciação Alves, 03/11/2022)

Não aceito, por exemplo, o método associado a uma disciplina: método geográfico, método histórico, método estatístico, etc. Não existe. O método traz a substância filosófica para a ciência. O método tem que ser trabalhado no plano do pensamento, não no plano da operacionalização. Então não existe método indutivo, dedutivo, geográfico, etc. Não existe. E o método se baseia também na existência das categorias e dos conceitos que são trazidos pela realidade, as categorias, ou os conceitos pelas teorias. [...] Então eu digo que tem três tipos de método. Tem gente que fala hoje de método qualitativo, eu acho que isso aí são variações do método. Método hipotético-dedutivo, fenomenológico-hermenêutico, analítico-dialético. (Eliseu Savério Sposito, 14/05/2025)

Os trechos a seguir discutem desafios vinculados a relação teoria e empiria em geografia, expressos pelo dogmatismo teórico, empirismo vazio e pela falta de diálogo entre abordagens. Assim, Daniel Sanfelici problematiza a ação de “confirmar na realidade” teorias pré-escolhidas, defendendo que o papel da ciência é de questionar pressupostos teóricos, e não os reproduzir. P. C. da C. Gomes critica a eleição de guias teóricos antes da definição do próprio objeto de estudo, o que resultaria em uma modulação do conhecimento. Para este entrevistado, o movimento salutar envolve o retorno ao empírico, alertando sobre os riscos de descrições superficiais sem mediação teórica.

G. A. Alves defende uma articulação dialética entre teoria e empiria, sustentada na noção de *práxis* em Henri Lefebvre, rejeitando a separação simplista entre “teoria de um lado” e “realidade de outro”. Por sua vez, E. Limonad alerta a uma “estagnação” do pensamento geográfico, ao identificar a repetição de estudos e a desconsideração da atualidade de autores que já se debruçam em sobre questões hoje debatidas,

exemplificando os estudos sobre centralidade. A entrevista ainda ressalta o fato de que estudos se voltam mais para a empiria do que para uma reflexão teórica ou metodológica.

Tenho uma certa percepção de que esse movimento entre teoria e empiria é fundamental na ciência. Quer dizer, você não pode engessar a teoria e buscar a empiria simplesmente para comprovar ou confirmar aquilo que está na teoria. No entanto, existe muito na Geografia brasileira e urbana essa prática, esse mau hábito de você ter a sua teoria preferida [...] então “eu sou, ‘lefebvriano’ ou eu sou ‘miltoniano’, e vou buscar confirmar na realidade aquilo que está nos trabalhos do Milton Santos”. Penso que esse é um problema da relação teoria-empiria na produção científica, não só do Brasil, vejo isso bastante. [...]. Penso que empobrece a ciência. Mas eu acho que a ciência da pesquisa tem que estar mais atenta a questionar, mais aberta a questionar os pressupostos teóricos que estão dados, então acho que essa é uma das questões. A Geografia brasileira teve altos e baixos nisso, teve momentos que produziu novas teorias em diálogo ou a partir do empírico, e depois, em outros momentos, se consolidou como um paradigma e muitos geógrafos apenas se limitaram a seguir aquele paradigma, sem tentar aperfeiçoar, discutir, questionar, o que é importante. (Daniel de Mello Sanfelici, 28/04/2023)

Na verdade, hoje há uma diferenciação nas abordagens. Uns autores leem, uns outros não leem. Então fica uma certa “estranheza” do pensamento e uma certa repetitividade, ou mesmo um certo endeuamento de certas abordagens. Então, por exemplo, vão trabalhar com a questão de centralidade e vão buscar os estudos de “fulano de tal” sem olhar para os estudos de outros autores que já se debruçaram sobre a questão e que são mais atuais. Então tem um pouco de repetitividade, de duplicidade nos estudos, além de muita empiria. Aliás, não é só na geografia. Está acontecendo entre outras áreas do conhecimento, em que as pessoas, para resolver o problema, voltam-se mais para uma empiria, para estudos de caso, do que para uma reflexão teórica ou metodológica. (Ester Limonad, 31/03/2023)

As pessoas que acompanham a bibliografia das ciências em geral, elas percebem que elas precisam voltar ao empírico para construir questões. Ela não pode partir de uma coisa estritamente teórica para confirmar com os dados aquilo que ela já sabe. Então, eu acredito que essa é uma coisa de salutar que tem acontecido nos últimos tempos. [...]. Penso que o estatuto do empírico é muito importante, desde que a gente não o veja como uma coisa simples, que a gente vai fazer uma descrição rápida e vai resolver aquele problema para depois usar o David Harvey ou Lefebvre, ou sei lá quem mais. Então, as pessoas, [...] isso é um problema. Para mim as pessoas, elas elegem os seus guias antes de saberem o que que elas querem estudar, então esses guias vão ser os guias absolutos para entender a realidade. Então tudo vai ser modulado naquilo. (Paulo César da Costa Gomes, 29/03/2023)

Penso que temos hoje uma tentativa maior dessa articulação [teoria-empiria] até do ponto de vista mais “lefebvriano”. Chegar no que chamamos de práxis. Que é a não desvinculação da teoria com os dados empíricos. É uma articulação. Porque, senão, fica teoria de um lado e realidade do outro, como se fossem coisas separadas. Acho que

é a temática dessa articulação hoje. Que é chegar nessa ideia de práxis.
(Glória Anunciação Alves, 03/11/2022)

A respeito da discussão sobre abordagens teóricas e metodológicas em geografia, destacam-se reflexões que apontam a coexistência de múltiplas correntes (como marxismo, fenomenologia, neopositivismo), a necessidade de cuidadoso diálogo e influência das escalas de análise. Destaca-se também a presença de temas emergentes na configuração do campo disciplinar.

G. A. Alves valoriza contribuições de distintas escolas ou orientações, desde que estejam articuladas criticamente à realidade, de forma que se apreende uma leitura não pautada em hierarquias rígidas entre as abordagens. A. L. Damiani defende a importância de um estudo e compreensão dos movimentos das teorias e dos métodos que atravessaram a geografia, ressaltando que este exercício não consiste em ecletismo, mas sim em uma abertura epistemológica para as novas gerações. D. Sanfelici acredita que o pluralismo de perspectivas teóricas pode ser profícuo na geografia, dadas as insuficiências ou limites das próprias tendências de método, como o marxismo, embora o reconheça como hegemônico na geografia.

A este respeito, E. Sposito explica como tendências na geografia urbana o materialismo histórico-dialético e a fenomenologia, além do neopositivismo, embora este último esteja mais voltado às análises de clima e geomorfológicas sobre cidades. Ressalta ainda o risco da perda da noção de totalidade. Heloísa Costa acredita que a geografia se encontra em um processo de criar metodologias e até métodos capazes de operar as interfaces que atravessam e se materializam nas cidades, indicando as potenciais contribuições do Sistema de Informações Geográficas (SIG) e do geoprocessamento. Para a entrevistada, há que se pensar em uma pluralidade de métodos, a serem sobrepostos da melhor maneira possível.

Apresentando trechos das entrevistas,

Então, eu quero colocar aqui, em relação à questão de método, todas as que tiveram utilizaram bem o método. Cada um a seu jeito. Então, quando a gente pega, por exemplo, a questão dos “lefebvrianos” e dos “miltonianos”, acho que cada um a seu modo faz a relação, faz a análise da realidade e dá respostas a partir dessas premissas que são utilizadas. Eu acho que todos contribuem. A questão é, não é que tem uma certa errada, não existe isso. Existem maneiras de entender a realidade e como essa maneira de entender a realidade vai, de alguma forma, auxiliar ou não na resolução de problemas de entender os pensamentos. Mas eu acho que todas elas dão conta. Cada um a seu ponto. (Glória Anunciação Alves, 03/11/2022)

Em termos teórico-metodológicos penso que você tem que ter um conhecimento do movimento das teorias e métodos que atravessaram a geografia. Não só aquele ao qual você se volta, através do qual você reconhece seu próprio movimento de conhecimento. Então, você tem que ter uma concepção da geografia pragmática, da estrutural, da ontologia, da fenomenologia, da geografia histórica como teoria e método. Então, tem que ter um corpo de conhecimento que não seria ecletismo, seria abrir caminhos, estudar cada um deles para que as novas gerações não vivam só um paradigma. (Amélia Luisa Damiani, 11/11/2022)

As pessoas têm a tendência pela doutrina do materialismo dialético, ou pela, digamos assim, não é uma doutrina ainda, materialismo dialético é uma doutrina, mas pela tendência teórica da fenomenologia, ou metodológica da fenomenologia. A geografia urbana brasileira hoje está nisso. Eu acho que há pessoas que fazem estudos matemáticos, os modelos, etc. Mas isso está muito mais confinado àqueles que dão uma certa importância ao clima, à geomorfologia, mesmo trabalhando a cidade. E a cidade hoje também é objeto de estudos, por exemplo, das ilhas de calor; das diferenças climáticas internas, do papel das enchentes, etc. Então aí eu vejo essa tendência neopositivista, meio disfarçada, muito forte. Porque se trata de números e de modelos mesmo. [...]. Mas, no caso da cidade, eu vejo essas duas tendências. Perdendo-se no caso brasileiro, fora o IBGE, essa noção de totalidade. A totalidade virou a cidade e não mais a rede urbana. (Eliseu Savério Sposito, 14/05/2025)

Eu fui formado bastante em uma tradição marxista da USP. Eu tive [...] também naquele período, com o David Harvey. Então eu tive essa primeira formação bastante marxista, mas com o tempo eu fui pensando, reavaliando, não no sentido de descartar o marxismo, longe disso. Mas de achar que a Geografia tem muito a ganhar com um pluralismo de perspectivas teóricas, uma conversa mais [...] obviamente que existem correntes teóricas que são incompatíveis, não dá para você ser marxista e ser; ao mesmo tempo, usar a economia neoclássica tradicional. Agora, existe uma infinidade de correntes críticas que a meu ver; elas precisam dialogar mais. [...]. Penso que a Geografia está caminhando nesse sentido, de maior pluralismo de leituras e correntes teóricas, embora ainda ache que é bastante hegemônica uma leitura marxista. E para mim, acho positivo, eu acho que tem muito mais, vamos dizer, mesmo dentro de um campo, de uma leitura crítica, eu acho que tem muito mais coisas do que o marxismo. O marxismo serve para algumas coisas e é bastante útil para algumas coisas, para outras menos. (Daniel de Mello Sanfelici, 28/04/2023)

Então eu tendo a pensar na teorização como uma construção lógica, preferencialmente uma lógica dialética, para poder englobar as diferentes visões, mas que nos ajudem a entender um determinado fenômeno em uma determinada situação. Eu ainda acho que quando eu vejo os métodos e as metodologias que vem das outras ciências, elas têm pressupostos e algumas lógicas que as vezes contrariam essa visão dialética, elas têm que necessariamente ir por alguns pressupostos que são muito duros, não são flexíveis, então tem uma contradição de método aí e de teorização entre esses dois campos. Existem muitos tipos diferentes e urbanização, de resultados da urbanização que vão produzir por exemplo, efeitos climáticos distintos, então precisa

colocar renda, precisa colocar impermeabilidade do solo, precisa levar em conta uma série de outros ingrediente, e era muito difícil [...]. Então acho que nós estamos em um processo de criar metodologias e mesmo até métodos que façam essas interfaces conversarem um pouco [...] eu acho que SIG, geoprocessamento tem se aproximado bastante disso, mas sempre chega numa hora que relações de poder e coisas desse tipo, que não reduziáveis a números, então acho que a gente tem que pensar em uma pluralidade de métodos, sem que eles sejam um contra o outro, temos que tentar sobrepor-los da melhor maneira possível. (Heloísa Soares de Moura Costa, 15/12/2023)

Os trechos a seguir destacam questões relativas à totalidade e riscos de fragmentação da disciplina, com trata M. A de Souza, ao defender a geografia como uma ciência do presente (espaço-tempo), mas que é alvo de processos de “fragmentação e desconstrução irresponsáveis”. Conforme apreende-se, a fragmentação da disciplina não está dissociada de questões de ordem políticas.

Glória Alves rejeita uma leitura economicista do marxismo, assim como uma fenomenologia individualista (“o que ‘eu’ acho”), o que para a entrevista é signo de um engessamento, e destaca, a partir de uma leitura de H. Lefebvre, a subjetividade coletiva. F. Scarlato afirma que seu diálogo para com a fenomenologia não resulta em abandono do marxismo, e que sua postura está pautada em um pluralismo, e não em ecletismo.

A preocupação com a perda da totalidade e o reconhecimento que a geografia se encontra ou expressa uma fragmentação, perpassa a entrevista de alguns docentes (M. A. de Souza, P. Godoy). Da mesma forma que a rejeição a radicalismos, como o marxismo dogmático (F. Scarlato), ou a forma como a fenomenologia, em algumas situações, é trabalhada (G. Alves). Quanto às divergências, elenca-se a própria interpretação sobre o que é ecletismo: para M. A. de Souza, a geografia não prescinde do ecletismo, enquanto P. R. Godoy rejeita o ecletismo metodológico sem coerência interna e convergência para com o todo, sendo estudos fragmentados.

Como envolver temáticas de estudos contemporâneos, como raça e gênero sem cair em reducionismos ou aprofundar fragmentações e perda da totalidade, e como garantir uma coerência teórica-metódica em leituras amparadas em perspectivas plurais, emergem enquanto reflexões das entrevistas.

A geografia é uma ciência do presente importantíssima, porque o mundo do presente finalmente ele é espaço-tempo, juntos. Então nós é que sabemos, e Milton foi pioneiro; então quem não estiver fazendo isso, não vai ter vez. E se você verificar, politicamente, na AGB e na ANPEGE há uma retomada reacionária e conservadora do ponto de vista paradigmático da geografia física. E eu digo sempre que a geografia, o processo de fragmentação [...] há o processo de fragmentação dela, tal como se fala: urbano, regional, energia,

indústria [...] aí esse processo de fragmentação irresponsável no século XXI, há um processo de desconstrução da nossa prática, porque nós vamos ser deixados de lado. (Maria Adélia de Souza, 15/11/2022)

Penso que há um problema que eu chamaria de engessamento. Uma coisa falar do marxismo, que só se preocupa com o economicismo. Nessa perspectiva eu não trabalho, eu trabalho numa perspectiva “lefebvriana”. Muita gente até chama o Lefebvre de fenomenológico. Porque ele leva em consideração o subjetivo. Mas de que subjetivo ele está falando? Está falando de um subjetivo que é coletivo, não é o individual. E isso aproxima dessa ideia de humanismo? Sim. O complicado, aí eu vou falar, é o que você chama de, vou pegar principalmente a forma como muita gente utiliza hoje a fenomenologia. Que fica sendo o que “eu” acho, como se “eu” fosse um único ser, um mundo. Não é. (Glória Anunciação Alves, 03/11/2022)

A Geografia não pode prescindir da ecleticidade, daí a necessidade [...] teria que ter um grupo [...] sério de discussão epistemológica da geografia e o que vai ser o futuro dela; não é para discutir a cidade, é para praticar os estudos geográficos porque o nosso objeto diz respeito a uma totalidade em movimento. Você quer algo mais eclético do que a totalidade em movimento, do que trabalho do espaço geográfico? Por isso que somos eruditos ou não somos geógrafos [...]. (Maria Adélia de Souza, 15/11/2022)

Não diria eclético, eu diria plural. Uma abordagem plural da ciência, não se prender a um método só. Eu já fui alguém comprometido fundamentalmente com o materialismo histórico, hoje eu tento dialogar com a fenomenologia e não me sinto traidor do marxismo. (Francisco Capuano Scarlato, 14/11/2022)

Então, acho que aí cria esse momento de inflexão, nos anos 90. Nos anos 2000 começa a aparecer na geografia urbana pesquisas muito específicas. Raramente vai tratar temas de urbanização no Brasil, as cidades na América Latina, urbanização na América Latina, a economia urbana. Então, elas vão cada vez mais fechando o leque, o foco para questões, aí vem movimentos, vem questões das territorialidades, das representações, da cultura. Vários aspectos culturais que se realizam essencialmente nas cidades. E o foco vai fechando. E aí começa a aparecer, no que eu vejo, o que chamamos de pluralismo metodológico, ou ecletismo metodológico. Então, no mesmo trabalho sobre uma cidade, você traz elementos que não têm uma coerência interna, não há convergência entre eles, e cada um deles vai ser tratado dentro de um conjunto de procedimentos metodológicos que não há amarração todo. São extremamente fragmentados. Aparece o processo que já existia de gentrificação, que vai ser um tema também, questão de revitalização urbana, do urbanismo, e vai criando cada vez mais especialidades. E vai perdendo a visão justamente do todo. (Paulo Roberto Teixeira Godoy, 22/11/2025)

O quadro 6 almeja sistematizar e expor algumas observações das entrevistas semiestruturadas que foram consideradas relevantes.

Quadro 6 – Apreensões dos/as entrevistados/as em teoria e método e orientações geográficas – Região Sudeste

Teoria e método: influências, entendimentos e contribuições

Teoria: mediação entre abstração e realidade; guia de interpretação, leitura e explicação da realidade; expressa capacidade de abstração e generalização; campo de fundamentação do pensamento; reprodução ideal do movimento real;

Método: processo dinâmico; caminho; mediador da relação sujeito-objeto (dialética); dinâmica interna do objeto;

Movimento da aparência a essência;

Contribuições de tendências diversas na apreensão da realidade.

Prática geográfica e reflexões atuais

Operação da categoria de totalidade;

Apreensão e leitura do método sem dogmatismo;

Aproximação do objeto e da realidade para construção da teoria e do método;

Relevância do empírico e dos trabalhos de campo;

Busca por uma *práxis*.

Tendências de estudos voltados ao materialismo histórico-dialético e a fenomenologia;

Momento de reflexão sobre novas metodologias e novos métodos;

Momento de pluralismo de leituras e correntes teóricas.

Apontamentos e riscos à geografia

Fragmentação disciplinar;

Ecletismo não assumido;

Perda de relevância da geografia;

Diferenciação entre método e metodologia;

Teoria e método não estão vinculados a uma disciplina;

Engessamento da teoria e do método;

Repetitividade de ideias e autores;

Reconhecimento dos limites do método;

Diminuição de estudos abrangentes.

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

Visando uma síntese sobre apreensões em teoria e o método na região Sudeste, destaca-se as seguintes reflexões, pautadas em posicionamentos dos entrevistados. A. Damiani defende uma apreensão dialética inspirada em Hegel e Marx, além de influenciada pelo pensamento de Henri Lefebvre, criticando o empirismo vazio e o ecletismo, e valorizando a totalidade histórica. D. Sanfelici afirma as potencialidades de um pluralismo de perspectivas teóricas, reconhecendo, no entanto, que nem todos os métodos possuem condições de aproximação; além disso, rejeita dogmatismos e defende uma maior flexibilidade metodológica.

E. Sposito, ressalta uma distinção clara e importante entre método (filosófico) e metodologia (procedimentos), ressaltando estudos pautados no materialismo histórico, na fenomenologia e no neopositivismo. G. Alves, amparada na perspectiva de H. Lefebvre, discute acerca de uma subjetividade coletiva, para além o marxismo economicista e da

fenomenologia de caráter individualista. M. A. de Souza, a partir do pensamento de Milton Santos, destaca a interação espaço-tempo contemporânea e propõe um ecletismo (e a erudição) como caminhos para captar a totalidade, em desfavor da fragmentação disciplinar.

Para P. R. Godoy, o método está associado a dinâmica interna do objeto, exigindo amarração ou aproximação teórica. E. Limonad, por sua vez, afirma não haver um método geográfico e diz que a construção do objeto é o diferencial. F. Scarlato expressa um movimento pessoal, de reflexões marxistas a uma leitura pluralista, em que o diálogo entre correntes deve se estruturar de maneira coerente.

Dadas estas considerações, acredita-se que o panorama de teoria e do método a partir das universidades em que foram realizadas as entrevistas no Sudeste, perpassa uma diversidade teórica, marcada por uma forte tradição marxista, embora com tensionamentos e aberturas para se pensar em um pluralismo teórico e novas epistemologias. Para tanto, e emergindo como desafios metodológicos, é necessário reconhecer os riscos de fragmentação da disciplina e a relevância de análises que integrem apreensões captadas na escala micro e macro. Quanto a potenciais avanços, é possível ressaltar a incorporação de temas emergentes e as leituras que apontam a possibilidade de diálogos, contribuições e proposições de novos métodos ou metodologias, sem serem representativas de um ecletismo vazio e superficial, potencial elemento de perda da relevância política e acadêmica da disciplina.

5.2 Teoria e método em Geografia, desde o Centro-Oeste do Brasil: crítica e pluralismo reconhecido nos estudos sobre a cidade e o urbano

No que tange às entrevistas realizadas em universidades da região Centro-oeste do país, na UnB e UFG, as apreensões em teoria e método apontam para reflexões, como a de Eguimar Chaveiro, que reconhece no método a identidade científica da geografia, em que a universidade emerge como um espaço de questionamento sistemático da realidade, cuja base desse processo se dá a partir da discussão teórico-metódica. Everaldo Costa apreende o método enquanto uma construção reflexiva tensionada através da relação empiria e filosofia, defendendo que a má compreensão da filosofia inerente ao espaço geográfico contribui para a “miserabilidade do mundo”.

F. Araújo Sobrinho destaca que teoria e método são profundamente articulados, e ressalta a diferença entre método e metodologia. João de Deus, por sua vez, reconhece teoria e método como base da racionalidade geográfica, permitindo que o pesquisador possa “entender seu lugar” na geografia, tendo em vista que o método seria, para o entrevistado, uma base filosófica que orienta o pensamento. Já Neio Campos, influenciado por Gaston Bachelard, destaca que a teoria surge de uma articulação lógica de conceitos, mediada pelo método – um caminho que favorece o desvendamento de um determinado objeto.

Para indicar potenciais aproximações entre os entrevistados, vale destacar: a teoria e o método como fundamentos da geografia (E. Chaveiro, J. de Deus, N. Campos); o método como articulação ou mediação entre filosofia e realidade (E. Costa, N. Campos); o método como um processo reflexivo, uma construção, e não como um dado fixo (E. Costa, F. Araújo Sobrinho); a rejeição e a crítica ao reducionismo empírico do espaço geográfico como extensão, defendendo-o como uma categoria de pensamento (E. Costa, N. Campos). Considerando trechos das entrevistas,

A teoria e o método são o mais importante. Porque a teoria e o método são o campo que da identidade e pertencimento a esse saber chamado científico. Outros saberes, de pessoas analfabetas, têm seu valor também [...] e tem sua realização. Mas no campo da ciência o que dá o pertencimento, “eu sou cientista”, está ligado a teoria e método – estou no juízo de valor ainda. Quando um campo de saber, geografia, história, literatura, qualquer um, nega a teoria e o método [...] há uma negação, de fato está negando o pensamento esquemático [...], está negando aquilo que é o principal da escola, que é interrogar tudo o que existe no mundo real humano e na cabeça real humana. A escola, especialmente a universidade é o lugar de interrogação; a teoria e o método são o fundamento da interrogação sistemática das coisas que existem. (Eguimar Felício Chaveiro, 05/12/2023)

O método em Geografia é uma construção, eu sempre digo isso. O método não é um dado. O método ele se constitui como um processo reflexivo tensionado do empírico, filosofia, pensamento e empiria, revisando-se mutuamente. [...]. Então, quando falamos em teoria e método em Geografia nós buscamos compreender a singularidade disciplinar; a singularidade geográfica por meio do empírico, construindo o método geográfico, uma construção que se aproxima para uns e se distancia para outros da filosofia. [...]. Aí vem a problemática que é a má compreensão do espaço geográfico enquanto categoria de pensamento e não como extensão, como o puro empírico. Então, eu entendo por teoria e método o tensionamento entre o pensamento, a consciência e a realidade vivida no mundo, desde os pressupostos de uma disciplina. [...]. A chave para a solução dos problemas do mundo está na capacidade que o indivíduo, o pensador, a pensadora têm de filosofar sobre o espaço geográfico face aos dramas da realidade. Isso para mim é muito claro: a miserabilidade do mundo decorre da má compreensão filosófica do espaço, entendendo a filosofia de uma forma ampla e não restrita a concepção ocidental, pensando a filosofia como um permanente indagar do mundo e das formas de existência. (Everaldo Batista da Costa, 29/04/2025)

Olha, eu acho que a teoria, você tem correntes de pensamento geográfico que criam explicações teóricas sobre a realidade, sobre o objeto distinto. Então, por exemplo, quando a gente fala do materialismo histórico-dialético, é uma corrente de pensamento, uma explicação teórica de como a cidade funciona. Quando a gente fala, por exemplo, da geografia da percepção, dessa questão da geografia humanista, a gente vai trabalhar no Douglas Pierce, no que as pessoas entendem, qual é a leitura que elas fazem das cidades. A leitura verbal e não verbal, como é que a cidade se reflete para a população, para as pessoas. [...]. Não existe método sem teoria. Não tem como. Não começamos a fazer uma pesquisa sobre a cidade a partir do nada. Ou seja, tem que ter algum método, alguma corrente de pensamento que fundamente esta teoria sobre a cidade. Então, eu vejo que teoria e método estão profundamente articulados. A teoria como uma concepção e o método, vamos dizer, como uma organização dessa concepção, te dando as categorias de análise para a interpretação daquele problema, daquele recorte. A metodologia, que não é a mesma coisa na minha concepção que método, a metodologia é a operacionalização do método. (Fernando Luiz Araújo Sobrinho, 06/05/2025)

Na verdade, eu considero a teoria e o método uma das áreas mais importantes da geografia, porque ela é a base da racionalidade, [...] é a partir da teoria e do método que você consegue entender o seu lugar dentro desse emaranhado da geografia, porque você sabe o que você é. Como assim? A geografia[...] o método é a base filosófica da qual você vai tratar o pensamento, então você vai [...] filosoficamente você vai ter uma base de alguns teóricos e a partir daí você vai construir sua racionalidade dentro da ciência, por isso que a teoria e o método são importantes. (João Batista de Deus, 04/12/2023)

A teoria é a compreensão que você tem a partir de uma reflexão sistematizada e abrangente de como se configura um determinado objeto. Você só consegue fazer essa reflexão e sistematizar com articulação de conceitos. Os conceitos, eu diria que são como se fossem

os tijolos que formam a teoria, os conceitos articulados vão formar uma teorização. Mas o processo de articulação desses conceitos requer o método não apenas como técnica, mas o método como articulação lógica que procura desvendar um determinado objeto. Então, o método é o caminho que faz você articular um conjunto de conceitos que permite uma compreensão ampla de um determinado objeto. Eu não vejo o método em si, o método tem que estar ligado a uma fundamentação teórica, porque o método é sempre o caminho. Para mim, se você for olhar o método em si, ele vira uma técnica [...]. Na minha compreensão, que é fundamentada em Gaston Bachelard. O método é esse caminho que faz articulação entre os conceitos que iluminam um determinado objeto, e para virar uma teoria precisa ter uma articulação ampla, não é apenas acerca de um caso, mas é a partir de um determinado objeto que você quer ter uma interpretação da realidade. (Neio Lucio de Oliveira Campos, 29/04/2025)

Apreende-se, ainda que implicitamente, o risco de perda da totalidade pelo entendimento equivocado da teoria e do método em geografia, que está associado à necessidade de uma leitura clara sobre a distinção entre método (de fundamento filosófico) e metodologia (operacionalização de técnicas para a análise), como bem enfatiza Everaldo Costa. A compreensão e o resgate da dimensão filosófica parece emergir como um caminho fortuito para uma *práxis* geográfica que pense e reflita sobre o espaço geográfico, considerando as teorias e os métodos não como instrumentos ou técnicas, mas como potenciais elementos para apreensão e transformação do real concreto, viés claro para E. Costa.

Em diálogo, a relação entre teoria e empiria na geografia é considerada indissociável por E. Chaveiro, para quem a separação promove uma teoria “etérea” e uma apreensão superficial do real, de forma que questiona tanto o empiricismo quanto o discurso teorista, que empobrecem a geografia. E. Costa, seguindo Maurício de Almeida Abreu, elenca uma crítica à teoria crítica radical, destacando, em muitos casos, a perda do empírico ou o encaminhamento contrário, o esforço por uma “metafísica espacial”. Para Everaldo Costa, as mudanças do mundo real, através da aproximação com o empírico, devem orientar a constante revisão da teoria e do método, evitando a produção de estudos identitários ou culturalistas que percam a capacidade de totalização do objeto vinculado a geografia.

N. Campos, por sua vez, reconhece a geografia como uma ciência da existência, em que teoria e empiria são retroalimentadas. Para o entrevistado, empiria não é sinônimo de observação passiva, uma vez que a apreensão empírica se manifesta através de uma fundamentação teórica.

Do ponto de vista pedagógico, não se apreende a teoria desvinculada do real; o deslocamento de qualquer discurso do real [...] ou descolar a teoria do real, transforma a teoria em coisa etérea e deixa o real só na dimensão mais superficial. A superfície do real é só uma parte, o real é real porque é formado de nexos, de determinações, de ligações. Portanto a plausibilidade da teoria está no concreto e o concreto pode ser interpretado, revelado, constituído discursivamente com a teoria. Houve um momento em que a ênfase era no empirismo, e a teoria fica empobrecida. E houve um momento que a ênfase era no discurso, e a empiria não se foi colocada. O espírito geográfico é aquele que tenta olhar o mundo empírico com teoria nos olhos, e levantar poeira do chão com as mãos para que a teoria desperte. (Eguimar Felício Chaveiro, 05/12/2023)

A relação teoria e empiria é outro aspecto fundamental a se destacar, e aí eu concordo com o Maurício de Almeida Abreu que, em um de seus estudos quando ele vai fazer a crítica a teoria crítica radical, alegando que a Geografia urbana pautada nesta teoria crítica radical, tendeu ou tende, a abandonar o empírico e as mudanças do mundo, numa dimensão que se aproxima da própria metafísica, de uma metafísica espacial. A dificuldade em se aterrirar e revisar a própria teoria é muito grande. Para Maurício de Almeida Abreu, e eu estou de acordo com ele, é necessário um esforço dentro da teoria crítica em não abstrair o sujeito na reflexão sobre a cidade, e ao mesmo tempo não produzir trabalhos que sejam identitários, culturalistas, que percam a capacidade de totalização do objeto vinculado a Geografia. Essa relação teoria-empiria é crucial nesse constructo da geografia urbana atual, que não deve perder, especialmente desde a teoria crítica, o teórico crítico e, muito menos, as mudanças do mundo expressas no cotidiano. E a nossa tese, com Maurício de Abreu, é que esse empírico se perde em muitos casos, perdendo a potencialidade explicativa do mundo, precisamos ver o mundo epistêmica e ontologicamente. Ou seja, peca-se também em nome da teoria pela teoria. Ao passo que, antigamente, na ótica positivista e neopositivista, se pecava por meio de uma teoria lógica ou de conceitos lógicos ou de uma concepção lógica do espaço, cartesiana. Então, quero dizer, a teoria crítica tem potencial e é necessária, mas ela precisa avançar em relação a sua revisão vinculada a esse movimento do mundo do presente, sendo a Geografia uma ciência atual do presente. Entendo a Geografia, o método em Geografia, necessariamente, revisado desde o empírico. (Everaldo Batista da Costa, 29/04/2025)

É próprio do nosso campo, e que nos difere de uma sociologia, de uma antropologia. Nós temos essa questão da empiria junto com a teoria, ou seja, não há uma empiria pura, porque lá o que havia era muito aquela coisa da discussão, mas é empiria no sentido de despertar questões importantes para aprofundar a sua teoria, sua compreensão teórica. Então eu vejo que esse imbricamento entre teoria e empiria na Geografia, qualquer Geografia, e na Geografia urbana é fundamental, porque todos nós somos urbanos. Como é que vamos teorizar? Nós vamos ser esquizofrênicos, pensar só no abstrato, e a gente que vive o urbano não está ali? Eu vejo como sendo bastante indissociável, um alimento outro: nem é só o empírico pelo empírico, tampouco o teórico pelo teórico. Às vezes pode até virar o teórico mais puro, se você está numa tarefa ou em uma busca, se está instigado para estabelecer um novo campo, um pensar que se aproximaria de um pensar

epistemológico, que é da filosofia. Ao estabelecer um novo campo você pode fazer isso. Mas na maior parte das nossas tarefas de pesquisa, estão imbricados, porque é a Geografia, é a ciência da existência. Eu não vejo como separar, eles se retroalimentam. O empírico não é dado a nossa compreensão pela observação, isso é um grande engano. A informação é para você alimentar uma compreensão da sua fundamentação teórica, a informação ilumina a sua [...], mas se você for só buscar a partir do que você vê, você vai ver o aparente, não vai ver profundamente. Essa relação é intrínseca. (Neio Lucio de Oliveira Campos, 29/04/2025)

A teoria e a empiria devem ser apreendidas em movimento. Trata-se, portanto, de “reconhecer o empírico enquanto um momento de revisão das teorias e dos métodos”, como afirma Everaldo Costa em seus estudo e pauta na entrevista, considerando que o espaço geográfico não é neutro e que suas dinâmicas estão diretamente vinculadas ao mundo real. Neste sentido, acredita-se que as discussões a respeito da teoria e do método em favor do entendimento sobre a cidade e o urbano no país perpassam, conforme E. Chaveiro, o reconhecimento de que o intelectual deve operar a orientação teórica ou de método que o sirva daquilo que necessita para a interpretação do presente, sem se prender a rótulos.

João de Deus destaca a complexidade do urbano e entende que a cidade exige múltiplas abordagens, reconhecendo, por exemplo, a diversidade cultural e de modos de vida da/na cidade. Frente a essa diversidade e ao aspecto multifacetado das cidades e do urbano, N. Campos destaca, sem hierarquização, quatro tendências em geografia urbana: ainda uma orientação de viés positivista; de abordagem sistêmica; de geografia crítica/radical; e de uma geografia da subjetividade, de base humanista ou comportamental. Para o entrevistado, uma mudança que identifica nos estudos sobre a cidade perpassa a incorporação do sujeito. Acredita-se que uma abertura teórica e metódica seja fundamental ao entendimento da complexidade das relações e dos eventos que alcançam a cidade e o urbano no país e no mundo.

Apresentando trechos das entrevistas:

[...] o intelectual que está olhando o presente, que quer interpretar os problemas do presente, aquilo que pega num contexto histórico e espacial, a minha posição é que ele precisa se servir daquilo que ajuda a fazer a interpretação. Eu sou muito e diretamente influenciado por Milton Santos, eu não me interesso muito pelo que as pessoas me classificam, talvez eu até discorde um pouco da classificação [...] eu me interesso muito pela minha voz, se minha voz tem uma lucidez, se minha interpretação é razoável, de onde eu tirei isso [...]. Se o Heidegger pode ser uma contribuição, se o Hegel pode ser uma contribuição, se o Kant, se o Platão, se o neopositivismo pode contribuir de alguma forma, eu acho que sim. Sob o ponto de vista do

enlace do poder, da ideologia ou da política, sim. (Eguimar Felício Chaveiro, 05/12/2023)

Hoje você pensa o urbano de forma multifacetada, então você tem, por exemplo, na questão cultural: não tem como você não tratar da questão fenomenológica, é uma área importante para pensar a cidade. [...] Então você vai pegar por exemplo a questão cultural: é fundamental para você pensar a cidade e pensar a questão da juventude, a questão da música. [...]. São muitas culturas, muitos modos de vida na cidade, então assim, para estudar isso, você tem que trabalhar com a geografia cultural, ela é fundamental para pensar a cidade, pensar como esses movimentos acontecem, o hip hop por exemplo. Outra coisa que não sabia: tem manifestações folclóricas que aconteciam no campo e muitas delas acontecem em Goiânia, na periferia, como a folia de reis. Então assim, como você estuda isso? Você tem que tratar isso [...] veja: a cidade é muito complexa para ficar em uma análise só, de uma forma só de pensar, então nós temos que ter várias geografias para você conseguir pensar a cidade, por conta dessa complexidade que é a cidade. Eu dei o exemplo da cultura, mas tem vários outros exemplos. Uma coisa que é pouco estudada na geografia, e está ligada a questão da fenomenologia, é a paisagem: a paisagem urbana, que está ligada a questão da arte, que é muito pouco [...] a paisagem foi muito [...] hoje é [...] a arquitetura que discute muito mais, a arquitetura e a arte, discutem mais isso que a geografia. (João Batista de Deus, 04/12/2023)

Na Geografia brasileira então eu identifico uma Geografia urbana ainda dominada pelo positivismo clássico, pessoas que ainda trabalham mesmo com os cânones do positivismo; uma Geografia que trabalha com as bases sistêmicas, e aí essa é uma Geografia que dialoga com o estruturalismo e coisas desse tipo, se você for pegar um livro de Geografia urbana da fase da Geografia teórica o que tem lá são modelos, que vem epistemologicamente do estruturalismo, modelos que são abertos, mas são modelos; uma Geografia com base social, que é a Geografia crítica ou se você quiser a Geografia radical. Na Geografia urbana eu vejo essas três tendências. Agora vejo a presença mais recente de uma Geografia ligada à uma discussão da subjetividade, seja ela a partir da visão comportamentalista seja ela numa visão mais humanista mesmo, em que o sujeito começa a ter uma presença mais forte, não só as grandes teorias. (Neio Lucio de Oliveira Campos, 29/04/2025)

Dos trechos a seguir, se apreende e se reforça a teoria e o método como fundamentos do pensamento crítico, de forma que negá-los é a própria negação da capacidade de questionamento, segundo E. Chaveiro. Para o entrevistado, a crítica é um processo de interrogação sistemática do objeto e dos métodos. No mesmo sentido, N. Campos destaca o surgimento de novas abordagens em geografia e aponta uma maturidade teórica da disciplina, que é marcada por uma coexistência e simultaneidade de escolas de pensamento. Já R. Sanzio dos Anjos critica o atraso da geografia brasileira na incorporação de saberes indígenas e africanos, elencando com desafios contemporâneos e futuros contemplar e reconhecer a complexa diversidade do Brasil real.

Negar teoria e método é negar o pensamento. E nega-se o pensamento e nega-se o sentido crítico, que é o elemento central da teoria e do método. E crítico [...] não é, em ciência ou filosofia, falar mal ou reclamar; isso não é crítica [...] crítica é o expediente da teoria e do método que é capaz de interrogar um objeto e seus métodos [...] isso é crítica. Crítica não é repelir ou aderir. A crítica sob a base da teoria e do método é a própria constituição da razão. O pensamento é constitutivamente crítico, é constitutivamente descontente. Quando uma pessoa repete, repete, repete, os poderes constituídos gostam da repetição, dos slogans, dos jargões, das respostas prontas, das crenças apaziguadoras da fé. A ciência não gosta da fé, ela gosta da interrogação; esse é o papel da crítica, que é o papel da teoria e método. (Eguimar Felício Chaveiro, 05/12/2023)

A Geografia está ganhando cada vez mais uma maturidade teórica. A maturidade teórica de uma ciência enseja abordagens epistemológicas distintas. Então eu vejo com muito otimismo, eu sou otimista com relação à teoria geográfica, porque eu vejo cada vez mais jovens geógrafos formados com base teórica boa, e que isso vai ensejando novas abordagens. [...]. A formulação teórica, posso até estar enganado, mas penso que está crescendo. Isso vai ensejar mais perspectivas, que depois podem até formar escolas de pensamento. Por exemplo, essa discussão mais existencialista, há uma Geografia existencialista e eu penso que isso é um campo fértil do ponto de vista da epistemologia da Geografia, porque Milton Santos dialogou com isso. [...]. Então eu penso que estão se formando vários pesquisadores dentro dessa concepção de Geografia existencialista, Geografia em que o sujeito ganha uma expressão e tem várias pesquisas em cima disso: geografia das mulheres, geografia dos negros [...] que são manifestações que ainda estão, digamos, como temáticas, mas penso que em algum momento isso vai ganhar um corpus de uma abordagem. Eu espero que sim. Se me pergunta qual é a minha esperança eu digo que é isso, ver surgir ao mesmo lado das outras epistemologias que eu identifico em Geografia, fenomenologia, modelos geográficos, Geografia social radical, Geografia teórica e por aí vai, eu gostaria muito de ver estudos que formem corpos de uma abordagem, que seria uma Geografia existencialista. (Neio Lucio de Oliveira Campos, 29/04/2025)

Estes pontos são pertinentes e necessários porque nos remetem a uma pergunta básica: de que geografia do Brasil estamos se referindo? A que esteve a serviço do Estado desde os seus primórdios? A geografia construída próxima e buscando atender à geopolítica do Brasil em formação precisa ser lembrada para entendermos as teorias e os métodos. Por que a geografia brasileira demorou quase um século e meio para incorporar na sua perspectiva a geografia construída e edificada pelo povos indígenas e africanos e descendentes no país? Como os nossos métodos, conceitos e teorias invisibilizaram estes componentes da geografia real durante tanto tempo? E evidentemente, as cidades, o urbano sentem e passam por estas dificuldades teóricas – conceituais e metodológicas. Atualmente conceitos como “território negro” é um fato e a constatação de que a desigualdade espacial tem uma matriz étnica dominante. E as políticas reparatórias espaciais necessárias nas cidades marcadas pelos séculos de sistema escravista no país? Como vamos lidar? Nestas mudanças de perspectivas de leitura, interpretação e intervenção no espaço geográfico brasileiro

estão os nossos maiores desafios contemporâneos e do futuro próximo, ou seja, sem contemplar a complexa diversidade espacial do Brasil real, não avançamos, enquanto ciência! (Rafael Sanzio Araújo dos Anjos, 22/05/2025)

O quadro 7 almeja expor, de forma sintética, algumas reflexões ou questionamentos que perpassaram as discussões em teoria e método nas entrevistas realizadas na região Centro-oeste.

Quadro 7 – Apreensões dos/as entrevistados/as em teoria e método e orientações geográficas – Região Centro-Oeste

<p>Teoria e método: influências, entendimentos e contribuições</p> <p>Pilares na constituição da geografia como ciência; profundamente articulados; base da racionalidade científica; Promotores de identidade e pertencimento disciplinar; Teoria: articulação de conceitos; compreensão a partir de reflexões sistematizadas e abrangentes do objeto; vinculada ao real; Método: processo de reflexão e mediação entre pensamento e realidade; vinculado a bases filosóficas; Contribuições de tendências diversas na apreensão da realidade.</p>
<p>Prática geográfica e reflexões atuais</p> <p>Constituição do método no tensionamento com o empírico; Método como elemento de transformação do real-concreto; Conhecimento geográfico consolidado na interface entre o pensamento abstrato e a realidade concreta; O empírico não alcança a compreensão pela observação; Presença de tendências de método associadas a crítica radical, ao (neo)positivista e ao existencialismo/fenomenologia; Emergência de novos conceitos e perspectivas (indígenas, afrodescendentes); destaque ao sujeito; <i>Práxis</i> geográfica na revisão de teorias e alcance do real.</p>
<p>Apontamentos e riscos à geografia</p> <p>Críticas ao reducionismo da disciplina; Negar teoria e método é negação do pensamento esquemático; Má compreensão do espaço geográfico como categoria de pensamento; Risco de perda da totalidade; Necessidade de distinção entre método e metodologia; Atenção ante o empiricismo e o teoricismo; Crítica radical e tendência de abandono do empírico; Atenção a estudos identitários e culturalistas.</p>

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

No caminho de uma síntese, que venha a propor discussões a respeito do panorama da teoria e do método amadurecidos com docentes da região Centro-Oeste do país, destaca-se uma leitura alicerçada do pensamento crítico, indispensável para interrogação e questionamento da realidade (E. Chaveiro). Também, apreende-se o método como um

tensionamento entre filosofia e empiria, acompanhado de preocupações ante abstrações desconectadas do real (E. Costa). Orientações teóricas que incorporem pensamentos não ocidentalizados também perpassam as reflexões na respectiva região (R. Sanzio; E. Costa).

Dessa forma, acredita-se que os desafios vinculados à teoria e método na região Centro-Oeste do país, trazem considerações e posturas que indicam e apontam a um entendimento da teoria enquanto um elemento interrogativo, plural e contra colonial; o método, por sua vez, é lido ante a flexibilidade e o ancoramento no real concreto, favorecendo o reconhecimento da amplitude cultural das cidades e dos diversos modos de ser e estar no urbano, com claro vínculo às categorias disciplinares.

5.3 Geografia nordestina: teoria crítica, tensões e aberturas teórico-metódicas nos estudos sobre a cidade e o urbano

As entrevistas realizadas com professores (as) na Região Nordeste do país os seguintes centro universitários: UFBA, UFRN, UFC, UFPE e UFPB. A respeito dos entendimentos sobre teoria e método, Nilo A. de Almeida destaca que o método não é exclusivo da geografia, mas sim, representativo de uma visão de mundo, diretamente relacionado à teoria, que compreende como o arranjo dos conceitos, que são datados. Além disso, o entrevistado problematiza a fragmentação da geografia ante a falta de um projeto nacional de desenvolvimento.

José Borzacchiello, por sua vez, reconhece a teoria associada à explicação de fenômenos e enfatiza o método enquanto a aplicação prática da teoria. Doralice S. Maia, também afirma que o método não é disciplinar, estando vinculado a um conhecimento universal. A entrevistada ainda critica a falta de formação filosófica básica na geografia, o que dificulta o entendimento e o ensino de teoria e método. Eugênia Dantas, por sua vez, orienta uma abordagem ante a realidade que garanta que ela “fale por si”, defendendo uma postura mais aberta e dinâmica como sendo o mais salutar para a apreensão do movimento desta realidade.

O método como algo mais amplo que a disciplina geográfica (N. de Almeida, D. Maia, E. Dantas), a crítica à fragmentação da disciplina associada a falta de bases filosóficas e a uma abordagem reducionista na geografia (N. de Almeida, D. Maia) e a interligação entre teoria e método (J. Borzacchiello, N. de Almeida) emergem enquanto questões gerais que perpassaram as entrevistas. Considerando trechos das entrevistas semiestruturadas,

O método não está sujeito a geografia, para começar. O método é caminho, visão de mundo. A própria palavra quer dizer isso. É uma visão de mundo. A geografia é algo também, é uma comunidade, mas a gente estuda o espaço. E a gente teve que adjetivar o espaço. [...]. Há uma confusão e a gente acabou adjetivando de espaço geográfico. Volto ao Milton Santos, que trouxe essa definição de método que o espaço é um sistema de objetos e de ações indissociáveis. E aí você tem uma totalidade. [...]. É a visão de mundo. No caso, eu utilizo a direção do materialismo histórico-dialético e, às vezes, acho interessante a fenomenologia. Eu acho que, em algumas situações, a fenomenologia também é interessante. Mas existem outras. Agora, a teoria em si decorre do método, porque a teoria é o arranjo de conceitos. E os conceitos são as palavras. Faladas ou escritas. Eles são datados. Diferente das categorias mais universais. Por isso que o método é importante. (Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida, 19/05/2025)

Como no plano da racionalidade você vai compreender, tentar explicar a partir da racionalidade como ocorre determinado fenômeno, seja ele físico, químico, seja ele ligado ao campo da ciência, e não da especulação que é a filosofia. Então, é aquele com caráter científico. Você está diante de um dado fenômeno, então você vai querer compreender por que ocorre aquele fenômeno. Quando você indaga, você está buscando explicar. Quando você então chega a um nível de explicação, você chega a uma teoria. Você teoriza sobre aquele fenômeno, vai verificar se ele é único ou se ocorre em processo, e vai tentar acompanhar o processo, a temporalidade do fenômeno. Aí você está trabalhando na perspectiva de uma teoria, e quando essa teoria é comprovada você vai chegar à lei. Vai chegar a uma lei mais geral, vai garantir o estatuto de cientificidade àquela área do conhecimento científico. [...]. Teoria e método estão juntos, não se separam, porque você vai conduzir os procedimentos fundados na teoria para explicar a ocorrência, a permanência, a persistência daquele fenômeno. Então o método, esse modo de fazer, é o modo de aplicar a teoria. A teoria é explicativa e o método vai ser o detalhe daquela explicação da teoria. (José Borzacchiello da Silva, 24/04/2025)

Eu acho que o método não é essencialmente da geografia, não vejo assim, eu vejo o método como algo mais abrangente, ou seja, é aquele que vai definir muito o pensamento, e vejo que ele não é disciplinar, não é domínio, nem é propriedade de uma única disciplina, ele é do conhecimento, e eu penso o conhecimento como universal também. Então, pensar teoria e método em geografia requer que você leve [...] aqui eu estou pensando quando a gente tem que dar essa matéria na geografia. Como é difícil, porque não tem mais a formação básica da filosofia, que eu acho que seria fundamental para esse entendimento, é muito mais difícil você trabalhar o que seria teoria e método na própria geografia, fazer para os alunos pensarem. Porque ela requer sim um conhecimento prévio do que é essa formação, a construção do pensamento, a construção do próprio conhecimento, que não se restringe também ao conhecimento científico, mas como que o conhecimento vai se constituindo. (Doralice Sátyro Maia, 22/05/2025)

Embora, o que eu vou dizer aqui, possa ter um nome associado a um método, eu não quero colocar esse nome como sendo um método. Entendeu? Mas o que lhe permite aproximar-se mais da realidade, já que nós não podemos nunca falar da realidade como ela é? Porque a realidade, assim como a minha fala, é dinâmica. Nada estaciona para que você se aproxime dele, para que a possibilidade de falar dele estacionado. Nada está estacionado. As coisas estão em movimento. Então, o que é que acontece? Qual é a estratégia? Na minha visão, o que é mais salutar se fazer hoje? É escolher do que vai estudar, transformá-lo numa realidade fenomênica. E o que é que significa isso? Deixar que aquilo fale, que aquilo venha, que aquilo possa assumir protagonismo. Diminuindo os nossos pontos de vista, diminuindo a nossa carga analítica, diminuindo, a priori, tudo isso. Primeiro, deixe que aquilo se expresse. Afinal, você disse que aquilo tem importância. (Eugênia Maria Dantas, 24/04/2025)

Em termos de teoria-empíria nós temos até metodologicamente essas propostas de escalas que ainda são marginais. Há uma dificuldade de aceitação porque a concepção de espaço está adjetivada e não substantivada. Falta de abordagem filosófica sobre as grandes categorias mais universais. Falta de entendimento de um projeto nacional. A necessidade de que haja um projeto de nação, de desenvolvimento. Então, é assim. Acho que a questão teórica e metodológica, até a teoria-empíria fica prejudicada. Pode se tornar ideologicamente regional, ideologicamente localista. Então, por exemplo, pratica-se uma teoria [...] a geografia urbana do Recife, a geografia urbana de São Paulo. Mas que fragmentação é essa? (Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida, 19/05/2025)

Nessa linha de discussão, E. Dantas defende que a geografia seja dialógica, ao considerar seu objeto, conforme apreende-se, como uma instância social. Ressalta ainda que não há sujeito dissociado do espaço geográfico e que os estudos urbanos e regionais devem considerar as múltiplas espacialidades do cotidiano. D. Maia, por sua vez, destaca a ocorrência de confusões envolvendo método e procedimentos metodológicos, estes últimos, considerados, hoje, pela entrevistada como sendo bastante diversos e interessantes, embora não descarte os riscos de reducionismo.

Considerando a leitura e o entendimento do panorama atual em teoria e método, E. Dantas reconhece uma hegemonia de tendência radical marxista, embora com flexibilidade e dentro de um modelo dialético. Em proximidade, A. Serpa considera o materialismo histórico-dialético como principal referencial da geografia urbana brasileira, de cunho marxista-lefebvriano, mas também ressalta a persistência de modelos clássicos e existência de uma geografia cultural materialista e fenomenológica.

Por sua vez, Pedro de Almeida Vasconcelos observa o impacto na geografia advindo das correntes “identitárias”, o que deslocaria o foco das cidade para o indivíduo. O entrevistado critica o que reconhece como uma fragmentação da disciplina e a perda de uma visão de conjunto. Uma mudança geracional em curso é apontada, assim como novas discussões e aproximações com a América Latina. Considerando trechos das entrevistas:

A geografia é uma ciência cuja grande característica deve ser aquela que ela estabelece dialogicamente. Porque a geografia lida com um objeto que ele é atravessador. Ele atravessa a economia, a psicologia, a própria geografia, atravessa todos os espaços. Mas a geografia tem que perguntar, então, o que é o espaço? O espaço é o espaço existencial. Esse espaço existencial é aquilo que está atravessando toda a minha condição. Portanto, ele é econômico. Ele é cultural. Ele é simbólico. Ele é tudo isso. Porque não existe um sujeito apartado de tudo isso. O sujeito apartado, dissociado, é um sujeito esquizofrênico. O sujeito que está dissociado do espaço, é um sujeito que não sabe

analisar, ele não sabe viver naquela unidade, ter aquele referente, mas, ao mesmo tempo que ele não tem, ele tem outros referentes que são espaciais. Então, o espaço, ele atravessa a nossa condição de ser. Portanto, os estudos urbanos regionais devem estar atentos, no século XXI, mais do que tudo, a essas múltiplas espacialidades que são recorrentes no nosso cotidiano, no nosso dia a dia. E que estão trazendo muitas coisas novas, muitas coisas interessantes. (Eugênia Maria Dantas, 24/04/2025)

Acho que a geografia urbana atual no Brasil se norteia, majoritariamente, por um referencial do materialismo histórico-dialético. É uma geografia de cunho marxista, lefebvriano, embora alguns outros autores possam aparecer com alguma força. Também determinados contextos. A gente tem, nessa perspectiva também, alguns estudos muito voltados para a economia política, a economia política da cidade. Essa ideia da produção do espaço urbano, da cidade capitalista, que é algo também muito recorrente há décadas. [...]. E isso, obviamente, embora exista geografia cultural materialista feita, de alguma maneira, em diálogo com a teoria marxista, e isso também se faz no Brasil, acho que eu faço isso um pouco. Também uma geografia dita mais ontológica, fenomenológica, embora isso eu veja ainda como algo muito particular e minoritário na geografia urbana que se faz no Brasil. Eu acho também que se você sai da escala do intraurbano e vai para a escala do interurbano, os modelos ainda estão muito presentes. Eu acho que esses estudos de rede urbana ainda são norteados por teorias e modelos conhecidos pelos geógrafos desde, pelo menos, os anos 50. (Angelo Szaniecki Perret Serpa, 16/05/2025)

Eu vejo os estudos urbanos com muitas tendências, mas eu vejo que ainda há uma hegemonia de uma tendência radical marxista. Eu ainda percebo uma hegemonia desses estudos, muito embora com flexibilidade, mas ainda com essa matriz voltada para um entendimento radical marxista, mas dentro de um modelo mais dialético, marxista de análise espacial. Vejo esse modelo ainda como hegemônico. Mas a gente tem diversas matrizes. Eu considero que estou, por vezes sou assim, por vezes sou de outro jeito, e me considero fazendo geografia. (Eugênia Maria Dantas, 24/04/2025)

Chegamos num momento atual em que a própria Geografia está impactada pelas novas, não digo nem pós-modernismo, mas pelas correntes identitárias, pelas questões de gênero, sexualidade, a questão racial, e o indivíduo passa a ser o centro, a cidade já não é mais o tema que atrai a tantos - eu estou sentindo essa perda. [...]. E aí você tem uma ligação nova agora com a América Latina, com a América de língua espanhola, sem falar das línguas indígenas, que tem uma discussão com decolonial (com s ou sem s) [...] que faz o contraste, faz quase a crítica geral ao que vem da Europa, dos Estados Unidos ou ao que vem do ocidente. [...]. E antes que eu esqueça, a Geografia está num processo de fragmentação, tem 70 grupos de trabalho no ENANPEGE, que disciplina é essa? Ela está perdendo identidade e se fragmentando. Hoje em dia a ruptura é mais difícil de ver, por que estamos dentro [...]. E você tem todas essas novas discussões atuais, mas que não são ainda dominantes. Estamos vendo um processo de mudança geracional e mudança de enfoque, mas sem fechar, está abrindo um pouco. Está ficando uma situação difícil porque não tem mais [...] as pessoas estão se especializando a tal ponto que a gente

não tem mais uma visão de conjunto. (Pedro de Almeida Vasconcelos, 11/04/2025)

Eu vou começar com uma não definição. Há muitas pesquisas que isso [o método] não está claro. É um problema. Quando você pede para falar um pouco do método, da própria pesquisa, do que vai orientar a pesquisa, as pessoas se restringem aos procedimentos e não ao método. Penso que há uma ausência de preocupação em definir o método. Se há uma diversidade, eu acho que atualmente há uma diversidade gigantesca. Ao mesmo tempo que há uma diversidade, é uma [...] há uma simplicidade que chega a ser quase um reducionismo, sabe? De não avançar. Se reduz a perspectiva de avanços nessa perspectiva. São propostas de pesquisas, às vezes, bastante interessantes, mas que não avançam muito na construção de novas ideias. Trazem informações interessantes, mas não avançam para que se repense, para que se pense a própria propositura daquilo que está se colocando como objetivo de pesquisa. (Doralice Sátyro Maia, 22/05/2025)

Apreende-se uma geografia urbana marcada pelo marxismo, mas com tendências de método (e temáticas) emergentes. A preocupação com a fragmentação da disciplina e a crítica à falta de unidade da geografia perpassam parte considerável das entrevistas, não somente no Nordeste. Nos trechos a seguir, A. Serpa destaca que o marxismo possui condições de análise de grandes estruturas e que é impossível renunciar a uma perspectiva materialista-histórica no Brasil contemporâneo. Entretanto, também destaca o fato de que há limites deste paradigma em captar a diversidade cultural e o “mundo vivido”, de forma que chega a refletir se o que acusam como sendo ecletismo, não é uma incompreensão da necessidade de novas teorias e novos métodos.

J. Borzacchiello diz que o desafio da geografia está na apreensão do simultâneo, daquilo que se aproxima teoricamente do real concreto, sem fragmentá-lo, como se se opera através da descrição que simplifica uma realidade dinâmica. E. Dantas reconhece que a realidade é diversa e a verdade plural, o que te permite a apreensão de múltiplas versões, ao deixarmos, na pesquisa, que o objeto “se apresente”. A crítica ao reducionismo temático e a defesa da totalidade, a partir de Milton Santos, emerge das considerações de N. de Almeida. O entendimento da complexidade que perpassa o real, limitações do paradigma marxista (apesar do reconhecimento de sua força explicativa) e a valorização da articulação em prol de diálogos interdisciplinares, perpassam as reflexões do entrevistados.

A partir de trechos das entrevistas,

Eu acredito, por exemplo, que determinadas escalas e momentos da pesquisa são mais apropriados em algumas temáticas. Você usar o método fenomenológico, você usar o método [...]. Penso que o marxismo dá conta de grandes estruturas, te dá uma boa visão de

sobrevoo, sobre um país tão diverso e desigual. Então, eu acho que é impossível você renunciar a uma perspectiva materialista, histórica, para entender o mundo contemporâneo e o Brasil contemporâneo. Mas a gente deve admitir que esse paradigma muitas vezes não dá conta do mundo vivido das pessoas, dá muito bem conta da desigualdade, mas muitas vezes tem dificuldade de pensar, teorizar, problematizar a imensa diversidade cultural de nossa cidade, nosso país. E acho que muitas vezes a gente esbarra em problemas de método mesmo, quando você tem um trabalho absolutamente marxista, que tem dificuldade de reconhecer e enxergar essa diversidade. Então, penso que muitas vezes essa acusação de ecletismo é incompreensão da necessidade de novas teorias, de novos métodos para dar conta de determinadas temáticas específicas. E a gente tem um momento muito particular no Brasil, nesse senso humano e social, que é uma reivindicação de perspectivas decoloniais. (Angelo Szaniecki Perret Serpa, 16/05/2025)

No rol das ciências a geografia está inserida seja lá no sentido original dela de descrição da terra, essa descrição que nos persegue até hoje, mas quando vou trabalhar a descrição eu tenho que dar conta da questão do método. O maior desafio do método é trabalhar entre o que é o simultâneo, como aprender o simultâneo. Aí começa o problema da geografia, porque ela fragmenta o simultâneo sempre quando faz a descrição. [...]. Isso é o maior problema de método das ciências e da geografia, como trabalhar a questão do simultâneo, apreender o que se aproxima teoricamente do real concreto. O nosso exercício constante é a busca do real concreto. (José Borzacchiello da Silva, 24/04/2025)

Hoje temos autores até então desconhecidos para muita gente, autores norte-americanos, autores negros norte-americanos, autores africanos. E isso começa, de certa forma, a aparecer também estudos que vão além da classe social e que pensam numa perspectiva interseccional de gênero, raça e classe. Algo que tem aparecido muito forte por aqui. Aqui na Bahia, isso é muito forte. A questão racial, isso tem aparecido mesmo em trabalhos que orientei estritamente baseados no materialismo histórico, mas pensando em feminismos negros, em feminismos negros radicais. Então, esse é um momento interessante, porque mais uma vez, as pessoas podem ser acusadas de serem ecléticas por estarem, digamos assim, profanando a teoria marxista com questões interseccionais de raça, de gênero. (Angelo Szaniecki Perret Serpa, 16/05/2025)

A realidade é muito complexa para acharmos que temos o poder de dizer o que ela é. Então, de certa forma, a mediocridade aqui é no sentido de ser menor mesmo, de você não ter a condição de assumir você sendo o grande portador da verdade, porque a verdade ela é plural, existem muitas verdades sobre aquilo que você está trabalhando. E aí ele (Bruno Latour) diz também, se um objeto, se você, de um objeto, pode encontrar diversas versões, é porque ele se permitiu diversas versões. Entendem? Não é porque você [...], é porque o que você está estudando permite que aquela versão apareça. Então, qual a questão? É você permitir que o que você está estudando apresente a versão de si mesmo, se apresente como uma versão. E aí sim, se você faz isso, vai ter a possibilidade de construir diálogos com esse objeto, ter a condição de trabalhar dialeticamente, fenomenologicamente. (Eugênia Maria Dantas, 24/04/2025)

Eu vejo que, em termos de método, é um grande equívoco, atualmente, se vincular a temas, mesmo sendo gentrificação, ou reduzir a um tema como esse, que é de alta importância. Não estou dizendo que é para recusar o tema, mas aquela parte temática. E eu acho que esse é o método para essa abordagem. Esse debate com as categorias de totalidade, que logo te leva a particularidades e vice-versa, esse movimento, que é o debate dessa geografia, e eu entendo que é o pensamento de Milton Santos, a pessoa de Milton Santos, esse pensamento, esse diálogo, com a economia política. Penso que, sem isso, vejo inutilidades na abordagem de geografia humana. Acho que essa poderia ser a nossa contribuição para que deixemos de ser endógeno, só entre nós. A gente faça o debate com as outras ciências, mas não apenas, com o motoboy, com a favela, no enfrentamento com a classe média também, a gente vai fazer. Precisa aprofundar; e não dá para viver sem arte também. Nós estamos muito distantes disso. A universidade se distanciou, efetivamente, com seus espaços internos, se distanciaram com isso. (Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida, 19/05/2025)

Temos algumas vantagens, acho que nós geógrafos conseguimos ver coisas que os outros não veem. A possibilidade de ter uma visão da cidade que você vive, da que você circula [...] A Geografia nos ajuda, os historiadores têm dificuldade. Então espacializar os processos sociais, localizar, é importante. Mas também não pode ficar nesse terra-terra, a gente tem que correr, ao me ver, se apoiar nos conceitos e se apoiar nos métodos. Metodologia acho que é um pouco mais fácil, enquanto o método é mais o caminho que vai estar muito ligado a investigação [...], pela metodologia você vai trabalhar seu objeto, através da sua pergunta central. Para cada objeto que a gente escolhe temos que escolher o método mais adequado - se possível, ler os outros, porque não começamos do zero. (Pedro de Almeida Vasconcelos, 11/04/2025)

A ideia de complementariedade metodológica perpassa as reflexões de A. Serpa, enfatizando que o uso de métodos distintos ocorra em momentos diferentes da pesquisa, mantendo uma consistência teórica e evitando misturas acríticas. Para o entrevistado, que critica a aplicação de lógicas formais a realidades complexas e desiguais, a geografia urbana seria um subcampo articulado com outros, como o regional. N. de Almeida é cético quanto ao ecletismo, considerando-o fugaz e gerador de problemas teóricos e conceituais, e reconhece e acredita na prevalência do materialismo histórico-dialético como tendência.

E. Dantas, por sua vez, apresenta o que define por “geografia dos pequenos gestos”, se referindo a geografia do cotidiano, que persiste nas cidades e que muitas vezes é invisibilizada em estudos urbanos tradicionais. A entrevistada ainda chama atenção a prática de enquadrar abordagens e tendências novas em categorias rígidas. Apresentando trechos das entrevistas:

Muitas vezes, quando você usa um método estrito, você não dá conta de determinadas direções que quer abordar. Basicamente, eu refuto

misturar métodos acriticamente, mas acredito que métodos podem ser usados de forma complementar, a depender da temática, dos objetivos da pesquisa, e em momentos distintos da pesquisa, e que o pesquisador tenha consciência do que quer responder e atingir usando este ou aquele método naquele momento específico ou outro momento da pesquisa. Mas não misturamos método, não. A gente sabe muito bem a diferença entre eles, e é por isso que defendemos o caráter complementar. Porque são paradigmas vigentes. Não são paradigmas superados, nem paradigmas positivistas – e eu falo isso com muita tristeza – superados. Isso é o pior. Aplicar a lógica formal a realidades tão diversas, complexas e desiguais como as realidades das nossas cidades. (Angelo Szaniecki Perret Serpa, 16/05/2025)

Ecletismo, se é que pode chamar isso de método, visão de mundo [...]. Tem algum debate que se chama pós-modernismo. Acho muito fugaz tudo isso, mas não posso dizer que não haja uma tendência a essa situação. Acho que sim, há uma tendência, mas, como eu disse, acho que a ciência está dentro da organização do Estado territorial, está dentro dos modos de produção no plural. Evidentemente que o Estado territorial que nós temos é produto do capitalismo, está a serviço da acumulação no sentido capitalista. Destrói o humanismo, destrói a natureza, investe em tecnologia e vai gerar essa entropia, essa crise aguda, fundamental. Mas, vejo que essas tendências não têm muito fôlego, porque até recusam a ideia de organização, forma de organização, gerando problemas teóricos e conceituais. Então, tem essas tendências, que a gente escuta falar, narrativas, etc, mas acho que prevalece ainda, deve prevalecer em termos de futuro o materialismo histórico-dialético. Acredito nisso, como tendência também. (Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida, 19/05/2025)

São tantas as geografias. Cada dia surge uma nova. Então, não querendo tirar a legitimidade do campo e de falar de uma geografia urbana, mas acho que a gente tem que ter consciência de que é um subcampo, na verdade, é uma parte do campo. A geografia urbana é uma parte de algo maior do que ela. Eu, por exemplo, tenho muita dificuldade de separar urbano e regional, talvez até pela minha formação. Acho complicado separar isso. Até porque sempre a minha entrada em tudo isso foi a paisagem, a paisagem como conceito e categoria. E paisagem é um conceito e categoria bem interessante para a gente pensar, porque paisagem é uma categoria de geografia física tratada de uma forma completamente diferente de como a gente trabalha em geografia urbana, por exemplo. Então, acho que é difícil separar para mim o urbano e o regional, do ambiental, por exemplo. No entanto, a gente pode falar de uma geografia urbana, de uma geografia regional, de uma geografia política, de especializações da geografia e de carreiras consolidadas nesses campos. (Angelo Szaniecki Perret Serpa, 16/05/2025)

Existe uma geografia, eu acho, que conserva mais essa dinâmica urbana e regional. E existe uma geografia que quer, além dessas grandes reflexões, enxergar os fragmentos. Existe uma geografia, como chamo, geografia dos pequenos gestos. Então, o que seria essa geografia dos pequenos gestos? É justamente essa geografia que persiste, que está na cidade, que está encoberta por esse grande manto que dá um contorno aos estudos urbanos e regionais e que não aparece aí. É aquela que aparece no movimento das calçadas, que aparece no

movimento noturno dos bares, dos restaurantes, que vai aparecer no uso de um comércio que dizem que é informal, mas que não tem nada de informal, tem muito de formal, muito de saber o que você está fazendo ali, de saber por que não quer fazer determinadas coisas. Então, existe uma geografia do cotidiano que ela deve compor os estudos urbanos, deve compor os estudos citadinos, mas ela tem ainda pouca visibilidade. E quando ela vai ganhando visibilidade, o que é que a gente tende a fazer na ciência? A gente tende a construir caixas para colocar todo mundo. (Eugênia Maria Dantas, 24/04/2025)

O quadro 8 busca sistematizar e categorizar algumas observações e apreensões obtidas através das entrevistas semiestruturadas.

Quadro 8 – Apreensões dos/as entrevistados/as em teoria e método e orientações geográficas – Região Nordeste

<p>Teoria e método: influências, entendimentos e contribuições</p> <p>Método: caminho; visão de mundo; postura filosófica; complementares Teoria: arranjo de conceitos; incorporação da realidade dinâmica; aproximação de concisas bases filosóficas.</p>
<p>Prática geográfica e reflexões atuais</p> <p>Necessidade de articulação entre teoria-empíria e questões políticas nacionais; Apreensão da realidade pelo protagonismo do objeto; Permanência de referenciais do materialismo histórico-dialético (marxista-lefebvriano ou de outras matrizes); Identificação de tendências fenomenológicas (embora minoritárias); Geografia impactada por correntes identitárias, questões de gênero, sexualidade e outras; Diálogo com a América Latina e reivindicação de perspectivas decoloniais; Necessidade de distintos métodos para apreensão das complexas dimensões do real; Método enquanto uma construção conforme o objeto de estudo; Necessidade de novas teorias e novos métodos.</p>
<p>Apontamentos e riscos à geografia</p> <p>Teoria e método não estão vinculados a uma disciplina; Perda da categoria de totalidade; Necessidade de formação básica em filosofia; Risco de fragmentação e reducionismo; Falta de entendimento sobre um projeto de nação; Riscos de tornar a teoria-empíria ideologicamente regional ou localista; Ocorrência de mudanças geracionais; Ausência de preocupação com o método e confusão com metodologia; Reconhecimento de limites do método ante real; Equívocos associados a vinculação a temas; Distinção entre complementariedade do método e ecletismo vago.</p>

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

Visando uma síntese das entrevistas a respeito dos entendimentos sobre teoria e método a partir do Nordeste brasileiro, acredita-se que seja relevante, por exemplo, os

destaques levantados a respeito: do materialismo histórico-dialético como um paradigma capaz de explicar a estrutura capitalista (N. de Almeida); da teoria como a busca do real concreto, problematizando a descrição geográfica e visando a apreensão do simultâneo (J. Borzacchiello); da crítica à falta de base filosófica na formação de estudantes e da valorização e clareza teórica para evitar reducionismos (D. Maia); do reconhecimento de uma hegemonia marxista na geografia urbana, embora acompanhada de outras abordagens, e da defesa de uma complementariedade metodológica que não se confunda com misturas acríticas (A. Serpa); da valorização de abordagens capazes de captar as múltiplas versões da realidade e da crítica às práticas científicas que rotulam, limitam e simplificam tendências (E. Dantas); e do impacto das correntes “identitárias” e da fragmentação da geografia (P. Vasconcelos).

O que se apreende é que a leitura regional da teoria e do método envolve um eixo estrutural, a partir do destaque dado à desigualdade regional e à necessidade de um projeto nacional (N. de Almeida, A. Serpa), um eixo cotidiano, através da valorização de práticas locais como constitutivas do regional (E. Dantas, A. Serpa) e a relevância da integração de escalas, por meio das considerações sobre a paisagem e a questão das simultaneidades (A. Serpa, J. Borzacchiello), que pode evitar fragmentações. Por fim, reflete-se sobre um espectro que perpassa o reconhecimento e a defesa do materialismo histórico-dialético às condições de abertura para uma interação teórico-metódica que seja mais plural, evite reducionismos e valorize a complexidade do espaço geográfico.

5.4 Teoria e método na Geografia da Amazônia: entre a crítica, a diferença e o diálogo com o objeto

Com relação às entrevistas realizadas na região Norte do país, nos centros universitários UFPA e UFAM, apreendem-se questões sobre teoria e método que apontam e reforçam a complexidade que atravessa a cidade e o urbano na região. Saint-Clair Trindade destaca, entre outras questões, a teoria e o método como pilares essenciais para se pensar a ciência, e critica tendências de negligência categorial na academia. O entrevistado ainda ressalta a teoria como uma abstração da realidade concreta, enquanto o método, por sua vez, é como um meio para o entendimento do mundo, e não o “fim”. Apreende-se uma preocupação com o rigor científico, embora reconheça e valorize todos os saberes como verdadeiros, e uma ênfase no diálogo entre teoria e empiria.

Para José de Miranda Neto, a teoria é considerada como um modelo aberto e adaptável, enquanto o método é apreendido como uma perspectiva mais geral, que diz respeito a questões epistemológicas, filosóficas de se compreender e abordar a realidade. O entrevistado acredita que é possível operar teorias diferentes em um mesmo trabalho, mas reconhece que este exercício, com relação ao método, seria mais complexo, tendo em vista que cada tendência mobiliza espectros de análise distintos.

Tatiana Schor, por sua vez, defende a teoria como uma “preparação para enxergar” o *Mapinguari*. A entrevistada destaca a aproximação entre geografia física e geografia humana, ao defender a necessidade de entender as dinâmicas naturais da região para poder analisar as cidades amazônicas. Criticamente, questiona o excesso de compartimentalização da disciplina, a partir de uma leitura de que a “vida real” exige outras abordagens. Apreende-se que o reconhecimento e apreensão do contexto favoreça movimentos que superem o reducionismo teórico. Tais aspectos são mais polemizados nas entrevistas,

Teoria e método são duas coisas essenciais para pensar a ciência. E acho que hoje nós enfrentamos esse dilema na academia. Há muita discussão, há muita análise que não tem nada de teoria e que não tem nada de método. Não sou contra. Para mim, todos os saberes são verdadeiros. Dependendo do ponto de vista, devem ser valorizados e tudo. Mas nós que estamos na academia, temos que fazer um saber de acordo com o que a gente se propõe a fazer. Então, teoria e método, no meu entender, são elementos essenciais para se pensar o conhecimento científico. E hoje, há uma tendência de colocar essas coisas de lado. (Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, 17/05/2025)

A teoria para mim é um modelo explicativo que nunca é fechado, ele é sempre aberto e adaptado. Então tudo depende de como se dá esse

processo de compreensão da teoria e de sua evolução no campo científico. Em termos de método, eu entendo que essa é a perspectiva mais geral, diz respeito mais à ciência como um todo, uma forma mais epistemológica, mais filosófica, de entender o mundo, de compreender como se aborda a realidade. Então, não é próprio apenas da geografia, mas une diversas ciências. Por exemplo, o próprio materialismo histórico-dialético, que vai explicar o mundo de uma maneira diferente da maneira fenomenológica. Então o método, para mim, cria separações maiores entre os campos, entre as formas de lidar com aquilo que a gente está produzindo. Uma geografia urbana fenomenológica é muito diferente de uma geografia urbana do ponto de vista marxista, do ponto de vista do materialismo histórico-dialético, elas irão mobilizar coisas muito diferentes. Então isso torna difícil as tentativas de você articular uma coisa com a outra, elas acabam esbarrando numa dificuldade, porque as fronteiras são mais amplas. Você pode até trabalhar com mais uma teoria em um mesmo trabalho, mas trabalhar com mais de um método já seria algo mais complexo. (Jose Queiroz de Miranda Neto, 12/05/2025)

Você só enxerga o que está preparado para enxergar. E isso é superimportante. Aí vem a parte da teoria. Onde que a teoria permite que você enxergue as coisas. Como diria um amazônida, nós não vamos ver o Mapinguari. O Mapinguari é uma figura mitológica na floresta. Nós não vamos ver o Mapinguari. Por quê? Porque não estamos preparados para ver o Mapinguari. É verdade. A gente não vai ver. A gente anda na floresta, a gente não escuta, a gente não cheira, a gente não sabe onde está. A gente não vê o Mapinguari. Você sair para fazer campo, você sair para andar sem ter a preparação de conseguir enxergar e entender o que você está enxergando, também não adianta. Então, o que eu vejo, que para mim foi muito importante quando eu fazia mais pesquisas, é ter essa abertura para poder trazer para dentro da discussão teórica e de método da geografia uma coisa que é muito bacana na geografia, mas que a gente não usa tanto, que é conseguir “misturar” geografia humana com a geografia física. Então, entender regime hidrológico, sazonalidade, fluxos de chuva, temperatura, meteorologia, etc., biologia, biogeografia, isso é superimportante para entender geografia urbana. Você não consegue entender geografia urbana na Amazônia sem esses elementos. [...] Você não consegue a cidade da Amazônia sem de fato ter o entendimento do que você está vendo. E aí, penso que é um ponto que a geografia perde quando ela fica muito compartimentada. E o que a descompartimenta? A vida real. (Tatiana Schor, 07/05/2025)

A teoria é exatamente isso. É a abstração de uma realidade. [...] Portanto, você vai trabalhar com conceitos, com categorias, com explicações que estão apoiadas na realidade, foram elaboradas a partir de uma realidade. Podem, inclusive, anteceder como proposição e olhar a realidade e serem reforçadas por essa mesma realidade, como diz o Marx, o concreto pensado. Mas se pretendem com explicações se não universais, relativamente universais. Então, quando eu falo “cidades da floresta”, “cidades na floresta”, “cidades para a floresta”, eu não estou falando apenas, por exemplo, de Afuá, que eu considero uma cidade da floresta. Ou quando eu falo “na floresta”, eu não estou falando apenas de Carajás, que eu considero uma cidade na floresta. Mas eu estou pegando realidades que têm essas particularidades e tentando abstrair. Levar para o plano do

pensamento o que está no empírico e tentar construir um raciocínio [...]. É a abstração, é o plano de ir para além do empírico e tentar fazer explicações abstratas que ajudem, inclusive, a interpretar outras realidades, não necessariamente como camisas de força, podem até ser elaboradas, mas que ajudem a interpretar outras realidades. Sem um apego excessivo ao caso empírico que me levou a construir esse raciocínio. [...]. O método diz tudo. É o caminho. O método nunca é o fim. É um meio para você conhecer alguma coisa, para você entender alguma coisa. E o método pode, como falava o Antônio Carlos Robert Moraes e Wanderlei Messias da Costa, fazer a diferença entre método de interpretação e método de investigação. Há caminhos que são mais teóricos, que viabilizam a leitura da realidade, mas no plano da teoria. Nós temos, por exemplo, o estruturalismo. É uma forma de pensar a realidade, a partir de categorias, a partir de conceitos, a partir de teorias. O neomarxismo também. O pensamento descolonial também. O pós-estruturalismo também. São métodos, são caminhos, não são fins. São instrumentos. Só que, nesse caso, instrumentos do plano teórico abstrato, através de categorias, conceitos, visões de mundos, formas de ver o mundo. A outra são os métodos de investigação, que não podem também se fechar com padrões, como, muitas vezes, se quer para as ciências. Isso já é uma discussão antiga. Está até superado. (Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, 17/05/2025)

Os trechos a seguir avançam nas discussões sobre teoria e método e destacam a necessidade de questionamento de modelos externos, de deixar que o objeto de estudo de “se mova”, e de incluir a Amazônia nas teorias gerais do Brasil. Para J. M. Neto, o objetivo de trazer para a Amazônia perspectivas críticas em geografia perpassa o exercício de buscar na realidade uma “crítica da crítica”, não apenas reproduzindo mecanicamente modelos externos, mas refletindo e pensando sobre eles. Para o entrevistado, a Amazonia não pode ser vista como sinônimo de “atraso” ou “desigualdade”, e defende que as diferenças locais, como as culturas ribeirinhas e as urbanidades próprias, devem ser levadas em consideração.

Para T. Schor, o método está em diálogo com o objeto, de forma que o pesquisador deve ser interpelado pela realidade amazônica, e não impor categorias prontas. Ainda, elenca críticas a repetições de estudos na geografia, reproduzindo as mesmas perguntas e respostas. Saint-Clair Trindade, por sua vez, lê a Amazônia como chave para entendimento do Brasil ante o contexto de invisibilidade teórica, que ignoram os processos e as singularidades da região, como a intensa relação urbano-rural. Não reduzir ou promover um entendimento da Amazônia que a reduzam a “desigualdade” ou ao “atraso”, incorporar as singularidades e as particularidades locais e inseri-las em teorias explicativas do Brasil, emergem como questões consideradas fundamentais na construção de teorias geográficas totalizantes, que permitam o questionamento de conceitos como também de “urbano”, “modernidade” e “desenvolvimento”.

Considerando trechos das entrevistas,

Esse tipo de explicação, esse conjunto teórico mais crítico, vai ser, então, evidenciado a partir dos anos 1970 e 1980. Agora, eu, no caso, sou parte, sou um dos “filhos” dessa abordagem, tentando trazer para a Amazônia alguns desses entendimentos críticos, mas buscando, na realidade, também uma crítica da crítica, na perspectiva de não apenas reproduzir os modelos explicativos externos, mas de começar a pensar sobre eles. Poxa, mas será assim mesmo? Será que essa explicação é suficiente? Será que essa abordagem vai ao encontro da necessidade teórica e empírica de reconhecer o fenômeno amazônico? Por exemplo, na Amazônia, vale a pena falar apenas sobre desigualdade e não sobre diferença? Quero dizer o quê? Falamos apenas como a Amazônia é excluída do Brasil, ou o que tem de desigual, ou o que tem de formas que não representam formas avançadas. Então, ela é só o atraso, ela é só aquilo que não está na vanguarda? Ela é só o resíduo? Não, não é isso. Nós temos formas urbanas próprias, nós temos formas de viver a cidade que são diferentes. Então, essas questões têm de ser vivenciadas, porque são das cidades ribeirinhas, que não podem ser entendidas apenas como cidades, como expressão da desigualdade social. São formas de viver diferenciadas, que precisam ser levadas em consideração. (Jose Queiroz de Miranda Neto, 12/05/2025)

O que vai definir é muito se você tem a capacidade de deixar o seu objeto se mexer, você não vai definir o seu objeto e colocar ele na caixa, você tem que deixá-lo se mexer. Se você consegue fazer com que o seu objeto te faça perguntas e menos você pergunte, que ele te coloque questões, que ele seja mais recalcitrante, que ele concorde menos contigo, talvez aí você tenha que saber mais teoria mesmo e conseguir lançar a mão de várias peças para poder entender. Isso se você está olhando coisas novas e não as geografias que todo mundo faz e parece a mesma coisa, só mudando de lugar, mas fazendo a mesma coisa e com as mesmas palavras do mesmo jeito [...]. Quando estamos falando de coisas novas coisas, que são complexas de entender, é preciso ter essa capacidade de deixar seu objeto se mover no espaço e no tempo. (Tatiana Schor, 07/05/2025)

Não vou te falar de crises, mas vou te falar de dilemas que enfrentamos no passado e que alguns professores tentaram resolver, e hoje também a gente tenta enfrentar. Quem vive em regiões como a Amazônia, esses dilemas são maiores. Às vezes, isso é interpretado com um certo bairrismo, um certo regionalismo. Não, não se trata disso. Eu sempre digo que, quando estudo a Amazônia, não é para entender a Amazônia em si, claro, entender a Amazônia também, mas quero entender o Brasil a partir da Amazônia. Essa é a minha preocupação. É contribuir com o entendimento da urbanização brasileira, mostrando que a Amazônia faz parte desse Brasil, porque a imagem que tenho muitas vezes nas teorias que explicam o Brasil é como se a parte “de cima” do Brasil estivesse mutilada, cortada. Porque não necessariamente se inclui a Amazônia numa teorização mais geral. É claro que existem processos que acontecem, por exemplo, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília, que se repetem aqui. Isso faz parte do processo capitalista,

mas não necessariamente todos os processos que vivenciamos aqui estão sendo incorporados nas teorizações. E eu dou o exemplo dos agentes. E não para dizer que os autores não dão conta. Não é isso. Eles fizeram sua parte ao estudar a realidade e teorizar uma parte da realidade. É preciso nós começarmos também a pensar e contribuir com essas teorias. Então, a relação rural e urbana na Amazônia é muito intensa, é maior do que qualquer outra região do país. (Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior, 17/05/2025)

O quadro 9 almeja sistematizar as observações ou questões levantadas no decorrer das entrevistas semiestruturadas na região Norte.

Quadro 9 – Apreensões dos/as entrevistados/as em teoria e método e orientações geográficas – Região Norte

<p>Teoria e método: influências, entendimentos e contribuições</p> <p>Teoria e método indissociáveis; Teoria: modelo explicativo, aberto e flexível; condição para “enxergar” a realidade; abstração da realidade Método: caminho; meio para se entender algo.</p>
<p>Prática geográfica e reflexões atuais</p> <p>Aproximação entre geografia humana e geografia física; Teorias tensionadas ante a realidade empírica; Proposições teóricas que reconheçam outros modos de ser e estar nas cidades; Interação e diálogo com o objeto; Incorporação de processos locais nas teorizações; Tendência marxista ou crítica e o reconhecimento de orientações fenomenológicas e perspectivas decoloniais.</p>
<p>Apontamentos e riscos à geografia</p> <p>Preocupação de método ante risco de compartimentação da disciplina; Desconsideração das singularidades e particularidades regionais.</p>

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

Objetivamente, apreende-se posicionamentos que indicam uma rejeição a modelos importados acriticamente para a Amazônia e a defesa de que o entendimento da realidade regional perpassa a capacidade de reflexões teóricas e metódicas que abarquem as questões ambientais e sociais locais, as diferenças culturais e as especificidades da urbanização amazônica. Das reflexões, conforme se apreende, emerge um campo de tensionamento teórico, em que conceitos ou fundamentações clássicas ou consolidadas devem ser testadas e ressignificadas ante a realidade concreta, que possui condições e elementos significativos para a produção de um conhecimento sobre a Amazônia que seja totalizante e apresente outra ótica de leitura da cidade e do urbano no país.

5.5 Teoria, método e desafios da Geografia na região Sul do Brasil: crítica e diálogos metodológicos

Com relação as entrevistas realizadas na UFPR e na UFRGS, as percepções sobre teoria e método em geografia tratam sobre como essas dimensões se articulam na investigação científica. Neste sentido, B. V. Pedrosa reconhece a teoria como um modelo explicativo, um conjunto sistematizado de explicações sobre fenômenos, enquanto o método é apreendido com um viés epistemológico e operacional, ressaltando, também, a relação dialética entre método e objeto, que se adequa ao respectivo objeto de estudo.

Para D. Volochko o método é uma reflexão filosófica, que abre caminho para discussões mais amplas, revelando uma “visão social de mundo”. O entrevistado demonstra preocupação com os fundamentos do método e critica abordagens temáticas que negligenciam bases filosóficas e metodológicas. Por fim, apreende a relação teoria e método como uma ação filosófica, que une pensamento e ação, exigindo coerência entre fundamentos e análise.

T. Marques Strohaecker, por sua vez, compreende a teoria como uma matriz geral e o método como um percurso do pesquisador, ressaltando a necessidade de coerência entre teoria, método e sua aplicação prática, com ênfase no alinhamento entre autores, conceitos e técnicas de pesquisa. Além disso, a entrevistada salienta a relevância de debater o método com os alunos, prevenindo dissociações entre teoria e prática. O método é visto como um caminho reflexivo, enquanto teoria e método são entendidos como interdependentes, com críticas à fragmentação – aspectos que emergem como pontos convergentes no pensamento dos entrevistados. Considerando os trechos das entrevistas:

De uma maneira bastante simplificada, eu acredito que as teorias remetem justamente a esses modelos explicativos, que não necessariamente são modelos explicativos totais, mas que acabam sendo fruto ou de hipóteses ou de um certo acúmulo de pesquisas empíricas. Então, eu acho que a teoria tem essa característica de ser uma espécie de um modelo explicativo. Acho que a teoria tem esse aspecto de ser um conjunto de elementos que tenta sistematizar explicações sobre algum tipo de fenômeno. E o método, não querendo aqui cair em um clichê, porque eu acho que a resposta é um pouco mais complicada do que isso, mas eu acho que, para a gente começar a entender essa ideia, muitas vezes esse exemplo que se toma do grego, de falar que o método é a raiz do caminho, da palavra caminho, significa caminho, eu acho que é uma boa metáfora, porque o método diz respeito a como o conhecimento científico é produzido. Então, eu sou do partido de que a metodologia, vamos dizer assim, ela se subordina ao método, a metodologia sendo esses procedimentos da

pesquisa, quais serão os procedimentos operacionalizados para construir um saber. Mas o método não é só isso, ele abrange também perspectivas epistemológicas, abrange a própria perspectiva teórica, e aqui acho importante destacar que eu também sou do partido de que, de uma certa forma, existe uma relação dialética entre o método e o objeto de pesquisa, eu acredito que o método se adequa ao objeto de pesquisa, na medida em que, quando escolhemos determinados métodos, conseguimos avançar mais ou menos na construção do nosso conhecimento científico. Então, para mim, o método em síntese é justamente isso, as concepções epistemológicas e os procedimentos metodológicos da constituição do saber. (Breno Viotto Pedrosa, 03/04/2025)

Penso que tudo o que tem a ver com método, é o caminho que a gente escolhe para o pensamento e para a ação. Método tem a ver, na etimologia, com esse caminhar, o caminho, a direção que seguimos. Na ciência o método tem necessariamente a ver com uma aproximação com a filosofia, ou seja, com o debate filosófico. Então, para mim eu entendo que o método ele traz necessariamente a reflexão sobre a relação da ciência com a filosofia, com as posturas filosóficas; tem essa primeira questão. Então, o método eu o entendo na relação com a ciência, ele traz essa reflexão necessária com a filosofia, com as matrizes filosóficas, com a função da filosofia. Isso é importante porque a gente consegue se deslocar um pouco do campo da epistemologia, extremamente entendido como o conhecimento produzido e que vem avançando e sendo organizado dentro das ciências. O método, de certa forma, abre essa questão da epistemologia, abre para uma reflexão mais ampla do conhecimento científico, mais parcelar, mais parcial, mais analítico com as grandes questões filosóficas, as grandes correntes filosóficas. Acho que o método traz essa relação entre ciência e filosofia como uma relação importantíssima. (Danilo Volochko, 16/06/2025)

E é interessante porque é uma atitude, é uma ação, e ao mesmo tempo filosófica. Isso nos coloca numa relação teoria e prática importante e nos coloca talvez para pensar o método como nos termos de Michael Löwy, ou seja, o método como uma visão social de mundo. Então, o método traz, revela, expressa uma visão social de mundo. Uma atitude filosófica dos pesquisadores e pesquisadoras. Então, vejo como fundamental essa discussão de método na geografia como um todo e na geografia urbana de modo particular. Penso que quando começamos a trabalhar uma geografia de temáticas sem essa preocupação com os fundamentos, porque acredito que também o método vai trazer essa preocupação com fundamentos filosóficos, com aquilo que está, quais são os grandes entendimentos que estão na raiz ali da sua análise. Então, acho que o método parte dessas preocupações com os fundamentos do pensamento, mas fundamentos dos processos que são sociais, são práticos. Então, a reflexão quando a gente está dizendo, quando a gente tem uma geografia de cada vez mais, diferentes temáticas, mas que a gente percebe às vezes que não existe ali uma certa clareza de método. (Danilo Volochko, 16/06/2025)

Eu entendo que teoria é algo bem geral, e que vão ter as correntes de pensamento. O método eu vejo muito mais do ponto de vista que tem, claro, uma relação com a teoria. Teoria e método são ao mesmo tempo complementares. E eu vejo o método muito mais do ponto de vista uma trajetória do próprio pesquisador. No sentido de que ele vai optar por um determinado método a partir de uma teoria que ele serve. Tem que ter uma coerência entre teoria e método do ponto de vista tanto dos autores quanto dos conceitos vinculados e como também a parte depois da operacionalização desse método. Então tudo tem que ter uma certa uma certa coerência. Tem que ter coerência. Então isso é uma das coisas que a gente cuida muito assim com os alunos. (Tânia Marques Strohaecker, 09/05/2025)

No que tange a percepções relativas às vertentes da geografia, suas influências teóricas e escolhas metodológicas que as acompanham, seguem as seguintes observações ou comentários que derivam das entrevistas. B. V. Pedrosa identifica dois grupos principais que surgem de uma matriz da geografia crítica: uma vertente baseada em Milton Santos e outra em Henri Lefebvre, embora reconheça, também, que há dentro desses grupos múltiplas interpretações e nuances.

D. Volochko, por sua vez, reconhece uma diversidade de abordagens em geografia urbana, as quais se refere como: i) abordagem institucionalista (em estudos sobre rede urbana e planejamento, como os promovidos pelo Observatório das Metrópoles, IBGE e IPEA); ii) marxista-lefebvriana (voltada a produção do espaço urbano sob a lógica capitalista, sem reducionismo econômico); e iii) uma abordagem de teor decolonial (como realiza Denílson de Oliveira e Renato Emerson). O entrevistado não hierarquiza ou aponta insuficiências de tais abordagens, pois prefere destacar que há possibilidades distintas para se tratar a cidade – mas também ressalta que isso não se reduz a ecletismo ou a justaposições incoerentes.

Já T. Marques Strohaecker destaca i) estudos urbanos com viés ambiental, apontando a reflexões sobre mudanças climáticas, ii) uma geografia crítica-marxista e iii) e uma geografia fenomenológica. Para a entrevistada, a questão do método perpassa o objetivo do trabalho e o objeto de estudo. Apresentando trechos das entrevistas:

Eu acredito que, sem sombra de dúvidas, pelo menos dois desses grupos se desdobram da geografia crítica, que eu acho que é um grupo mais ligado às teorias do professor Milton Santos e um grupo mais ligado a essas interpretações da obra do Henri Lefebvre. Isso, eu diria assim, sem sombra de dúvidas. Óbvio que a gente, eu estou te falando isso, mas que acaba sendo uma generalização, porque a gente sabe que, dentro desses grupos, também existem diversas interpretações, pontos de vistas diferentes. (Breno Viotto Pedrosa, 03/04/2025)

Eu identifico algumas e não vou hierarquizar esses olhares: tem análises que são mais do ponto de vista da escala da rede urbana, do interurbano, de estudos que têm a ver mais, eu chamo de institucionalistas, mas ligados a órgãos de pesquisa, de planejamento, por exemplo, o pessoal do Observatório das Metrópoles, o pessoal tem IPEA, IBGE, os que estudam as cidades médias, que eu acho que retorna um pouco dessa escala de reflexão sobre o interurbano, sobre a rede urbana; Roberto Lobato Corrêa é um nome importante também dessa perspectiva. [...]. Outra possibilidade, de um grupo do qual eu faço parte, pensamos uma geografia urbana marxista-lefebvriana, que está muito assentada na ideia da produção do espaço e do cotidiano, ou seja, de entender um pouco dessa economia política, mas que não se dá a urbanização, mas que não é longe de uma leitura em que o capital ou as dinâmicas econômicas explicariam tudo, esgotariam tudo, mas que também são importantes da gente entender; a gente não pode abrir mão de pensar essa produção capitalista do espaço urbano. [...]. Outra: tenho achado muito potente as análises, por exemplo, que vêm de autores como o Denilson de Oliveira, do Rio de Janeiro, o Renato Emerson, que vão trazer essa geografia negra, a desconstrução racial, mas que vem muito articulada com um debate que traz a produção do espaço, que traz a história da nossa formação social, e que tem um diálogo com essas leituras mais decoloniais. [...]. Antes de dizer, de apontar algumas insuficiências, eu veria algumas insuficiências em algumas dessas perspectivas ou temáticas ou formas de trabalhar a geografia urbana, é entender que são possibilidades distintas de abordagem da cidade, que é um objeto inter e transdisciplinar, e é uma realidade muito complexa, muito articuladora de diferenças. (Danilo Volochko, 16/06/2025)

Observo assim, é que na área da geografia “física” ou geografia ambiental eles estão conectando muito com a questão das mudanças climáticas, mas trazem também a questão do espaço urbano, afinal, são as áreas onde as pessoas hoje vivem mais, estão mais concentradas. Então, estão procurando também se cercar dessa parte, relacionada principalmente com a geografia [...] tanto a marxista como também com a geografia da fenomenologia, mas cada uma dessas correntes tem autores principais, tem métodos distintos e a própria operacionalização. Vejo que muitos dos alunos e professores que trabalham com sensoriamento remoto, com SIG eles têm principalmente um viés mais ligado para a geografia ambiental ou física, como queiram, enquanto que a geografia crítica ou marxista tem um viés de método mais calcado, muitas vezes, em dados secundários, conexões com a geografia econômica, a questão da própria produção do espaço urbano [...] essa geografia crítica, eu diria assim, ora ela se utiliza de determinadas ferramentas, determinados instrumentais da parte mais de softwares, de imagens satélite, e assim por diante, ora se apoia também na área fenomenológica, do ponto de vista de entrevistas, análise de discurso, que tem um cunho mais quase que subjetivo ou até de o próprio pesquisador ser um participante da pesquisa em si e não um mero observador, ele se torna também um sujeito na pesquisa. [...]. Vejo que dependendo até muitas vezes do

objetivo do trabalho, do que tu tem em mente de pesquisa, tu vai ter que te apoiar em outros instrumentais para dar conta do objeto. (Tânia Marques Strohaecker, 09/05/2025)

Como eu acho que o método também é a visão social de mundo, é uma atitude filosófica, eu tenho um pouco de dificuldade de trabalhar com múltiplos métodos. Eu acho que talvez aí a gente precisa ter um pouco mais de coerência. Não estou dizendo que é trabalhar com um conceito só, com um método como algo fechado, não é isso. Mas é ter a ideia de que, por exemplo, certos autores estão falando de lugares, de pontos de vista de métodos muito diferentes e que a gente eventualmente não pode colocar; a não ser fazendo um diálogo crítico, marcando as diferenças entre eles, a gente pode usar assim dois autores muito distintos do ponto de vista do método, mas usar diferentes autores com diferentes orientações de método para a gente estar construindo o nosso argumento. Acho que a gente pode cair, isso talvez seja o que é entendido como o ecletismo, mas a gente pode cair em algumas incoerências, que tiram um pouco da potência, tiram um pouco das possibilidades das nossas análises, então eu vejo que é fundamental essa preocupação, o exercício, a análise e a reflexão sobre método. (Danilo Volochko, 16/06/2025)

As entrevistas evidenciam que a pluralidade, a diversidade e a dinamicidade teórico-metodológica da Geografia, nas abordagens sobre a cidade e o urbano, reforçam a necessidade de diálogo com a realidade empírica do objeto de estudo – realidade esta que, no contexto urbano, se apresenta altamente complexa e multifacetada. Reflete-se, assim, sobre as possibilidades de articulação entre diferentes perspectivas teóricas, sem hierarquizá-las, mas reconhecendo suas contribuições para desvendar as múltiplas dimensões do espaço urbano, sem desconsiderar os desafios inerentes a possíveis incoerências.

A partir de observações sobre desafios teórico-metodológicos na geografia contemporânea, D. Volochko apresenta considerações importantes ao que define por “novo utilitarismo”, alertando sobre projetos extensionistas que negligenciam o diálogo teórico com movimentos sociais, focando em ações assistencialistas, o que dialoga com uma preocupação sobre a desvalorização da teoria na academia. O entrevistado ainda defende que conceitos como território, lugar e paisagem são fundamentais para a análise de temas como raça, gênero e sexualidade, evitando o risco de abordagens *aespaciais* e de abandono da categoria totalidade – que representariam uma perda dos avanços conceituais e da análise espacial da geografia.

T. Marques Strohaecker ressalta uma fragilidade na relação teoria-empíria ao criticar estudos empíricos desconectados de bases teóricas ou pautados na repetição acrítica de autores. Ao apontar a baixa renovação bibliográfica, a entrevistada reconhece

a importância de autores nacionais e regionais (como Roberto Lobato Corrêa, Ana Fani Carlos, Doralice Maia, Olga Freitas e outros), além da abertura a referências latino-americanas. Por fim, expõe uma apreensão que envolve o não reconhecimento de contribuições pioneiras da geografia brasileira.

Não sei se ela vem sendo feita [discussão em teoria e método], talvez, com o grau de importância que eu acho que deveria, isso vem da geografia, da geografia urbana também, acho que a gente tem hoje alguns apelos sobre talvez um novo utilitarismo, um novo pragmatismo sendo chamado de geografia, talvez não tanto, também pelo planejamento, mas até por atender de forma às vezes muito direta e assistencial, uma certa consultoria, ou seja, dos próprios movimentos sociais. Vejo hoje muitos trabalhos de extensão que são ótimos, são maravilhosos, trabalham com as comunidades, etc., mas que às vezes os grupos, os projetos estão pouco dialogando com os movimentos sociais e mais atendendo às demandas desses movimentos sociais, de modo a não estabelecer um diálogo inclusive teórico, crítico com esses grupos sociais. E isso eu acredito um pouco [...] não sei se é superficialidade, mas eu acho que o fato de muitos grupos, inclusive progressistas, muitos professores, colegas, tem projetos muito interessantes, mas que não enveredam muito para a discussão teórica e metodológica, porque identificam isso como algo distante da sociedade, identificam isso como a universidade no seu “acadêmiquez”, é a universidade se fechando, tendo um discurso hermético. Então penso que muitas vezes se a própria universidade desiste de fazer teoria ou de refletir sobre teoria, método, em prol do atendimento mais imediato das demandas de vida das pessoas, que são absolutamente fundamentais. (Danilo Volochko, 16/06/2025)

Penso que é mais preocupante perdermos o que a geografia pode contribuir para esses estudos pós-modernos. O risco é perder uma dimensão espacial, perder uma dimensão que a geografia já acumulou de conhecimento. Os conceitos de território, lugar, região, paisagem, são acúmulos e são contribuições que a geografia pode e deve dar para essas temáticas, ou seja, quando a gente está falando da questão racial, ela não é aespacial. O racismo, como diz o Denilson de Oliveira, é um projeto de espaço, reflete uma espacialidade. Portanto, veja que a minha preocupação não é exatamente se a geografia vai se fragmentar ou perder um pouco a sua identidade, penso que não seria tanto isso, mas é de perder a contribuição que a geografia já acumulou, do ponto de vista de uma análise espacial, de conceitos espaciais que podem fazer com que muitos estudos, por exemplo, que tem a dimensão de gênero, de raça, os estudos das diversas sexualidades, etc., que eles percam, vamos dizer assim, essa história de avanço conceitual e de análise espacial, que a geografia é de dimensão espacial mesmo, e que passem, às vezes, a gente percebe que, bom, muitos estudos desses, quando eles vão falar do território, eles trazem às vezes uma dimensão de discussão de conceito de território que são insuficientes, porque talvez não revisitam ali, ou não vão a fundo na teoria geográfica do território, por exemplo, para pensar a questão racial, para pensar a

questão de gênero, ou outra. Então, o perigo que eu vejo é de perda dessas referências geográficas para analisar esses temas, e com isso a gente perde talvez um pouco a criticidade desses temas, porque aí tem uma coisa que a geografia também sempre trouxe, que são as relações, são as inter-relações, ou seja, essa dimensão da totalidade. Se a gente pensa assim, a raça pela raça, ou gênero pelo gênero, sem articular isso a uma totalidade, e veja, a dimensão do espaço, talvez seja uma das que permitem essa totalização, porque todas essas questões, elas se encontram no espaço, elas se realizam no espaço, a dimensão de gênero e os conflitos de gênero elas são espaciais, portanto, o espaço, essa dimensão, mais uma vez, generosa, que permite articular diferentes entradas nesses debates. Então, o campo da geografia, o campo espacial, é fundamental exatamente para isso, para não perdermos essa dimensão da totalidade. (Danilo Volochko, 16/06/2025)

[A operação teoria-empíria] é um problema sério, muitas vezes do ponto de vista da coerência entre ficar apenas um estudo eminentemente empírico sem teoria como base. Isso a gente sente um certo distanciamento de autores clássicos, como se tudo aquilo que tivesse sido feito há décadas atrás não fosse mais importante. Os trabalhos dos professores pioneiros [...] incrível o que eles faziam. Mas isso é uma tendência de achar que o artigo que sai agora, esse mês, é melhor e mais importante do que de 30 ou 40 anos atrás. Notamos um prejuízo principalmente do ponto de vista teórico, muita repetição de autores, sem renovação de autores. [...]. Sentimos uma falta de renovação do ponto de vista bibliográfico, das referências, parece que repetem autores, isso é uma coisa que a gente nota na geografia. Mas vemos a importância de autores nacionais como é o caso do próprio Lobato Correa, o Maurício de Almeida Abreu, a Ana Fani Carlos, a Beatriz Pontes, a Doralice, tem muitos a própria Olga Freitas, então tem muitos colegas que estão fazendo essas contribuições, mas muitas vezes os alunos têm certa dificuldade de incluir esses autores mais recentes, fica muito Milton Santos, fica repetindo e o Harvey também. Pelo menos aqui, não sei como é com vocês, mas é algo que eu noto aqui no Sul, nós trabalhamos muito, até por questão de proximidade geográfica, com autores do Chile, pela nossa facilidade com o espanhol. (Tânia Marques Strohaecker, 09/05/2025)

O quadro 10 sintetiza e engloba algumas apreensões que perpassaram as entrevistas semiestruturadas realizadas na região Sul do Brasil.

Quadro 10 – Apreensões dos/as entrevistados/as em teoria e método e orientações geográficas – Região Sul

Teoria e método: influências, entendimentos e contribuições

Teoria e método: complementares e coerentes;
Teoria: modelo explicativo; sistematização do conhecimento para compreensão de fenômenos;
Método: caminho; associado a metodologia e a fundamentos epistemológicos e filosóficos;
“como” da produção do conhecimento; postura filosófica; ação e atitude filosóficas; trajetória do pesquisador.

Prática geográfica e reflexões atuais

Tendências atuais de método associadas a uma orientação crítica, mas também a fenomenologia e leituras decoloniais;
 Distintas possibilidades, inter e transdisciplinar, de abordagem da cidade e do urbano em geografia;
 Escolha do método associada ao objetivo da pesquisa e ao objeto escolhido;
 Relevância do diálogo para com a realidade empírica;
Práxis geográfica ao desvendamento da complexidade urbana.

Apontamentos e riscos à geografia

Falta de clareza ou preocupação de método;
 Riscos associados ao ecletismo (perda de possibilidades e potência da análise);
 Risco de perda das dimensões conceituais e categorias da geografia;
 Perda de relevância da discussão de teoria e método para além da universidade;
 Repetitividade de autores e dificuldades de renovação do repertório de leituras.

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

Visando uma síntese das observações e discussões obtidas a partir das entrevistas semiestruturadas, destaca-se, conforme apresentado anteriormente, os seguintes entendimentos sobre teoria e método: teoria como modelo explicativo, fruto de hipóteses ou acúmulo de pesquisas empíricas, fortemente influenciada pela produção de Milton Santos e Henri Lefebvre, enquanto o método está em plena relação com o objeto de estudo (B. V. Pedrosa). Outra perspectiva envolve a defesa da teoria para a compreensão da totalidade e o reconhecimento do método como uma postura filosófica, a fim de evitar análises fragmentadas (D. Volochko). O destaque em favor da renovação teórica, para além de autores clássicos e acompanhada da incorporação de contribuições nacionais e latino-americanas também fora relatada, assim como uma leitura pautada em referenciais teóricos coerentes.

Ponto de consenso entre os entrevistados envolve o alerta aos riscos de fragmentação temática da disciplina, o ato de ignorar contribuições históricas da geografia e uma espécie de pragmatismo acrítico, que prioriza, em certos âmbitos da universidade, a supressão de imediatas demandas sociais em detrimentos da reflexão e da discussão teórica. Acredita-se que a promoção de diálogos interdisciplinares, considerando as especificidades históricas e territoriais da região Sul, posso fomentar avanços e desdobramentos benéficos à geografia e a própria geografia urbana.

O próximo capítulo sistematiza e corrobora entendimentos oriundos das próprias entrevistas em diálogo com apreensões e posicionamentos que emergem desta tese, apresentando-a sinteticamente e discutindo elementos associados à problemática central e revisão da hipótese de investigação.

CAPÍTULO VI

REFLEXÕES E POSICIONAMENTOS DA TESE: ORIENTAÇÕES DE MÉTODO NA GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA

O que se apreende desta sistematização, que realiza um levantamento em diferentes universidades e regiões do país sobre questões concernentes ao entendimento ou compreensão dos (as) docentes entrevistados (as) sobre teoria e método nos estudos sobre a cidade e o urbano na geografia urbana brasileira, revelam um panorama diverso e complexo. Reconhece-se um dos limites metodológicos desta pesquisa, que envolve o fato de que nem todas as universidades com curso de doutorado foram inseridas na investigação e de que a quantidade de docentes entrevistados em cada região foi distinta, tendo em vista que esta etapa da metodologia fora realizada de maneira presencial e virtual, e que, além disso nem todos os docentes convidados aceitaram participar da proposta de pesquisa ou não responderam à carta convite, de forma que o montante de docentes que recusaram participação foram: 9 na região Sudeste, 4 na região Centro-Oeste, 4 na região Norte, 6 na região Nordeste e 4 na região Sul.

Quanto ao entendimento sobre a cidade e o urbano no país, destacam-se elementos que apontam a diversidade e a complexidade das apreensões. Sinteticamente, a partir de algumas considerações obtidas das entrevistas na região **Sudeste**, e destacando pontos específicos considerados relevantes para esta pesquisa, é possível apresentar os seguintes entendimentos: a cidade como representativa da ruptura do isolamento, caracterizada pela aglomeração e socialização de conhecimentos, práticas e afetos (A. L. Damiani); urbanização como processo histórico e dinâmico, marcado por dimensões materiais e simbólicos, em que a luta pela cidade revela seu significado quanto espaço da vida (P. R. T. de Godoy); a cidade como uma materialidade concreta, produzida pelo trabalho humano (F. C. Scarlato); a cidade como uma materialidade perversa ao atender as demandas do modo de produção capitalista (M. A. de Souza); a cidade como uma unidade morfológica e um sistema complexo (P. C. da C. Gomes); a cidade enquanto uma centralidade política, econômica e cultural (H. S. Costa).

Por sua vez, considerando as apreensões sobre a cidade e o urbano na região **Centro-Oeste**, são relevantes as seguintes considerações: a cidade como uma dimensão legal, mas que também envolve e estabelece relações culturais, políticas e econômicas (E. Chaveiro); a cidade como um objeto técnico que recebe e difunde ações e objetos, e cujo entendimento perpassa a simultaneidade para com o urbano e a urbanização (E. Costa); a

cidade como construção humana e espaço contraditório, de esperança e conflito (F. Araújo Sobrinho); a cidade como uma estrutura física e, de forma indissociável, o urbano como modo de vida (J. de Deus); a cidade como concentração e dispersão de excedentes (T. Arrais); a cidade enquanto uma forma concreta e o urbano como um processo mais geral, além de serem pares indissociáveis (N. Campos); a cidade como um produto geopolítico e histórico (R. Sanzio).

Na mesma linha de discussão, considerando as entrevistas na região **Nordeste** do país, acredita-se serem relevantes os seguintes entendimentos: a elitização das políticas urbanas e o ato de ignorar diferentes modos de habitar e viver nas cidades e no urbano (J. Borzacchiello); a cidade como forma-conteúdo e expressão de crises sociais e econômicas (A. Serpa); a cidade como uma materialidade e espaço de encontro (D. Maia); a cidade como produto do capitalismo nesta etapa histórica e o urbano como um modo de vida superior (N. de Almeida).

Como apreensões sobre a cidade o urbano na região **Norte** do Brasil, destacam-se, a partir das considerações sobre as entrevistas com os docentes, os seguintes entendimentos: a vida urbana amazônica associada a dinâmicas singulares, como aquelas promovidas pela relação cidade-rio (T. Schor); a relação dialética entre cidade e floresta, que resulta no reconhecimento de tipologias específicas para as cidades amazônicas (Saint-Clair Trindade Jr.); o destaque aos grandes empreendimentos logísticos na promoção de fronteiras dinâmicas e na alteração das redes urbanas (J. de Miranda Neto).

Já na região **Sul** do país, acredita-se que os elementos a seguir emergem com destaque para apreensão dos entendimentos sobre a cidade e o urbano: cidade como espaço de reunião e simultaneidade, cuja materialização resulta do trabalho humano (D. Volochko); cidade como morfologia e função, ainda resguardando certas características rurais (B. V. Pedrosa); a cidade como materialidade dos processos sociais, sendo representativa de uma forma concreta, enquanto o urbano seria o mais abstrato (T. M. Strohaecker).

A respeito dos entendimentos sobre as escalas de análise da cidade e do urbano, conforme já apresentado e discutido no capítulo IV, apreendem-se os seguintes elementos, a partir das respectivas regiões: **Sudeste**: reflete-se sobre a necessidade de operacionalização das escalas considerando suas articulações, por exemplo, através do reconhecimento de que de o global e o local dispõem-se de maneira interligada e dinâmica. Também, a escala do cotidiano emerge como relevante, assim como análises em microescala (como um bairro ou uma praça), desde que não se limitem a leituras

fragmentadas ou estáticas, mas sim, que se reconheça o potencial da escala visando apreensões totalizantes, tendo em vista os acelerados processos de transformação que recaem e alcançam as cidades e o urbano. **Centro-Oeste:** ressalta-se que as cidades devem ser lidas levando em consideração a articulação e integração de escalas, mas sem hierarquizações rígidas, de forma que emergem como desafios metodológicos a operação de leituras multiescalares e a inserção de visões totalizantes no âmbito da própria complexidade do urbano, o que também perpassa um espectro de risco de fragmentação das análises em geografia. **Nordeste:** destaca-se a necessidade de reconhecimento das interesalaridades, exatamente para compreender que objetos ou recortes do/no urbano não estão isolados, mas sim, perfazem um contexto mais amplo. As escalas intraurbana, interurbana e a microescala são consideradas em sua fluidez e dinamicidade, que dependem do recorte escolhido para análise. **Norte:** vê-se a escala intraurbana expressa em plena relação de dependência com os rios, embora identifique-se alterações associadas a impactos de políticas públicas, que rompem com a lógica tradicional de ocupação à beira-rio. O intraurbano e o interurbano ainda se mantem como escalas importantes para o entendimento da cidade, embora sua totalidade seja apreendida a partir da leitura local-global, multiescalar. **Sul:** destacam-se as conexões multiescalares, considerando os potenciais analíticos da geografia urbana brasileira e sua capacidade de articular escalas em favor do entendimento das relações locais e globais.

Enquanto elementos gerais a respeito do entendimento sobre as escalas de análise, acredita-se que a multiescalaridade emerge como um consenso, no sentido de articulação entre escalas globais, regionais e locais (por exemplo em T. Strohaecker, A. Serpa, A. Damiani), assim com a crítica a análises escalares fragmentadas (J. Borzacchiello, D. Sanfelici). A rejeição a modelos estáticos perpassa o entendimento de que métodos tradicionais são insuficientes para captar a aceleração contemporânea, ao ponto de as escalas emergirem das reflexões como um “conceito obstáculo” (M. A. de Souza). A importância do cotidiano, do vivido e do sujeito envolvem o reconhecimento das práticas espaciais (E. Chaveiro, E. Costa), das novas condições de locomoção intraurbana na Amazônia (T. Schor) e das desigualdades (J. Borzacchiello), sendo, conforme apreende-se, perspectivas fundamentais ao entendimento de como forças globais se materializam no dia a dia das cidades brasileiras. Por fim, se reconhece a influência de autores chaves, como Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Neil Brenner e Saskia Sassen no debate sobre escalas.

Considerando apreensões das entrevistas semiestruturadas a respeito da contribuição de categorias, noções, teorias e conceitos na constituição da geografia urbana brasileira e no âmbito dos estudos sobre a cidade e o urbano, destacam-se, desde a região **Sudeste**, os seguintes entendimentos ou menções por parte dos docentes: rede urbana e hierarquia de cidades, cotidiano e produção do espaço urbano (A. Damiani); segregação, fragmentação e gentrificação (D. Sanfelici); a dialética forma-conteúdo, heterarquia urbana (E. Sposito); horizontalidades e verticalidades (E. Limonad); espaços luminosos e opacos (F. Tozi); território usado (M. A. de Souza); localização, situação e posição (P. C. da C. Gomes). Destaque para as contribuições do geógrafo Milton Santos, cujas proposições acerca das verticalidades/horizontalidades, de espaços luminosos/opacos e de território usado, permearam as reflexões de parte dos docentes.

Na região **Centro-Oeste** destaca-se: sítio, posição, localização e lugar, além de temáticas como: clima urbano, águas urbanas, agricultura urbana e outras (E. Chaveiro); trabalho como tema central (T. Arrais); paisagem, território e espaço geográfico (E. Costa); cultura, paisagem e percepção, no âmbito fenomenológico, assentamentos urbanos e moradia, no âmbito de orientação marxista, e o planejamento urbano (J. de Deus).

Já na região **Nordeste**: espaço geográfico, paisagem, lugar e território (D. Maia); tempo-espaço, segregação, apartação e exclusão social, acesso à terra e propriedade privada (J. Borzacchiello); gentrificação e especulação imobiliária, favelização e periferização, mobilidade urbana (N. de Almeida). Por sua vez, na região **Norte**, emergem novos critérios para se pensar a cidade e o urbano, como alimentares e habitacionais, o conceito de sistemas territoriais urbano-ribeirinhos e sociedade-natureza (T. Schor); limitações de teorias consolidadas e proposições como urbano-diversidade e apreensões de nexos de reestruturação (Saint-Clair Trindade, J. de Miranda Neto). Na região **Sul**, destacam-se: produção do espaço, totalidade e conflitos sociais e de classes (D. Volochko).

Acredita-se, a este respeito, que o distanciamento entre as reflexões dos docentes envolvem questões ou posicionamentos de ordem política, que levam a priorizar, por exemplo, conflitos de classe ou culturas urbanas, o que, intrinsecamente, é também representativo das escolhas ou opções de método e metodológicas. Entre algumas tensões ou contradições, apreende-se as limitações teórico-conceituais ante a complexa realidade urbana e cidadã brasileira.

A respeito de entendimentos sobre teoria e método, tendências atuais da disciplina, assim como de riscos associados à geografia e leituras sobre o que se considera ecletismo, as entrevistas realizadas no país apontam a convergências e divergências. Dando seguimento à proposta, em síntese, acredita-se que seja relevante, inicialmente, elencar por região elementos que indiquem o que ou como se apreende a teoria e o método em geografia.

Desde a região **Sudeste**, a partir da interpretação das entrevistas, emergem como principais entendimentos: teoria e método na superação da aparência em favor do alcance aos fundamentos da realidade (A. Damiani); teoria como guia para entender a realidade e o método quanto o “como” apreender esta realidade (D. Sanfelici); teoria como o que organiza o pensamento e o método como a intermediação entre sujeito e objeto (E. Sposito); teoria como generalização e abstração (F. Tozi); método como uma leitura crítica, para além da descrição (M. Adélia de Souza).

Das apreensões na região **Centro-Oeste** emergem: teoria e método como identidade da ciência (E. Chaveiro); método enquanto uma construção reflexiva pautada na empiria e na filosofia (E. Costa); teoria e método como base da racionalidade científica (J. de Deus); teoria como articulação sistematizada de conceitos e o método como caminho lógico (N. Campos). Na região **Nordeste**, por sua vez, apreende-se os seguintes entendimentos: método como uma visão de mundo, não exclusivo da geografia e do qual decorre a teoria, enquanto arranjo de conceitos (N. de Almeida); teoria associada a explicação científica, sendo o método sua aplicação (J. Borzacchiello); método como um conhecimento universal, não disciplinar (D. Maia); teoria e método vinculados a aproximação para com o objeto (E. Dantas).

Considerando discussões da região **Norte**: teoria e método como pilares da ciência acadêmica, sendo teoria a abstração do concreto e o método como meio (Saint-Clair Trindade); teoria como modelo explicativo aberto e o método enquanto aquilo que transcende disciplinas (J. Miranda Neto); teoria como o que permite “enxergar” a realidade (T. Schor). Por fim, na região **Sul**, destaca-se: teoria como um modelo explicativo e o método enquanto um “caminho”, em relação dialética para com o objeto (B. V. Pedrosa); método como um caminho filosófico, revelando uma visão de mundo e exigindo reflexões sobre a relação ciência e filosofia (D. Volochko); teoria e método enquanto pares complementares, sendo representativos, respectivamente, de generalização e da trajetória do pesquisador (T. Strohaecker).

Estas considerações apontam para uma leitura sobre teoria e método que envolve: i) a necessidade interpretar a diferença entre método e metodologia; ii) o entendimento de que o método não é vinculado a uma disciplina, mas sim, à filosofia; iii) o entendimento de que teoria e método não devem ter um teor dogmático ou inflexível, tendo em vista que as cidades e o urbano brasileiros são atravessados por realidades muito distintas e singulares – como fica explícito, por exemplo, através das entrevistas na região Norte do país; iv) e que o método é uma construção a partir de sucessivas aproximações com a realidade concreta, de forma que o empírico emerge como momento fundamental da análise em geografia.

No que tange as observações sobre tendências ou orientações atuais em teoria e método, partindo da região **Sudeste**, destaca-se o reconhecimento de prevalência do materialismo histórico-dialético, embora se reconheça um movimento crescente em favor da incorporação de outras orientações, como a fenomenologia, além da manutenção de estudos pautados no neopositivismo (D. Sanfelici, E. Sposito). Ademais, se reconhece que cada tendência possui contribuições as análises sobre a cidade e o urbano e que é fundamental o conhecimento de diversas correntes de método, para evitar reducionismos (G. Alvez, A. Damiani). Por fim, aponta-se a relevância de integrar a complexidade de fatores associados a urbanização em metodologias adaptáveis (H. Costa).

Na região **Centro-Oeste**, por sua vez, identifica-se a leitura de que o intelectual deve utilizar a filosofia como artifício para a interpretar do presente e do espaço geográfico, sem classificações rígidas (E. Chaveiro, E. Costa), embora haja o reconhecimento de tendências do positivismo clássico, de abordagens sistêmicas e da geografia crítica/radical, acompanhadas da emergência de orientações humanistas ou comportamentais voltadas à subjetividade (N. Campos). Pauta-se a necessidade de métodos que captem subjetividades e práticas espaciais (J. Deus).

Desde a região **Nordeste** apreende-se uma leitura que aponta a hegemonia do marxismo na geografia urbana brasileira, em suas várias faces e fases, embora se afirme, também, outras orientações, voltadas a fenomenologia, embora minoritárias (A. Serpa, E. Dantas). Na região **Norte** enfatiza-se a crítica a modelos teóricos hegemônicos, em favor de abordagens que valorizem as singularidades locais, reconhecendo o método em sua relação com o objeto de estudo empírico, o que permite reformular teorias e evitar enquadramentos rígidos (T. Schor, J. Miranda, Saint-Clair Trindade).

Na região **Sul** do país, por sua vez, há uma percepção da herança da geografia crítica, centrada nas obras de M. Santos e H. Lefebvre, embora com múltiplas

interpretações e nuances teóricas (B. Pedrosa). Identifica-se também abordagens institucionalistas, marxista-lefebvriana e de geografia decolonial (D. Volochko), assim como posturas que indicam a ocorrência e operação de técnicas quantitativas e abordagens críticas/marxistas e fenomenológicas (T. Strohaecker).

A virada para o século XXI é marcada pelo surgimento de novas pautas de estudos em geografia urbana (temáticas), como aqueles vinculados a perspectivas decoloniais (ou descoloniais) que não recuam da preocupação epistemológica em geografia, tendo em vista o teor do arcabouço que embasam esses estudos (E. Costa, H. Costa, D. Volochko, A. Serpa, R. Sanzio, Saint-Clair Trindade). Perspectivas interseccionais e estudos preocupados com temáticas de raça, gênero, sexualidade e outros, assim como proposições conceituais de território negro, por exemplo, compõem a pauta de estudos sobre a cidade e o urbano na contemporaneidade, embora não direta ou unicamente vinculados a uma geografia existencialista ou a fenomenologia (R. Sanzio, E. Costa, E. Sposito, A. Serpa, E. Chaveiro, D. Volochko, P. Vasconcelos).

É fundamental ressaltar que a diversidade de tendências de método e de temáticas de investigação e estudos sobre a cidade e o urbano, não é sinônimo de falta de rigor, atenção ou preocupação metódica. Esta discussão envolve os entendimentos a respeito do que se considera como ecletismo. No âmbito das críticas, destaca-se a superficialidade e a falta de coerência teórica associadas ao ecletismo, em que as bases filosóficas constitutivas da investigação não são assumidas ou devidamente expressas, resultando em uma mistura acrítica de métodos, que não possuem condições de apreender a realidade em sua complexidade (A. Damiani, P. R. Godoy, N. de Almeida, D. Volochko). Antônio Carlos Robert de Moraes apresentou, em diferentes estudos, o problema do ecletismo difuso e mal explicitado na geografia, como lembra E. Costa em sua entrevista.

Por sua vez, também fora destacado que acusações de ecletismo podem estar associadas ao não entendimento de que, atualmente, faz-se necessária a construção ou proposição de novas teorias ou métodos, com fins a captar as complexas dimensões urbanas do real concreto (A. Serpa, H. Costa). O que se apreende é a necessidade de rigor metódico, o respeito às categorias geográficas, operando e dialogando com propostas e autores que possuem nexos de complementariedade, reconhecendo que o momento da pesquisa e o objeto de estudo podem indicar o uso de um ou outro método, deixando explícito os fundamentos e a postura filosófica da investigação (A. Serpa, E. Costa, M. Adélia de Souza).

Outros riscos, não necessariamente atuais, envolvem a fragmentação da disciplina, associada ao abandono da categoria totalidade, em que diversidade de temáticas e pautas de pesquisas, embora fundamentais, inclusive no aspecto político e representativo de grupos sociais, pecam, muitas vezes, pela falta de articulação ou preocupação com a dimensão espacial da disciplina (A. Serpa, M. Adélia de Souza, P. R. Godoy, P. Vasconcelos, E. Costa). O reducionismo, acompanhado do empiricismo abstrato ou do teorismo distante do real concreto, e a perda de identidade da disciplina pelo abandono das contribuições acumuladas, também envolvem um espectro de risco à geografia, em que a pouca relevância desta ciência do presente e seu isolamento chamam a atenção da comunidade geográfica, no sentido de nos aproximarmos de debates e estudos mais amplos, preocupados com a realidade do país e com projetos nacionais de desenvolvimento (N. de Almeida, D. Maia, D. Volochko).

Apreende-se que a geografia urbana brasileira se encontra em um momento marcado por uma tensão entre a necessidade de abordagens plurais e os riscos de fragmentação e perda do potencial de contribuição da disciplina. Assim, como alguns avanços, acredita-se que é possível elencar a incorporação de novas ou outras perspectivas de método, como a fenomenologia e o existencialismo, e novas temáticas, como as de gênero, raça, sexualidade e cultura, assim como abordagens decoloniais.

Como desafios, a manutenção do rigor teórico, metódico e metodológico, fundamentados na realidade concreta e em coerentes e sólidas posturas filosóficas, evita práticas ecléticas não recomendadas e permite o resgate e a operação da categoria de totalidade. Uma *práxis* dialética, que articule teoria e empiria, escalas macro e micro, e projetos nacionais com singularidades locais, podem apontar caminhos profícuos à geografia e à própria geografia urbana brasileira, o que por si já indica um necessário esforço e exercício da teoria e do método.

Na busca de elementos para uma correlação de ideias, apresenta-se a figura 3, na qual consta a universidade em que os respectivos docentes entrevistados nesta pesquisa obtiveram sua formação no doutorado. O que se apreende é a manifestação de uma influência, especialmente, da Universidade de São Paulo, através da atuação de doutores (as) em universidades de todas as regiões do país, elemento que talvez explique o posicionamento ou a perspectiva em teoria e método da maioria dos entrevistados. Acredita-se que o peso formativo tenha rebatimento na atuação profissional dos docentes e que, simultaneamente, é atravessado pelas influências do próprio local ou região, isto é, pelas singularidades e particularidades, que conformam o cotidiano e o vivido, exigindo

posicionamento e postura em prol do reconhecimento de que o empírico e a aproximação com o objeto de estudo pautam um momento de construção do método e da teoria.

Figura 3 – Escola de formação acadêmica

DOCENTE	UNIVERSIDADE
Francisco Capuano Scarlato (1989)	Universidade de São Paulo
Amalia Inês Lemos (1980)	Universidade de São Paulo
Amélia Luisa Damiani (1993)	Universidade de São Paulo
Maria Adélia de Souza (1975)	Universidade de Paris I, U.E.R., França.
Gloria Anunciação Alves (1999)	Universidade de São Paulo
Paulo Roberto Teixeira de Godoy (2002)	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Eliseu Sposito (1990)	Universidade de São Paulo
Paulo César Da Costa Gomes (1992)	Université Paris-Sorbonne, PARIS 4, França
Ester Limonad (1996)	Universidade de São Paulo
Daniel de Mello Sanfelici (2013)	Universidade de São Paulo
Fabio Tozi (2012)	Universidade de São Paulo
Geraldo Magela Costa (1984)	London School Of Economics And Political Science, LSE, Grã-Bretanha
Heloísa Soares de Moura Costa (1995)	Universidade Federal de Minas Gerais
João de Deus (2002)	Universidade de São Paulo
Eguimar Felício Chaveiro (2001)	Universidade de São Paulo
Tadeu Pereira Alencar Arrais (2005)	Universidade Federal Fluminense
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos (1995)	Escola Politécnica da Universidade da Universidade de São Paulo
Everaldo Batista da Costa (2011)	Universidade de São Paulo
Fernando Luiz Araújo Sobrinho (2008)	Universidade Federal de Uberlândia
Neio Lúcio de Oliveira Campos (2003)	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Tatiana Schor (2005)	Universidade de São Paulo
Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (1998)	Universidade de São Paulo
Jose Queiroz de Miranda Neto (2016)	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Pedro de Almeida Vasconcelos (1985)	University of Ottawa
Angelo S. Perret Serpa (1994)	Universitaet Fuer Bodenkultur Wien
José Borzacchiello da Silva (1987)	Universidade de São Paulo
Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida (2008)	Universidade de São Paulo
Eugênia Maria Dantas (2003)	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Doralice Sátyro Maia (2000)	Universidade de São Paulo
Breno Viotto Pedrosa (2013)	Universidade de São Paulo
Tânia Marques Strohaecker (2007)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Danilo Volochko (2012)	Universidade de São Paulo

Fonte: elaboração própria (Brasília, 2025).

Frente a este cenário marcado por desafios e potencialidades que perpassam a disciplina, e compondo um esforço de posicionamento acadêmico (e político) em geografia, acredita-se que o pensamento de Milton Santos, expresso através da categoria de formação socioespacial, seja relevante a esta reflexão, emergindo como uma chave interpretativa ao entendimento das transformações históricas e geográficas que perpassam as cidades e o urbano no país. A partir de relato das entrevistas:

Em termos de método, acho que não podemos faltar ou deixar de alimentar o debate, sobretudo com autores como Milton Santos e o debate feito com a economia política, com a crítica da economia política. [...]. Do espaço geográfico ninguém está com o corpo fora. Não existe corpo fora do espaço geográfico. É nesse sentido. A escala do corpo é isso. Isso nos faz uma instância. Isso percorre, e o Milton Santos fez um debate com Lênin, que era um debate sobre desenvolvimento, justamente, colocando o espaço, filosoficamente, diante da formação socioeconômica. Colocando uma instância no

espaço geográfico. Milton diz, “olha, podemos falar de formação socioespacial”. Não dá para se aproximar do urbano e da cidade sem esse debate. Porque ele vai dar conta daquelas coisas que eu falei. O que é o Brasil? Um país genocida, escravagista, colonialista, e que, ao mesmo tempo, formou uma população indígena, uma população quilombola, uma população negra, uma população de imigrantes. E que resultou em diversos modos de vida possíveis. Todos que são, evidentemente, abafados pela hegemonia, mas que estão procurando território como abrigo, no sentido do território usado. (Nilo Lima, 19/05/2025)

Não é o objetivo desta tese se focar na categoria de formação socioespacial, o que necessitaria uma discussão aprofundada e sistematizada, com vias a alcançar a gênese e a fundamentação filosófica da proposta. Entretanto, a menção à formação socioespacial deriva do fato de que, conforme nos ensina Milton Santos (2014a), esta exerce um papel de mediação entre Mundo e a Região, o Lugar, sendo também mediadora entre o Mundo e o Território. Destaca Santos (2014a, p. 337) que esta mediação “não cabe ao território em si, mas ao território e seus usos, num dado momento, o que supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem, formas atualmente usadas e, de outro lado, a existência de normas de uso, jurídicas ou meramente costumeiras, formais ou simplesmente informais”.

Santos (2014b) compreende a formação social como uma estrutura organizacional e técnica capaz de englobar as complexidades dos diversos modos de produção, cujas formas encontram-se indissociavelmente ligadas as relações de produção vigentes, as quais, por sua vez, devem ser analisadas e consideradas em sua relação com o espaço. Adotando uma dialética marxista e o materialismo histórico-dialético (o que já aponta a uma preocupação de método fundamental e indispensável a geografia), a formação socioespacial possui condições de oferecer uma interpretação totalizadora, incorporando uma dimensão de complementariedade no que confere a história e a geografia, estimulando uma perspectiva que supera a fragmentação espacial (Santos, 2014b). Para o autor,

Se a Geografia deseja interpretar o espaço do humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial e permitir a sua transformação a serviço do homem. Pois a história não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social. (Santos, 2014b, p. 22)

Para Silveira (2011), a divisão territorial do trabalho promove uma hierarquia entre os lugares, redefinindo, a cada momento da formação socioespacial, a capacidade de agir das pessoas, firmas e instituições. Em diálogo, a autora ressalta a relevância de

apreensão da constituição do território a partir de seus diversos usos, captando seu movimento conjunto, assim como de suas partes, e reconhecendo suas respectivas complementariedades. De acordo com a autora,

A formação socioespacial é a totalidade que explica os processos, daí que a escala que ela representa mais do que uma outra delimitação é um imprescindível partido de método. Como é uma mediação entre as possibilidades do período histórico e as existências nos lugares, permitir-nos-ia transformar um discurso geral sobre o presente numa análise concreta de um país e suas regiões, sem, por isso, cair numa mera descrição dos lugares a modo de inventário. (Silveira, 2011)

Frente aos riscos ressaltados pelos entrevistados, como o de abandono da categoria totalidade, reducionismo e fragmentação disciplinar, acredita-se que a categoria formulada pelo professor Milton Santos permita uma operação em favor do debate sobre a unidade da geografia, apontando os caminhos e reforçando a necessidade de superação de dicotomias clássicas, como geografia humana e geografia física, natureza e sociedade, teoria e empiria, objetivo e subjetivo, pensando o espaço como uma totalidade concreta. E permitindo, além disso, que nossa discussão seja sobre geografia.

A apreensão e o esforço teórico-metódico em prol da unidade da geografia, através da articulação de dimensões físicas e humanas, e considerando sua articulação com a categoria de formação socioespacial, emerge como um momento para o entendimento da cidade e do urbano no país. Como já aludido nesta pesquisa, as cidades e o fenômeno urbano são marcados por complexidades e elementos regionais, onde as dimensões físicas, econômicas, políticas e culturais se materializam, conformando realidades urbanas e citadinas permeadas de singularidades e particularidades, não necessariamente consideradas em formulações teóricas consolidadas ou hegemônicas.

O território usado de uma nação, isto é, sua formação socioespacial, emerge como conceito-chave para interpretação da realidade das cidades e do urbano no Brasil, fornecendo o partido de método para a formulação de uma pequena teoria da urbanização brasileira como processo, forma e conteúdo dessa forma (Santos, 2014a, 2014b).

Conforme ensina Morin (1977), devemos superar a concepção de um conhecimento cumulativo, “enciclopédia”, em favor da busca de um “*en-ciclo-pedismo*” que procure articular o disjunto, sem cair novamente na ideia cumulativa ou no totalitarismo de sistemas unitários. Para o autor, “o esforço referir-se-á, pois, não a totalidade do conhecimento em cada esfera, mas aos conhecimentos cruciais, aos pontos estratégicos, aos nós de comunicação, às articulações organizacionais entre as esferas disjuntas” (Morin, 1977, p. 23).

A proposta do autor é de um entendimento do método como um elemento organizador do pensamento, que nos permita reaprender a aprender; aceitando caminhar sem caminho, fazer o caminho no caminhar. Portanto, “não trago o método nem parto à procura do método. Não parto com o método, parto com a recusa, plenamente consciente, da simplificação. A simplificação é a disjunção entre entidades separadas e fechadas, a redução a um elemento simples, a expulsão daquilo que não cabe em um sistema linear” (Morin, 1977, p. 24).

Aproximando-se de uma geografia crítica e humanista, no esforço de reflexão totalizante, de superação de dicotomias em geografia e de inserção de uma postura e de um posicionamento na tese, propõe-se o diálogo em favor de uma *práxis integradora*, em prol da construção do método e de um entendimento da geografia como ciência e como existência (Costa; Suzuki 2012). Caminha-se na direção de uma *geografia do possível*, reconhecendo a importância da utopia como possibilidade e abertura ao método (filosófico), correlacionando, por exemplo o materialismo histórico e o existencialismo (Costa; Scarlato, 2019; Scarlato; Costa, 2017; Costa; Suzuki, 2012). A partir das reflexões de Scarlato & Costa (2017, p. 2)

Entendemos que a fenomenologia também permite construir um discurso sobre a natureza urbana como produto histórico, quando a essência se faz e perfaz a materialidade histórica. Percepção, essência e existência são categorias da fenomenologia, as quais potencializam e auxiliam no alcance da concretude ou do significado histórico do urbano. Sabemos que é pela percepção que formamos nossa consciência do mundo e de sua diversidade, e o marxismo nos ensina que no ato do trabalho humano produzimos nossa consciência no/do mundo. Temos, por assim dizer, a consciência constituída na recíproca determinação ser-mundo que revela o existir, quando existir é ter consciência de estar no mundo.

As entrevistas, no geral, apontam ao reconhecimento da diversidade que perpassa as leituras sobre a cidade e o urbano no Brasil, e as questões atinentes à teoria e ao método, que expressam e refletem a complexa e a multifacetada realidade urbana e citadina do país e do mundo. Da mesma forma, considera-se as ressalvas e observações dos entrevistados a respeito dos riscos que envolvem esse procedimento, potencialmente nocivos à geografia quando suas bases ou posturas filosóficas não são assumidas ou bem operadas no momento da investigação, o que está associado a uma má interpretação dos métodos e das categorias de análises geográficas.

Considerando o atual contexto de estudos e pesquisas sobre a cidade e o urbano, como aludido anteriormente, e o atual contexto político e econômico nacional, marcado pelo neoliberalismo e avanço da extrema direita fascista, a geografia deve amparar-se em

consolidadas posturas filosóficas, para apreender a totalidade das relações que se estabelecem em um dado recorte da realidade urbana. E, simultaneamente, inteirar-se dos grandes projetos de desenvolvimento nacional e fornecer subsídios teóricos, metódicos e metodológicos para responder aos anseios da população, através do diálogo, da interdisciplinaridade e da busca por nexos que fomentem e estimulem apreensões sobre a cidade e o urbano em sua complexidade.

O embate entre idealismo e materialismo é corrente na geografia, embora, talvez, sejam mais escassas as proposições de superação. Para Martins (2016, p. 64), é necessário observar o propósito dominante de um conhecimento no âmbito do contexto histórico e social, como a razão de sua existência ou institucionalização; “possivelmente, este aspecto marcou mais a sua história que as polêmicas e discussões em torno do que é geografia como dado do real, ou sobre seus fundamentos teóricos”.

Cabe, para o autor, reconhecer a geografia como fundamento da realidade e a apreensão de que a consciência geográfica perpassa o entendimento de uma determinação geográfica da existência. Assim, a partir de Martins (2016), reflete-se a respeito da necessidade de reformulação de perguntas como “o que é a cidade” ou “o que é o urbano”, para “o que é o geográfico”. Nas palavras do autor

A geografia ou o geográfico, enquanto fundamento, é algo que se estabelece a partir da relação sociedade/natureza. Ou seja, tanto no sujeito como no objeto a relação entre sociedade e natureza se traduz numa ordem espaço-temporal dos elementos que resultam da relação. Quando a relação ocorre, uma determinação fundamental da existência ganha sentido em ato e potência. Surge a ordem tópica da e na existência humana. E esta determinação se explicita quando fazemos a pergunta cardinal: onde? O que significa afirmar que, a partir daí, a localização das coisas em geral não serão aleatórias, obedecerão a um motivo. E, quando algo se localiza, o faz em relação a outros, assim, a localização nos remete à distribuição. E nesta uns em relação aos outros estarão mais ou menos distanciados, eis a noção de distância. Distâncias maiores e menores nos permitem falar em densidade que, sendo maiores ou menores, significam maior ou menor número de elementos implicados, e, a possibilidade de um conjunto desses se relacionar com outro pode nos remeter à noção de escala. Eis os princípios cuja síntese estabelece o geográfico: Localização, Distribuição, Distância, Densidade, Escala. Em outras palavras, podemos afirmar que é por meio da síntese destes que o geográfico se estabelece. (Martins, 2016, p. 64)

Para Scarlato & Costa (2017), o foco está no diálogo dos métodos fenomenológico e materialista histórico, em favor da problematização sobre a essência do urbano. De acordo com os autores, o materialismo histórico possui condições de explicar a produção das formações socioespaciais e as cidades, embora reconheçam, também, que as

condições materiais da existência humana não suficientes para explicar esta existência. Scarlato & Costa (2017) destacam, então, que o ser humano tem emoções e percepções que permitem a elaboração de representações simbólicas garantidoras da busca do outro.

Nas palavras dos autores,

Existir não é uma posição etérea, o fundamento da existência é o mundo real também feito de abstrações, imaginários, representações simbólicas: garantidores da coesão social. Aceitamos que o materialismo histórico é o fundamento da produção da sociedade, mas não parte da indústria moderna a sociedade urbana ou a natureza do urbano. Sendo também o mundo das representações, da cultura, do habitar e do construir, que já existiam nas cidades gregas, medievais, renascentistas, o urbano é devir objetivo, subjetivo, emocional e, sobretudo, histórico. (Scarlato; Costa, 2017, p. 13)

Acredita-se que a própria realidade, complexa, diversa e multifacetada, exige posicionamento crítico, propositivo e criativo em prol da formulação de novas teorias e posturas ante as tendências de método vigentes na geografia, fundamentadas no real empírico, na realidade concreta e nas teorias testadas, visando a superação de dicotomias e o movimento de promoção do conhecimento geográfico (Costa & Scarlato, 2019). Para os autores, o trabalho de campo e a observação são as oportunidades de revisão da teoria e da singularidade geográfica, à luz das interações sociedade-natureza de paisagem, território, lugar e região. De acordo com os autores,

La preocupación filosófica con lo empírico y su status científico (que lleva a K. Popper a pensar el racionalismo crítico) hace creer que el trabajo de campo es la fuente que vivifica la singularidad geográfica: una ciencia humana reveladora de los múltiples procesos que forjan la interacción sociedad-naturaleza y que, a la luz de los métodos filosóficos, comprende las existencias geográficas subsidiadas por el espacio. Racionalizar el espacio geográfico, críticamente, es práctica singular de la disciplina posible a través del trabajo de campo, pues a través del territorio y del paisaje se traslapa economía, política y representación del mundo, objetivación materia lista y subjetivación fenomenológica, la existencia espacial. Si la totalidad es el conjunto de las relaciones esenciales de un fenómeno, el trabajo de campo posibilita encontrar, en su complejo, la interacción entre el ser del espacio (mediado por los conceptos disciplinares) y el propio fenómeno. (Costa; Scarlato, 2019, p. 648)

Assim, cidade e urbano, essência e aparência, objetividade e subjetividade, emergem como termos indissociáveis e historicamente determinados na leitura sobre a natureza do urbano (Scarlato; Costa, 2017). Para os autores, existir não é uma posição etérea, uma vez que o fundamento da existência do mundo também é feito de abstrações, imaginários e simbolismos, é o mundo das representações, da cultura, do habitar e do construir, elencando o urbano como devir objetivo e subjetivo, emocional e histórico.

Pensar a cidade em sua totalidade (filosófica) perpassa a consideração de que cada porção do espaço urbano resguarda especificidades no interior desta totalidade dinâmica correspondente ao espaço geográfico, não como fragmentos isolados, mas sim, partes que interagem no movimento histórico total da formação social em que a cidade está inserida (Scarlatto; Costa, 2017). A superação da dicotomia entre materialismo e idealismo e entre objeto concreto e ideia, pode nos conduzir a reflexões sobre o protagonismo das utopias, e o desafio de proposição de novas metodologias ou modelos de leituras do território nacional, como uma chance de capturar o espaço geográfico em movimento e propor reflexões sobre *a cidade e o urbano possíveis*, enquanto um esforço propositivo emergente das considerações realizadas nesta tese, que não se limita ao entendimento sobre a cidade e o urbano no âmbito do modo de produção de capitalista e das normas institucionalistas, mas que tampouco nega sua realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento que culminou na modernização da Geografia no Brasil, a partir de 1934, fora acompanhado, no âmbito dos estudos sobre a cidade e o urbano, de forte dependência externa, especialmente por parte da escola francesa e anglo-saxônica de geografia, concretizada na fundação de centros como a Universidade de São Paulo (USP), a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – estes últimos fundamentais para difusão do conhecimento e da prática geográfica no país (Monteiro, 1980). A expressão dessas influências se manifestou, em um primeiro momento, no embate entre a proposta das monografias urbanas de Pierre Monbeig e a abordagem processual da ecologia humana, proposta por Donald Pierson. Aquela, pautada no naturalismo francês, se afirmou na Geografia brasileira e orientou por décadas os estudos urbanos no país (Abreu, 1994a).

Desde os eixos centrais de produção do conhecimento, a partir da segunda metade da década de 1950, a Geografia e os estudos urbanos se abriram para novas concepções teórico-metodológicas, de forma que as cidades se tornaram espaços cada vez mais complexos e privilegiados pela concentração do poder decisório, como reflexo e produto de uma sociedade classista, fornecendo à geografia uma aplicabilidade jamais vista (Abreu, 1994b; Abreu, 2002). Faz-se referência às tentativas de renovação capitaneadas pela geografia ativa, geografia aplicada, geografia voluntária e outras, propagadas por nomes como Pierre George, Michel Philipponneau, Michel Rochefort, Jean Labasse e Jean Tricart (Abreu, 2002).

Não tardaria para que, já nos anos 1960, a influência de autores como Walter Christaller, Alfred Weber, August Lösch, Ernest Watson Burgess, Homer Hoyt fosse sentida no Brasil, pautada nas análises das relações entre os espaços urbanos extrapolando o âmbito do espaço interno das cidades e entendendo-as enquanto “sistemas complexos” (Abreu, 1994b). A proposta do neopositivismo e sua “revolução quantitativa” fizeram com que o IBGE se abrisse à geografia anglo-saxônica, sendo um veículo de divulgação das técnicas quantitativas e das preocupações “teoréticas” (Monteiro, 1980; Faissol, 1989).

Nas raias da crise que recairia sobre as ciências sociais e humanas a partir dos anos 1970, o movimento neopositivista passa a ser alvo de críticas. Os esforços ou tentativas de contestação das orientações analítico-descritivas manifestaram-se através do materialismo histórico-dialético, fundamentado em autores como David Harvey, Henry

Lefebvre, Manuel Castells, Alain Lipietz, Paul Singer e outros, mas também a partir da fenomenologia-existencialista, como por Yi-Fu Tuan, David Lowenthal, Edward Relph e Anne Buttimer, por exemplo. Ambas as perspectivas influenciaram os estudos em geografia urbana no país, embora a orientação crítica-marxista, em suas diversas faces, tenha tido destaque, dadas as condições materiais do período e o contexto histórico-geográfico de então.

A despeito de nomes como Carlos Delgado de Carvalho Neto, Caio Prado Júnior, Josué de Castro, Aroldo de Azevedo, Pedro Pinchas Geiger, Lysia Bernardes, Roberto Lobato Correa, Milton Santos, Maria Adélia de Souza entre outros, que se dedicaram aos estudos e debates geográficos no país, as influências estrangeiras sempre estiveram presentes no desenvolvimento da geografia urbana brasileira, o que culminou, nas palavras de Monteiro (1980), em uma “geografia tutelada”. Entretanto, não se trata, segundo o autor, de invalidar ou subestimar tais influências, mas sim de compreendê-las criticamente e de apreender os indicativos e as proposições em favor de uma geografia urbana pensada desde o território nacional e sua realidade empírica nas cidades.

Monteiro (1980) aponta um “lapso de defasagem temporal” associado à ideia de “dependência externa”, ao se falar da produção geográfica entre os anos de 1934 e 1977. O autor indica alguns aspectos negativos deste fato, dentre os quais está: a falta de universalidade dos nossos graus de dependência, dirigidos ao menos a dois centros específicos; a infidelidade às nossas temáticas essenciais, dadas as características e especificidades do território brasileiro; o afastamento progressivo do geógrafo tanto de sua comunidade quanto da sociedade nacional; e a falta de avaliação crítica e ajustamento de modelos aos casos específicos do país, associados ao esquecimento e a ignorância das proposições internas.

Apreende-se que um esforço fundamental, em favor de uma geografia brasileira, pensado desde nosso território, tenha sido operado por Milton Santos, especialmente a partir de seu retorno ao Brasil em 1978, depois de quatorze anos de exílio forçado, o que, paradoxalmente, fortaleceu seu compromisso com a transformação da sociedade brasileira e latino-americana, exigindo um empenho teórico que resultou na formulação da crítica e superação do empirismo na Geografia e na elaboração de uma teoria espacial revisada desde o Sul (Costa *et al*, 2022). A proposta de Milton Santos em sua “Geografia Nova” fomentou a renovação da disciplina, a incorporação e atualização de conceitos e teorias, além de maior e mais completa capacidade de interpretação do mundo e da

realidade brasileira através da leitura do espaço geográfico, já na vigência do período técnico-científico-informacional que se anunciava, paulatinamente, como globalização.

É importante o entendimento de que as tendências ou orientações de método em geografia e suas respectivas influências não são lineares, tampouco é possível interpretá-las como paradigmas superados. Ao contrário, as influências são simultâneas e cruzadas, de forma que o esforço, conforme acredita-se, não deve estar pautado na busca pela definição da especificidade da geografia (urbana) ou na busca de um único método que venha a ser capaz de abarcar a totalidade das relações ou dos eventos que atravessam o fenômeno urbano e que se materializam nas cidades. A razão deste posicionamento está na realidade empírica de nossas cidades, marcadas por uma enorme diversidade no que diz respeito as formas de ser, estar e habitar no urbano, que resguardam complexidades e nuances a serem captadas pelos métodos e pelas teorias.

É partindo da necessidade de entendimento das teorias e dos métodos enquanto instrumentos de análise da realidade objetiva, no movimento de evolução do pensamento geográfico brasileiro sobre a cidade e o urbano, que a presente proposta de pesquisa elencou como **problema central** o seguinte questionamento: como se manifestam, no atual período técnico-científico-informacional, os fundamentos em teoria e método sobre a cidade e o urbano no pensamento geográfico brasileiro?

Ao final da investigação, acredita-se que a **hipótese** elencada tenha sido **confirmada**. Qual seja: os fundamentos da teoria e do método se manifestam em uma perspectiva menos ortodoxa, amparados em metodologias pluralistas e representativos de uma Geografia Urbana brasileira mais diversa e marcadamente interdisciplinar, dadas as condições do período técnico vigente. **Complementando a hipótese**, postulou-se que: a geografia urbana brasileira reduz, gradualmente, sua dependência teórico-metodológica externa e diversifica seus centros de influências, enquanto promove a valorização de temáticas prioritárias às comunidades de geógrafos locais, para além do eixo “Rio-São Paulo”, resultando na valorização e diversificação da produção geográfica nacional e na maior conscientização das problemáticas e questões urbanas internas ao país.

Reflete-se a partir desta investigação, que a virada para o século XXI, marcada pela emergência da globalização e pelo avanço nas tecnologias de comunicação e de informação, a despeito das previsões ou perspectivas de homogeneização do espaço geográfico, estimulou a diferenciação dos lugares, especialmente das cidades. Este aspecto favoreceu e permitiu ampliar o leque de análises ou estudos sobre a cidade e o urbano, reforçando o cotidiano e o vivido como momentos fundamentais para apreensão

da realidade concreta, através dos sujeitos, e desnudando relações e interações que escapam à lógica formal e as abordagens analítico-descritivas orientadas pelo (neo)positivismo.

Cultura, questão de gênero, raça, sexualidade, decolonialidade e outras temáticas que perpassam a agenda contemporânea em geografia urbana carecem, para sua apreensão, de métodos e teorias que estejam abertos e que reconheçam o aspecto multifacetado, transescalar e transtemporal da realidade urbana e citadina brasileira. Ao considerarmos o processo de formação territorial do Brasil, destacam-se elementos regionais permeados por singularidades e particularidades, os quais, conforme defende-se, exigem um posicionamento que não parta do método ou da teoria como um *a priori*, mas sim, como um momento da análise que exige: esforço de abstração teórico-conceitual, consideração da categoria de totalidade, e a busca pela construção do próprio método e da teoria mediada pelo ou a partir do objeto de pesquisa, isto é, através de uma *práxis* teórico-empírica operada na realização de trabalhos de campo.

A expansão e a interiorização dos cursos de pós-graduação em geografia, a partir dos anos 1980, contribuiu para reflexões e análises sobre a cidade e o urbano para além dos centros de produção já consolidados, como por exemplo a USP e a UFRJ, favorecendo o contato e o reconhecimento de *outras* realidades urbanas. Entende-se que este movimento contribuiu para a complexificação e diversificação da pauta de estudos urbanos. Entretanto, se reconhece o fato de que a expressão de centros como a USP reflete-se na formação de geógrafos (as) doutores (as), de diferentes gerações, que atuam em todas as regiões do país, o que justifica ou explica a vigência de determinadas influências, como as que remetem as obras de Milton Santos e Henri Lefebvre, cujas proposições, conforme apreende-se, são colocadas ante a realidade empírica de cada lugar, seja para validação ou revisão.

Assim, a **tese** confirmada é a de que, a partir dos anos 1990, manifesta-se uma geografia urbana mais diversa metodologicamente, pautada em uma leitura da teoria e do método mediada pela variedade das características locais e regionais, cuja complexidade e dinamicidade perpassam a necessidade de posturas menos ortodoxas, que reconheçam as singularidades e as particularidades locais, além da simultaneidade com o global e atenção à totalidade, evitando análises estanques e ultrapassando a descrição fenomênica, em favor da leitura de elementos signos do que é o geográfico no âmbito das cidades e do urbano. É neste sentido que se acredita e se reconhece o potencial da categoria de formação socioespacial proposta pelo professor Milton Santos, por fornecer os

instrumentos analíticos necessários para captar o movimento da totalidade social, isto é, do real concreto, nas mais diversas escalas e temporalidades. Emerge, então, a formação socioespacial, como reflexão desta tese, que buscou uma aproximação do objeto de estudo cidade, visando sua construção e entendimento no âmbito da geografia urbana brasileira.

Agora, realizado este processo de aproximação, crê-se que há condições para discussão do método pautada na unidade da geografia para reconstituição e apreensão da cidade e do urbano. Penso que isso seja representativo de um exercício de construção do método, em que as entrevistas realizadas com docentes foram fundamentais neste sentido. Não seria possível empreender esta análise partindo de um ou outro método *a priori*, era preciso, antes, aproximar-me do objeto de estudo em questão, para captar suas diversas faces e espectros de realização concreta em cada realidade regional, para então ter condições – futuras – de partir para uma análise pautada no método.

A leitura totalizante da realidade, em oposição e superação de uma perspectiva taxonômica e dicotômica, aponta a um entendimento do método como um modo associativo de se pensar o mundo, por meio do estabelecimento das relações e das conexões entre os fenômenos analisados (Moraes, 2014).

Entender a categoria de totalidade enquanto um enfoque e instrumento de pesquisa, e não como um objeto empírico ou categoria absoluta, é fundamental para a apreensão de uma realidade cada vez mais dinâmica e associada a transescalaridade e a transtemporalidade necessárias à revisão do método, da teoria e dos conceitos (Costa; Scarlato, 2019; Moraes, 2014). De acordo com Moraes (2014), observa-se que a fundamentação teórica das investigações em Geografia advém de diálogos entre correntes e autores distintos, revelando um leque de influências que não se reduzem a classificações únicas e genéricas.

Paul Feyerabend (2011) ressalta que um método fixo ou uma teoria fixa da racionalidade são baseados em uma concepção ingênua do homem e de suas circunstâncias sociais, de forma que, com vias a maximização e compreensão de um conteúdo empírico, faz-se necessária a introdução de outras concepções, indicando a adoção de uma metodologia pluralista.

Dentre os argumentos favoráveis à operacionalização de uma metodologia pluralista está a coincidência entre o indivíduo e o mundo em que vivemos, “do puramente subjetivo e arbitrário com o objetivo governado por regras” (Feyerabend, 2011, p. 65), e o fato de que, ao contrário de pressupostos que defendem que observações precisas e teorias bem confirmadas são elementos decisivos na promoção do conhecimento, a

ciência é um processo histórico, heterogêneo e complexo, que coaduna “antecipações vagas e incoerentes de ideologias futuras ao lado de sistemas teóricos altamente sofisticados e formas de pensamento antigas e petrificadas” (Feyerabend, 2011, p. 146).

Por esta razão, apresenta-se e discute-se o potencial de diálogo e de aproximação entre o existencialismo e o materialismo histórico-dialético, por exemplo, assumindo o ecletismo e reconhecendo os riscos de tal empreitada, que não são novidades ditas ou praticadas na geografia. Ante a fragmentação do mundo contemporâneo, acredita-se e defende-se que a geografia deve posicionar-se em outro espectro, sem ceder a modismos ou a tentações de agendas de pesquisas neoliberais sem comprometimento com a alteração da realidade social. Para tanto, atenção ao método e a teoria para leitura e apreensão desta realidade, além da exigência de um esforço de abstração, totalização e coragem – ante o pensamento hegemônico, parcelar e dicotômico, faz-se necessária uma geografia rigorosa com em seus preceitos categoriais.

Não se almeja com esta investigação encerrar o debate sobre as tendências contemporâneas da teoria e do método nos estudos sobre a cidade e o urbano no país, mas contribuir com investigações concernentes ao tema desta tese e fornecer elementos para discussões futuras. Tampouco busca-se dizer ou apresentar “o que é a geografia urbana brasileira”, de forma engessada, mas apontar alguns fundamentos que se aproximam do que ela é, dentro das condições materiais e concretas que perpassaram a exequibilidade desta investigação, reconhecendo as limitações metodológicas.

As discussões que compõem a tese, tendo em vista o amplo recorte temporal e territorial elencado, assim como a complexidade e a diversidade que perpassam as análises sobre a cidade e o urbano no país, não se encerram aqui. Acredita-se que a pesquisa abre caminhos para a crítica, além de potenciais investigações e aprofundamentos analíticos e aproximar do entendimento sobre o cenário ou o contexto atual da teoria e do método no âmbito dos estudos sobre a cidade e o urbano no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, I. Geografia urbana: questões sobre sua natureza e seu objeto. In: CARLOS, A. (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994b, p. 129 – 136.

ABREU, M. A. A cidade da geografia no Brasil: percursos, crises, superações. In: OLIVEIRA, L. (org.). **Cidade, história e desafios**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 42-59. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6816/1264.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ABREU, M. A. Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, 43(4), 577-586, 1981. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1981_v43_n4.pdf#page=101.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

ABREU, M. A. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

ABREU, M. A. **O estágio atual da Geografia no Brasil: uma visão crítica**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza, p. 365-368.

ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. In: CARLOS, A. (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994a, p. 199 – 322.

ABREU, M. A. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, 3(4), 5-26, 1998. Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2025.

ABREU, S. F. Esboço das regiões naturais do Estado da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, 1(1), 68-76, 1939. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

AIGNER, C. H.; PIRES, C. L. O contexto escolar dialogando com microterritorialidades urbanas: possibilidades includentes. **Terr@ Plural**, 6(2), 353–365, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/3277>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ALMEIDA, E.; LIMA, O. Análise fatorial de 3 áreas metropolitanas – Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre. **Boletim Carioca de Geografia**, 22, 101-128, 1971. Disponível em: http://www.cedipe.uerj.br/pdf/Microsoft%20Word%20-%20boletim_1971.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

ALMEIDA, M. G. Em busca do poético do sertão. **Espaço e Cultura**, 6, 33–43, 1998. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/3581>. Acesso em: 28 abr. 2025.

ALMEIDA, P. R. As relações econômicas internacionais do Brasil dos anos 1950 aos 80. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 50(2), 60-79, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292007000200005>. Acesso em: 05 ago. 2024.

ALMEIDA, P. R. Une perspective historique sur les processus de modernisation sociale et d'urbanisation au Brésil : 1940-1992. Paris, 1-40, 1994.

ALMEIDA, R. S. Aspectos espaciais da ação recente dos incorporadores imobiliários no município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 44(2), 297-316, 1982. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1982_v44_n2.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Sociedade & Natureza**, 11(21/22), 67-87, 1999. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/28472>. Acesso em: 26 abr. 2025.

ANDRADE, M. A AGB e o pensamento geográfico no Brasil. **Terra Livre**, (9), 143-154, 2015 [1999]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/110>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ANDRADE, M. C. A construção da Geografia brasileira. **O Espaço Geográfico em Análise**, 3, 19-34, 1999. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/18222>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ANDRADE, M. C. O pensamento geográfico e a realidade brasileira. **Boletim Paulista de Geografia**, (54), 5-28, 1977. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1088>. Acesso em: 10 jan. 2024.

ANDRADE, M. C. Os transportes e a rede urbana no Maranhão. **Boletim Geográfico**, 27(202), 11-17, 1968. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1968_v27_n202_jan_fev.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

ARBOS, P. Petrópolis, esboço de geografia urbana. **Boletim Geográfico**, 4(38), 133-146, 1946. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1946_v4_n38_maio.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

AZEVEDO, A. A geografia em São Paulo e sua evolução. **Boletim Geográfico**, 12(120), 272-286, 1954. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1954_v12_n120_maio_jun.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

AZEVEDO, A. Goiânia – uma cidade “criada”. **Revista Brasileira de Geografia**, 3(1), 3-19, 1941. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

AZEVEDO, A. Monografias regionais: planos sumários para pesquisas. **Boletim Geográfico**, 1(9), 93-109, 1943. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1943_v1_n9_dez.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

AZEVEDO, A. **Subúrbios orientais de São Paulo**. (Provimento de Cátedra – Universidade de São Paulo), São Paulo, 1945.

- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico**. 1. ed. Contraponto, 2007, p. 316.
- BACKHEUSER, E. Alguns conceitos geográficos e geopolíticos. **Boletim Geográfico**, 4(40), 403-409, 1946. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1946_v4_n40_jul.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BACKHEUSER, E. Os fatos fundamentais da geografia. **Boletim Geográfico**, 2(16), 399-403, 1944. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10020330&parte=1>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BARROS, L. H. Cartografia geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, 26(4), 489-522, 1964. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1964_v26_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.
- BARROS, C. C. A geografia no contexto socioeconômico, cultural e político após a revolução de 1930: desenvolvimento e consolidação enquanto ciência e disciplina escolar. **Revista GeoPantanal**, (34), 13-30, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/18770>. Acesso em: 10 jan. 2024.
- BARTOLY, F. Debates e perspectivas do lugar na geografia. **GEOgraphia**, 13(26), 66-91, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13625>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- BATISTA, D.; OLIVEIRA, W.; DUPRÉ, V.; MORAIS, M. Codajás: comunidade amazônica - estudo médico-social de uma população da hinterlândia amazônica. **Revista Brasileira de Geografia**, 22(3), 321-341, 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1960_v22_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.
- BECKER, B. A Amazônia na estrutura espacial do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 36(2), 3-36, 1974. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1974_v36_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.
- BECKER, B. As migrações internas no Brasil, reflexo de uma organização do espaço desequilibrada. **Revista Brasileira de Geografia**, 30(2), 98-116, 1968. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1968_v30_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.
- BERDOULAY, V.; PAES, M. Imagem e patrimonialização em planejamento urbano: Salvador (Bahia) e Bordeaux em perspectiva. **Revista Cidades**, 5(7), 33-47, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12332>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- BERNARDES, L. M. Considerações sobre a Região do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 33(4), 99-108, 1971. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1971_v33_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BERNARDES, L. M. Elementos para o estudo geográfico das cidades (exemplos brasileiros). **Boletim Geográfico**, 18(154), 41-48, 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1960_v18_n154_jan_fev.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BERNARDES, L. M. Expansão do Espaço Urbano no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 23(3), 495-526, 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BERNARDES, L. M. Geografia e poder nacional. **Revista Brasileira de Geografia**, 28(3), 267-281, 1966. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1966_v28_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BERNARDES, L. M. Geografia urbana. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, (13), 85-87, 1963. Disponível em: <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3268>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BERNARDES, L. M. Problemas da Utilização da Terra nos Arredores de Curitiba. **Revista Brasileira de Geografia**, 18(2), 271-277, 1956. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1956_v18_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BERNARDES, N. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, 14(4), 427-456, 1952. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1952_v14_n4.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

BERNARDES, N. Geografia e desenvolvimento. **Boletim Geográfico**, 28(211), 107-113, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1969_v28_n211_jul_ago.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BERNARDES, N. Geografia e planejamento. **Boletim Geográfico**, 26(200), 66-70, 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1967_v26_n200_set_out.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BERRY, B. Um paradigma para a Geografia Moderna. **Revista Brasileira de Geografia**, 34(3), 3-18, 1972. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BEZERRA, V.; CRUZ, J. Imigração e favelas: o caso do Rio de Janeiro em 1970. **Revista Brasileira de Geografia**, 44(2), 357-368, 1982. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1982_v44_n2.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

BITTENCOURT, A. Manaus: sua origem e desenvolvimento. **Boletim Geográfico**, 7(76), 385-395, 1949. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n76_jul.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

BOTELHO, M. Ritmos de crescimento urbano do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, 27(3), 483-490, 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRET, B.; CORREIA, M. Les Tendances actuelles de la géographie brésilienne. **Travaux de L'Institut Géographique de Reims**, 61(62), 9-22, 1985. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/tigr_0048-7163_1985_num_61_1_1161. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRIQUE JUNIOR, R. Conceito de ecologia. **Boletim Geográfico**, 1(7), 52-54, 1943. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1943_v1_n7_out.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRITO, F. As migrações internas e as estatísticas nacionais. **Revista Brasileira de Geografia**, 35(2), 125-134, 1973. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BRITO, F. O deslocamento da população brasileira para as metrópoles. **Estudos Avançados**, 20(57), 221-236, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142006000200017>. Acesso em: 18 mar. 2025.

BURTON, I. A revolução quantitativa e a geografia teórica. **Boletim Carioca de Geografia**, 22, 1-30, 1971. Disponível em: http://www.cedipe.uerj.br/pdf/Microsoft%20Word%20-%20boletim_1971.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

BUTTIMER, A. Grasping the dynamism of lifeworld. **Annals of the Association of American Geographers**, 66(2), 266-276, 1976.

BUTTIMER, A. **Values in Geography**. Washington: AAG, 1974, p. 28.

CAMARANO, A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 15(2), 45-65, 1998. Disponível em: <https://rebep.org.br/revista/article/view/404>. Acesso em: 05 ago. 2024.

CAMARGO, J.; REIS JUNIOR, D. Considerações a respeito da geografia neopositivista no Brasil. **Geografia**, 29(3), 355-382, 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1064>. Acesso em: 07 abr. 2025.

CAPUTO, A.; MELO, H. A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos**, 39(3), 513-538, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-41612009000300003>. Acesso em: 05 ago. 2024.

CARDOSO, E. D. A invenção da Zona Sul: origens e difusão do topônimo Zona Sul na geografia carioca. **GEOgraphia**, 11(22), 37-58, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13581>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CARDOSO, E. D. O capital imobiliário e a produção de espaços diferenciados no Rio de Janeiro: o Grajaú. **Revista Brasileira de Geografia**, 51(1), 89-102, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n1.pdf#page=3.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARDOSO, M. F. A expansão do espaço urbano e crescimento do aglomerado do Rio de Janeiro. **Boletim Geográfico**, 27(202), 3-10, 1968. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1968_v27_n202_jan_fev.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CARDOSO, M. F. A inserção precoce no mercado de trabalho e a clientela do ensino supletivo: um estudo da pobreza urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, 44(2), 331-356, 1982. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1982_v44_n2.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

CARDOSO, M. F. Aspectos geográficos da cidade de Cataguases. **Revista Brasileira de Geografia**, 17(4), 423-448, 1955. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1955_v17_n4.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARDOSO, M. F. Campina Grande e sua função como Capital Regional. **Revista Brasileira de Geografia**, 25(4), 415-452, 1963. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1963_v25_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CARDOSO, M. F. Caruaru: a cidade e sua área de influência. **Revista Brasileira de Geografia**, 27(4), 587-614, 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CARDOSO, M.; BOTELHO, M. Madureira. Tentativa de determinação da área de influência de um sub-centro da metrópole carioca. **Boletim Carioca de Geografia**, 22, 31-48, 1965. Disponível em: http://www.cedipe.uerj.br/pdf/Microsoft%20Word%20-%20boletim_1965.pdf#page=36.00. Acesso em: 07 abr. 2025.

CARDOSO, M. F. Considerações sobre a distribuição dos equipamentos urbanos no espaço pernambucano e indicação dos pólos existentes (Comentário do livro). **Revista Brasileira de Geografia**, 32(1), 73-86, 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CARVALHO, C. Uma concepção fundamental da Geografia moderna: “a região natural”. In: SANTOS, M. (org.). **Geografia e Geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008 [1925], p. 223 – 231. Disponível em: http://www.grupogeobrasil.uerj.br/usuario//therezinha_de_castro//therezinha_de_castro_geobiografia_0.pdf. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARVALHO, D. As regiões naturais máximas. **Boletim Geográfico**, 2(13), 5-8, 1944a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n13_abr.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARVALHO, D. Evolução da Geografia Humana. **Boletim Geográfico**, 3(33), 1163-1172, 1945b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v3_n33_dez.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARVALHO, D. O estudo da paisagem. **Boletim Geográfico**, 3(32), 1049-1051, 1945a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v3_n32_nov.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARVALHO, D. Uma concepção fundamental da Geografia Moderna: “a região natural”. **Boletim Geográfico**, 2(13), 9-17, 1944b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n13_abr.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CASCUDO, L. C. Geografia da rede. **Boletim Geográfico**, 19(164), 622-628, 1961. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1961_v19_n164_set_out.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CASSAB, C. A geografia de Pierre Monbeig. **Revista de Geografia**, 1(1), 1-26, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17889>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. 8 Ed. – Paz & Terra, 2020 (1972), p. 602

CASTRO, J. Áreas alimentares do Brasil. **Boletim Geográfico**, 6(65), 456-466, 1948. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1948_v6_n65_ago.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10. ed. - Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984, p. 361.

CASTRO, T. Aracaju: evolução e crescimento. **Boletim Geográfico**, 26(200), 49-66, 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1967_v26_n200_set_out.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CASTRO, T. Evolução política e crescimento da cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 27(4), 569-586, 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CAVALCANTI, J. A geografia e sua influência sobre o urbanismo. **Revista Brasileira de Geografia**, 2(4), 521-541, 1940. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1940_v2_n4.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAVALCANTI, J. A geografia urbana e sua influência sobre o tráfego. **Revista Brasileira de Geografia**, 3(3), 495-532, 1941a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n3.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAVALCANTI, J. A geografia urbana e sua influência sobre o urbanismo superficial e subterrâneo. **Revista Brasileira de Geografia**, 4(1), 63-96, 1942. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAVALCANTI, J. Geografia urbana e sua influência sobre o saneamento das cidades. **Revista Brasileira de Geografia**, 3(1), 20-53, 1941b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CESAR, H. Soluções Gráficas na Cartografia de Fenômenos Qualitativos. **Revista Brasileira de Geografia**, 20(1), 83-107, 1958. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1958_v20_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CHIAPETTI, R. J. Pesquisa de campo qualitativa: uma vivência em geografia humanista. **GeoTextos**, 6(2), 139-162, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/4834>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHRISTOFOLETTI, A. As características da Nova Geografia. **Geografia**, 1(1), 3-33, 1976. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14720>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHRISTOFOLETTI, A. As perspectivas dos estudos geográficos. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985, sp.

CLAVAL, P. As interpretações funcionalistas e as interpretações simbólicas da cidade. **Revista Cidades**, 1(1), 31-63, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12529>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CLAVAL, P. O Território na transição Pós-Modernidade. **GEOgraphia**, 1(2), 7-26, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13349>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CLAVAL, P. **História da Geografia**. Lisboa: Edições 70, 2006, p. 139.

COLE, J.; FAISSOL, S.; MCCULLAGH, M. Projeção da população no Brasil – Aplicação do método Cadeia de Markov. **Revista Brasileira de Geografia**, 32(4), 173-208, 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista Brasileira de Geografia**, 50(2), 107-124, 1988. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n2.pdf#page=3.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

CORRÊA FILHO, V. Cidades serranas. **Revista Brasileira de Geografia**, 9(1), 3-56, 1947. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1947_v9_n1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, 49(3), 39-68, 1987. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n3.pdf#page=4.00. Acesso em: 07 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. Contribuição à análise espacial do sistema universitário brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 36(1), 3-32, 1974. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1974_v36_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. Contribuição ao estudo da área de influência de Aracaju. **Revista Brasileira de Geografia**, 27(2), 233-258, 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. Contribuição ao estudo do papel dirigente das metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Geografia**, 30(2), 56-87, 1968. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1968_v30_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I; GOMES, P.; CORRÊA, R. (org.). **Geografia: conceitos e temas**. 2.ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2002. p. 15-30.

CORRÊA, R. L. Estudo das relações entre cidade e região. **Revista Brasileira de Geografia**, 31(1), 43-56, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **GEOgraphia**, 9(17), 7-17, 2007. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13530>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da produção geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, 51(3), 113-138, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989, p. 94.

CORRÊA, R. L. Os estudos de redes urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 29(4), 93-116, 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. **Os processos espaciais e a cidade**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza, p. 281-285.

CORRÊA, R. L. Processos espaciais e a cidade. **Revista Brasileira de Geografia**, 41(3), 100-110, 1979. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1979_v41_n3.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. Redes geográficas – cinco pontos para discussão. In: VASCONCELOS, P.; SILVA, S. (org.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999, p. 65-70.

CORRÊA, R. L. Regime de Exploração da Terra no Nordeste, uma Tentativa da Expressão Cartográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, 25(3), 343-371, 1963. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1963_v25_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas: espaço e dinâmica socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013

CORRÊA, R. L.; LOYKASEK, V. S. Uma definição estatística da hierarquia urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, 34(3), 154-171, 1972. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

COSTA, E. B. Planejamento urbano possível, imaginário, existência e cultura. **Tempo Social**, 33(1), 91-120, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/164522>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, E. B.; MALULY, V. S. Geografía histórica y tiempo geográfico, concepto y superación de dicotomías. **Revista De Geografia Norte Grande**, (79), 253–277, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4067/S0718-34022021000200253>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, E. B.; SCARLATO, F. C. Geografia, método e singularidades revisadas no empírico. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, 23(3), 640-661, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/161552>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, E. B.; SUZUKI, J. C. Materialismo histórico e existência - discurso geográfico e utopias. **Revista Espaço e Geografia**, 15(1), 115–147, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/espacoegeografia/article/view/39916>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, E. B.; ZOMIGHANI JR., J. H.; BOSCARIOL, R. A. Milton Santos, intelectual negro en la dictadura militar y sus teorías del espacio y urbanización en el Tercer Mundo. **Scripta Nova**, 26(3), 65-93, 2022. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/39683>. Acesso em: 15 abr. 2025.

COSTA, E. B.; STEINKE, V. A. Brasília meta-síntese do poder no controle e articulação do território nacional. **Scripta Nova**, 493(44), 1-27, 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15033>. Acesso em: 22 jan. 2025.

COSTA, M. H. Cinema e arquitetura: percepção e experiência do espaço. **Revista Cidades**, 5(7), 63-78, 2008. Disponível

em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12334>. Acesso em: 28 abr. 2025.

CURTIS, M. Cidades no Brasil. **Boletim Geográfico**, 15(138), 307-308, 1957. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1957_v15_n138_maioujun.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DAMIANI, A. L. Cubatão: na busca das favelas o encontro do “peão” que permanece. **Boletim Paulista de Geografia**, (64), 75–104, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/975>. Acesso em: 20 abr. 2025.

DAMIANI, A. L. Meio ambiente: privatização da natureza em Cubatão. **Boletim Paulista de Geografia**, (62), 47–66, 1985. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/987>. Acesso em: 20 abr. 2025.

DARDEL, E. *L’homme et la terre : nature de la réalité géographique*. Paris: PUF, 1952, p. 133.

DAVIDOVICH, F. A experiência dos estudos de fluxos, no IBG, como subsídio à regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**, 31(2), 66-80, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F. Aspectos geográficos de um centro industrial: Jundiaí em 1962. **Revista Brasileira de Geografia**, 28(4), 329-374, 1966. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1966_v28_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F. Elementos da urbanização no sudeste do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 49(2), 139-158, 1987a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n2.pdf#page=95.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F. Escalas de urbanização: uma perspectiva geográfica do sistema urbano brasileiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 40(1), 51-82, 1978. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1978_v40_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F. Formas de projeção espacial das cidades na área de influência de Fortaleza. **Revista Brasileira de Geografia**, 33(2), 39-102, 1971. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1971_v33_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F. Reflexões sobre necessidades teóricas para estudos geográficos de problemas da urbanização brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, 39(3), 87-91, 1977. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1977_v39_n3.pdf#page=91.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F. Relações da indústria com o espaço geográfico. **Boletim Geográfico**, 29(216), 61-70, 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1970_v29_n216_mai_jun.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F. Tendência da urbanização no Brasil, uma análise espacial. **Revista Brasileira de Geografia**, 51(1), 73-88, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n1.pdf#page=3.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F. Transformações do quadro urbano brasileiro: período 1970-1980. **Revista Brasileira de Geografia**, 49(4), 7-25, 1987b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n4.pdf#page=3.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F. Um foco sobre o processo de urbanização do estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 48(3), 333-371, 1986. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1986_v48_n1.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F. Uma análise geográfica da urbanização brasileira: serviços de infraestrutura nos principais centros urbanos do país. **Revista Brasileira de Geografia**, 42(3), 435-476, 1980. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1980_v42_n3.pdf#page=3.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F.; CARDOSO, M. Resultados preliminares de um estudo geográfico sobre aglomerações urbanas no Brasil: análise do nível de instrução. **Revista Brasileira de Geografia**, 44(1), 89-136, 1982. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1982_v44_n1.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

DAVIDOVICH, F.; LIMA, O. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 37(1), 50-84, 1975. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1975_v37_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DE PAULA, L.; MARANDOLA JR, E. A dança-do-lugar como prática para uma fenomenologia dos espaços públicos urbanos. **Revista Cidades**, 15(25), 100-122, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/13792>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a Rêde das cidades – II. **Boletim Geográfico**, 2(15), 299-309, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n15_jun.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

DEFFONTAINES, P. Ensaio de divisões regionais e estudo de uma civilização pioneira – o Estado do Espírito Santo. **Boletim Geográfico**, 2(18), 985-998, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n19_out.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

DEFFONTAINES, P. Geografia humana do Brasil. **Boletim Geográfico**, 2(48), 1571-1598, 1947a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1947_v4_n48_mar.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

DEFFONTAINES, P. Geografia humana do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 1(1), 19-67, 1939. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1939_v1_n1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

DEFFONTAINES, P. Investigações sobre os tipos de povoamento no Estado de São Paulo. **Boletim Geográfico**, 5(51), 249-258, 1947b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1947_v5_n51_jun.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

DEFFONTAINES, P. Regiões e paisagens do Estado de São Paulo. **Boletim Geográfico**, 2 (24), 1837-1850, 1945. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v2_n24_mar.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

DINIZ, J. A. A zona de influência de Aracaju. **Revista Brasileira de Geografia**, 31(3), 103-150, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DINIZ, M. A rede de localidades centrais do Rio Grande do Sul determinada através da teoria dos grafos. **Boletim Carioca de Geografia**, 23, 17-34, 1972. Disponível em: http://www.cedipe.uerj.br/pdf/Microsoft%20Word%20-%20bol_1972_comNIZ_Meto.pdf#page=18.00. Acesso em: 07 abr. 2025.

DOMINGUES, A. J. Contribuição ao estudo da geografia da região sudoeste da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, 9(2), 185-248, 1947. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1947_v9_n2.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

DOMINGUES, A. J. O planejamento geográfico e a participação do CNG. **Revista Brasileira de Geografia**, 26(2), 217-220, 1964. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1964_v26_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DOZENA, A. Territorializações urbanas como práticas de resistência. **Terr@ Plural**, 6(2), 215-228, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/3270>. Acesso em: 28 abr. 2025.

DUARTE, A. C. Hierarquia de localidades centrais em áreas subpovoadas: o caso de Rondônia. **Revista Brasileira de Geografia**, 39(2), 135-146, 1977. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1977_v39_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DUARTE, A. C. O conceito de totalidade aplicado à identificação de uma região. **Revista Brasileira de Geografia**, 50(2), 99-106, 1988. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n2.pdf#page=3.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

DUARTE, H. Estrutura urbana do estado do Rio de Janeiro: uma análise no tempo. **Revista Brasileira de Geografia**, 43(4), 477-560, 1981. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1981_v43_n4.pdf#page=101.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

DUARTE, H. S. A cidade do Rio de Janeiro: descentralização das atividades terciárias. os centros funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**, 36(1), 53-98, 1974. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1974_v36_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

DUMITH, R. C. Território, territorialidade e identidade dos pescadores artesanais: subsídios de planejamento e gestão de Reservas Extrativistas Marinhas. **GEOgraphia**, 13(25), 59-76, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13616>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FAISSOL, E. A geografia quantitativa no brasil: como foi e o que foi? **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 51(4), 21-52, 1989. Disponível em: <https://www.rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/1144/842>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FAISSOL, S. A Estrutura urbana brasileiro: uma visão do processo brasileiro de desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Geografia**, 34(3), 3-18, 1972c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. A geografia na década de 80; os velhos dilemas e as novas soluções. **Revista Brasileira de Geografia**, 49(3), 7-38, 1987. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n3.pdf. Acesso em: 06 abr. 2025.

FAISSOL, S. A organização espacial do sistema urbano brasileiro: relações entre a estrutura das cidades e as relações entre elas. **Revista Brasileira de Geografia**, 36(3), 75-90, 1974. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1974_v36_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. Análise fatorial: problemas e aplicações na geografia, especialmente nos estudos urbanos. **Revista Brasileira de Geografia**, 34(4), 77-100, 1972d. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. As grandes cidades brasileiras: dimensões básicas de diferenciação e relações com o desenvolvimento econômico. Um estudo de análise fatorial. **Revista Brasileira de Geografia**, 32(4), 87-130, 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. Migrações internas - um subsistema no processo de desenvolvimento. **Revista Brasileira de Geografia**, 33(3), 163-170, 1971. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1971_v33_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. Migrações internas no Brasil e suas repercussões no crescimento urbano e desenvolvimento econômico. **Revista Brasileira de Geografia**, 35(2), 3-70, 1973b. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. O processo de difusão no sistema urbano brasileiro: análise do padrão de distribuição espacial de centros urbanos e seu ajustamento a distribuições de probabilidades. **Revista Brasileira de Geografia**, 35(3), 3-106, 1973c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. O sistema urbano brasileiro: uma análise e interpretação para fins de planejamento. **Revista Brasileira de Geografia**, 35(4), 3-34, 1973d. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. Pólos de desenvolvimento no Brasil: uma metodologia quantitativa e uma exemplificação empírica. **Revista Brasileira de Geografia**, 34(2), 52-80, 1972b. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1971_v34_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. Regiões nodais/funcionais: alguns comentários conceituais e metodológicos. **Revista Brasileira de Geografia**, 37(1), 85-94, 1975. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1975_v37_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. Teorização e quantificação na Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, 34(1), 145-164, 1972a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1971_v34_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. Teorização e quantificação na Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, 40(1), 3-50, 1978. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1978_v40_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. Tipologia de cidades e regionalização do desenvolvimento econômico. **Boletim Geográfico**, 30(233), 25-58, 1971b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1971_v30_n223_jul_ago.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. Um modelo de análise regional para fins de planejamento econômico: integração de sistemas de regiões formais e funcionais. **Revista Brasileira de Geografia**, 35(1), 3-70, 1973a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S. **Tendências atuais na geografia urbano/regional: teorização e quantificação**. IBGE, 1978, p. 310.

FAISSOL, S. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. Secretaria de Planejamento da Presidência da República, IBGE, Diretoria Técnica, 1975.

FAISSOL, S.; GALVÃO, M.; GEIGER, P. Estudos urbano-regionais na área de influência do Recife. **Revista Brasileira de Geografia**, 37(1), 3-49, 1975. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1975_v37_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAISSOL, S.; OLIVEIRA, M.; PEDROSA, A. A cadeia de Markov como método descritivo de distância funcional: delimitação de regiões funcionais e nodais. **Revista Brasileira de Geografia**, 34(4), 31-76, 1972. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FAUSTO, B. **A revolução de 30: historiografia e história**. 9. ed. Editora Brasiliense, 1983, p. 118.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. 2. ed., 6. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 324.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006, p. 504.

FERNANDES, N. N. A cidade, a festa e a cultura popular. **GEOgraphia**, 6(11), 55-61, 2004. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13468>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERRACINI, R. Legalidade territorial: a Capoeira Angola na Cidade de Goiás. **Terr@ Plural**, 6(2), 229-240, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/3255>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERREIRA DE MELLO, J. B. A geografia da grande Tijuca na oralidade, no ritmo das canções e nos lugares centrais. **GEOgraphia**, 4(7), 25-63, 2002. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13422>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERREIRA, A. Metropolização do espaço, tensões e resistências: entre espaços de controle e controle do espaço. **Scripta Nova**, 493(55), 1-17, 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/15044>. Acesso em: 18 mar. 2025.

FERREIRA, I.; PAVIANI, A. As correntes migratórias para o Distrito Federal. **Revista Brasileira de Geografia**, 35(3), 133-162, 1973c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

FERREIRA, L. F. O lugar festivo – a festa como essência espaço-temporal do lugar. **Espaço e Cultura**, 15, 2003. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/7729>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FERREIRA, S. R. Campesinidade e território Quilombola no norte do Espírito Santo. **GEographia**, 8(16), 57-82, 2006. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13522>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FEYERABEND, P. **Contra o método**. 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2011, p. 373.

FIGUEREDO, A.; AJARA, C. Uma visão geográfica acerca da questão ambiental. **Revista Brasileira de Geografia**, 52(3), 91-98, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n3.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

FILHO, O. **Reflexões sobre as tendências teórico-metodológicas da Geografia**. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. 1978, p. 110.

FONTOURA, A. E. Participação, cotidiano e identidade na periferia de Porto Alegre. **Revista Cidades**, 5(8), 355-384, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12302>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FORTUNA, C. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. **Terr@ Plural**, 6(2), 199-214, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/3278>. Acesso em: 28 abr. 2025.

FREDRICH, O.; DAVIDOVICH, F. A configuração espacial do sistema urbano brasileiro como expressão no território da divisão social do trabalho. **Revista Brasileira de Geografia**, 44(4), 541-590, 1982. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1982_v44_n4.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

FREIRE, G. Geografia urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, 3(2), 407-408, 1941. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1941_v3_n2.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREIRE, L.; SANT'ANNA, M. **A hierarquia do sistema urbano brasileiro: uma análise através do modelo gravitacional**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza, p. 225-227.

FREIRE, L.; SANT'ANNA, M.; TEIXEIRA, M. **Análise do relacionamento entre população urbana e fluxo aéreo**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza, p. 229-231.

FURLANETTO, D.; CRUZ, J.; ALMEIDA, R. Promoção imobiliária e espaço residencial da classe média na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 49(2), 27-56, 1987. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1987_v49_n2.pdf#page=95.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

FURTADO, C. **Análise do “modelo” brasileiro**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1972, p. 122.

FURTADO, C. **Em busca de um novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea**. 2ª. Ed. – São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 101.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32. ed. – São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003, p. 256.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, p. 117.

FURTADO, C. **Um projeto para o Brasil**. 4ª. Ed. – Rio de Janeiro: Editora SAGA, 1968, p. 133.

FURTADO, S. S. Os neologismos e a cartografia. **Revista Brasileira de Geografia**, 22(1), 115-120, 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1960_v22_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GABAGLIA, F. A propósito da Geografia Urbana. **Boletim Geográfico**, 1(10), 5-6, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v1_n10_jan.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

GALVÃO, M.; FAISSOL, S. Divisão regional do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 31(4), 179-220, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GALVÃO, M.; FAISSOL, S. Revolução quantitativa na Geografia e seus reflexos no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 32(4), 5-22, 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P. **Aspectos das dimensões espaciais da industrialização no Brasil**. Edição comemorativa do 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 29, 1978, Fortaleza, p. 105-132.

GEIGER, P. P. Cidades do Nordeste. Aplicação de "fator analysis" no estudo de cidades nordestinas. **Revista Brasileira de Geografia**, 32(4), 131-174, 1970c. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P. Comentário bibliográfico: factorial ecology of metropolitan Toronto de Robert A Murdie. **Revista Brasileira de Geografia**, 33(1), 153-154, 1971. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1971_v33_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P. Diretrizes e prioridades em pesquisas urbanas. **Revista Brasileira de Geografia**, 35(1), 87-104, 1973. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P. Divisão regional e problema regional. **Revista Brasileira de Geografia**, 32(2), 157-170, 1970b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P. Ensaio para a Estrutura Urbana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 22(1), 3-46, 1960. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1960_v22_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P. **Evolução da rede urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1963, p. 462.

GEIGER, P. P. Fluxos interestaduais de vazamento de renda e pobreza. **Revista Brasileira de Geografia**, 42(3), 477-515, 1980. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1980_v42_n3.pdf#page=3.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

GEIGER, P. P. Geografia e planejamento. **Revista Brasileira de Geografia**, 29(3), 111-118, 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P. Industrialização e urbanização no Brasil, conhecimento e atuação da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, 50(2 especial), 59-84, 1988. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n2_especial.pdf#page=5.00. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P. Matrizes da Geografia Urbana: questões gerais. In: VASCONCELOS, P.; SILVA, S. (org.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1999, p. 21-32.

GEIGER, P. P. Regionalização. **Revista Brasileira de Geografia**, 31(1), 5-25, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P. Renovação da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, 32(1), 67-72, 1970a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1970_v32_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P. Urbanização e industrialização na orla oriental da baía de Guanabara. **Revista Brasileira de Geografia**, 18(4), 495-523, 1956. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1956_v18_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P.; DAVIDOVICH, F. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 23(2), 263-363, 1961. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1961_v23_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P.; DAVIDOVICH, F. Reflexões sobre a evolução da estrutura espacial do Brasil sob o efeito da industrialização. **Revista Brasileira de Geografia**, 36(3), 3-29, 1974. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1974_v36_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P.; LYRA, A.; KÜFFER, E.; FELICÍSSIMO, P. Introdução à análise de séries temporais. **Revista Brasileira de Geografia**, 36(4), 81-108, 1974. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1974_v36_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P.; RUA, J.; RIBEIRO, L. Notas sobre aplicações do modelo probabilístico de distribuição Poisson ao sistema urbano brasileiro. **Boletim Carioca de Geografia**, 23, 1-15, 1972. Disponível em: http://www.cedipe.uerj.br/pdf/Microsoft%20Word%20-%20bol_1972_comNIZ_Meto.pdf#page=18.00. Acesso em: 07 abr. 2025.

GEIGER, P. P.; SANTOS, R. Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense. **Revista Brasileira de Geografia**, 16(3), 291-314, 1954. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1954_v16_n3.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

GIESE, J.; SILVA, L.; MELO, C. Fenomenologia: aplicações metodológicas em pesquisas sobre cidades. **Risco Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, 21, 1-16, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/risco/article/view/190631>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GIRÃO, M. O sagrado e o urbano: fé e tradição no espaço do outeiro. **Espaço e Cultura**, 11, 71-76, 2001. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/7348>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GODOY, P. R. Algumas considerações para uma revisão crítica da História do Pensamento Geográfico. In: GODOY, P. (org.). **História do pensamento geográfico e epistemologia em geografia**. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 145 – 156.

GOMES, P. Contribuição ao estudo da ecologia nordestina. **Boletim Geográfico**, 8(88), 431-460, 1950. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1950_v8_n88_jul.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

GOMES, P. C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 366.

GONÇALVES, C. W. A Territorialidade Seringueira - Geografia e Movimento Social. **GEOgraphia**, 1(2), 67-88, 1999. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13352>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GONÇALVES, C. W. A geografia está em crise. Viva a geografia! **Boletim Paulista de Geografia**, (55), 5-30, 1978. Disponível em: <https://www.publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1050>. Acesso em: 15 abr. 2025.

GONÇALVEZ, A. R. Repensando o lugar na geografia: espaços-tempos cotidianos de conhecimentos e práticas sociais. **Geografia**, 32(3), 521-537, 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1567>. Acesso em: 28 abr. 2025.

GOTO, T. A. Fenomenologia, mundo-da-vida e crise das ciências: a necessidade de uma geografia fenomenológica. **Geograficidade**, 2(3), 33-48, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12863>. Acesso em: 26 abr. 2025.

- GOTTMANN, J. Acerca do método de análise na geografia humana. **Boletim Geográfico**, 7(74), 133-140, 1949. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n74_maio.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.
- GRATÃO, L. H. O “olhar” a cidade pelos “olhos” das águas. **Geografia**, 33(2), 199-216, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3041>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- GUERRA, A. T. Alguns aspectos geográficos da cidade de Rio Branco e do núcleo colonial Seringal Empresa (território do Acre). **Revista Brasileira de Geografia**, 13(4), 547-576, 1951. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1951_v13_n4.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.
- HAESBAERT, R. Território, poesia e identidade. **Espaço e Cultura**, 3, 20–32, 1997. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6708>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1980, p. 291.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed., 14. reimpr. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 220.
- HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura**, 137-147, 2013. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/6142>. Acesso em: 26 abr. 2025.
- HOLZER, W. A geografia humanista: uma revisão. In: CORRÊA, R.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Geografia Cultural: uma antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 344.
- HOLZER, W. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. **GEOgraphia**, 5(10), 113-123, 2003. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13458>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, v.7, 67-68, 1999.
- HOLZER, W. Sobre territórios e lugaridades. **Revista Cidades**, 10(17), 18-29, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12015>. Acesso em: 28 abr. 2025.
- HOLZER, W. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Revista Território**, 2(3), 77-85, 1997. Disponível em: https://www.academia.edu/3879737/UMA_DISCUSS%C3%83O_FENOMENOL%C3%93GICA. Acesso em: 28 abr. 2025.
- INNOCENCIO, N.; LIMA, O.; LUCARELLI, H. Impactos da construção de Brasília na organização do espaço. **Revista Brasileira de Geografia**, 51(2), 99-138, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n2.pdf. Acesso em: 18 mar. 2025.

JAMES, P.; JONES, C. O campo da Geografia. **Boletim Geográfico**, 17(153), 620-625, 1959. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1959_v17_n153_nov_dez.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

KAUPATEZ, R. Situação habitacional no brasil e a utilização de processos de auto-ajuda e ajuda-mútua na produção de moradias. **Boletim Paulista de Geografia**, (64), 105–114, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/976>. Acesso em: 20 abr. 2025.

KELLER, E. C. As funções regionais e a zona de influência de campinas. **Revista Brasileira de Geografia**, 31(2), 3-39, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

KOSÍK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1969, p. 230.

LA BLACHE, V. Sentido e objeto da Geografia Humana. **Boletim Geográfico**, 2(13), 18-25, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n13_abr.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

LAMEGO, M. Genius loci: duas versões da geografia quantitativa no Brasil. **Terra Brasilis**, 5, 1-14, 2015. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1504>. Acesso em: 07 abr. 2025.

LAMEGO, M. O IBGE e a geografia quantitativa brasileira: construindo um objeto imaginário. **Terra Brasilis**, 3, 1-32, 2014. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/1015#quotation>. Acesso em: 07 abr. 2025.

LAMEGO, M. **Práticas e representações da geografia quantitativa no Brasil: a formação de uma caricatura** / Mariana Lamego. – 2010. 247 f.: il. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/771864.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LANGENBUCH, J. Organização urbana do estado de São Paulo analisada pela circulação de ônibus intermunicipais. **Boletim Geográfico**, 29(219), 26-51, 1970. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1970_v29_n219_nov_dez.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

LEFEBVRE, H. Teoria do conhecimento e problema do conhecimento. In: **Lógica Formal, Lógica Concreta**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 49-89.

LEME, M. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965. In: LEME, A. (org.). **Urbanismo no Brasil – 1895-1965**. São Paulo: Studio Nobel; FAUSP; FUPAM, 1999, p. 20 – 38.

LENCIONI, S. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. In: FERREIRA, A.; RUA, J.; MARAFON, G. & DA SILVA, A. (org.). **Metropolização do espaço: gestão territorial e relações urbano-rurais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2013, p. 17 – 34.

LENCIONI, S. Mudanças na metrópole de São Paulo (Brasil) e transformações industriais. **Revista do Departamento de Geografia**, 12, 27-42, 1998. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rdg/article/view/53733>. Acesso em: 18 mar. 2025.

LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999, p. 224.

LIMA, J. F. La concentration spatiale des activités productives au Brésil. **Organisations & territoires**, 21(2), 39-44, 2012. Disponível em: <https://revues.uqac.ca/index.php/revueot/article/view/262>. Acesso em: 10 jan. 2024.

LIMEIRA, J.; BAHIANA, L. **Geografia Urbana no Brasil: uma proposta de revisão crítica**. In: 5º Encontro Nacional de Geógrafos, 1982, Porto Alegre, p. 333-334.

LINDGREN, C.; BARBOSA, E.; PETTERLE, R. Hierarquia de centros na cidade do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 38(1), 83-123, 1976. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1976_v38_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

LIPIETZ, A. Fordismo, fordismo periférico e metropolização. **Ensaio FEE**, 10(2), 303-335, 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4073014/mod_resource/content/1/Lipietz%20fordismo%20perif%C3%A9rico%20e%20megalopoliza%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 12 jan. 2025.

LOMBARDO, M. O processo de urbanização e a qualidade ambiental – efeitos adversos no clima. **Revista Brasileira de Geografia**, 52(4), 161-166, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n4.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

LOWENTHAL, D. Geography, experience and imagination: towards a geographical epistemology. **Annals of the Association of American Geographers**, 51(3), 241-260, 1961.

LUKÁCS, G. **Existencialismo ou marxismo**. São Paulo: Editora Senzala LTDA, 1967, p. 252.

MACHADO M. S. A contribuição de Delgado de Carvalho aos estudos geográficos brasileiros a partir da obra *Le Brésil Méridional*. **GeoUerj**, (6), 17-28, 1999. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/49066>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MACHADO, L.; OLIVEIRA, L. Como adolescentes percebem geograficamente o espaço através de pré-mapas e mapas. **GEOGRAFIA**, 5(9), 49-66, 1980. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14786>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MAGALHÃES, J. C. A função industrial de Petrópolis. **Revista Brasileira de Geografia**, 28(1), 19-56, 1966. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1966_v28_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

MAGALHÃES, J. C. Estudo geográfico dos portos e de suas hinterlândias. **Revista Brasileira de Geografia**, 31(2), 40-65, 1969. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

MAGNANINI, R. L. As cidades de Santa Catarina: base econômica, classificação funcional. **Revista Brasileira de Geografia**, 33(1), 85-122, 1971. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1971_v33_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

MAIA, R. S. Sobre portas, paredes e afetos: casa, territorialidade e identidade entre os segmentos populares. **Terr@ Plural**, 6(2), 339-352, 2012. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/3440>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MALANSKI, L. M. Geografia humanista: percepção e representação espacial. **Revista Geográfica de América Central**, 1(52), 29-50, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/6285>. Acesso em: 26 abr. 2025.

MAMIGONIAN, A. A AGB e a produção geográfica brasileira: avanços e recuos. **Terra Livre**, (8), 157-163, 2015 [1991]. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/98>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MAMIGONIAN, A. Estudo Geográfico das Indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**, 27(3), 389-482, 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

MAMIGONIAN, A. Notas sobre a geografia urbana brasileira. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da Geografia brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1982, p. 202-209.

MAMIGONIAN, A. Tendências atuais da Geografia. **GeoSul**, 14(28), 171-178, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/15325>. Acesso em: 01 jun. 2025.

MANDAROLA JR, E.; GRATÃO, L. Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a geografia humanista no Brasil. **Geografia (Londrina)**, 12(2), 5-19, 2003. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6668/6015>. Acesso em: 20 fev. 2024.

MARANDOLA JR, E. Mapeando “Londrinhas”: imaginário e experiência urbana. **Geografia**, 33(1), 103-126, 2008. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1777>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MARANDOLA JR., E. Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **GEOGRAFIA**, 3(2), 49-64, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12864>. Acesso em: 26 abr. 2025.

MARANDOLA JR., E.; GRATÃO, L. Do sonho à memória: Livia de Oliveira e a geografia humanista no Brasil. **GEOGRAFIA**, 12(2), 5-19, 2003. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6668>. Acesso em: 26 abr. 2025.

MARICATO, E. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, 17, 151-166, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9928>. Acesso em: 18 mar. 2025.

MARTINS, E. R. O Pensamento Geográfico é Geografia em Pensamento?. **GEOgraphia**, 18(37), 61-79, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13758>. Acesso em: 01 jul. 2025.

MELLO, J. B. A criatividade toponímica do povo carioca. **Comunicação – NeghaRIO - Núcleo de Estudos sobre Geografia Humanística, Artes e Cidade do Rio de Janeiro**, 1991. Disponível em: <https://neghario.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/02/a-criatividade-toponc3admica-do-povo-carioca1.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MELLO, J. B. A geografia humanística: a perspectiva da experiencia vivida e uma crítica radical ao positivismo. **Revista Brasileira de Geografia**, 52(4), 91-116, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n4.pdf. Acesso em: 13 fev. 2024.

MELLO, N. **Oferta de imóveis para aluguel: uma contribuição para o estudo de processos socioespaciais**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza, p. 295-299.

MELO, A. O sociólogo André Siegfried e os problemas econômico—sociais do Brasil. **Boletim Geográfico**, 4(48), 1631-1633, 1947. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1947_v4_n48_mar.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

MELO, M. Nordeste, Planejamento e Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, 25(3), 327-342, 1963. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1963_v25_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

MENEZES, M. A geografia de Delgado de Carvalho. **Revista de Geografia**, 2(1), 1-17, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/geografia/article/view/17901>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 662.

MEYRER, M. Imagens e estereótipos na construção de uma visão do Brasil nos anos 1950. **História Revista**, 21(2), 122–138, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/historia/article/view/33596>. Acesso em: 05 ago. 2024.

MIRANDA, M. **Padrões espaciais da ocupação residencial na periferia da cidade do Rio de Janeiro**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza, p. 311-314.

MOÍD, Z. **Considerações preliminares sobre poder e conflito no uso do solo metropolitano**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza, p. 293-294.

MONBEIG, P. A geografia e o meio vivo. **Boletim Geográfico**, 3(34), 1267-1270, 1946. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1946_v3_n34_jan.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

MONBEIG, P. Aspectos geográficos do crescimento de São Paulo. **Boletim Geográfico**, 12(119), 139-153, 1954. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1954_v12_n119_mar_abr.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

MONBEIG, P. Evolução de gêneros de vida rurais tradicionais no sudeste do Brasil. **Boletim Geográfico**, 7(81), 980-987, 1949a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n81_dez.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

MONBEIG, P. Indústria e Geografia. **Boletim Geográfico**, 3(28), 521-527, 1945. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v3_n28_jul.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

MONBEIG, P. O estudo geográfico das cidades. **Cidades**, 1(2), 277-314, 2004 [1941]. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12543>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MONBEIG, P. Uma viagem de São Paulo a Goiânia – estudo sobre as zonas de influência paulista. **Boletim Geográfico**, 7(79), 737-739, 1949b. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1949_v7_n79_out.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

MONTEIRO, C. A. **A geografia no Brasil (1934 - 1977): avaliação e tendências**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980, p. 155.

MONTE-MÓR, R. L. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, C. & CROCCO, M. (org.). **Economia regional e urbana: contribuições teóricas recentes**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, p. 61 – 81.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização extensiva e novas lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. & SILVEIRA, M. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994, p. 169-181.

MORAES, A. C. Geografia, Interdisciplinaridade e metodologia. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], 18(1), 09-39, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/81075>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAES, A. C. **Geografia: pequena história crítica**. 2. ed. – São Paulo: Annablume, 2007, p. 152.

MORAES, A. C. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da geografia no Brasil. **Estudos históricos**, 4(8), 166-176, 1991. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/2322>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MORAES, A. C.; COSTA, W. M. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 196.

MOREIRA, J.; SCHWARTZ, G. As relações entre os pantaneiros e seu ambiente. **Geografia**, 32(2), 319-333, 2007. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/1458>. Acesso em: 28 abr. 2025.

MORIN, E. **O método I: a natureza da natureza**. Portugal: Publicações Europa-América, 1977, p. 363.

MOWRER, E. El estudio ecológico de la ciudad. **Revista Mexicana de Sociología**, 5(1), 19-25, 1943. Disponível em: <http://revistamexicanadesociologia.unam.mx/index.php/rms/article/view/59302/52421>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MÜLLER, N. L. Evolução e estado atual dos estudos de Geografia Urbana no Brasil. **Boletim Geográfico**, 28(209), 28-64, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1969_v28_n209_mar_abr.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

MÜLLER, N. L. Taubaté - Estudo de Geografia Urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, 27(1), 71-110, 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

NATAL, M. **Difusão de inovação supermercados no Rio de Janeiro – um projeto de pesquisa**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza, p. 265-269.

NEVES, G.; ABRANTES, V. Regiões polarizadas e homogêneas. **Boletim Geográfico**, 26(198), 27-41, 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1967_v26_n198_mai_jun.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

O'NEILL, M. Condomínios exclusivos: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Geografia**, 48(1), 63-82, 1986. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1986_v48_n1.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

O'NEILL, M. **Segregação residencial: um estudo de caso no Rio de Janeiro**. In: 5º Encontro Nacional de Geógrafos, 1982, Porto Alegre, p. 365-366.

O'NEILL, M.; NATAL, M. Mobilidade residencial: alguns comentários. **Revista Brasileira de Geografia**, 50(2), 125-132, 1988. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n2.pdf#page=3.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

OLIVEIRA, A. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 66 – 110.

OLIVEIRA, D.; TARTAGLIA, L. Ensaio sobre uma geo-grafia dos graffitis. **GEOgraphia**, 11(22), 59-88, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13582>. Acesso em: 28 abr. 2025.

OLIVEIRA, J. Condições de vida da população de baixa renda nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e Porto Alegre. **Revista Brasileira de Geografia**, 41(4), 3-58, 1979. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1979_v41_n4.pdf#page=21.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

OLIVEIRA, L. Contribuição dos estudos cognitivos à percepção geográfica. **GEOGRAFIA**, 2(3), 61-72, 1977. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14898>. Acesso em: 28 abr. 2025.

OLIVEIRA, M. Métodos gráficos e matemáticos para localização de indústrias através de minimização de custos de transportes e adequação à realidade com introdução de novos fatores utilizando um método para avaliação numérica de uma comunidade. **Revista Brasileira de Geografia**, 38(1), 3-82, 1976. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1976_v38_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

OLIVEIRA, N. A educação ambiental e a percepção fenomenológica, através de mapas mentais. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, 16, 32-46, 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2779>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PAIXÃO e SILVA, M. Cidade e hinterlândia. Zoneamento de povoadores da Amazônia. **Boletim Geográfico**, 2(18), 839-846, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n18_set.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAVIANI, A. **A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília**. Brasília, Coleção Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991, p. 324.

PAVIANI, A. **Brasília, ideologia e realidade. Espaço urbano em questão**. São Paulo, Projeto Ed/CNPq, 1985, p. 392.

PAVIANI, A. **Brasília: a metrópole em crise. Ensaio sobre urbanização**. Brasília, Coleção Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1989, p. 168.

PAVIANI, A. **Tópicos para um sistema de planejamento urbano**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza, p. 327-330.

PAVIANI, A. **Urbanização e metropolização. A gestão dos conflitos em Brasília**. Brasília, Coleção Brasília, Editora Universidade de Brasília/CODEPLAN, 1987.

PEDROSA, A.; PORCARO, R. O uso da análise fatorial na caracterização geral da área de influência de Presidente Prudente. **Revista Brasileira de Geografia**, 35(4), 113-136, 1973. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

PELUSO JÚNIOR, V. O estudo geográfico dos limites municipais. **Boletim Geográfico**, 2(17), 613-620, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1944_v2_n17_ago.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEREIRA, B. Localização, ideia fundamental da Geografia moderna. **Boletim Geográfico**, 1(4), 44, 1943. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10020322&pa rte=1>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEREIRA, J. A propósito da evolução, conceito e método da Geografia. **Boletim Geográfico**, 2(22), 1477-1481, 1945. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v2_n22_jan.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEREIRA, J. Pontos básicos para a organização de uma monografia geográfica regional. **Boletim Geográfico**, 1(8), 90-94, 1943. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1943_v1_n8_nov.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PESSANHA, L. A celebração de lugar e símbolo na geografia humanística. **Revista Percurso – NEMO**, 8(2), 111-135, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/49673>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PIERSON, D. Como crescem as cidades. **Boletim Geográfico**, 14(132), 271-273, 1956. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1956_v14_n132_maio_jun.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

PIERSON, D. O estudo da cidade. **Boletim Geográfico**, 1(8), 51-55, 1943. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1943_v1_n8_nov.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

PIMENTEL, D.; MAGRO, T. Múltiplos olhares, muitas imagens: o manejo de parques com base na complexidade social. **GEOgraphia**, 13(26), 92-113, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13626>. Acesso em: 28 abr. 2025.

PINTAUDI, S. Os shopping-centers brasileiros e o processo de valorização do espaço urbano. **Boletim Paulista de Geografia**, (65), 29-48, 1987. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/964>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PINTO, D.; CRUZ, J.; BARCELLOS, M. **Contribuição ao estudo dos padrões socioeconômicos das favelas do Rio de Janeiro**. In: 3º Encontro Nacional de Geógrafos, 1978, Fortaleza, p. 315-317.

PINTO, D.; SANT'ANNA, E.; LIMA, S. Dinâmica do uso do solo urbano no Distrito Federal: uma contribuição ao estudo de modificações ambientais. **Revista Brasileira de Geografia**, 50(4), 31-76, 1988. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1988_v50_n4.pdf#page=3.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

PINTO, M. Contribuição ao estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no estado da Bahia. **Revista Brasileira de Geografia**, 31(3), 3-102, 1969. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1969_v31_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

PRADO Jr., C. **História econômica do Brasil**. 26. ed. – São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 364.

PRADO Jr., C. O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo. **Boletim Geográfico**, 3(31), 920-931, 1945. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v3_n31_out.pdf.

Acesso em: 20 jan. 2024.

RACINE, J. Discours géographique et discours idéologique : perspectives épistémologiques et critiques. **Hérodote**, 6, 1977. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5622669p/f1.image>. Acesso em: 15 abr. 2025.

RAFFESTIN, C. Théories du réel et géographicit . **Espaces Temps**, 40(41), 26-31, 1989. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/espat_0339-3267_1989_num_40_1_3454. Acesso em: 20 jan. 2024.

REIMÃO, S. **Mercado editorial brasileiro**. São Paulo: ECA-USP, 2018, p. 61.

REIS, A. A Amazônia brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, 9(1), 83-105, 1947. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1947_v9_n1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

RELPH, E. An inquiry into the relations between phenomenology and geography. **Canadian Geographer**, 14(3), 193-201, 1970.

RESENHA. O estudo ecológico da cidade. **Boletim Geográfico**, 1(5), 49-50, 1943. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1943_v1_n5_ago.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Global, 2015, p. 358

RIBEIRO, L. A metrópole: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. In: RIBEIRO, L. (org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015, p. 17 – 41.

RIBEIRO, L.; SILVA,  .; RODRIGUES, J. Metrópoles brasileiras: diversificação, concentração e dispersão. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, 120, 177-207, 2011. Disponível em: <https://ipardes.emnuvens.com.br/revistaparanaense/article/view/232>. Acesso em: 12 jan. 2025.

RIBEIRO, M. Principais linhas de abordagem e estudos empíricos a nível intraurbano: uma resenha em torno da localização industrial. **Revista Brasileira de Geografia**, 44(3), 415-444, 1982. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1982_v44_n3.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

ROCHA, H. Méier – grande centro urbano do Rio de Janeiro. **Boletim Geográfico**, 24(184), 64-65, 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1965_v24_n184_jan_fev.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

ROCHA, R. Subsídios   regionalização e classificação funcional das cidades: estudo de caso - estado de São Paulo. **Revista Brasileira de Geografia**, 36(3), 30-74, 1974. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1974_v36_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

ROCHEFORT, M. Métodos de estudo das redes urbanas. **Boletim Geográfico**, 19(160), 3-19, 1961. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1961_v19_n160_jan_fev.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

ROCHEFORT, M. Um método de pesquisas das funções características de uma metrópole regional. **Boletim Geográfico**, 26(198), 11-16, 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1967_v26_n198_mai_jun.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

RODRIGUES, A. Renda da terra, trabalho, espaço e capital — os tiradores de leite de Catuçaba — SP. **Boletim Paulista de Geografia**, (62), 5–46, 1985. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/986>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RODRIGUES, A.; SEABRA, M. HABITAÇÃO E ESPAÇO SOCIAL NA CIDADE DE SÃO PAULO. **Boletim Paulista de Geografia**, (64), 19–58, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/973>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RODRIGUES, E. F. As funções regionais e as zonas de influência de São Luís. **Revista Brasileira de Geografia**, 33(4), 67-98, 1971. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1971_v33_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

RODRIGUES, E. F. Estudo das redes de localidades centrais de Goiás e Santa Catarina: uma aplicação da teoria dos grafos. **Boletim Geográfico**, 35(253), 1422, 1977. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1977_v35_n253_abr_jun.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

RODRIGUES, G. B. Quando a política encontra a cultura: a cidade vista (e apropriada) pelo movimento hip-hop. **Revista Cidades**, 6(9), 93–120, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12551>. Acesso em: 28 abr. 2025.

RODRIGUES, M. L. O processo de produção do espaço: um exercício teórico — metodológico. **Boletim Paulista de Geografia**, (60), 21–46, 1984. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1001>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015. FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. **Direito urbanístico e política urbana no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

ROLNIK, R; SOMEKH, N. Governar as metrópoles: dilemas da recentralização. In: RIBEIRO, L. (org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015, p. 111 – 124.

RONCHEZEL, J. A. Estado, divisão social do trabalho e habitação. **Boletim Paulista de Geografia**, (64), 5–18, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/972>. Acesso em: 20 abr. 2025.

RUA, J. A Organização urbana do Espírito Santo analisada através da circulação de ônibus intermunicipais. **Revista Brasileira de Geografia**, 35(2), 103-124, 1973. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1973_v35_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

RUELLAN, F. O trabalho de campo nas pesquisas originais de geografia regional. **Revista Brasileira de Geografia**, 6(1), 35-50, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1944_v6_n1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

RUELLAN, F. Orientação científica dos métodos de pesquisa geográfica. **Revista Brasileira de Geografia**, 5(1), 51-60, 1943. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1943_v5_n1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAITO, F.; BROMBERG, C. História e epistemologia da ciência. In: BELTRAN, M. H. R.; SAITO, F.; TRINDADE, L. (org.). **História da ciência: tópicos atuais**. São Paulo: Livraria da Física, 2010, p. 101 – 117.

SALES, T; BAENINGER, R. Migrações internas e internacionais no Brasil: panorama deste século. **Travessia**, 13(36), 33-44, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.48213/travessia.i36.742>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SANT’ANNA, M.; CASTRO, I.; ROCHA, M. Classificação dos municípios das regiões metropolitanas, segundo níveis de urbanização. **Revista Brasileira de Geografia**, 39(4), 66-81, 1977. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1977_v39_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SANTOS, C.; ALVAREZ, I. A trajetória teórico-intelectual de uma geografia urbana crítica e radical. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, 22(3), 515-528, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/152974/152063>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, J. E. Petrópolis – caráter geográfico da cidade industrial. **Boletim Geográfico**, 25(194), 464-473, 1966. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1966_v25_n194_set_out.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. 5. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 136.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed., 8ª. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014a, p. 384.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 5. Ed. 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018, p. 176.

SANTOS, M. Crescimento nacional e a nova rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 29(4), 78-92, 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1ª ed., 3ª. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014b, p. 170.

SANTOS, M. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, (53), 35–60, 1977a. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1096>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SANTOS, M. Localização industrial em Salvador. **Revista Brasileira de Geografia**, 20(3), 245-277, 1958. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1958_v20_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SANTOS, M. Materiais para o estudo da urbanização brasileira no período técnico científico. **Boletim Paulista de Geografia**, (67), 5–16, 1989. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/942>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SANTOS, M. Novos rumos para a geografia brasileira. In: SANTOS, M. (org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982, p. 209 – 219.

SANTOS, M. **O centro da cidade de Salvador: estudo de Geografia Urbana**. 2ª. ed. 1ª reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. 2. ed. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 (1975), p. 440.

SANTOS, M. **O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. 5. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 136.

SANTOS, M. **Pobreza urbana**. 3. ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013 (1978), p. 136.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 285.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 6ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 174.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, (54), 81-100, 1977b. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1092>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, p. 176.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início século XXI**. 12ª. Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 473.

SANTOS, R. As condições de existência de parcelas da população trabalhadora: a questão da habitação. **Boletim Paulista de Geografia**, (64), 59–74, 1986. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/974>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SASAKI, K. A contribuição da geografia humanística para a compreensão do conceito de identidade de lugar. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, 12(22), 112-120, 2010. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1524>. Acesso em: 26 abr. 2025.

SCARIM, P. C. A construção da geografia acadêmica no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, (88), 41-71, 2008. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/781>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SCARLATO, F. C. Bixiga: uma ideologia geográfica. **Boletim Paulista de Geografia**, (67), 27–36, 1989. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/944>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SCARLATO, F. C.; COSTA, E. B. A natureza do urbano. **Confins**, (30), 1-22, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/11676>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SCHÄFFER, N. O IBGE e os geógrafos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 14(1), 93-94, 1986. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37964>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SCHWEICKARDT, J. Um olhar fenomenológico sobre a cidade. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, 1(1), 129–141, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/article/view/248>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SEREBRENICK, S. Estudo crítico de planejamentos regionais do Nordeste. **Revista Brasileira de Geografia**, 27(1), 111-122, 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SEREBRENICK, S. Planejamentos regionais no Brasil. **Boletim Geográfico**, 14(134), 495-199, 1956. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1956_v14_n134_set_out.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SERPA, A. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: A Produção do espaço urbano: agentes e Processos, escalas e desafios. In: CARLOS, A; SOUZA, M. & SPOSITO, M. (org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 97 - 108.

SERPA, A. Problematisando o lugar como conceito e categoria da geografia humanista. **Geosp**, 26(2), 1-13, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geosp/article/view/197944>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SILVA, A. A renovação geográfica no Brasil 1976/1983 (as geografias crítica e radical em uma perspectiva teórica). **Boletim Paulista de Geografia**, (60), 73–140, 1984. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1004>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SILVA, C.; RODRIGUES, J.; CÂMARA, N. Saneamento básico e problemas ambientais na região metropolitana do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 52(1), 5-106, 1990. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1990_v52_n1.pdf#page=4.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

SILVA, L. A Geografia entre a materialidade e a imaterialidade. **GEOTemas**, 10(2), 25-47, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/article/view/2409>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SILVA, L.; RIBEIRO, A. Paradigma e movimento social: por onde andam nossas idéias?. **Boletim Paulista de Geografia**, (62), 67–88, 1985. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/988>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SILVA, M. Tentativa de classificação das cidades brasileiras. **Revista Brasileira de Geografia**, 8(3), 283-316, 1946. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1946_v8_n3.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, S. **Urbanização e desenvolvimento regional no estado da Bahia: uma visão sistêmica**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1975, p.145.

SILVEIRA, J. Formação do geógrafo moderno. **Boletim Geográfico**, 3(29), 689-691, 1945. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1945_v3_n29_ago.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século 21 – a história de um livro. **Acta Geográfica**, 1, 151-163, 2011. Disponível em: <https://revista.ufr.br/index.php/actageo/article/view/556>. Acesso em: 01 jul. 2025.

SILVEIRA, R. Concentração Industrial Regional, Especialização Geográfica e Geografia Econômica: evidências para o Brasil no período 1950-2000. **Revista Econômica do Nordeste**, 36(2), 189-208, 2005. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/732>. Acesso em: 05 ago. 2024.

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. **Boletim Paulista de Geografia**, (57), 77–92, 1980. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1044>. Acesso em: 20 abr. 2025.

SOARES, M. T. Movimentos sociais urbanos: as associações de moradores de favelas do município do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 51(4), 97-108, 1989. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n4.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

SOARES, M. T. Fisionomia e estrutura do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 27(3), 329-387, 1965. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1965_v27_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SOUCHAUD, S. Les périodes migratoires du peuplement au Brésil : de la fin du XIX^e siècle à nos jours. **Hommes & migrations**, 1281, 30-39, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/hommesmigrations/370#tocfrom1n2>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SOUZA E SILVA, J. A pluralidade de identidades no bairro Maré - Rio de Janeiro. **GEOgraphia**, 3(5), 76-88, 2001. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13401>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SOUZA, C. Regiões metropolitanas: trajetória e influência das escolhas institucionais. In: RIBEIRO, L. (org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles, 2015, p. 61 – 96.

SOUZA, M. S. Contribuição ao estudo da hierarquia urbana no Ceará. **Revista Brasileira de Geografia**, 39(3), 54-86, 1977. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1977_v39_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SOUZA, M. A. Estudos sobre a cidade no espaço regional e nacional: teoria e método. In: CARLOS, A. (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 101 – 128.

SOUZA, M. A. Razão global/razão local/razão clandestina/razão migrante - reflexos sobre a cidadania e o migrante: relendo (sempre) e homenageando Milton Santos. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 20(1), 63-67, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38177>. Acesso em: 01 jun. 2025.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 218.

STEFFAN, É. Produção industrial e número de estabelecimentos em Goiás. **Revista Brasileira de Geografia**, 29(2), 84-87, 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

STRAUCH, N. Principles of areal functional organization in regional human geography (PHILBRICK, Allen Ko). **Revista Brasileira de Geografia**, 37(4), 167-172, 1975. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1975_v37_n4.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

SUERTEGARAY, D. M. A Geografia no contexto das ciências. **Boletim Gaúcho de Geografia**, 22(1), 7-16, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38359>. Acesso em: 07 abr. 2025.

SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. **Revista de Economia Política**, 8(4), 493-504, 1988. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31571988-4005>. Acesso em: 05 ago. 2024.

TEIXEIRA, M. P. A rede fluminense de localidades centrais. **Revista Brasileira de Geografia**, 34(3), 172-190, 1972. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1972_v34_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

TEIXEIRA, M. P. Padrões de ligações e sistema urbano: uma análise aplicada aos estados da Guanabara e Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Geografia**, 37(3), 16-55, 1975. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1975_v37_n3.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

TOLOSA, H. C. Diferenciais de produtividade industrial e estrutura urbana. **Revista Brasileira de Geografia**, 36(2), 37-56, 1974. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1974_v36_n2.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

TREVIZAN, F.; MONASTIRSKY, L. Análise da identidade cultural da cidade de Anastácio - MS: o contexto dos migrantes nordestinos. **Terr@ Plural**, 5(1), 85-98, 2011. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/1208>. Acesso em: 28 abr. 2025.

TRICART, J. Contribuição ao estudo das estruturas urbanas. **Boletim Geográfico**, 14(135), 473-481, 1956. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/19/bg_1956_v14_n135_nov_dez.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

TRINCA, D. F. Territorio y cambio tecnológico. **Anales de Geografía de la Universidad Complutense**, 22, 67-75, 2002. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/AGUC/article/view/AGUC0202110067A>. Acesso em: 1 abr. 2025.

TUAN, Y. Attitudes toward environment: themes and approaches. In: LOWENTHAL, D. (org.). **Environmental Perception and Behavior**. Chicago: Univ. of Chicago Press, 1967, p. 4-17.

TUAN, Y. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983. P. 250.

TUAN, Y. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985, p. 318.

TUAN, Y. Humanistic geography. **Annals of the Association of American Geographers**, 66(2), 266-276, 1976.

TUAN, Y. Space and place: humanistic perspective. **Progress in Geography**, (6), 211-252, 1974.

TUAN, Y. Thopophilia or, sudden encounter with landscape. **Landscape**, 11(1), 29-32, 1961.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. São Paulo: DIFEL, 1980, p. 288.

TURRA NETO, N. Punk e hip-hop na cidade: territórios e redes de sociabilidade. **Revista Cidades**, 6(9), 121-154, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12552>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VALVERDE, O. Divisão regional do vale do São Francisco. **Revista Brasileira de Geografia**, 6(2), 179-218, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1944_v6_n2.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

VALVERDE, O. Dos ensaios de geografia urbana: Pirapora e Lapa. **Revista Brasileira de Geografia**, 6(4), 509-526, 1944. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1944_v6_n4.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

VALVERDE, O. Estudos básicos para definição de pólos de desenvolvimento no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, 29(1), 82-101, 1967. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1967_v29_n1.pdf. Acesso em: 07 abr. 2025.

VALVERDE, O. Excursão à região colonial do Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Geografia**, 10(4), 477-534, 1948. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1948_v10_n4.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

VASCONCELOS, P. A. A cidade na geografia urbana no Brasil. In: CARLOS, A. (org.). **Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994, p. 63 – 78.

VASCONCELOS, P. A. **Dois séculos de pensamento sobre a cidade**. 2. ed. – Salvador: Edufba; Ilheus: Editus, 2012, p. 618.

VERDI, E. A Geografia Ativa: um legado crítico para a Geografia brasileira. **Terra Brasilis**, 13, 1-13, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/6312>. Acesso em: 15 abr. 2025.

VERONA, J.; TROPPEMAIR, H. Evolução das questões ambientais, qualidade ambiental e de vida e a cidade de Várzea Paulista – SP: breve comparação de conceitos. **Geografia**, 29(1), 111-126, 2004. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/846>. Acesso em: 28 abr. 2025.

VETTER, D. A segregação residencial da população economicamente ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo grupos de rendimento mensal. **Revista Brasileira de Geografia**, 43(4), 457-476, 1981. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1981_v43_n4.pdf#page=101.00. Acesso em: 15 abr. 2025.

VILARINHO NETO, C. A intervenção do estado nas transformações do espaço urbano - o caso cura em Cuiabá. **Boletim Paulista de Geografia**, (65), 93–104, 1987. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/967>. Acesso em: 20 abr. 2025.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: FUPAM; EdUSP, 1999, p. 170 – 243.

ANEXOS

Anexo I

REGIÃO	ESTADOS	SIGLA IES	INSTITUIÇÃO DE ENSINO (IES)	RECOMENDAÇÃO FINAL DA NOTA
CENTRO OESTE	BRASÍLIA	UNB	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	5
CENTRO OESTE	GOIAS	UFG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	6
CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	UFMS	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	4
CENTRO OESTE	MATO GROSSO DO SUL	UFGD	UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	5
SUDESTE	ESPÍRITO SANTO	UFES	UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	4
SUDESTE	MINAS GERAIS	PUC/MG	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	5
SUDESTE	MINAS GERAIS	UFU	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	5
SUDESTE	MINAS GERAIS	UFMG	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	6
SUDESTE	RIO DE JANEIRO	PUC-RIO	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	5
SUDESTE	RIO DE JANEIRO	UERJ	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	5
SUDESTE	RIO DE JANEIRO	UFF	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	6
SUDESTE	RIO DE JANEIRO	UFRJ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	7
SUDESTE	SÃO PAULO	UNESP-RC	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (RIO CLARO)	5
SUDESTE	SÃO PAULO	UNICAMP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	6
SUDESTE	SÃO PAULO	USP	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	6
SUDESTE	SÃO PAULO	UNESP-PP	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO (PRESIDENTE PRUDENTE)	7
SUL	PARANÁ	UEL	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	4
SUL	PARANÁ	UNICENTRO	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE	4
SUL	PARANÁ	UEM	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	5
SUL	PARANÁ	UEPG	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	5
SUL	PARANÁ	UNIOESTE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANA	5
SUL	PARANÁ	UFPR	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	6
SUL	RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	5
SUL	RIO GRANDE DO SUL	UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	5
SUL	SANTA CATARINA	UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	5
NORTE	AMAZONAS	UFAM	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	4
NORTE	PARÁ	UFPA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	5
NORTE	RONDÔNIA	UNIR	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	4
NORDESTE	BAHIA	UFBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	4
NORDESTE	CEARÁ	UECE	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	4
NORDESTE	CEARÁ	UFC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	6
NORDESTE	PARAÍBA	UFPB-JP	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (JOÃO PESSOA)	4
NORDESTE	PERNAMBUCO	UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	5
NORDESTE	RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	5
NORDESTE	SERGIPE	FUFSE	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	5

Anexo II

DOCENTES ENTREVISTADOS	
REGIÃO SUDESTE	
ESTADOS	UNIVERSIDADES/ENTREVISTADOS
SÃO PAULO	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP) Prof. Dr. Francisco Capuano Scarlato Prof ^ª . Dr ^a . Amalia Inês Lemos Prof ^ª . Dr ^a . Amélia Luisa Damiani Prof ^ª . Dr ^a . Maria Adélia de Souza Prof ^ª . Dr ^a . Gloria Anunciação Alves
	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP – RIO CLARO) Prof. Dr. Paulo Roberto Teixeira Godoy
	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” (UNESP – PRESIDENTE PRUDENTE) Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito
RIO DE JANEIRO	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (UFRJ) Prof. Dr. Paulo César Da Costa Gomes
	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) Prof ^ª . Dr ^a . Ester Limonad Prof. Dr. Daniel de Mello Sanfelici
MINAS GERAIS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG) Prof. Dr. Fabio Tozi Prof. Dr. Geraldo Magela Costa Prof ^ª . Dr ^a . Heloísa Soares de Moura Costa
REGIÃO CENTRO-OESTE	
ESTADOS	UNIVERSIDADES/ENTREVISTADOS
GOIÂNIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG) Prof. Dr. João de Deus

	Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro Prof. Dr. Tadeu Pereira Alencar Arrais
BRASÍLIA	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB) Prof. Dr. Rafael Sanzio Araújo dos Anjos Prof. Dr. Everaldo Batista da Costa Prof. Dr. Fernando Luiz Araújo Sobrinho Prof. Dr. Neio Lucio de Oliveira Campos
REGIÃO NORTE	
ESTADOS	UNIVERSIDADES/ENTREVISTADOS
AMAZONAS	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS (UFAM) Prof ^{fa} . Dr ^a . Tatiana Schor
PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA) Prof. Dr. José Queiroz de Miranda Neto Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior
REGIÃO NORDESTE	
ESTADOS	UNIVERSIDADES/ENTREVISTADOS
BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA) Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos Prof. Dr. Angelo S. Perret Serpa
CEARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC) Prof. Dr. José Borzacchiello da Silva
PERNAMBUCO	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE) Prof. Dr. Nilo Américo Rodrigues Lima de Almeida
RIO GRANDE DO NORTE	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN) Prof ^{fa} . Dr ^a . Eugênia Maria Dantas
PARAÍBA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB) Prof ^{fa} . Dr ^a . Doralice Sátyro Maia
REGIÃO SUL	
ESTADOS	UNIVERSIDADES/ENTREVISTADOS

RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS) Prof. Dr. Breno Viotto Pedrosa Prof ^ª . Dr ^ª . Tânia Marques Strohaecker
PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR) Prof. Dr. Danilo Volochko

Anexo III

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	
Nome do participante: _____	
Local: _____	Data: ____/____/____
Autorizo o registro da entrevista: () Sim () Não	
PARTE 1: INÍCIO DA ENTREVISTA	
- Fazer uma rápida apresentação da pesquisa e dos objetivos da entrevista.	
PARTE 2: DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO	
- Qual seu nome completo?	
- Como o senhor se aproximou da Geografia?	
- Qual sua área de atuação na Geografia?	
PARTE 3: HISTÓRIA DA GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA	
- Geógrafos de que nacionalidade contribuíram na constituição da geografia urbana brasileira?	
- Como o (a) senhor (a) estabeleceria uma periodização da Geografia Urbana brasileira, considerando enfoques ou correntes de pensamento?	
- No devir da geografia urbana brasileira, quais são os paradigmas que o (a) senhor (a) identifica? É possível pensar em ruptura ou superação destes paradigmas?	
- Quais momentos o (a) senhor (a) apontaria como representativos de crises da geografia urbana brasileira? Quais os paralelos entre essas crises e a conjuntura política, social e econômica do país?	
- Que instituições e personagens protagonizaram a consolidação da Geografia urbana brasileira?	
PARTE 4: A CIDADE NA GEOGRAFIA URBANA BRASILEIRA	
- O que o (a) senhor (a) entende por cidade e como a apreende desde a Geografia Urbana brasileira?	
- Sob quais escalas de análise as cidades foram pensadas desde a Geografia Urbana?	
- Quais temáticas e categorias de análise geográfica mais contribuíram com os estudos sobre a cidade e o urbano?	
- Quais produções a respeito da cidade são mais significativas para explicação da realidade urbana brasileira?	
PARTE 5: TEORIA E MÉTODO NOS ESTUDOS SOBRE A CIDADE E O URBANO	
- O que o (a) senhor (a) entende por teoria e método em Geografia?	
- Como a Geografia Urbana brasileira tratou o movimento de teorização da cidade e do urbano e a relação teoria-empíria?	
- Desde a geografia urbana, como as diferentes escolas geográficas lidaram com a questão do método? É possível apontar as principais contribuições metodológicas aos estudos da cidade?	
- Qual a perspectiva do senhor com relação a posturas metodológicas tradicionais (como a Neopositivista e a marxista) e ecléticas ou humanistas?	
- O que o senhor compreende por natureza do urbano e como o método pode propiciar seu entendimento?	
PARTE 6: AVALIAÇÃO FINAL DA ENTREVISTA	
- Gostaria de comentar algo que não foi tratado durante a entrevista?	
O QUE OBSERVAR	
- Autores (as) e respectivas obras e contribuições; os entendimentos dos (as) entrevistados (as) sobre cidade e teoria e método.	